



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ

"NO SOMOS FACHAS, SOMOS ESPAÑOLES":  
O NOME FRANCO NO DISCURSO DO VOX

CURITIBA – PR

2023

MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ

“NO SOMOS FACHAS, SOMOS ESPAÑOLES”: O NOME FRANCO NO  
DISCURSO DO VOX

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia

CURITIBA - PR

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Ragievicz, Matheus França

“No somos fachas, somos españoles” : o nome Franco no discurso do Vox. / Matheus França Ragievicz. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia.

1. Análise do discurso. 2. Vox (Partido político) – Espanha. 3. Franco, Francisco, 1872-1975. 4. Pêcheux, Michel, 1938-1983. I. Rasia, Gesualda dos Santos, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ** intitulada: "**No somos fochas, somos espanhóis**": o nome Franco do discurso do VOX", sob orientação da Profa. Dra. GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovado no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Janeiro de 2023.



GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA  
Presidente da Banca Examinadora



ANA ZANDWAIS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)



MARILENE APARECIDA LEMOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)



MARIA CLÉCI VENTURINI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)



VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de quatro anos há (felizmente!) muitas pessoas a serem lembradas e agradecidas. Cada qual, a sua maneira, contribuiu para que essa versão da tese se mantivesse firme e sólida em seus propósitos.

De antemão, agradeço à profa. Gesualda Rasia, minha orientadora, que me guiou desde o começo do mestrado até o final do doutorado. Sou profundamente grato às portas abertas e a todo o processo de orientação, que defino como uma parceria de trabalho intelectual que se marcou, constantemente, pelo comprometimento, solidariedade e entendimento mútuo. Essa experiência é, e seguirá sendo, meu ponto de referência a toda atividade que venha a desenvolver no ambiente acadêmico.

Também agradeço aos professores com quem tive a oportunidade de conviver durante a realização dos créditos. Faço menção especial à profa. Sheila Elias que, na disciplina de *Léxico e Significação* realizada no verão de 2020 na UNICAMP, me levou a pensar mais profundamente sobre a minha pesquisa (que à época, ainda era um esboço incompreensível).

Agradeço, do mesmo modo, ao prof. Francisco Javier Calvo del Olmo, pela sua generosa leitura na qualificação da tese. Suas sugestões e contribuições estão presentes ao longo de todo o texto.

Faço especial destaque à generosa leitura das profas. Ana Zandwais e Verli Petri, tanto no texto de qualificação, quanto no texto da defesa. As sugestões, explicações e questionamentos feitos, abriram caminho para que eu pudesse pensar muito do que está presente na tese. Também agradeço à profa. Ana Zandwais pela partilha das lúcidas e vivazes reflexões sobre os marxismos.

À profa. Marilene Lemos, a quem dispenso palavras; professora e amiga de longa data (mais de uma década!), que sempre esteve aberta e disposta a ensinar e a aprender comigo. A sua leitura e contribuições na defesa foram imprescindíveis para que os ajustes e os afinamentos finais tomassem corpo.

À profa. Maria Cleci, pelo aceite em participar da banca de defesa final. Obrigado pelas contribuições, pelas perguntas e, principalmente, por ter me acompanhado de perto ao longo de toda a minha formação na pós-graduação.

Essa pesquisa de tese doutoral foi realizada sob o efeito de uma dupla tragédia: a COVID-19 e o bolsonarismo. Em tempos nefastos, para a vida, a

educação e a ciência, contei com o apoio de muitos companheiros e companheiras, firmes em seus princípios e responsáveis nas lutas que travam todos os dias em suas vidas pessoais e em seus ambientes de trabalho (não raramente omissos às desigualdades estruturais). Por isso, minha infinita gratidão à Luciana Vedovato e à Mirielly Ferraça, com quem dividi a maior parte das minhas angústias, dúvidas e questionamentos. O diálogo constante ajudou a equilibrar descompassos, divergências e inconformidades.

À Rafaela, companheira e amiga do mestrado e do doutorado, pelo companheirismo e apoio mútuo. Minha trajetória também possui sua marca e sua presença!

Ao José Ricardo Menacho, profissional inspirador e motivador, que conheci ao longo da minha trajetória do doutorado. Obrigado pelas perguntas e comentários sobre a teoria que me tiraram do meu lugar de *suposto* conforto e me abriram ao (des)conhecido.

Às amigas e aos amigos de Curitiba: Lycia, pelo companheirismo constante e pela disposição de sempre (me) ouvir; Mônia, pela alegria, sinceridade e receptividade; Day, pela ajuda, o diálogo e a insistência nos nossos objetivos; ao Milton, por sempre ser minha referência das experiências do que vivi em Curitiba.

Também agradeço a todos os colegas que a pós-graduação me proporcionou, em especial à/ao: Rosyane, Ana Maria, Marcielle, Laís, Adilson, Alencar, Kelen, Diórgenes e William.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso (GPTD), expressei minha gratidão pelo trabalho e colaboração mútua.

À Thaís, da secretaria da pós, que hoje está em outros projetos.

Às profas. que marcaram a minha formação e me ajudaram a trilhar meu próprio caminho: Luciana Vinhas, Raquel Moreira, Naiana Tres e Jussara Jurach.

De forma geral, sintam-se agradecidos/as todos/as aqueles e aquelas que durante o doutorado compartilharam seu convívio, sua experiência e o diálogo comigo: ex-alunos, ex-colegas de trabalho, pesquisadores de outras instituições. Meu mais sincero, muito obrigado!

Acerca das outras esferas, agradeço à minha família pelo apoio; à Belinha, *in memoriam*.

Às amigas de longa data: à Andressa, pelo apoio; à Raquel, pela determinação; à Amanda, pela inspiração; nossa amizade foi (e continua sendo) meu porto seguro para todas as horas. Obrigado por participarem de cada etapa e momento importante da minha vida.

Aos amigos Willian, Dúh e V; ao primeiro, pelo olhar sofisticado e refinado sobre a vida e as coisas a saber; ao Dúh, pela beleza no mais finito de todos os gestos; ao V, pela imensurável generosidade e compreensão que jamais encontrei em outra pessoa.

À Graziela, quem eu conheci ao longo da minha trajetória e cujas conversas sempre me guiaram a outros horizontes.

Aos amigos, de STI, feitos durante o doutorado: Eduarda, Danúbia, Daniela, Lucas e Jully.

E, ao Raphael, meu mais sincero agradecimento pelo companheirismo e pelo apoio incondicional compartilhado ao longo dos anos. Muito obrigado pela lealdade e confiança depositadas em mim; por sempre estar lá para mim em momentos difíceis e para celebrar conquistas e vitórias juntos. Sua presença na minha vida possui um valor inestimável e sou muito grato por termos nos conhecido. Obrigado por ser uma pessoa fascinante, que tornou minha vida mais doce. Você é incrível e eu aprecio o que você fez por mim!

*A Carlos, por haber sido esencial e indispensable en toda la construcción de la tesis doctoral; por la amistad, la escucha, la atención y todas las enseñanzas (históricas y lingüísticas). ¡Mi más sincera gratitud! Extiendo mis agradecimientos a Nata, una buena amiga que gané de Carlos. ¡Gracias por la amabilidad y por nuestro encuentro especial!*

*To Nikola, who made me to like English again; for being a good listener and an enthusiast of my research. Hvala puno!*

*And for the last but not least, to my dear friends from the other side of the world. The last chapter of this dissertation never would be written without your support. Salamat po!*

*To J, who taught me how to feel the little things of life again. My favorite swiftie!*

*To Art, for the most beautiful gift I ever would ask for. I also appreciate our sincere and sparkling connection.*

*To Iboy, who showed me a light when the darkness was taking me entirely.  
For being a good friend and a partner to every hour.*

*And, to Adonis, for one of the most unique encounters in my whole life. For  
being generous, inspiring and completely wise. My sincere gratitude for  
everything!*



“[...] um idealista é um homem que sabe de que estação sai o trem e qual é o seu destino; sabe antecipadamente e, quando, sobe num trem, sabe aonde vai, já que o trem o leva. O materialista, ao contrário, é um homem que pega o trem andando sem saber de onde ele vem nem para onde ele vai” (ALTHUSSER, 1992, p.194).

## RESUMO

Buscamos examinar, à luz da Análise de Discurso (AD) materialista, o funcionamento discursivo do nome *Franco* (Francisco Franco Bahamonde, ditador espanhol) nos dizeres do VOX (partido político espanhol *dito* de extrema-direita). A partir do arquivo que construímos e montamos para o tema, isto é, vídeos do canal do YouTube *VOX España*, notamos no exercício de *escuta-trituração* que nos mais de 950 vídeos examinados (2014-2018), que totalizam 80 horas de gravações, uma regularidade funcionava em relação ao nome *Franco*: a ausência do significante e de sentidos de *dictadura* nas mais diferentes formulações em que o nome do ditador aparecia *in praesentia*. Além disso, outras designações como *franquismo* e *franquista* (mais abundantes e comuns no espanhol peninsular para designar *dictadura de Franco*) também materializavam o efeito de ausência de sentidos de *dictadura*. Por isso, propomos nessa tese a compreender: I. como são produzidos sentidos em torno ao significante *dictadura* no discurso do VOX; II. as configurações discursivas quando esse significante e os sentidos em torno a ele se materializam em ausência em relação a *Franco*, *franquismo* e *franquista*; III. o funcionamento do nome próprio *Franco* nos dizeres dos membros do partido. Assim sendo, o gesto de leitura apontou, no discurso do VOX, para a discrepância no domínio de significação de *dictadura*, que consagra a referentes como *Cuba*, *Venezuela*, *Castro*, *Maduro*, *Chávez*, *esquerda*, as reminiscências de práticas opressoras, autoritárias e de constante assédio aos direitos humanos; por outro lado, esses sentidos não se inscrevem nem em *franquismo*, *franquista* e são brecados sintática e discursivamente quando há a menção a *Franco*, posto que esse nome se associa na materialidade linguística a formulações genéricas como *tiempo de*, *época de*, *régimen de*, *cuando murió*, *cuando gobernaba... Franco*. Com base nesses fatos significantes, demonstramos nas análises que para fazer funcionar a ausência do significante e dos sentidos de *dictadura* os dizeres do VOX são marcados pelo discurso autoritário (ORLANDI, 1996) e também pelo antagonismo *nosotros/ellos*, marcas de regularidade que configuram e regulam a *formação discursiva* do VOX. A contraparte, o nome *Franco* funciona tensionado no confronto antagônico entre os efeitos de conotação (atribuição imaginária de significação ao outro) e de denotação (tentativa ilusória de imposição do puro valor lexical do significante), que nada mais fazem ver que o nome *Franco*, apesar das múltiplas tentativas dos membros do partido em silenciar o político, funcione como articulador simbólico que divide, organiza, regra, regulamenta e disciplina o regime do presente (apoteose irrestrita do *descalabro/esquerda*) e o passado (apogeu idílico/*franquismo*). A ausência do significante e dos sentidos de *dictadura* é, portanto, fato significativo que sustenta a resistência no discurso do VOX em suas práticas equívocas e contraditórias.

Palavras-chave: Franco. VOX. Espanha. Discurso Político. Michel Pêcheux.

## ABSTRACT

The present study examines the discursive use of the name Franco (Francisco Franco Bahamonde, Spanish dictator) in the discourse of VOX (the far-right Spanish political party). From the archive that we built and assembled for the theme, that is, videos from the YouTube channel *VOX España*, we noticed in the *listening-triturating* exercise that in the more than 950 videos examined (2014-2018), totaling 80 hours of recordings, a regularity operated in relation to the name *Franco*: the absence of the signifier and senses of *dictatorship* in the most different formulations in which the dictator's name appeared *in praesentia*. In addition, other designations such as *Francoism* and *Francoist* (more abundant and common in peninsular Spanish to designate *Franco's dictatorship*) also materialized the sense absence effect of *dictatorship*. Therefore, in this thesis, we propose to understand: I. how meanings are produced around the signifier *dictatorship* in VOX discourse; II. the discursive configurations when this signifier and the meanings around it materializes in absence in relation to *Franco*, *Francoism* and *Francoist*; III. the use of the name *Franco* in the speech of the party members. Therefore, the reading gesture pointed to the discrepancy in the domain of meaning of *dictatorship* in VOX discourse, which dedicates to referents such as *Cuba*, *Venezuela*, *Castro*, *Maduro*, *Chávez*, *left*, the reminiscences of oppression and authoritarianism; on the other hand, these meanings are not inscribed in neither *Francoism* or *Francoist* and are syntactically and discursively stopped when *Franco* is mentioned, since this name is associated in linguistic materiality with generic formulations such as *regime of [Franco]*, *when [Franco] died*, *when [Franco] ruled*, *time of [Franco]*. Based on these significant facts, we demonstrate in the analyzes that in order to make the absence of the signifier and the senses of *dictatorship* to work, the speeches of VOX are marked by an authoritarian discourse (ORLANDI, 1996) and also by the antagonism *we/they*, marks of regularity that configures and regulates the discursive formation of VOX. On the other hand, the name Franco works tensioned in the antagonistic confrontation between the effects of connotation (imaginary attribution of meaning to the other/they) and denotation (illusory attempt to impose the pure lexical value of the signifier), which nothing else shows than the name Franco, despite the multiple attempts by party members to silence the ideology, it functions as a symbolic articulator that divides, organizes, rules, regulates and disciplines the regime of the present (unrestricted apotheosis of the debacle) and the past (idyllic apogee). The absence of the signifier and the senses of dictatorship is, therefore, a significant fact that sustains resistance in the VOX discourse in its equivocal and contradictory practices.

Keywords: Franco. VOX. Spain. Political discourse. Michel Pêcheux.

## RESUMEN

Esta tesis, siguiendo a la escuela de Análisis del Discurso (AD) francesa y materialista, analiza el funcionamiento discursivo del nombre *Franco* (Francisco Franco Bahamonde, dictador español) en los discursos de VOX (partido político español *cualificado* de extrema-derecha). A partir del archivo que hemos construido para tal temática, es decir, videos del canal de YouTube *VOX España*, averiguamos en el ejercicio de *escucha-trituración* que en los más de 950 videos examinados (2014-2018), que suman 80 horas de grabaciones, una regularidad discursiva funcionaba en relación al nombre *Franco*: la ausencia del significante y de los sentidos de *dictadura* en las más distintas formulaciones en las que el nombre del dictador aparecía *in praesentia*. Asimismo, otras designaciones como *franquismo* y *franquista* (más comunes en español peninsular para designar *dictadura de Franco*) también materializaban el efecto de ausencia de sentidos de *dictadura*. Por ello, nos propusimos comprender: I. como son producidos sentidos alrededor del significante *dictadura* en el discurso de VOX; II. las configuraciones discursivas cuando ese significante y los sentidos relacionados a él, se materializaban en efecto de ausencia en relación a *Franco*, *franquismo* y *franquista*; III. el funcionamiento del nombre propio *Franco* en los discursos de los miembros del partido. Siendo de ese modo, el gesto de lectura señaló, en el discurso de VOX, para la discrepancia en los dominios de significación de *dictadura*, que consagra a los referentes como *Cuba*, *Venezuela*, *Castro*, *Maduro*, *Chávez*, *izquierda*, las reminiscencias de prácticas opresoras, autoritarias y de constante violación de los derechos humanos; por otro lado, tales sentidos no se inscriben ni en *franquismo*, *franquista* y son frenadas sintáctica y discursivamente cuando hay menciones a *Franco*, una vez que ese nombre se asocia a formulaciones genéricas como *tiempo de*, *época de*, *régimen de*, *cuando murió*, *cuando gobernaba... Franco*. Con base en estos hechos significativos, demostramos en los análisis que para hacer funcionar la ausencia del significante y de los sentidos de *dictadura*, los discursos de VOX son marcados por el discurso autoritario (ORLANDI, 1996) y también por el antagonismo *nosotros/ellos*, marcas de regularidad que configuran y regulan la *formación discursiva* de VOX. Por otro lado, el nombre *Franco* funciona tensionado por el confronto antagónico entre los efectos de connotación (atribución imaginaria de significación al otro) y de denotación (intento ilusorio de imposición exclusivamente del valor lexical del significante), que nos demuestra que el nombre *Franco*, pese a los múltiples intentos de los miembros del partido en silenciar lo político, funciona como articulador simbólico que divide, organiza, reglamenta y disciplina el régimen del presente (apoteosis irrestricta del descalabro/*izquierda*) y el pasado (apogeo idílico/*franquismo*). La ausencia del significante y de los sentidos de *dictadura* es, consecuentemente, hecho significativo que sostiene la resistencia en el discurso de VOX en sus prácticas equívocas y contradictorias.

Palabras-clave: Franco. VOX. España. Discurso Político. Michel Pêcheux.

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – CAPAS DE JORNAIS.....	28
IMAGEM 2 – VALLE DE LOS CAÍDOS .....	30
IMAGEM 3 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE) .....	51
IMAGEM 4 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE) .....	53
IMAGEM 5 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE) .....	56
IMAGEM 6 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE) .....	56
IMAGEM 7 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE) .....	60
IMAGEM 8 – GOOGLE NGRAM (04 DE MAIO DE 2022).....	195

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DO CONJUNTO DE VÍDEOS DISPONÍVEIS NO CANAL (2014-2018*).....	70
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE VÍDEOS ENVIADOS AO CANAL POR ANO (2014-2018*).....	70
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES RECEBIDAS PELO CANAL POR ANO (2014-2018*).....	72
GRÁFICO 4 – ESTIMATIVA DO TOTAL DE VÍDEOS EDITADOS DE PROGRAMAS DE RÁDIO E DE TV DO <i>GRUPO INTERECONOMÍA</i> PRESENTES NO CANAL (2014-2018*).....	75
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO VOX EM PROGRAMAS DO <i>GRUPO INTERECONOMÍA</i> EM COMPARAÇÃO AO TOTAL DE VÍDEOS DO CANAL (2014-2018*) .....	76



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ANÁLISE DE DISCURSO .....	112
-------------------------------------	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AD	- Análise de Discurso
AIE	- Aparelho Ideológico de Estado
ARE	- Aparelho Repressivo de Estado
FE	- Falange Española
C's	- Ciudadanos
Podemos	- Unidas Podemos
PP	- Partido Popular
PSOE	- Partido Socialista Obrero Español

## SUMÁRIO

<b>1 “NO SOMOS FACHAS, SOMOS ESPAÑOLES”: OS RASTROS DO POLÍTICO NA SIGNIFICAÇÃO</b> .....	19
<b>2 DE FRANCO A VOX: MARCOS METODOLÓGICOS E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO</b> .....	26
2.1 VOX ESPAÑA: DO ACONTECIMENTO À CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DO ARQUIVO .....	27
2.2 ARQUIVO, <i>CORPUS</i> DISCURSIVO E (DES)ORDEM DIGITAL: INCURSÕES NO CANAL VOX ESPAÑA.....	44
2.2.1 Arquivo digital, Youtube e seus efeitos no canal VOX Espanha .....	47
2.3 A DELIMITAÇÃO DO ARQUIVO (2014-2018): UMA QUESTÃO DE DOMINÂNCIA POLÍTICA.....	62
2.3.1 Do estatístico ao digital: o que os dados numéricos dizem sobre o arquivo? .....	68
2.4 <i>ESCUA-TRITURAÇÃO</i> : DO ARQUIVO À ESCUTA DO <i>CORPUS</i> .....	77
2.4.1 Arremate: as perguntas de pesquisa e a base material de análise... ..	80
2.5 “LO QUE HA PRETENDIDO [LA LEY DE MEMORIA HISTÓRICA] ES TERMINAR EN ESPAÑA CON LA LIBERTAD HISTORIOGRÁFICA”: DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO VOX .....	82
2.5.1 A descrição materialista do VOX.....	92
2.5.2 VOX <i>vis à vis</i> : a discursivização do partido nos dizeres de seus enunciadores .....	102
<b>3 ANÁLISE DE DISCURSO E NOÇÕES DE REFERÊNCIA</b> .....	110
3.1 DAS BASES CONCEITUAIS-ANALÍTICAS: NOÇÕES DE REFERÊNCIA .....	110
3.1.1 Formação social e modo(s) de produção: do jurídico-político-ideológico ao econômico .....	113
3.1.2 Luta de classes, frações de classe: a reprodução/transformação das relações de classes .....	118
3.1.3 Ideologia: entre o imaginário, a prática e o evidente .....	121
3.1.4 Da superestrutura à linguagem: formação ideológica, formação discursiva e processo discursivo.....	124
3.1.5 Interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva: a travessia dos sentidos.....	128
3.1.6 Forma-sujeito, sujeito e esquecimentos: o simulacro do dizer .....	133
3.1.7 Que base linguística à teoria do discurso? .....	137
<b>4. O FUNCIONAMENTO METAFÓRICO DE <i>DICTADURA</i> NO DISCURSO DO VOX</b> .....	140
4.1 A NOÇÃO DE <i>DICTADURA</i> : UM CONTRAPONTO MATERIALISTA... ..	144
4.1.1 “Lo sabemos y no nos gusta”: efeito de <i>verdade</i> política, discurso autoritário e oposição nosotros/ellos.....	151
4.1.2 “Estamos en un tema gravísimo, en una imposición gravísima, es una dictadura real”: metaforizações de <i>dictadura</i> .....	174
<b>5 UM TRAJETO POSSÍVEL AO NOME <i>FRANCO</i> NA ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	191
5.1 BRÉAL E JESPERSEN: A DENSIDADE SEMÂNTICA DO <i>NOME PRÓPRIO</i> .....	197
5.1.1 Frege: o sentido e a referência do <i>nome próprio</i> .....	202

5.1.2 De Frege a Pêcheux: os terrenos da apropriação contraditória do <i>nome próprio</i>	206
5.2 ENTRE A (IN)DETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE E DA EXCLUSÃO DO SENTIDO: O EFEITO DE AUSÊNCIA EM DESCONTINUIDADES, RUPTURAS E DISCREPÂNCIAS NO DISCURSO DO VOX .....	212
5.2.1 Não condenar a história ou ressignificá-la? As cadeias parafrásticas de franquismo e franquista no discurso do VOX.....	212
5.2.2 As configurações significantes de <i>franquismo</i> e <i>franquista</i> : efeitos de conclusão.....	236
5.3 DA LÍNGUA À HISTÓRIA: O DUPLO EFEITO DA AUSÊNCIA NO DISCURSO DO VOX .....	237
5.3.1 O domínio das comparações .....	240
5.3.2 O domínio da memória do político e do econômico... ..	249
5.3.3 O domínio da ausência marcada no discurso do VOX... ..	263
5.3.4 As configurações discursivas da ausência do significante e dos sentidos de <i>dictadura</i> no discurso do VOX: efeitos de conclusão .....	273
<b>6 EQUÍVOCO, AUSÊNCIA E SILÊNCIO NO DISCURSO DO VOX: EFEITOS DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>276</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>278</b>
<b>REFERÊNCIAS FÍLMICAS E JORNALÍSTICAS.....</b>	<b>286</b>
<b>ANEXOS 1 – MENÇÕES A FRANCO.....</b>	<b>289</b>
<b>ANEXO 2 – COMPILAÇÃO DOS DADOS DO CANAL VOX ESPAÑA.....</b>	<b>290</b>

## 1 “NO SOMOS FACHAS, SOMOS ESPAÑOLES”: OS RASTROS DO POLÍTICO NA SIGNIFICAÇÃO<sup>1</sup>

Não há sujeito da história porque a história é um processo sem Sujeito nem Fim(s), diz Althusser ([1995] 1999), lembrando-nos de que somos determinados pelas relações de produção e pela luta de classes, portanto, um sujeito da história não existiria alheio à contradição. Se isso é certo, os efeitos do real histórico são esparzidos desigualmente no corpo social: nem universais, nem individualizados, mas particularizados do político ao econômico em conjunturas específicas. E uma dessas conjunturas remete ao título do capítulo e da tese: *No somos fachas, somos españoles*. Aqueles que mais além dos estereótipos culturais ou coloniais procuraram decifrar a *Europa ibérica*, certamente romperam com incontáveis imaginários sociais; isto porque uma das *virtudes* da história é não ser completamente evenemencial, mas matriz de cisões, lutas, opressões, reviravoltas e imprevistos. Isso se estende ao campo do simbólico, visto que a significação também é uma matéria sobre a qual a história faz (re)conhecer sua impossibilidade de sujeito e de fim.

No outono de 2017, um fato eclipsou a Espanha e atraiu a atenção internacional: na Comunidade Autônoma<sup>2</sup> da Catalunha se realizava o plesbicio que tinha por objetivo delegar à população, daquela comunidade, a tarefa de decidir pela independência da região, com vistas à formação de um novo país. Nesse processo, um dos fatos dedicados ao *esquecimento* foi a manifestação de um militante *constitucionalista* vestindo a bandeira da Espanha e gritando pelas ruas catalãs palavras de ordem como: *No somos fachas, somos españoles*. O vídeo, que registra esse manifestante, feito a partir de um *smartphone* e vinculado na conta oficial do partido político espanhol VOX no YouTube, o *VOX España*, com a manchete *Santiago Abascal - Estamos en*

---

<sup>1</sup> Ao longo da tese o itálico será usado quando um termo ou expressão, independentemente da língua (portuguesa ou espanhola), apresentar efeito de ênfase, destaque ou adquirir sentidos não convencionais. Por meio desse recurso tentamos dar a ver na materialidade linguística a presença das evidências da ideologia, umas das especificidades da Análise de Discurso. Dessa forma, o uso do itálico se aglutina com outros de seus usos, como a expressão, frase ou palavra em língua estrangeira.

<sup>2</sup> Designação constitucional das regiões administrativas espanholas que possuem autonomia legislativa e poder de gerir, administrar e pactar competências como educação e saúde. Um exemplo é a autonomia para determinar a língua oficial da comunidade autônoma, no caso da Catalunha, o catalão.

*Barcelona y esto es lo que acabamos de presenciar*<sup>3</sup>, nos mostra Santiago Abascal (presidente nacional do VOX) acompanhando a intervenção firme e efusiva do manifestante na calçada na data de realização do plebiscito (01 de outubro de 2017). O vídeo recebeu mais de um milhão de visualizações, mas hoje em dia ninguém parece se lembrar nem do manifestante, nem do vídeo. Porém, aquelas palavras: *No somos fachas, somos españoles* se tornaram um coro coletivo das manifestações que aconteceram no contexto do *procés català*, colocando com força na cena política o fascismo (ou, pelo menos, indiretamente).

Nessa esteira, *Facha* é a transformação do termo *fascista* utilizada no espanhol peninsular em sentido depreciativo. Não somente para designar alguém que *reaccionariamente* é fascista, mas também como ofensa em outros contextos. De uma forma ou de outra, a negação que mobiliza o uso dessa designação inaugura uma série de questões: por que negar o que não se é? Por que afirmar enfaticamente que se é espanhol recorrendo ao uso de uma negação? O que essa operação discursiva de exclusão (não sou *x*, mas *y*) indica? Quem pode na formulação ser os *fachas*? Sob a marca do *somos*, quem está incluído nesse *nosotros*? Quem seriam os espanhóis? Por que *facha* é diferente de espanhol? Quem pode ser designado por *facha*? Longe de responder às indagações, as sinalizamos como mostra da existência de um discurso-outro que transversaliza as palavras de ordem do manifestante: vestindo a bandeira da Espanha, ele *luta* contra aqueles que associam imaginariamente *facha* aos símbolos nacionais, entre eles o território, a língua, a bandeira, etc. Seu papel é reaver o que foi tomado imaginariamente pelo outro. O que não se diz é que para assentar uma posição sobre *facha* ou espanhol, um nome próprio é convocado: Franco, o ditador que ocupou a direção do Estado espanhol entre 1939 e 1975. Um nome que parece assentar de antemão uma série de evidências.

Além da especificidade material do nome próprio *Franco*, ele também serve de leme para introduzir a pesquisa doutoral, que toca ao mesmo tempo em movimentos contemporâneos das novas direitas, direitas reacionárias, extremas direitas, direitas identitárias, direitas neofacistas, etc., e na sua forma

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://youtu.be/plbZjjkcE30>. Acesso 07 dez. 2022.



de (não) significar o passado. Assim sendo, buscamos examinar, à luz da Análise de Discurso (AD) materialista, o funcionamento discursivo do nome *Franco* nos dizeres do VOX (partido político espanhol *dito* de extrema-direita). A partir do arquivo que constituímos para o tema, isto é, vídeos do canal do YouTube VOX España, notamos que nos mais de 950 vídeos examinados (2014-2018), que totalizam mais de 80 horas de escuta, uma regularidade funcionava em relação ao nome *Franco*: a ausência do significante *dictadura* nas mais diferentes formulações em que o nome do ditador aparecia *in praesentia*. Esse fato nos levou a uma série de questionamentos: se *dictadura*, no fio do discurso, não é um dos constituintes do processo de significação de Franco nos dizeres do VOX, que outros elementos/objetos o significam? Como são produzidas as famílias parafrásticas nas quais *dictadura* aparece *in praesentia*? Como os sentidos de *dictadura*, no processo parafrástico, ditam faltas, exclusões, negações e apagamentos em relação a *Franco*, *franquismo* e *franquista*<sup>4</sup>? Partindo dessas interrogações, organizamos a tese em cinco capítulos, que dão conta das frentes metodológica, teórica e analítica.

O capítulo 1 dá conta da introdução. Na sequência, no capítulo 2, nos debruçamos sobre os caminhos metodológicos da pesquisa e as condições de construção e de montagem do arquivo, assim como o recorte do *corpus* discursivo. Na parte metodológica, enlaçamos uma reflexão sobre o digital na construção e montagem do arquivo e a dialética teoria/análise no recorte analítico. O capítulo começa com a apresentação de alguns elementos que remontam o fio temático sobre a exumação do Franco do *Valle de los Caídos* (*Cuelgamuros*), para depois adentrar no campo dos textos midiáticos sobre esse acontecimento. A partir das falas do VOX na mídia, é que conseguimos, então, estabelecer com maior solidez os critérios usados para construir e montar o arquivo e realizar a delimitação temporal; escolheu-se o canal do YouTube administrado pelo VOX, a saber, *VOX España*, face à heterogeneidade de falas internas dos membros do partido presentes nos vídeos da plataforma; a delimitação temporal ficou condicionada ao critério de *com dominância política*

---

<sup>4</sup> *Franquismo* e *franquista* são designações mais abundantes e comuns no espanhol peninsular para designar *dictadura de Franco*.

(PÊCHEUX, [1975c] 2014a)<sup>5</sup> que marca uma conjuntura concreta no período de 2014 a 2018, no âmbito do Aparelho Ideológico de Estado parlamentar. Em seguida, a reflexão do digital destaca o arquivo on-line como produto do funcionamento algorítmico-informático e da memória metálica (ORLANDI, 2007), que automatizam a relação do sujeito com o arquivo. Enlaçando essas duas frentes, chegamos então à explicitação do exercício de *escuta-trituração* que possibilitou o recorte a partir do arquivo montado. Esse exercício tentou dar *fulcro* à fragmentação e dispersão dos sentidos no gesto de escuta, na condição de dar à profusão de vozes presentes na escuta do recorte, lugares de *ancoragem*. O exercício de *escuta do social* (HERBERT, [1966] 2011) nos demonstrou a existência de uma regularidade discursiva: o efeito de ausência (*in absentia*) do significante<sup>6</sup> *dictadura* em todas as formulações em que o nome *Franco* aparece em presença (*in praesentia*). Esse fato significativo nos conduziu à divisão dos capítulos 4 e 5: no quarto, analisamos os efeitos de sentido de *dictadura* quando *in praesentia* nos dizeres dos interlocutores do VOX; no quinto, nos dedicamos a explorar a opacidade do nome *Franco*, *des-mobilizando* as evidências que cercam sua significação ao confrontá-lo com o efeito de ausência do significante *dictadura*. Ao final do capítulo 2, damos espaço a uma discussão sobre as condições de produção das políticas de memória histórica na Espanha; esse movimento nos permite, por fim, introduzir as condições de produção do VOX como partido político (URBÁN, 2019; CARMONA PASCUAL, 2020; RUBIO-PUEYO, 2019).

O capítulo 3 conta da explicitação teórica. Auxiliados pelo Quadro 1, realizamos um percurso pelos principais pressupostos teóricos da teoria do discurso, a fim de demarcar num duplo gesto, a constitutividade materialista da

---

<sup>5</sup> Ao longo da escrita remeteremos a diferentes obras e textos de Michel Pêcheux, por isso, utilizaremos a data original de publicação para auxiliar na distinção. As datas originais de publicação são tomadas de Piovezani e Sargentini (2011) e Silva (2021). Quando a data não for conclusiva será procedida por interrogação.

<sup>6</sup> Logo de entrada destacamos como compreendemos, ao longo da tese, a noção de “significante”. Esse conceito nodal na construção da linguística moderna por Saussure, representa para nós algo além da imagem acústica, da arbitrariedade e das convenções do signo. O entendemos como parte da matéria linguística que se produz na cadeia significante (estruturada pela falha) (LAGAZZI, 2008) e tensionada a diferentes modos de significação. Portanto, o tratamento de designações como *dictadura*, *franquismo*, *franquista*, *Franco* como significantes é para sinalizar que o processo metafórico estrutura todo e qualquer dizer, sobretudo, as produções discursivas que jogam pela discrepância entre diferentes domínios de memória, caso por excelência do discurso do VOX.

teoria, com destaque às noções de formação social, classes, luta de classes, meio(s) de produção, dentre outros; e, também, demarcar no domínio teórico como nos apropriamos e que uso realizamos de formulações teóricas como formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, memória discursiva, sujeito, esquecimentos e base linguística. Damos destaque às formulações teóricas de Pêcheux, de quem mobilizamos amplamente textos e proposições teóricas e analíticas.

No quarto capítulo, passamos, então, a esboçar caminhos para contestar algumas das perguntas que realizamos, especialmente esta: como são produzidas as famílias parafrásticas nas quais *dictadura* se constitui *in praesentia*? O capítulo é dividido também em duas partes; uma, mais ligada à noção materialista de *dictadura*; a segunda, por sua vez, apresenta um exame de sequências discursivas (os recortes) dos dizeres dos membros do VOX presentes no canal do YouTube. Na primeira parte, nos pautamos na análise historicista de Stoppino (1998) para estabelecer pontos de interpretação sobre a instituição *ditadura*; em seguida, adentrando a análise materialista, reportamos a obra de Poulantzas (1976) que caracteriza, a partir do materialismo histórico, elementos para compreender a ditadura franquista. Na segunda parte do capítulo, dividimos as análises em dois momentos: primeiro, analisamos a presença de *dictadura* em formulações em que se destacam a presença de nomes de políticos e países, como *dictadura venezuelana* ou *dictadura castrista*. Trata-se de processos metafóricos em que o significante *dictadura* desliza a partir da posição de sujeito que se inscreve o enunciador. Duas marcas discursivas aparecem logo de entrada: o funcionamento do discurso autoritário (ORLANDI, 1996) e do antagonismo entre *nosotros/ellos*. Na segunda parte das análises aprofundamos a captura do efeito metafórico, dessa vez com as *dictaduras* imaginárias, isto é, aquelas que são constituídas no dizer do enunciador do VOX e dependem do efeito de legitimidade/verdade produzido por este para serem validadas como *dictadura de género* ou *dictadura de lo políticamente correcto*; há, nesse caso, a construção de um referente que está calcado em recortes arbitrários e dissonantes do real histórico.

Por fim, o capítulo 5 representa a parte final do movimento de interpretação em que confrontamos o que é dito sobre *dictadura*, com o que é dito sobre *franquismo*, *franquista* e *Franco* em outras formulações do VOX. Para

tanto, dividimos o capítulo em três momentos: a reflexão sobre o nome próprio a partir de pressupostos materialistas; o funcionamento da ausência de sentidos de *dictadura* nas designações *franquismo* e *franquista*; e, por fim, a ausência dos sentidos e do significante *dictadura* nas formulações em que *Franco* comparece *in praesentia*. Na reflexão teórica, optamos pela mobilização de autores que convergem (em algum grau e medida) com pressupostos materialistas, como Bréal<sup>7</sup> ([1904] 1992), Jespersen<sup>8</sup> ([1924] 1968), Frege<sup>9</sup> ([1892] 2009) e Pêcheux ([1975c] 2014a). O ponto nodal que os une contraditoriamente é a noção de nome como densidade semântica (SEIDE, 2006). Em seguida, exploramos a ausência de sentidos de *dictadura* nas designações *franquismo* e *franquista* que sinaliza para uma disputa de significação entre o discurso do VOX e o discurso-outro, entre o *nosotros* e o *ellos* e, especialmente, entre o que designamos por efeito de denotação (entendido ao longo das análises como a tentativa - ilusória - do sujeito do discurso em impor o puro valor lexical do nome, apagando a materialidade dos processos históricos e discursivos) e o efeito de conotação (compreendido por nós como a atribuição imaginária - especialmente ao discurso-outro - de palavras e sentidos possíveis em torno ao nome *Franco* e a sua memória).

Na sequência, no gesto de análise sobre o nome *Franco*, destacamos três domínios significantes em que o nome *Franco* comparece *in praesentia* (linearizado no intradiscurso, na função de substantivo na estruturação sintática): o domínio da comparação, o da memória do político e do econômico e o da ausência marcada. O movimento analítico nos levou a compreender que ao longo dos recortes o nome *Franco* foi mobilizado como hiato que serve de articulador simbólico entre o passado e o presente, uma linha divisória que às vezes pende ao efeito da conotação e, outras, ao efeito da denotação. Desta forma, o nome *Franco* representa algo ao enunciador quando este é capaz de

---

<sup>7</sup> É considerado como um dos precursores da semântica, tendo como obra mais conhecida o *Ensaio de Semântica* ([1904] 1992). As reflexões de Bréal fazem ressoar a natureza polissêmica e subjetiva do signo linguístico.

<sup>8</sup> Filósofo da linguagem que abriu espaço em suas reflexões para uma conciliação do entendimento de língua como *fato vivo* e *atividade real*, enlaçando (a seu modo) a gramática à historicidade da língua.

<sup>9</sup> Filósofo e lógico que perseguiu a lógica (e idiosincrasias) do simbólico a fim de despir, em última instância, a língua natural de imperfeições (ambiguidades, inadequações, etc.). Possui grande importância na reflexão que Pêcheux (re)faz sobre o pensamento, o nome próprio, o sentido e a referência.

desmontar, desarmar e enfrentar o discurso-outro e os adversários políticos, atribuindo a eles um lugar imaginário de mentira e falsificação da história. No entanto, se o nome *Franco* é o que desestabiliza o campo do *ellos*, ele também assenta um corpo significativo ao discurso do VOX: esse lugar é o da ausência sintática e significante de *dictadura* como atributo às construções sintáticas em que esse significante poderia se linearizar como núcleo do sintagma nominal (*dictadura de Franco*), mas que tão somente existe para os locutores como *mentira* no plano imaginário do discurso-outro e do *ellos*. Como veremos, ainda que o enunciador tente subordinar-se ao efeito da denotação (numa tentativa de fazer prevalecer a ilusão de que a referência é obra da literalidade e que os objetos materiais são peças de discurso), a ausência, não-presença, rechaço do significante *dictadura* e de sentidos que orbitam em torno a ele não exime o nome *Franco* (mesmo quando elidido) de apontar para o real histórico que produziu as práticas franquistas; trata-se, ao final das contas, de um processo de resistência às *avessas*, no qual os sujeitos identificados à formação discursiva dominante do VOX, se contrapõem a uma hegemonia inexistente. Ainda assim, sua eficácia material segue vigorante e penetrando cada vez mais nos AIEs do Estado espanhol: o nome e a memória de Franco resistem.

## 2 DE FRANCO A VOX: MARCOS METODOLÓGICOS E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A história de Sánchez Mazas, conhecido ideólogo da Falange<sup>10</sup> e literato da Espanha de Franco, atraiu a atenção de inumeráveis leitores no famoso romance testemunho *Soldados de Salamina*, de Javier Cercas<sup>11</sup>. No livro, a Guerra Civil Espanhola, contenda em que duas forças políticas e militares antagônicas (republicanos e nacionalistas) enfrentaram-se mortalmente<sup>12</sup>, torna-se palco de um fato profundamente inesperado e contraditório: a vida de Sánchez Mazas - capturado por uma milícia republicana - é poupada por um soldado inimigo, Miralles. A narrativa, que tensiona os limites da ficção e do relato histórico, nos apresenta a matéria que funde a contradição ao poder de vida e de morte. Tal fato conduz o autor-narrador-personagem (Javier Cercas) a uma quase loucura-obsessão para desvendar a *verdade* por trás do ato de misericórdia de Miralles. Por que havia deixado Mazas viver? Por que poupar a vida de quem ele deveria assassinar? Por que correr o risco de ser sancionado por deixar um prisioneiro desconhecido escapar? As inquietações do autor-narrador-personagem levam o leitor a acompanhar e compartilhar de sua estranha obstinação pela *verdade pendente*. Independentemente dos achados do narrador-personagem ou da declaração colhida quando este encontra Miralles, há um ponto de não retorno na história: Mazas foi salvo por seu inimigo. A contradição produzida como força de vida ou de morte, desestabiliza as certezas pragmáticas que se apoderavam do real cotidiano, isto é, as convicções de que uma força inimiga (republicana) *deveria* liquidar a outra (nacionalista).

---

<sup>10</sup> Movimento fascista que apoiou politicamente o franquismo. Também representou o único partido permitido durante o franquismo: “Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista”.

<sup>11</sup> É tido como o *Mario Vargas Llosa* da Península Ibérica, isto porque suas posições nacionalistas e antiesquerda o conduzem, para os críticos políticos, ao terreno da direita política.

<sup>12</sup> Os meandros da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) contam com uma dinâmica complexa e irreduzível. Sobre o tema indicamos a tese de Hernández Burgos (2012) que se demonstrou bastante completa em relação ao tema desta Guerra Civil e da formação, reprodução e transformação das condições históricas, políticas e econômicas do Estado franquista. A título informativo, diremos que na Guerra Civil Espanhola se precipitou uma “janela revolucionária”, na qual as forças (com suas devidas repartições e divisões) em combate ora são aliadas à Segunda República (1931-1939) (republicanos, comunistas, anarcosindicalistas, dentre outros), ora são sectárias aos nacionalistas sublevados (militares, monárquicos, clérigos, dentre outros), ora pendem para outros lugares, como o processo revolucionário. Essa descrição esquemática só pode ser levada a sério se considerada as leis de desigualdade e de contradição que habitavam esse complexo processo de combate político e bélico. Poulantzas (1976) aproveitando a teoria de Lênin “do elo mais fraco”, dirá que após a Alemanha e a Itália, o elo mais fraco da cadeia imperialista se tornou a Espanha, como faz prova a Guerra Civil que enfrentou.



Sejam as relações entre fatos e ficção, sejam as entre história e memória, há a proeminente ausência de uma fronteira que amplifique o estancamento entre essas categorias; não há uma linha divisória ou uma cortina de ferro que as divida, segmente ou separe. São linhas permeáveis, instáveis e, por vezes, indiscerníveis. De modo análogo se formulam as interpretações da esQUIVA de Miralles: metáfora da conciliação, gesto heroico, estupidez. Aparte da interpretação que prevaleça no dispositivo de interpretação ideológico do sujeito-leitor (ORLANDI, 2007), não é possível aferir um ponto final (é *x* ou *y*), porque há a possibilidade do equívoco, do deslize de sentidos.

Ainda a esse respeito, Orlandi nos diz que há um outro tipo de dispositivo de interpretação, o teórico-analítico, que funciona em detrimento de substratos teóricos e de leituras que se materializam no gesto analítico. É desse dispositivo, que faz parte da formatação metodológica, que passamos a apresentar. Antes de mais nada, temos que descrever recortes e escolhas, isto é, precisamos apresentar os marcos do trabalho metodológico que contemplam: (I) construir um arquivo; (II). descrever, caracterizar e precisar a montagem do *corpus*; (III). estabelecer, explicitar e relacionar a formulação da pergunta de pesquisa em relação aos fatos de linguagem recortados em sequências discursivas do *corpus*; e, (IV). delimitar, mapear e demonstrar as bases materiais das condições de produção do *corpus* e das sequências discursivas objeto de descrição/interpretação. Ainda que esse último ponto se relacione mais com o gesto de leitura do analista, ele é imprescindível para compreender (especialmente em nosso caso) como as condições jurídico-político-ideológicas atravessam práticas discursivas imbricadas em repetições/atualização de memórias e historicidades. Portanto, neste capítulo nos dedicamos a tratar dos marcos metodológicos e das condições de produção, que longe de homogeneizar a história e a materialidade linguística, as abrem à contradição e ao equívoco. Certamente, um movimento capaz de salvar ou condenar: dilema que Miralles conheceu como ninguém.

## 2.1 VOX ESPAÑA: DO ACONTECIMENTO À CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DO ARQUIVO

No ano de 2019 a Espanha foi marcada por acontecimentos históricos monumentais. Dentre eles - e talvez o mais memorável -, a exumação dos restos mortais de Franco, que jaziam no *Valle de los Caídos (Cuelgamuros)*<sup>13</sup>. Uma segunda morte, como qualificaram alguns cientistas políticos ibéricos. Dessa vez, um óbito político. O primeiro, o físico, ocorrido na noite do 20 de novembro de 1975 se eternizou no plantão televisivo de emergência chamado por Carlos Arias Navarro<sup>14</sup> (político franquista), no qual proferiu um dos enunciados que mais se repetiu naquele momento: *Espanñoles, Franco ha muerto*. Esse evento sucedeu ritos de comoção e de reconhecimento internacional. No campo midiático, por exemplo, o enunciado de Arias Navarro se repetiu intradiscursivamente, com alguma ou outra diferença na ordem sintática, como vemos na Imagem 1, com uma foto dos jornais impressos que circularam em Madrid à época da morte de Franco (20 de novembro de 1975):

IMAGEM 1 – CAPAS DE JORNAIS



Fonte: Archivo ABC (1975)

A atualidade do acontecimento se materializou nas multidões que saíram às ruas, às centenas que compareceram ao *Valle de los Caídos* e aos milhares

<sup>13</sup> Adiante retomaremos esse ponto a fim de descrever as condições contraditórias e desiguais que o atravessaram no nível sócio-histórico.

<sup>14</sup> Carlos Arias Navarro (1908-1989) teve um papel destacado durante a Guerra Civil e o Estado franquista. Na Guerra Civil ditou penas de mortes sumárias e atuou com virulência e opressão nos arredores de Málaga (sul da Espanha). Já durante o Estado franquista destacou-se como prefeito de Madrid e ministro de governo.

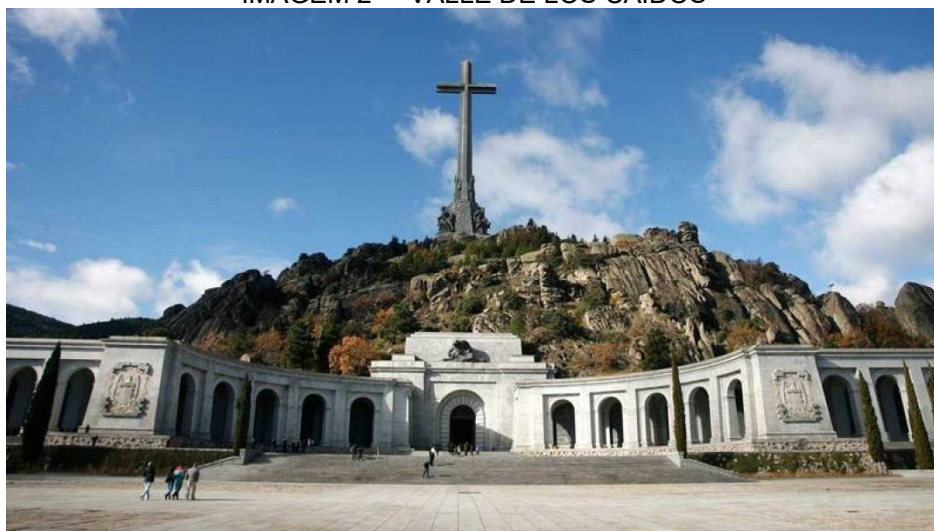
que acompanharam, pelo rádio e TV, as homenagens, as honrarias e os atos fúnebres. O lamento à morte de Franco ultrapassou as fronteiras ibéricas e chegou a ser audível, por exemplo, na Assembleia Geral da ONU - Organização das Nações Unidas (VIANA, 2019) e, também, no Brasil. Em terras brasileiras, as condolências foram enviadas em nome de Ernesto Geisel, presidente militar à época, por meio de telegrama (BRASIL, 1975). Entre a morte física (1975) e o enterro político (2019) – se a metáfora assim permitir – se passam mais de 40 anos. Nessa *rachadura* temporal, a história e os ritos do simbólico passam a (re)elaborar-se. E o passado a conhecer outras silhuetas:

O passado não é apenas uma memória constituída oficialmente com a qual a classe dominante poderia jogar, a qual ela poderia usar e da qual ela poderia abusar; ele não é também unicamente constituído de fragmentos, de retalhos mais ou menos deslocados, ocultos, esquecidos, que grupos ou indivíduos procuram fazer vir à tona, grupos de vítimas da história que pedem o que lhes é devido sem ser escutados; não é simplesmente, pelos depósitos, arquivos e documentos que deixa, matéria para elaboração científica para o conhecimento ou para histórias familiares que se transmitem de geração em geração sofrendo deformações, transformações, reescrevendo-se ou reelaborando-se na oralidade; ele é também uma força que nos habita e nos estrutura involuntariamente, inconsciente, o tecido do qual somos feitos (ROBIN, 2016, p. 215).

A matéria do passado, formada a partir de memórias oficiais, sociais, institucionalizadas, oprimidas, apagadas, aniquiladas, transforma o tempo transcorrido num alicerce – como bem sinaliza Robin – que cinde os sujeitos, ao passo que turva o presente. No entanto, o passado e a memória – seja ela qual for – tem mais afinidade com a ideologia dominante do que a reflexão de Robin deixa ver. Por isso, far-se-ia necessário perguntar: ante quais injunções jurídico-político-ideológicas se produziram a(s) memória(s) sobre Franco? Se houve mudanças no modo de lembrar e celebrar o passado legado por Franco, quais mecanismos propiciaram essas mudanças? Como o poder se repartia e se repatriava durante o franquismo? O que Franco, enquanto símbolo ou ícone de uma certa história da Espanha, pode significar? A memória dos vencedores na Guerra Civil Espanhola seguiu produzindo sua eficácia ideológica? Se não, por quê? As perguntas abrem as portas para que o passado, “o tecido de que somos feitos” conforme Robin, possa ser confrontado com o presente. Nesse ponto, começam a aparecer alguns dos elos que nos levaram ao recorte temático da pesquisa.

A partir da década de 2000 até a história presente, diversas formações sociais que durante o século XX conheceram ditaduras autoritárias e opressoras, passaram a escutar “grupos de pessoas” (em sua maioria, vítimas e subjugados) que demandam que o passado seja *revisado* a fim de que os crimes, os abusos e as mentiras contadas pelos agentes das ditaduras, sejam expostos, deixados visíveis. Em resumo, “pedem o que lhes é devido”, retomando Robin. Da América Latina à Espanha, são notórios os casos em que o AIE parlamentar produz legislações a respeito da “verdade” face ao passado que vem à tona - as conhecidas leis de memória histórica. Na Espanha, uma dessas leis (Ley 52/2007) ampliada em 2018 (Real Decreto-Ley 10/2018)<sup>15</sup>, procurou *revolver* uma das contradições (entre tantas) flagrantes na história desse país: a presença de Franco no *Valle de los Caídos*. Na imagem 2, há um registro do monumento:

IMAGEM 2 – VALLE DE LOS CAÍDOS



Fonte: RTVE – EFE (2021)

---

<sup>15</sup> À frente retornaremos as condições de aprovação dessas leis. Salientamos que no ano de 2022, a memória histórica recebeu um giro mais contundente, com a aprovação no Congresso dos Deputados da *Ley de Memória Democrática*. Essa nova lei, que agora (setembro de 2022) tramita no Senado, amplia vários aspectos jurídicos, políticos e educativos das anteriores legislações. Destacamos alguns pontos: atribuição do Estado em organizar a busca e identificação das vítimas fatais da Guerra Civil e da ditadura franquista – antes essa função estava muito mais ligada às associações de memória histórica e a iniciativas paraestatais; organização de censos das vítimas e criação de bancos de DNA para facilitar a identificação e o registro das vítimas fatais – essas iniciativas não estavam discriminadas nas legislações anteriores; ensino de conteúdo da memória na educação pública espanhola – antes não havia obrigatoriedade. Ainda que a lei represente um fato significativo importante à nossa pesquisa, a deixaremos de lado pois no momento da escrita da tese sua aprovação ainda não havia se concretizado plenamente – não havia sido aprovada pelo Senado e nem sancionada oficialmente.

Solé e López Soler (2019) buscam demonstrar como o franquismo se petrifica no *Valle de los Caídos*, entendendo esse espaço de memória (NORA, 1993) como expressão da ideologia nacional-católica. O monumento, que fica localizado numa região próxima a Madrid é, conforme Solé e López Soler (2019), parte de uma política de *paisagem cultural*, na qual o franquismo impôs seus símbolos no espaço urbano: ruas, placas, estátuas, santuários, etc. No entanto, o caso do *Valle de los Caídos* possui suas particularidades, dado que ele adquiriu uma identidade fundada em incontáveis contradições: erigido sob centos de ossadas (muitas sem identificação), promove a memória dos vencedores da Guerra Civil, atesta o pacto entre o Estado e Igreja, assim como teve sua construção realizada por meio de mão de obra forçada, isto é, presos políticos republicanos escravizados que, em grande medida, faleceram durante a construção, etc. Inaugurado em 1959, após quase vinte anos de construção (o começo da obra data de 1940), o *Valle de los Caídos (Cuelgamuros)* conta com o que foi a maior cruz da Europa (130 metros de altura), com basílica e monastério. Além disso, abrigou até recentemente dois dos mais proeminentes representantes da Guerra Civil e das alianças políticas do franquismo: Francisco Franco Bahamonde e José Antonio Primo de Rivera<sup>16</sup>. De maneira sucinta, Solé e López Soler argumentam que o *Valle de los Caídos* representa o *franquismo materializado* – uma das razões pelas quais grupos de sobreviventes de apoio ao franquismo, como falangistas, anticomunistas, realizam/ram manifestações nesse espaço. Desta forma, segundo os pesquisadores, a exumação de Franco de seu mausoléu representaria um *ato simbólico* que poderia levar à *ressignificação global* do monumento e, também, do passado franquismo.

---

<sup>16</sup> José Antonio Primo de Rivera (1903-1936) foi um dos fundadores da Falange Española, grupo fascista que se aliou - com desequilíbrios e desigualdades - ao Estado franquista. Durante os primeiros anos do Estado franquista, houveram vários movimentos de aproximação com as ditaduras nazista da Alemanha e fascista da Itália. Esse primeiro momento do Estado franquista é considerado pela literatura especializada como primeiro franquismo e ditadura *cuasi* fascista (DE PUELLES, 2012), justamente pela forte presença de uma com dominância da ideologia fascista e, também, pelo proeminente poder político da Falange. Com o tempo, a influência da Falange Española entrará em declínio, especialmente pela disputa com a Igreja Católica, que também exercia extrema influência ideológica e política sob o Estado Franquista. Ainda assim, Primo de Rivera se eternizou no imaginário franquista (e na história oficial do franquismo) como um dos salvadores da pátria, ao lado de Franco. Prova disso são os textos escolares da época, como os analisados em Ragievicz (2021). Ainda cabe dizer que José Antonio Primo de Rivera foi filho de Miguel Primo de Rivera, ditador espanhol de 1923-1930 (deposto pela II República).

Nesse sentido, uma das pautas que acompanhou a retirada - e, em partes, contribuiu na consolidação do apoio popular à exumação - foi que Franco não era um caído<sup>17</sup> na Guerra Civil e, portanto, o *Valle de los Caídos* não poderia ser seu lugar de sepultamento. É certo que se trata de uma descrição estreita, que só pode ser relacionada ao contexto mais amplo dos movimentos (de protestos a legislações) que buscaram *resimbolizar* ou *aniquilar*, às vezes sem compreender sua natureza, as contradições do franquismo que passaram a se inscrever, romper e deslocar nas práticas e nas memórias após a transição à democracia liberal<sup>18</sup>. Conforme Pollak (1989, p. 9):

[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

Valendo-nos da afirmação de Pollak, podemos entender que o movimento de consolidação de um consenso desigual sobre Franco, o franquismo, a Guerra Civil e os lugares de memórias dedicados a esses, reorganiza a coesão política e o pacto com o passado. Mas se trata de um processo desigual, no qual não há um ponto final, nem equilíbrios, pois há principalmente a presença da resistência nos processos políticos e discursivos que não deixam a voz das vítimas da Guerra Civil e do franquismo se silenciarem e romperem com o *pacto de silêncio* imposto sobre esses períodos históricos.

Por outro lado, se há resistência é porque segue existindo uma luta entre forças antagônicas, que mostram a perseverança de traços ideológicos do franquismo na atual formação social espanhola. A esse respeito, Poulantzas ([1972] 2019) retoma a tese de Lênin da mudança da infraestrutura para reafirmar o caráter imediato de transformação dessa: mudando a base econômica se muda, em boa medida, a superestrutura. No entanto, trata-se de uma mudança com graus, níveis e estruturas variáveis. A exemplo disso, Poulantzas comenta, retomando Lênin, que no Estado transitório, após a Revolução Russa, mesmo com a mudança da base econômica, a aparelhagem de Estado pôde reproduzir no nível superestrutural práticas e traços das

---

<sup>17</sup> Quer dizer, não foi um dos combatentes mortos na Guerra Civil.

<sup>18</sup> *Transição Espanhola* (1975-1978).

formações ideológicas (ALTHUSSER, [1995] 1999) do Estado czarista. Correlacionando essa afirmação às condições de transição do Estado franquista à democracia liberal e burguesa, qualquer transição que se operou buscou romper com as formações ideológicas do Estado franquista (nacional-catolicismo<sup>19</sup>) (HERNÁNDEZ BURGOS, 2012) para a instauração da ideologia burguesa (neo)liberal dos Aparelhos Ideológicos de Estado ao Aparelho Repressivo de Estado. Logo, a transição não se trata de um processo progressivo e extinguidor do Estado anterior. Ainda que as condições da reprodução do regime franquista tenham deixado de se reproduzir, suas marcas e materialidades não desapareceram no alvorecer da aurora. E as políticas dos usos da memória e do esquecimento, como as leis de memória histórica, têm a ver com essas marcas deixadas que seguiram se reproduzindo, ainda que, em alguns casos, sequer os propulsores de políticas de memórias conhecem a fundo com o que estão lidando. Por isso, seria idealista (e ilusório) supor que a morte de Franco significou o fim de um Estado e de suas práticas; elas continuaram atuantes na memória social, em sujeitos identificados com fragmentos ou práticas do franquismo e, principalmente, com os lugares de memória que se estabeleceram em torno dele. Em síntese, processos desiguais, contraditórios e sobredeterminados (ALTHUSSER, [1965] 2015) que não podem ser resolvidos no par visibilidade/ausência.

Acerca da cronologia do processo de exumação de Franco, Romero Llorca (2020) oferece uma descrição (que peca, é verdade, pelo excesso descritivo e esquemático) bastante precisa sobre a progressão cronológica da exumação no Aparelho Ideológico de Estado político. O ponto de partida da autora é o fim do governo Mariano Rajoy<sup>20</sup> em 2018. A descrição da pesquisadora nos permite apreender, se mobilizarmos um dispositivo de leitura materialista, como a reorganização política e ideológica das forças no poder, às

---

<sup>19</sup> Muitos historiadores defendem que o Estado franquismo é marcado sobretudo pelo nacional-catolicismo, isto é, um Estado católico. De Puelles (2012) defende que no segundo franquismo, o desenvolvimentista (1945-1959), perdurou fortemente uma ditadura nacional-católica, sobretudo em função da derrota dos fascismos e nazismo na Segunda Guerra Mundial. O papel de força com dominante do fascismo da Falange é, portanto, preterido pela ideologia nacional-católica. É por essa via, a do nacional-catolicismo, que também se inaugura mais tarde o terceiro franquismo (tardo-franquismo), marcado por uma ditadura tecnocrática (1959-1975), com forte presença do Opus Dei (DE PUELLES, 2012).

<sup>20</sup> Mais adiante discutiremos com mais detalhes os governos Rajoy, que apresentam uma relevância grande na forma como operamos a organização e o recorte do *corpus*.

vezes pendendo a seu enfraquecimento (acordo de investidura x acordos de governo), permitem que o uso da memória e do esquecimento volte a ser pauta legislativa e política. Outra contribuição do trabalho de Romero Llorca consiste na apresentação de uma breve cronologia - sobretudo aos não familiarizados com o tema - do contexto da morte de Franco e a transição. Além disso, a autora monta um arquivo diversificado com capas de jornais e textos jornalísticos que foram publicados no dia da exumação de Franco, em 24 de outubro de 2019. Com isso, a exumação não significou, de nenhum modo, um evento de despedida definitivo à memória do franquismo e de Franco, sobretudo, pela natureza porosa, desigual e contraditória desse evento. No nível político, as manifestações contrárias ao exercício da política do esquecimento foram provocativas: no eixo designado pela mídia espanhola como *direita*, as vozes contra a exumação foram acusativas e combativas. Consideramos que a mais proeminente delas foi a do VOX. As manchetes e os lides das notícias abaixo selecionadas<sup>21</sup> servem como indicativo desse processo:

**El País**  
(24.10.2019)

**VOX estalla contra la exhumación de Franco y acusa a Sánchez de “carroñero”**

*Abascal acusa al PP y Ciudadanos de “silencio cómplice” ante el traslado de los restos del dictador*

Disponível em:  
[https://elpais.com/politica/2019/10/24/actualidad/1571917516\\_344634.html](https://elpais.com/politica/2019/10/24/actualidad/1571917516_344634.html)

**El Mundo**  
(24.09.2019)

---

<sup>21</sup> As notícias foram selecionadas a partir de uma busca de refinamento temporal (2019) em língua espanhola no buscador Google em dezembro de 2021. Como bem mostram os trabalhos de Dias (2018), os buscadores de grandes corporações como o da Google, retornam os resultados das pesquisas pautadas no funcionamento de um algoritmo que organiza, em ordem de relevância e de visibilidade, os resultados da busca. A organização e distribuição dos resultados parte da personificação do usuário (pesquisas prévias), a monetização, patrocínios, incentivos publicitários, quantidade de acessos, dentre outros. Portanto, quanto maior o fluxo de capital por detrás de um site, maiores as possibilidades dos resultados relacionados a ele aparecerem nas primeiras páginas. Dito isso, os periódicos jornalísticos selecionados *El País* e *El Mundo* apareceram nos primeiros resultados da pesquisa. Por mais que o funcionamento algorítmico já gerencie e organize a interpretação - pelos resultados mostrados -, escolhemos as notícias como *textos* que servem de indício do processo discursivo de ligação entre VOX e Franco.



### VOX critica la “profanación” de la tumba de Franco y el “ataque a la libertad” de sus familiares

“Empieza la campaña socialista: profanar tumbas, desenterrar odios, cuestionar la legitimidad de la monarquía”, ha sentenciado Santiago Abascal

Disponível em:

<https://www.elmundo.es/espana/2019/09/24/5d89ecc0fdddf25b18b46a1.html>

A primeira notícia, do *El País* (publicada depois das eleições gerais de 28 de abril de 2019<sup>22</sup>), recai numa formulação centralizada na figura de Santiago Abascal<sup>23</sup> e no VOX. A organização dos criticáveis, da manchete ao lide, segue um nível de maior agressividade (marcado nos adjetivos), começando por Sánchez e seguido por PP (Partido Popular/partido de direita) e CIUDADANOS (partido de direita) individualizados como partidos e não como sujeitos, como é o caso de Sánchez (*carroñero*). O grau do peso da crítica se divide entre todos; a Sánchez, considerado o *carroñero* (carniceiro), sobram as acusações mais contundentes; já para PP e CIUDADANOS o lugar de passividade ou falta de agentividade é ratificado pelo *silencio cómplice*, isto é, ausência de um enfrentamento que, imaginariamente, parece ser a solução que VOX e Abascal (pelo modo como se formula a notícia) utilizam para interromper a exumação. Ainda, cabe destacar que VOX e Abascal parecem se confundir na formulação

<sup>22</sup> Cabe dizer que com a dissolução do segundo governo Rajoy em 2018, foi empossado um governo transitório até a convocação de novas eleições. O governo provisório teve como presidente Pedro Sánchez (PSOE – *Partido Socialista Obrero Español*). Sua investidura como presidente transitório foi marcada por várias polêmicas, especialmente pelo o apoio recebido de partidos e políticos independentistas. Em 2019, Pedro Sánchez convoca eleições para abril e postula-se a candidato da presidência do governo. Apesar de seu partido ter conquistado 123 deputados para o Congresso, a falta de acordo com UNIDAS PODEMOS (partido de esquerda) para a investidura, levou Pedro Sánchez (ainda como presidente em funções) a convocar uma segunda eleição geral para o mesmo ano, desta vez em novembro. Dessa segunda vez, com a diferença de dois votos, é oficialmente investido como presidente de governo. Assim sendo, a primeira eleição geral aconteceu em abril de 2019, enquanto a segunda em novembro de 2019.

<sup>23</sup> Santiago Abascal Conde (1976-) é um dos representantes mais proeminentes do VOX. É bacharel em Sociologia (fato que às vezes é marcado quando este discute resultados de pesquisas eleitorais); também foi afiliado do PP (*Partido Popular*) de 1994 a 2013, assumindo diferentes tipos de representações no País Vasco: conselheiro (vereador), deputado regional, dentre outros. Em 2013 se desfilia do PP acusando o partido de ser conivente com o terrorismo de ETA - *Euskadi Ta Askatasuna* e com casos de corrupção (caso Gürtel). No final de 2013 funda o VOX. Desde 2014 exerce a função de presidente do VOX; em 2019 é eleito deputado nacional pela Comunidade Autônoma de Madrid. Abascal é um dos principais enunciadores do VOX. A presença de seus dizeres no *corpus* e nos recortes analíticos são essenciais para entender o processo de significação do nome *Franco*.

jornalística, uma vez que na manchete o agente da ação de *estallar* (explodir) é o VOX, mas quem realiza as acusações é Abascal.

Portanto, no eixo intradiscursivo (da formulação) a decisão de retirada de Franco do *Valle de los Caídos* é significada como uma política oposta à do VOX, que advoga (por meio de operações como as descritas acima) pela manutenção de Franco em sua (à época) sepultura. Assim sendo, incide na formulação, a relação de distanciamento entre VOX/Franco e Sánchez, PP e CIUDADANOS. No estabelecimento desses campos opostos, efeito de um recorte e de uma organização pelo sujeito-autor da notícia, ressoa uma interpretação possível (sob a modalidade de um universo semanticamente normal): de um lado está VOX contra a exumação e, de outro, estão os que (por omissão ou engajamento) a permitem.

A segunda notícia, também em língua espanhola, foi publicada no jornal *El Mundo*, no dia da exumação de Franco (24 de outubro de 2019) e semanas antes da repetição de eleições (10 de novembro de 2019) que deram a VOX, 52 representantes no parlamento nacional. Resultado que colocou VOX, numericamente, como a terceira maior formação política (em termos de representantes) no Congresso dos Deputados. A formulação da notícia parece guiada pelo pressuposto do discurso do direito fundado no princípio da *liberdade burguesa* – atribuições de Abascal e do VOX. Novamente, assim como na primeira notícia, parece haver um funcionamento metonímico em que VOX é tomado por Abascal. Longe de negligenciar esse efeito, o deixaremos em suspenso na discussão face aos objetivos da subseção. Na manchete, as palavras entre aspas indicam o duplo modo de relação do VOX com Franco. No primeiro, encontramos a designação *profanación* como descritivo da ação de exumação do Franco, quer dizer, um desrespeito da ordem do sacro que é desmistificada (imaginariamente) pelo VOX. No segundo, há a mobilização da instituição familiar como alvo de uma violação jurídica. Dessa forma, a correlação entre sacro e jurídico passa a constituir a *crítica* do VOX, que ao fazê-la impõe-se como grupo de oposição às ações de exumação, como se notam nos sintagmas verbais: *profanar tumbas, desenterrar odios, cuestionar la legitimidad de la monarquía*.

A formulação do lide, com uma citação direta à fala de Santiago Abascal, parece atualizar os sentidos sobre os socialistas espanhóis, a Guerra Civil e a

monarquia. Isto porque nas condições imediatas de circulação das afirmações de Abascal, ocorria a exumação e a campanha eleitoral, que acabam intrinsecamente cruzadas. Dessa forma, as referências à profanação, à incitação ao ódio, e à derrogação da monarquia se colam (na formulação de Abascal) ao lugar em que este consagra ao discurso do outro (dos socialistas). Por isso, os sentidos de profanação ao sagrado (lugar de morte/cemitério) podem, pela memória discursiva, atualizar dizeres sobre a Guerra Civil como os que atribuem aos socialistas a queima de igrejas (sacrilégio) ou, então, a derrogação da monarquia (marca da 2ª República) e o reavivamento em outras condições do antagonismo entre republicanos e nacionalistas. Recorrendo a fragmentos do passado, seja na formulação do sujeito-autor da notícia ou nos mecanismos de enunciação operados pelo sujeito-enunciador (a partir da enumeração dos sintagmas verbais), a relação entre VOX e Franco se volta para a liberdade, na qual se confunde o sacro e o jurídico ou, pelo menos, a dominância de um sobre o outro.

Acerca das notícias é relevante salientar que os gestos de escrita que as povoam – com seleções e tomadas de posição específicas –, deixam visível um processo metonímico (VOX é tomado como Abascal) e a ligação que, paradoxalmente, costura a relação imaginária entre VOX e Franco. Nesse último ponto, parece haver - num trabalho pela deriva da interpretação - que a oposição à exumação significa um apoio do VOX à memória franquista. Sobre esse ponto, as manchetes e os lides são povoados por expressões como *estallar*, *acusar*, *profanación*, *sentenciar*, palavras ligadas a um léxico *hostil*, na medida em que apontam para uma inconformidade do enunciador sobre o fato da exumação. Nessa direção, os enunciadores do VOX afirmam (e não poucas vezes) que acreditam que a história não deve ser julgada, como afirma Javier Ortega Smith<sup>24</sup> (à época secretário geral do VOX) numa entrevista concedida ao Europa Press (RUBIO, 2019) em 25 de outubro de 2019: *Yo no condeno expresamente el franquismo, como no condeno, ni aplaudo ninguna parte de la historia de España*. No entanto, a (pretensa) indiferença dos enunciadores do VOX à

---

<sup>24</sup> Francisco Javier Ortega Smith-Molina (1968-) é desde 2016 secretário geral do VOX. Desde 2019, assim como Abascal, é deputado nacional pela Comunidade Autônoma de Madrid. Advogado por formação, exerce durante o recorte do *corpus* (2014-2018) um intenso movimento de ativismo judicial, sendo reconhecido (pelos seus correlegionários e pares midiáticos) como um político com legitimidade e conhecimento para debater pautas jurídicas.

história, não implica na indiferença da história, nem da memória de Franco, ao VOX. Dito isso, para avançarmos na relação VOX-Franco, tomamos como referência algumas publicações realizadas no Twitter<sup>25</sup> durante o ano de 2019. Os tuítes selecionados - que são a *ponta do iceberg* de um processo de significação mais amplo - enfocam em formas de significar e de atualizar Franco nas práticas políticas do VOX.

**Tuíte 1**  
**23.11.2019**

El gran éxito de VOX es conseguir que su partido sea exactamente igual que la España de Franco.

Un partido dirigido por delincuentes con un pueblo de votantes subdesarrollados.

¡EXACTAMENTE IGUAL!

ENHORABUENA. 😊

**Disponível em:**

<https://twitter.com/KuOtlv/status/1198270278662598656>

**Tuíte 2**  
**25.11.2019**

Para los sorprendidos: VOX viene del PP, que viene de Alianza Popular, que viene del partido franquista y fue fundado por el que era Ministro del interior tras la muerte de Franco.

La ideología de VOX viene de un sitio, del mismo que viene la del PP y C's.

**Disponível em:**

<https://twitter.com/TeideTweet/status/1199070936860889088>

No primeiro tuíte temos uma atualização dos sentidos da *España de Franco* num processo de metáforização. Esse processo consiste na atualização de uma memória (*España de Franco*) em função de uma atualidade (*gran éxito de VOX*). As pistas linguísticas deixadas parecem indicar que o *gran éxito* é uma referência (costurada pela ironia) às eleições de 10 de novembro de 2019, quando VOX obteve seu mais expressivo resultado eleitoral. O uso irônico que joga discursivamente com o passado e com os sentidos de *éxito*, costura na

---

<sup>25</sup>O microblog foi escolhido por sua possibilidade de interlocução e de constante circulação de sentidos e dizeres sobre infundáveis fatos. Além disso, os mecanismos de busca no histórico dos tuítes já publicados, permitem um refinamento dos resultados - muito em função de um funcionamento algorítmico já descrito anteriormente. Quanto à pesquisa, refinamos a busca por tuítes publicados em 2019 - condição de produção imediata à exumação do Franco e a entrada do VOX no Congresso Nacional dos Deputados. Os termos usados para a pesquisa foram VOX e Franco. Portanto, os tuítes recortados são utilizados como textos que apontam posições e sentidos que circularam com grande alcance no contexto de 2019, embora sua circulação já fosse anterior a essas condições de produção.

formulação uma memória discursiva que é unida contraditoriamente: os dirigentes e os votantes da *España de Franco* e os da *España do VOX*, apesar da distância temporal, se encontram nas formas de determinação: os substantivos atributivos *delincuentes* e *subdesarrollados* determinam a natureza do partido e dos seus votantes. Nessa direção, ambas *Españas* são dirigidas por *delincuentes* e ambos votantes dessas *Españas* são votantes *subdesarrollados* – acerca do uso, no processo de constituição e formulação desse termo, caberia um parêntesis, pois seu uso mobiliza regiões do interdiscurso que se vinculam ideologicamente com os discursos sobre o *terceiro mundo* e a *pobreza*, o que caracteriza um estereótipo. Em resumo, o uso de *enhorabuena* indica os vértices da formulação: o passado de Franco e o presente do VOX são indissociáveis por sua natureza delitiva e *manipuladora* das massas populares *incultas*. Por isso, a ironia surge como uma operação discursiva que atualiza e antagoniza, no nível político, a posição-sujeito do enunciador com relação à história/memória em que se inscrevem VOX e Franco.

No segundo tuíte, não somente VOX, mas PP e CIUDADANOS (abreviado como C's) são significados num imaginário de *espectro ideológico* de continuísmo. A formulação é constituída por uma narrativa progressiva - do partido do Estado franquista (*Falange Española*) a ALIANZA POPULAR (partido do período da *Transição* composto por políticos ligados ao franquismo), da ALIANZA POPULAR ao PP, do PP ao Ciudadanos e ao VOX. O enunciador faz convergir, no rastro da historiografia política, a *pragmática política* das ideologias totalitárias. Então, existe na formulação uma relação de genealogia/filiação entre VOX e Franco, que passa a inscrever-se num continuísmo de uma ideologia de classe (falangismo e/ou nacional-catolicismo) que progredindo historicamente, encontraria outros interesses de classe. O mesmo *sitio*, portanto, passa a significar um atravessamento sem volta: do *partido franquista* a VOX teria a convergência de um mesmo *estado ideológico*. Logo, seria impossível que o VOX (assim como PP e C's) pudessem desvincular-se desse passado, por isso na formulação funcionam em indissociabilidade. Assim sendo, as formas de formulação dos tuítes materializam relações ideológicas e de classe heterogêneas, mas que se ligam incontornavelmente à medida em que VOX não pode não ser vinculado a Franco.

Os diferentes efeitos postos em jogo a partir de aferições, ironias, críticas, pretensas análises políticas são modos de tentar explicar, na instância do cotidiano, dizeres e práticas que, no imaginário dos enunciadores, parecem repetir-se com alguma equivalência. No entanto, como recortes e interpretações do discurso-outro (VOX/Abascal), esses dizeres se constituem num dispositivo ideológico que faz convergir, na materialidade linguística, uma determinada história. Uma história *consolidada* (tuíte 1) e outra que busca nesta sua *fonte* (tuíte 2). Marx ([1852] 2011, p. 25) nos alerta que:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.

Nessa passagem, a história não é passado terminado, nem fonte inesgotável; a história, conforme nos aponta Marx, resulta de circunstâncias históricas, políticas e ideológicas que produzem, nos processos sócio-históricos na formação social, os imaginários deformados (ALTHUSSER, [1995] 1999) nos quais os sujeitos se alienam fazendo a história que lhes é possível: a história das relações capitalistas e suas respectivas reproduções/transformações. Sejam as notícias do domínio midiático, sejam os tuítes da esfera do digital, elas possibilitam compreender que o processo de produção de sentido em que VOX e Franco aparecem relacionados numa cadeia parafrástica (e em práticas discursivas) heterogêneas, mas também marcados ora pelo antagonismo, ora pela conformidade. No capítulo 4 demonstramos com mais profundidade esse fato, que funciona na materialidade linguística sob o efeito do *nosotros vs ellos*. Por ora, após a explicitação inicial dos elementos que circundam a temática da pesquisa, nos encaminhamos às explicitações mais específicas da escolha temática e da montagem do *corpus*.

Consoante Mészáros (2002, p. 188):

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico.

A partir das indicações de Mészáros, podemos entender a mídia como parte do Aparelho Ideológico de Estado da informação (ALTHUSSER, [1995] 1999) que acopla contraditoriamente os sistemas de comunicação de massa (imprensa, TV, rádio, jornais, internet), como um dos pontos de articulação que realizam, sob certas circunstâncias e práticas, a reprodução do real social. Uma das funções da mídia consiste, como demonstra Mariani (1996), em sustentar e forjar imaginários sobre o real histórico. Função essa que tem relação direta com as afirmações de Mészáros: subordinar as funções, formas e mecanismos de reprodução social. Logo, é necessário problematizar - seja na mídia tradicional ou na digital - como se assenta um funcionamento imaginário sobre VOX-Franco no processo de produção de sentidos. Como vimos nas notícias selecionadas, esse processo desemboca em formas desiguais, mas *unificadoras* de apresentar (metonimicamente) VOX/Abascal e seus elos com Franco. Tal efeito imaginário, reportado na redação do texto, mas observado em outras notícias lidas, nos levou ao questionamento inicial: se a condição midiática estabelece um funcionamento imaginário sobre VOX-Franco bastante controlado - é certo também que as inscrições ideológicas dos meios de comunicação podem pender a formas mais *heterogêneas* -, como Franco é significado em condições nas quais o próprio partido é quem formula, edita e produz falas públicas e vídeos? Nesse ponto contraditório, mas pouco explorado, deu-se a seleção temática que abordaremos em seguida.

Frente ao demarcado, é identificável o espaço de trabalho que o analista de discurso pode alçar, que se inicia com interrogações que marcam um ponto de retorno e de desacoplação das evidências (ideológicas) que povoam e se materializam na longa cadeia de repetibilidade (da mídia aos comentários em redes sociais) e que vai significando o par Franco-VOX. Lembremo-nos que a função do analista de discurso é promover uma escuta social (HERBERT, [1966] 2011) que permita compreender o processo de produção de sentidos (PÊCHEUX, [1975c] 2014) colocando em relação a ordem da língua (inscrita na história) com a ideologia. Por isso, a partir da contradição flagrante em diferentes práticas discursivas (expostas anteriormente) fizemos o recorte temático

prezando pela configuração significativa do nome Franco<sup>26</sup> no discurso do VOX. Assim, fomos conduzidos ao canal do YouTube, VOX España. Nossa escolha foi motivada pelo funcionamento imaginário do VOX na mídia e pelas condições de produção do dizer num espaço *próprio* ao VOX.

Acerca do primeiro, como já sinalizamos a partir das indicações de Mészáros (2002) e Mariani (1996), o funcionamento imaginário (na reprodução *expandida* do capital) arbitra o modo como os sujeitos se confrontam com *fragmentos* históricos e ideológicos do real histórico. Deste modo, entram em jogo nas situações de interlocução formações imaginárias (PÊCHEUX, [1969a] 2019) e posições-sujeito diversas.

Na série de falas públicas concedidas por Rocío Monasterio<sup>27</sup> (em conferências, rodas de imprensa, etc.) no contexto imediato à exumação de Franco (2019) a vários veículos de informação (*El País*, *RTVE*, *TeleMadrid*, *La Sexta*, dentre outros), há uma forte homogeneidade (posições-sujeito bem marcadas) nas formações imaginárias. Assumindo uma posição de *porta-voz*, Monasterio se dirige abertamente a vários meios de comunicação, inclusive aos que estiveram na lista de vetados do partido<sup>28</sup>. Dessa maneira, as posições de sujeito que se costumam ao imaginário de “quem é ele para que eu lhe fale assim?” ou seja a “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A” (PÊCHEUX, [1969a] 2019, p. 40), nos indica que Monasterio (interlocutora em A) e os meios de comunicação (interlocutores em B) não compartilham (em grande parte) do mesmo entorno político e ideológico. Portanto, as alegações de Monasterio de que *da igual que si la familia se apellida Franco, se apellida Sánchez o se apellida González, es un tema de libertad* ou *creemos que esto [la exhumación de Franco] se está utilizando de forma partidista para dividir a los*

<sup>26</sup> A sub-seção *Arremate: a pergunta de pesquisa e o objeto de análise* explicitamos a escolha pelo nome e não pelo sujeito *Franco*.

<sup>27</sup> Rocío Monasterio San Martín (1974-) é uma arquiteta, empresária e política espanhola, presidente do VOX na Comunidade de Madrid e vice-secretária nacional do partido em “Asuntos Sociales”. Comumentamente atribui a si mesma a identidade de *cubana*, mas cabe dizer que suas relações com Cuba são hereditárias e que a mesma nasceu e cresceu na Espanha.

<sup>28</sup> Ainda no contexto imediato à exumação de Franco, a responsável pela comunicação do partido, Rosa Cuervas-Mons, teve mensagens vazadas à imprensa, nas quais orientava aos membros do VOX a não concederem entrevistas ou falas públicas a diversos meios. A notícia pode ser consultada em: [https://www.elespanol.com/espana/politica/20191021/medios-vetados-vox-activistas-hablan-no-periodistas/438456924\\_0.html](https://www.elespanol.com/espana/politica/20191021/medios-vetados-vox-activistas-hablan-no-periodistas/438456924_0.html). A respeito dessa questão, antes da filtração das mensagens já era recorrente nos dizeres dos locutores do VOX, críticas a diferentes jornais ou redes de rádio e televisão.



*españoles y los españoles habíamos hecho un ejercicio fabuloso de cicatrizar heridas, de dejar temas del pasado, de intentar unirnos*<sup>29</sup> estão fortemente ligadas ao funcionamento das formações imaginárias que materializam, no processo de interlocução, as posições-sujeito e as formações discursivas com as quais Monasterio se identifica. Diante disso, nos interrogamos: de que modo nos meios que não possuem *ativistas*, mas sim *jornalistas* (alusão à fala de Rosa Cuervas-Mons), VOX enuncia Franco?

Deste modo, o espaço *próprio* ao VOX fica como uma interrogação pendente. Que espaço é esse? A que redes de televisão e/ou jornal os enunciadores do partido acedem? Ou o VOX busca predominantemente espaços digitais para dirigir-se aos seus possíveis interlocutores? A quem os enunciadores do VOX comumente se dirigem? Quem são seus interlocutores virtuais? No espaço *próprio*, de que tipo de programas midiáticos VOX participa? Buscando compreender os espaços de interlocução do partido, buscamos as mídias do partido disponíveis em seu site oficial: <https://www.voxespana.es/>. Entre os meios de acesso às falas públicas dos enunciadores, além do próprio site oficial, há as seguintes redes sociais: *Facebook, Twitter, Instagram, Flickr, Telegram, YouTube, GAB e TikTok*. Cabe-se sinalizar que nestes espaços os interlocutores do VOX falam a seus pares, isto é, a simpatizantes do próprio partido. São espaços mais *controlados e fechados* na medida em que o outro (o não-simpatizante) fica excluído dessas práticas de interlocução, mas que pode aparecer quando há participação dos membros do partido em programas de rádio, TV ou de internet que busquem abranger uma audiência mais ampla.

Averiguando os textos produzidos ou vinculados nesse sistema de informação do partido, o canal oficial do VOX no YouTube, VOX España, demonstrou ser o espaço *próprio* com materiais heterogêneos e diversificados. Por isso, a escolha pelo canal do partido no YouTube (com sua ordem material própria) para a construção e a montagem do *corpus*, que será aprofundado em seguida.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://youtu.be/PxtAzt2d1aA>. Acesso em: 25 dez. 2021.

## 2.2 ARQUIVO, *CORPUS* DISCURSIVO E (DES)ORDEM DIGITAL: INCURSÕES NO CANAL VOX ESPAÑA

A constituição do arquivo<sup>30</sup> e do *corpus* são essenciais à produção do gesto de leitura do analista, dado que os modos como o analista constrói o arquivo e monta o *corpus* está alinhado a seu modo de ler. Do mesmo modo, esse momento implica no sucesso ou na fratura da relação dialética entre teoria e análise. Sobre esse aspecto, Orlandi (2007, p. 37-38) afirma: “os discursos [...] não são objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis”. O que designamos por dialética entre teoria e análise vai ao encontro das afirmações de Orlandi: o discurso, como objeto disciplinar, se formula num gesto teórico que imbrica materialmente, desde a constituição do arquivo e do *corpus*, a interpretação. Portanto, desde a formulação da pergunta de pesquisa até o recorte das sequências discursivas, a teoria se imbrica na análise - por isso são inseparáveis, como nos lembra Orlandi. Desse modo, faz-se necessário entender, logo de entrada, como tomamos noções como arquivo e *corpus*, para que possamos explicitar a especificidade do processo de construção do arquivo e da montagem do *corpus*.

Acerca disso, Pêcheux ([1982g] 2014b, p. 59) entende que o arquivo, em sentido amplo, consistiria no “[...] ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’ [...]”. Como sinaliza Pêcheux, trata-se de um sentido mais global de arquivo que precisa ser relacionado à questão da leitura, isto porque o gesto de leitura é o que *produz* o arquivo. Portanto, Pêcheux entende que a leitura deve ser uma questão explícita no acesso, constituição e interpretação do arquivo; por meio dela são *mostradas* as maneiras contraditórias, desiguais e diferentes que possibilitaram a própria formulação do gesto de leitura. Nesse sentido, Guilhaumou e Maldidier ([1986] 2014b, p.170) defendem que:

O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós

---

<sup>30</sup> A partir da subseção 2.2.1 vamos dar a conhecer o processo de construção de um arquivo com mais rigor metodológico.

insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento: a instituição – e a classificação arquivista que ela impõe – sempre mantém, para eles, uma divisão problemática. Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

Os autores destacam que os gestos de classificação e de indexação (nome, data, firma institucional, ordenação) não são suficientes para compreender o arquivo em sua dimensão significativa, pois as classificações taxonômicas reduzem o arquivo a uma identidade apenas informativa e organizacional. Como contraponto a essa perspectiva esquemática, Guilhaumou e Maldidier utilizam como exemplo para um norte de trabalho, a prática dos historiadores das mentalidades (aqueles das representações culturais e sociais do real histórico). Esses historiadores colocam em questão, em alguma medida, as formas de significação e de circulação da leitura e dos textos, ou seja, a questão da leitura (PÊCHEUX, [1982g] 2014b) e dos dispositivos de significação que constituem os arquivos.

Sejam as orientações de Pêcheux ou as indicações de Guilhaumou e Maldidier, elas se pautam nas mesmas condições de produção, as da França dos anos 1980 em que o arquivo manuscrito e impresso ainda era a grande fonte de pesquisa. A distância temporal do acontecimento do virtual e da ampliação e massificação dos arquivos digitais precisa de outra perspectiva, posto que as condições de produção das *configurações significantes* do arquivo mudaram. Porém, a questão da leitura continua sendo o ponto de convergência entre os diferentes suportes e materialidades do arquivo. Nessa direção, poderíamos nos interrogar sobre o arquivo digital: de que modo funciona digitalmente seu processo de indexação e de classificação? Quais as formas e os meios pelos quais os arquivos digitais podem ser acessados e montados? Como a discursividade digital atravessa o arquivo virtual? Como os arquivos digitais funcionam afetados pelo equívoco e pela falha? Como o arquivo digital se constitui contraditoriamente a partir de imbricações materiais distintas (LAGAZZI, 2014)? Como as fronteiras entre memória discursiva e memória metálica

(ORLANDI, 2007) se movem no arquivo digital? Longe de responder a todas essas questões, as deixamos como pontas abertas que indicam caminhos e passos que podem ser percorridos na compreensão do arquivo digital. Mais adiante esboçamos algumas considerações sobre elas, tomando textos como o de Pons (2013), da mesma maneira que explicitaremos o processo de constituição do arquivo da pesquisa. Por ora, passamos a uma concisa discussão da questão do *corpus discursivo*, que está diretamente ligada às condições de interpretação do *corpus*.

Sobre o tema, Courtine ([1981] 2014, p. 54, grifos do autor) predica que:

Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de seqüências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus discursivo* é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma forma certa (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

O *corpus discursivo* é para Courtine um trabalho que se dá na relação de recorte das seqüências discursivas, isto é, seqüências no intradiscurso que se inscrevem num processo discursivo afetadas pelo interdiscurso, pelas condições de produção e pelas formações discursivas – retomaremos essas noções no próximo capítulo. Por isso, o *corpus discursivo* não é segmentável e nem individualizado (tão somente) por fatores sintáticos, mas constituído num dispositivo de interpretação (estruturado na dialética da teoria-análise) em função da pergunta de pesquisa (a hipótese dos objetivos de pesquisa mencionado por Courtine). Assim sendo, tanto o arquivo quanto o *corpus discursivo* indicam os vestígios materiais de processos significantes da interpretação. No arquivo, a gestão administrativo-organizacional deixa implícita - retomando Pêcheux - a questão da leitura. Por isso, o arquivo emerge como enclave governado por dispositivos e regimes de circulação da leitura particulares, individualizados também em seus suportes e materialidades. Já o *corpus discursivo* (resultado da questão e dos objetivos da pesquisa) opera sobre o processo discursivo um recorte nos *textos e documentos* disponíveis em certo tipo de arquivo. Em vista disso, tratar do arquivo e do *corpus discursivo* é colocar em evidência as práticas de leitura e os dispositivos de interpretação (dos analistas e dos *arquivismos*).

Nessa discussão, Orlandi (2007, p. 62) lembra que na Análise de Discurso:

A mediação da própria análise, da teoria e dos objetivos do analista são parte da construção do texto como unidade da análise. Isto é também parte da historicidade. É nesse sentido que dizemos que o *corpus* não é nunca inaugural em AD. Ele já é uma construção (fato). Esta talvez seja a melhor maneira de argumentar contra as posições positivistas. Não pela referência à ilusão da evidência das marcas, mas pela lembrança de que esses objetos que são nossos materiais de análise só o são em sua provisoriedade. A duração dos textos é trabalho do arquivo!

Os elementos trazidos por Orlandi se costuram à nossa discussão e possibilitam seu fecho. Como sinaliza a autora, o próprio recorte e seleção do analista é produto da historicidade e dos processos materiais que combinam a interpretação às práticas significantes no interior de uma formação social. Assim, o *corpus* e sua duração não encontram um ponto de origem ou inauguração, tão pouco concernem (singular e individualmente) ao analista; o *corpus* (e os dispositivos de leitura que se instauram para/por/sobre ele) persiste à medida em que perdura a reprodução/transformação da própria leitura do arquivo. Dito isso, na sequência exploramos as condições em que tomamos nossos materiais de análise, operando recortes e instaurando dispositivos que possibilitam tanto a formulação da pergunta de pesquisa e dos objetivos, quanto as condições que permitem investir sobre o funcionamento do nome Franco na historicidade que atravessa os dizeres do VOX.

### 2.2.1 Arquivo digital, Youtube e seus efeitos no canal VOX Espanha

Para introduzir a questão do arquivo digital é relevante retomar a noção de *memória metálica* formulada por Orlandi (2007). Segundo a autora, a memória metálica refere-se à “informatização dos arquivos”, isto é, a ordem material formal que “lineariza o interdiscurso” e torna o “saber discursivo” indistinguível em meio a dados informáticos infinitos. Nesse caminho, a informatização e a mídia-produzem uma “multiplicação dos meios” ao custo de “homogeneizar os efeitos”. Conforme Orlandi, a mídia funciona (imobilizada) pelo IBOPE num processo de repetição do mesmo, em que a indistinção (do político ao jurídico, tal como denota a autora), torna a interpretação um lugar estanque e de equivalência. No digital há um funcionamento análogo, mas no qual a

interpretação é imobilizada pela quantidade de cliques, acessos e visualizações, que sob a ilusão da aparente “ausência de limite” demonstra a informatização como um processo (sem exterior) incapaz de falha, limite e contradição. Em função disso, Orlandi (2007, p. 17) argumenta que:

[...] a informatização, a prática da escrita de textos no computador, transforma efetivamente a relação do autor com sua escrita, em função da mudança da materialidade da memória discursiva - algoritmizada, nesse caso.

Por consequência, não é apenas o *suporte* que se transforma no arquivo digital, mas o próprio processo de escritura e de produção deste. Sobre isso, Pons (2013) em sua obra *El desorden digital* investe com propriedade na prática contemporânea dos historiadores, que depois de muito tempo submergidos no arquivo escrito impresso, acabam tendo seus métodos, formas de ler e até mesmo de *registrar* a história (de um certo tipo) afetados pela revolução do digital. O texto de Pons demonstra ser um dos mais completos sobre a temática, dado que suas preocupações (e minúcias) nos apresentam os giros e usos temporais do arquivo. O pesquisador busca explorar tanto a dimensão do arquivo escrito - geralmente o espaço de busca do historiador - quanto a do arquivo digital, numa época em que a história também passa a se tornar digital. Consoante Pons (2013, p. 13): “si el pasado se torna digital [...] tendremos que preguntarnos por las consecuencias e implicaciones de todo ello”.

Retomando a questão posta por Orlandi do processo de produção de escrituração no espaço digital, temos em Pons (2013, p. 181) alguns elementos sobre o tema:

[...] por un lado, «los soportes pueden variar y pueden reproducirse infinitamente»; por otro, «la información, invisible, remite a un sistema codificado de signos que solo son legibles e interpretables por máquinas y programas», los cuales privilegian determinadas unidades de información, los datos.

A partir dessas afirmações, podemos pensar o arquivo digital na (des)continuidade do suporte/informação ou dado/máquinas e programas. Do acesso ao arquivo digital a sua leitura, há a intermediação de mecanismos informático-algorítmicos que guiam as buscas que realizamos e o modo como somos afetados pelas máquinas que nos permitem acessar o *universo virtual*.

No arquivo escrito impresso, disponível em bibliotecas, por exemplo, há um gesto de indexação, classificação e organização dos textos disponíveis nesse espaço. No arquivo digital, por sua grande categoria de extensões, programas e formas de sincronização e armazenamento, o gesto canônico de leitura da indexação e classificação fica obsoleto, cabendo às corporações como Google ordenar o resultado de nossas pesquisas conforme os critérios que já descrevemos mais acima. Assim, conforme Dias (2019, p. 214):

[os] serviços de armazenamento e sincronização de arquivos, ou apenas de armazenamento em nuvem, como Google Drive, One Drive, Dropbox, ou mecanismos de busca como o Google, automatizam nossa relação com o arquivo e mesmo com o gesto de arquivar e com a pesquisa e o gesto de pesquisar<sup>31</sup>.

As condições de interpretação são, portanto, afetadas pela materialidade digital que algoritmiza (ORLANDI, 2007), enrijece (PONS, 2013) e automatiza (DIAS, 2019) o processo de acesso e de leitura do arquivo. E ainda que pese a possibilidade mais *ampla* de acesso aos arquivos no digital, deveríamos nos perguntar: que arquivos possuem acesso mais amplo? Para quem? Quanto a essa discussão, também podemos inscrever o próprio arquivo que estamos construindo. De um lado, há, como sinalizaremos adiante, a construção de um arquivo inédito, isto é, um arquivo que se instaura com o recorte analítico (as menções de VOX a *Franco* e a *franquismo*) e parte de uma produção híbrida televisionada/digital. De outro, a própria possibilidade de construção do arquivo é condicionada pelo *continuum* do digital, isto é, se os arquivos hospedados pelo VOX no YouTube são excluídos ou deixam de ser públicos, restará apenas o arquivo escrito digital (a tese). O gesto do analista, portanto, além de instaurar uma interpretação, também é afetado pelo digital e pelas conjunturas contemporâneas de produzir pesquisa: a ausência do arquivo impresso, físico e a *superpresença* do arquivo construído e mantido digital.

Dito isso, Pons (2013, p. 182) ainda chama a atenção para as fontes no entorno digital, num processo de *preservação do passado* que é perpassado por

---

<sup>31</sup> Ainda sobre o tema, em artigo publicado no jornal The New York, Grafton (2007, s/p) evidencia que: “As a cheerful editor at Cambridge University Press recently told me, ‘Conservatively, ninety-five per cent of all scholarly inquiries start at Google’”. Acrescentamos que a nossa foi mais um desses casos...

efeitos e consequências adversas. O pesquisador relata que a digitalização do arquivo acontece por diferentes modalidades: a digitalização (por meio de equipamentos e programas de conversão informático) para as fontes analógicas, bem como o aumento exponencial de dados e documentos criados no formato digital e, por fim, o armazenamento de alguns desses textos em bibliotecas digitais. As consequências desse processo, como sinaliza Pons, aparecem nas variações das fontes, assim como sua forma de conservação, reprodução, apresentação e leitura.

Em resumo, a partir do exposto, o arquivo digital é um campo que pertence a uma ordem contraditória e materialmente dependente da instabilidade, da duração, da infinitude e da obsolescência das reproduções, armazenamento e mutabilidades do tecnológico. Assim, sob esses princípios buscamos tecer algumas considerações sobre o YouTube e o canal disponível nessa plataforma, o VOX España. Nesse percurso, seguiremos os elementos já expostos na subseção, além de avançar na demonstração da imbricação do digital na produção de nosso *corpus*.

Logo de início, para adentrar no canal VOX España, necessitamos pensar a forma de acessá-lo. Se pesquisarmos no Google pelos termos *VOX España*, o canal do YouTube provavelmente não aparecerá entre os primeiros resultados. Será necessária uma especificação, acrescentando o termo *YouTube* para que o retorno da busca nos encaminhe ao canal. Parece um exercício de busca simples, mas sob ele se impõem as evidências que povoam um exercício cotidiano: cada vez mais submergidos no espaço virtual, pouco conhecemos (ou somos capazes) de reconhecer os efeitos dos algoritmos que organizam e retornam o resultado do que buscamos e encontramos na internet. A mudança de termos - sua especificação ou generalização - é capaz, com nuances bem tênues, de encaminhar resultados bastante heteróclitos. O funcionamento algorítmico e informático, sob a *evidência natural* da *liberdade* e da *infinitude*, acaba afetando as próprias condições de acesso dos sujeitos aos resultados online; os resultados *diferentes* (personificados pelo que o usuário acessa) *dissimulam* na sua materialidade esse processo, que parece indicar para uma *nova* modalidade de subjetivação. Por outro lado, se recorrermos à plataforma do YouTube também teremos resultados diferentes. Seja o Google ou o YouTube, ambas são plataformas que pertencem ao mesmo conglomerado



(global) e oferecem uma à outra as informações dos usuários. O simples fato de o VOX hospedar seus vídeos na plataforma é um fato significativo que se inscreve, ele mesmo, na prática contemporânea de *visibilidade* perseguida no espaço virtual - *somos visualizados, logo existimos*. *Visibilidade* que essas plataformas podem oferecer, seja pelo acesso (são as mais conhecidas e utilizadas no ramo), pelas suas funções continuamente *atualizadas* com inovações tecno-algorítmicas, pelo seu amplo alcance, etc. Assim, trata-se (em certo grau) de uma política de gestão do espaço virtual (com vistas à monetização), desde o acesso ao seu uso, que traz efeitos e implicações do cotidiano até as decisões que têm cabimento em espaços de grande impacto social. Essa é uma das primeiras configurações que afetam o canal VOX España, que pela via da *visibilidade* instaura efeitos ideológicos e políticos.

Voltando-nos ao YouTube, se pesquisarmos pelo canal com os termos “VOX España” no buscador da plataforma, obteremos um resultado (semelhante ou diferente) a esse<sup>32</sup>:

IMAGEM 3 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE)

The image shows a screenshot of the YouTube channel page for VOX España. At the top, the search bar contains the text "VOX España". Below the search bar, there are two video thumbnails. The first video is titled "Entrevista a Santiago Abascal en El Toro TV: 'Sólo VOX se opone a los mandatos de la Agenda 2030'" and has 112 mil visualizações. The second video is titled "Entrevista a Santiago Abascal: 'VOX está cerca de ser primera fuerza'" and has 343 mil visualizações. Below the videos, the channel name "VOX España" is displayed with a verified badge, along with the text "449 mil inscritos · 2.472 vídeos" and "Canal oficial del partido político VOX España." A red button labeled "INSCREVER-SE" is visible on the right side of the channel information. On the left side of the page, there is a navigation menu with options like "Início", "Explorar", "Inscrições", "Biblioteca", and "Histórico".

Fonte: Captura de Tela (28 de dezembro de 2021)

<sup>32</sup> Na sequência apresentaremos uma série de capturas de tela do YouTube. Esclarecemos que essas capturas foram realizadas a partir do navegador Opera (Versão: 82.0.4227.33), sem que houvesse um perfil logado. As capturas se realizaram na data de 28 de dezembro de 2021, na região Sul do Brasil.

Observando os resultados, o perfil do canal aparece em terceiro lugar, seguido de vídeos enviados recentemente ao canal: *Entrevista a Santiago Abascal en El Toro TV: “Sólo VOX se opone a los mandatos de la Agenda 2030”* com 121 mil visualizações, e o segundo, *Entrevista a Santiago Abascal: “VOX está cerca de ser primera fuerza”*, com 351 mil visualizações. Além da grande quantidade de acessos, a nomeação dos vídeos que aparecem nos primeiros resultados chama a atenção: a primeira parte, informativa, descreve a situação de interlocução (entrevista), e a segunda, uma formulação-destaque das entrevistas. Em ambas, Santiago Abascal aparece como enunciador. São resultados que se atualizarão e, provavelmente, quando esse texto for lido, haverá vídeos diferentes nessa hierarquia. E esse é um dos efeitos do YouTube como suporte de arquivos digitais: comutabilidade e obsolescência do retorno dos resultados - um vídeo com duas semanas, já se torna *antigo* o suficiente para deixar de gerar *engajamentos*. Sobre esse fato, cabe acrescentar a descrição da própria plataforma, o YouTube.

Conforme a seção *Pesquisa do YouTube*, disponível no espaço *Como funciona o YouTube*<sup>33</sup>, são três os critérios utilizados para a produção do resultado das pesquisas, a saber, relevância, envolvimento e qualidade. Conforme a explicação da plataforma, a *relevância* tem a ver com o título do vídeo, as tags, descrições e conteúdo que *indexam* o vídeo e são utilizados na consulta da pesquisa. Por sua parte, a relevância parece consistir na *quantidade* de engajamento dos usuários do Youtube, medida pela forma como a plataforma descreve, a partir da quantidade de tempo de exibição (tempo total que um vídeo foi assistido pelos usuários que o acessaram<sup>34</sup>). Por fim, a *qualidade* - uma das descrições mais vagas - diz identificar canais que possuem *especialidade, autoridade e confiabilidade* em certo tema. Além disso, o histórico de pesquisa e exibição do usuário também é descrito como fator de *organização* dos resultados. Assim, as formas de leitura dos vídeos (que começa pela sua busca) são engessadas, estanques e ortopédicas, dependentes das visualizações e da personificação do perfil do usuário. Uma memória de leitura que se distancia da

---

<sup>33</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/intl/ALL\\_br/howyoutubeworks/](https://www.youtube.com/intl/ALL_br/howyoutubeworks/). Acesso em: 29 dez. 2021.

<sup>34</sup> Se um vídeo tiver a duração de 3 minutos e for assistido em sua totalidade por 100 mil pessoas, o tempo total de exibição foi 300 mil minutos ou 5 mil horas. Esse cálculo é apenas ilustrativo.

discursiva e coloca como forte a memória metálica. A *liberdade* (a exemplo do que acontece nas democracias liberais) é um objeto paradoxal (PÊCHEUX, [1983a] 2011), finitamente regido, gestado e disputado. E, nesse último caso, também informático-algoritmicamente determinado.

Na próxima captura de tela, temos a página inicial do perfil do canal VOX España:



FONTE: Captura de Tela (28 de dezembro de 2021)

Na primeira página do canal é possível visualizar a imbricação equívoca (LAGAZZI, 2008) entre formulações visuais, verbais, sonoras e digitais, isto é, imagem, descrição, vídeo, vínculos, abas. Os objetos estruturais (aqueles que o usuário não consegue modificar) determinam as possibilidades de comutabilidade na plataforma. A imagem do banner (no topo da página) e as vinculações de outras plataformas (no canto inferior direito do banner) são modificáveis, menos suas disposições ou proporção imagética. Na imagem centralizada no banner visualizamos várias camadas: uma imagem principal, com o orador no púlpito, de costas, dirigindo-se a uma imensa multidão (pela silhueta parece tratar-se de Santiago Abascal); a aplicação de uma camada de transparência controlada num tom cobre; pequenos trapézios em amarelo, que retomam o círculo anteposto em *Agenda España*; em destaque à forma estilizada

do VOX, em branco. As distintas formulações imagéticas, que se sobrepõem, materializam nas cores e nas formas um processo de deslize metafórico a partir do imagético. Ligando-se contraditoriamente pela verticalização de processos de significação em circulação, desta forma, *Agenda España* desloca e atualiza (numa posição política e de classe antagônica) sentidos e práticas ao redor da Agenda 2030. Em falas públicas, os membros do VOX têm refutado a Agenda 2030, alegando que se trata de uma agenda *globalista* e *personificada*, isto é, um plano político-ideológico de Pedro Sánchez (atual – 2022 - presidente de governo pelo PSOE).

Do plano da formulação visual, a forma geométrica circular (composta por trapézios) na formulação da imagem do VOX possui cores trocadas: na Agenda 2030 as cores são diversificadas, na do VOX são vermelho e amarelo, retomando também metaforicamente pela via da memória discursiva a bandeira da Espanha. Assim, na composição equívoca de outra imagem, o banner do VOX passa a funcionar como *contra-referência* às ações da Agenda 2030, e os membros do partido passam a ser significados como *legítimos* representantes da Espanha; a presença da multidão ao fundo e de um dirigente do VOX ao centro podem aludir ao sentido de apoio da sociedade espanhola, na medida em que a Agenda 2030 é, no discurso do VOX, um projeto para *alguns*. Logo, VOX está do lado do povo, da Espanha, de *muitos*, quer dizer, da *Agenda España*.

Seguindo o banner, encontramos abaixo e à esquerda a forma verde estilizada do VOX como imagem de perfil, com o nome do canal ao lado e a quantidade de inscritos logo em seguida: 449 mil. Do lado oposto, à direita, há a opção de inscrever-se, que ao ser ativada permite ao usuário configurar as notificações, seja para receber um alerta de todos os novos vídeos que são postados, como também para receber notificações personalizadas ou nunca as receber. Na linha seguida por esses objetos estruturais, temos as abas: *Início*, *Vídeos*, *Playlists*, *Comunidade*, *Canais*, *Sobre* e o ícone da lupa indicando *Pesquisa*. Na aba *Início* há as primeiras configurações do canal: um vídeo inicial em que o VOX dedica a seus espectadores um feliz natal, cuja descrição é *No permitas que te quiten la ilusión*; abaixo aparece outro objeto estrutural: uma série de playlists que *catalogam* e *organizam* alguns vídeos disponíveis seguindo um fio temático. Entre essas playlists podemos encontrar *Encuentro Frontera Sur*, *Entrevistas*, *Viva 21*, *Protege Madrid - 4M*. Entre a possibilidade

condicionante da plataforma e a presença de um sujeito que organiza o canal, as condições de acesso, de leitura e de disposição do arquivo digital vão se constituindo.

Na aba *Vídeos* estão dispostos - voltaremos a esse ponto - os vídeos previamente gravados e os transmitidos ao vivo pelo canal; em *Playlist*, talvez as modalidades que mais se aproximem de um *gesto de autoria* por parte de quem gerencia o canal, são as listas que foram criadas e deixadas públicas. As listas variam de temática e não contemplam todos os vídeos disponíveis no canal; trata-se de uma seleção particular, que depende do fio temático versado: eleições, entrevistas, congresso, manifestações, etc. A aba *Comunidade* se configura um espaço de postagem de manifestações (que podem ser verbais, imagéticas, audiovisuais, hiperlinks) que obedecem a uma linha temporal: primeiro as de datas mais recentes e, em seguida, as mais antigas. Em *Canais* estão dispostos os canais vinculados ao perfil da conta, que no caso do VOX está ausente, posto que há apenas um canal vinculado. *Sobre* apresenta um espaço para descrição do canal, que é bem sintético: *Canal oficial del partido político VOX España*. Essa seção destaca-se mais pelas informações adicionais presentes nela: vínculos de outros sites e redes sociais, detalhes de localização e contato, além dos dados estatísticos totais e a data de criação de perfil. Na ocasião da checagem desses dados (29 de dezembro de 2021) constava um total de 156,844,077 visualizações (soma de visualizações recebidas de todos os vídeos do VOX). Além disso, consta nessa aba que o perfil foi criado em 15 de janeiro de 2014. Por fim, o ícone da lupa indica o espaço de pesquisa no interior do canal - voltaremos em seguida a esse ponto.

Retrocedamos: voltemo-nos à aba *Vídeos*, que recebem um tratamento específico na nossa pesquisa face ao gesto metodológico:

### IMAGEM 5 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE)



FONTE: Captura de Tela (28 de dezembro de 2021)

Nesse espaço encontram-se todos os vídeos (em modo público) enviados<sup>35</sup> ou transmitidos (transmissões síncronas ao vivo) pelo canal VOX España. A plataforma possibilita que a classificação dos vídeos ocorra de duas maneiras: no canto esquerdo superior o objeto estruturante *Vídeos enviados*, e na superior direita *Ordenar por*. Na de *Vídeos enviados* há três opções para organizar os resultados: *Todos os vídeos* (independente se enviados ou transmitidos sincronamente), *Envio* (apenas os vídeos previamente criados e enviados à plataforma) e *Transmissões ao vivo passadas* (transmissões síncronas). Na opção *Ordenar por* temos as seguintes opções:

### IMAGEM 6 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE)

<sup>35</sup> Referimo-nos ao processo de envio de arquivos existentes em formato de vídeo à plataforma.





FONTE: Captura de Tela (28 de dezembro de 2021)

Nesse objeto, o Youtube oferece três opções de classificação: *Mais populares*, *Data de inclusão (mais antigo)* e *Data de inclusão (mais recente)*. Nos mais populares, serão listados os vídeos com maior número de cliques e visualizações na plataforma; na opção *Data de inclusão (mais antigo)* serão classificados os vídeos enviados a partir da data de criação do canal (15 de janeiro de 2014); e, em *Data de inclusão (mais recente)* os vídeos que, a partir da data de pesquisa, tenham sido enviados com maior proximidade temporal. É possível combinar a opção *Vídeos subidos* com a *Ordenar por*. A única exceção é a *Transmissões ao vivo passadas* que aparece em ordem temporal decrescente.

A partir dessa breve descrição<sup>36</sup>, podemos compreender como a questão da leitura, no digital, implica em tomadas de posições científicas importantes na

<sup>36</sup> Remetemos, nesse ponto, às discussões realizadas por Adorno (2015) sobre os efeitos do digital na composição autoral de *vlogeiros* (*youtubers*). O pesquisador explora o funcionamento de dizeres sobre o *eu* que são formulados e circulam no espaço digital. Para tanto, Adorno se lança a pensar sobre a relação equívoca do digital com o simbólico e o político. Um dos pontos fortes da pesquisa é demonstrar como elementos como a espacialidade, os objetos próprios ao YouTube (o que denominamos objetos estruturantes), sua organização e ordenamento, determinam a forma do sujeito ler e se relacionar com o digital (considerando a contradição como constitutiva desses processos). Portanto, para mais considerações a respeito da imbricação material e da composição equívoca de diferentes materialidades no digital, bem como seus efeitos, remetemos à obra desse pesquisador. De nossa parte, pela natureza do *corpus* discursivo da pesquisa, erigiremos as discussões sobre os efeitos do digital principalmente a partir do gesto de edição que se sobrepõe às sequências discursivas analisadas nos próximos capítulos.

instauração do gesto de leitura do analista. Por isso, vale ressaltar que o *corpus*, conforme, Léon e Pêcheux ([1982h] 2011, p. 165), não é um “banco de dados”, mas sim “[...] um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”. Desta forma, é preciso pensar além do tratamento de informações que os objetos estruturantes do YouTube permitem, por mais que esse tratamento se estenda sobre vídeos produzidos a partir da língua (passível de equívoco). Se considerarmos a leitura no YouTube, no nível da evidência do tecnológico e do algoritmo, ela se tratará de uma operação lógica global, na medida em que todos os usuários podem realizar uma operação informática e obter resultados *relativamente diferentes* na repetição do mesmo. Ainda que os usuários cheguem aos *resultados esperados*, essa é uma relação que não pode ser desviada, desfeita ou desconsiderada no digital, uma vez que faz parte de sua materialidade. Essa prática de leitura, portanto, coloca questões sobre a montagem e a leitura do arquivo. Na montagem do arquivo digital, sua configuração significativa fica *esquecida*, pois as classificações e organizações informático-algorítmicas que o acompanham são absorvidas no processo de acesso e de leitura. Por isso, a questão da leitura é essencial. Léon e Pêcheux ([1982h] 2011, p. 165) afirmam a esse respeito que:

[...] ler um texto, uma frase, no limite, uma palavra, não constitui uma simples ‘tomada de informação’. O ‘sentido’ de um texto, de uma frase, e, no limite, de uma palavra, só existe em referência a outros textos, frases ou palavras que constituem seu ‘contexto’ (contexto onde as modalidades de acessibilidade são, obviamente, extraordinariamente variáveis).

O exercício de escuta social (ou pelo menos partes e modalidades em que é possível, no digital, chegar até o social) torna-se uma questão de *como* ler. Um *como* que, por meio das indicações de Léon e Pêcheux, nos levam a considerar o atravessamento e a incidência de outros discursos na constituição do sentido. Nessa perspectiva é que tomamos os materiais presentes na aba *Vídeos* no canal do VOX España: espaço em que é possível, contraditoriamente, escutar as falas e as vozes de diferentes enunciadores do partido e também



daqueles que assistem a esses vídeos e deixam comentários<sup>37</sup>. Defendemos que o canal (pelo menos no recorte temporal que operamos) é heterogêneo e diversificado; e assim o definimos por abarcar fragmentos, recortes e edições de diferentes textos que se produzem no campo político, como entrevistas, manifestações, atos partidários, plenárias internas, propagandas político-partidárias, etc. Nesses textos estão implicados diretamente os enunciadores do VOX, seja os afiliados institucionalmente ou os simpatizantes, que se identificam com as posições e dizeres que vão, parafrasticamente, constituindo os domínios de filiações discursivas do VOX. Assim sendo, os vídeos disponíveis no canal, dentro do marco temporal da pesquisa, são textos produzidos em outros espaços (gravações internas, programas de rádio e TV), o que nos leva a entender o canal como um *suporte*, isto é, um repositório em que são organizados e classificados materiais dispersos e produzidos em outros meios, canais e plataformas virtuais. Na próxima subseção voltaremos ao tema.

Por ora, conhecendo as funções dos objetos estruturantes e da produção dos resultados informático-algorítmicos, nossas perguntas ao adentrar o canal do YouTube pela primeira vez foram: como realizar a entrada nesse arquivo? Pautar-nos nas possibilidades de organização temporal ou pelos *mais populares*? Escolher, pelo menos provisoriamente, os vídeos pela sua descrição ou título? Manter-nos no nível da *visibilidade*, pré-selecionando os vídeos mais vistos? De uma forma ou de outra, o efeito informático-algorítmico na constituição da leitura ainda permanecia muito evidente, por isso, tentamos buscar outros caminhos como meio de (re)inscrevê-lo dentro de seus efeitos (a automatização). Uma primeira tentativa, embora dependente da organização e da classificação da plataforma, foi buscar o termo *Franco* no buscador do canal. Os resultados retornados são produtos, como já salientamos, principalmente do título do vídeo, sua descrição, quantidade de visualizações (se o vídeo é visto em sua integridade ou não). Na próxima captura de tela apresentamos um resultado possível a uma busca realizada dessa forma:

---

<sup>37</sup> Face ao objetivo de pesquisa não recortamos para a tese os comentários realizados pelos usuários do YouTube nos vídeos do VOX España. De maneira geral, os vídeos com maior número de visualizações são os que recebem mais comentários. Reservamos a uma oportunidade futura um estudo mais detalhado da relação dos usuários do YouTube com o VOX, a partir da análise de comentários.

## IMAGEM 7 – VOX ESPAÑA (YOUTUBE)

The image shows a screenshot of a YouTube search results page for the query 'VOX España'. The page is in Portuguese. The search bar at the top contains 'VOX España'. Below the search bar, there are navigation tabs: INÍCIO, VÍDEOS, PLAYLISTS, COMUNIDADE, CANAIS, and SOBRE. The search results are displayed in a list format. The first result is a video titled 'Javier Ortega visita a Teresa Agulló, la vecina que proyecta la Cruz de Callosa de Segura' with 70 mil visualizações. The second result is 'Los mejores momentos de Santiago Abascal en el Toro TV' with 180 mil visualizações. The third result is 'Santiago Abascal fulmina a los tertulianos progres de TVE' with 151 mil visualizações. The fourth result is 'Javier Ortega Smith en el Parlamento Europeo "Cataluña es España"' with 277 mil visualizações. On the left side of the page, there is a sidebar with navigation options like 'Inicio', 'Explorar', 'Inscrições', 'Biblioteca', and 'Histórico', along with a 'FAZER LOGIN' button.

FONTE: Captura de Tela (28 de dezembro de 2021)

Um dos primeiros pontos que chama a atenção é a ausência, no título ou na descrição dos vídeos retornados na pesquisa, do termo *Franco*. Se o termo está ausente, como o algoritmo sustenta o retorno desses resultados? Poderíamos considerar, para esboçar uma hipótese, que são mostradas referências relacionadas a Franco, como monumentos franquistas como a *Cruz de Callosa de Segura* que aparece, em nossa busca, como o primeiro resultado. Esses resultados também poderiam estar condicionados com comentários dos usuários, mas teríamos que ser reticentes: não há disponível nenhum comentário de usuário no primeiro vídeo desse resultado. Além disso, os vídeos que seguem *Los mejores momentos de Santiago Abascal em el Toro TV* e *Santiago Abascal fulmina a los tertulianos progres de TVE*, lançados durante a tentativa de *moción de censura* do VOX contra o governo PSOE-PODEMOS no final de 2020, transversalizam uma afirmação de Santiago Abascal nesse contexto, proferida no Congreso dos Deputados: “[*Pedro Sánchez*] *Preside el peor Gobierno que há tenido nuestro país en 80 años*” (RODRÍGUEZ, 2020). Essa afirmação foi tomada, por muitos, como uma referência à ditadura franquista, excluindo-a de seu passado autoritário e violento. O que gerou, especialmente nas mídias digitais, um grande engajamento virtual. No terceiro vídeo, essa mesma afirmação é reformulada com cinismo pelo próprio Abascal em entrevista à TVE (sistema de televisão pública): “*Probablemente no sea el*

*peor Gobierno en 80 años, sino en 800*". São vídeos que também destacam por seu expressivo número de visualizações e comentários. No entanto, a quantificação não significa mais que a própria presença do mesmo. Numa rápida leitura, na grande maioria dos comentários desses dois vídeos, não há menções diretas nem a Franco, mas sim uma irrestrita aclamação a VOX e a Abascal. Há uma única exceção, em que o usuário diz: *Cierto, por eso Abascal debió RATIFICAR que la dictadura de Franco fue mejor que este gobierno de Sánchez... Si lo hubiera hecho, habríamos salido a la calle a gritar ABASCAL, PRESIDENTE... Pero le faltaron COJONES españoles...*<sup>38</sup>. Nesse caso, o sujeito-usuário assume a proposição *la dictadura de Franco* com uma aceção positiva quando contraposta ao governo PSOE-PODEMOS. Ainda que seja um fato significativo, trata-se de uma exceção, pois os demais comentários (pelo menos intradiscursivamente) não mobilizam as designações *Franco*, *franquismo* ou *dictadura de Franco*.

Apesar de o início da pesquisa ter se dado no final de 2019, os resultados retornados à época não diferem, pelo menos no funcionamento do algoritmo, dos apresentados na data de captura de tela. Pelo funcionamento *atualizado* e *presente* dos resultados apresentados no YouTube, não conseguimos remontar os mesmos resultados de 2019, um dos efeitos da automatização: o passado no digital fica obliterado, inacessível. O presente é que organiza o que é deixado (visível) para trás... A partir dessas primeiras aproximações, pudemos nos deparar com um fato: essa forma de busca termo a termo, poderia constituir um domínio profundamente equívoco: o nome Franco sequer seria enunciado? Sua presença intradiscursiva seria secundarizada por referências indiretas? O nome Franco apareceria apenas relacionado a dizeres ligados à lei de memória histórica? Não haveria outro modo de relação dos enunciadores do VOX com Franco? Como considerar o *corpus* em sua diversidade, estratificação, disjunção e contradição como nos dizem Léon e Pêcheux ([1982h] 2011)? Pensando nisso, foi necessário instaurar uma prática de leitura: operar o recorte por um critério relacionado às condições de produção e que não automatizasse a nossa relação com a pesquisa no digital. Esse critério foi a com dominância política.

---

<sup>38</sup> Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=kj1dO6OLGUo&lc=UgxGxe33qCEhHPMSmeV4AaABAg.9DRAiZ906hy9DVKp-8PGbK>. Acesso em: 29 dez. 2021.

### 2.3 A DELIMITAÇÃO DO ARQUIVO (2014-2018): UMA QUESTÃO DE DOMINÂNCIA POLÍTICA

Recorrer o campo da política e do político nos faz predicar algumas diferenças conceituais e práticas. Em vista disso, fazemos um entrelaçamento quando evocamos a política (prática política nos AIEs) e quando tomamos o político (divisão de sentidos) (ORLANDI, 1996). O entrelaçamento é ilustrativo e não pragmático, pois permite apresentar duas dimensões de fenômenos que são conexos – a política tem efeitos na linguagem (PÉCHEUX, [1978a] 2011). Por isso, faz-se necessário examinar as teorias marxistas e a teoria do discursivo.

Quanto às teorias marxistas, poderíamos remeter à leitura materialista que Althusser ([1995] 1999) produz. Para começar, a política é um dos elementos constituintes da luta de classe e tem haver, na teoria althusseriana, com o Estado e o poder de Estado. Althusser defende que o objetivo da luta de classes política é a tomada do poder de Estado, seja pelo bloco no poder<sup>39</sup>, seja pela aliança de classes ou de frações de classes. No entanto, a respeito da associação de política e poder de Estado, que se manifestaria nos AIEs, Alves (2020) nos introduz alguns contrapontos produtivos. A pesquisadora enceta uma discussão basilar para entender o político a partir de Rancière. Essa discussão desnuda algumas contradições na compreensão de político nos marxismos, especialmente a leitura althusseriana. A partir dos comentários de Alves, compreendemos que Rancière realiza uma separação entre política e política; a política, consistiria na “[...] ordem do sensível de determinada distribuição dos corpos falantes [...]”; a política suporia “[...] o que irá incidir sobre essa ordem sob um traço igualitário que pressupõe a igualdade de qualquer um com qualquer um [...]” (ALVES, 2020, p. 179).

---

<sup>39</sup> Poulantzas ([1968] 2019) nos mostra que a classe dominante (burguesia) ou as classes dominadas (proletariados, campesinato, etc.) não existem numa inércia totalizante, longe disso, as classes em sua dinâmica material formam frações e partes de classe. O conceito de bloco no poder possibilita ver, conforme Poulantzas, a unidade contraditória das classes e frações de classe que controlam numa conjuntura concreta a política de Estado (do econômico ao social). A formação do bloco no poder, com classes e frações de classe em relações de força desiguais e contraditórias, se dá especialmente pelas alianças políticas, eleitorais e/ou de classe, que assenta a estrutura do Estado. Assim sendo, há uma classe ou fração dominante/hegemônica no bloco que *unifica* o Estado capitalista a partir dos seus interesses de classe.

A autora também atina ao fato de que polícia se distancia de Aparelho Repressivo de Estado em Rancière, na medida em que a polícia é o que divide os corpos por modos de fazer, ser, dizer, tarefas, dentre outros. Assim sendo, Alves destaca que a fonte da relação entre política e polícia residiria na sua apropriação do conceito de poder. Esse seria o ponto em que Althusser cometeria um erro teórico e prático, posto que na perspectiva de Alves o filósofo francês resumiria a política a relações de força e de dominação. Rancière, por outro lado, como salienta Alves, predica que a política é uma instância contraditória de dissenso, que se apresentada estando em tudo, não está em lugar nenhum; um suposto lugar em que o último fim seria a cabida de todos.

Acerca da teoria do discurso, encontramos, conforme indicações de Alves (2020), caminhos díspares para compreender a política e o político em Pêcheux e Orlandi. Assim sendo, Alves nos apresenta um panorama dos deslocamentos de sentidos em torno à designação política nas produções bibliográficas de Pêcheux e Orlandi. A respeito de Pêcheux, Alves destaca que em sua análise textométrica que o termo *política* se associa principalmente a pressupostos do marxismo-leninismo como *prática política*, *apropriação subjetiva da política*, *política de tipo novo*, *política do proletariado*, dentre outros. Alves considera que os sentidos de *mudança* e *transformação* das estruturas da formação social são o que sustentam essa expressão em Pêcheux (muito pautado na leitura althusseriana), especialmente quando *política* incide sobre formulações em que o proletariado está em destaque, como *prática política do proletariado*. No entanto, Alves também defende que termos como *política do performativo* e *política imaginária* são conceitos desenvolvidos tardiamente na obra de Pêcheux e, que, portanto, representam uma mobilidade no modo como Pêcheux entende essa noção, especialmente quando este se debruça sobre o tema da propaganda política. Quanto à temática da dominância política, ela apareceria par às disposições de Althusser sobre as relações de com dominância política no AIE parlamentar, especialmente como elas operam múltiplas formas de subjugação e de reprodução/transformação das relações de produção. No entanto, a definição de política apareceria ainda muito concernida ao campo da análise social, sem relações mais profundas com o simbólico. Nessa direção, entraria o trabalho de Orlandi (1996) sobre o político.

Aludindo outra vez à tese de Alves (2020, p. 178), a pesquisadora considera que:

[...] para Orlandi, o político não está na política como aquela atividade dos profissionais políticos, nem tampouco afirma-se como a capacidade das classes (outra homonímia) em barganharem sua parte em uma arena comum.

Com essa advertência Alves retoma a principal formulação de Orlandi sobre o político: divisão dos sentidos. A teoria do político em Orlandi, como bem demonstra Alves, se distancia da perspectiva althusseriana e se abre ao campo da movência dos sentidos (discurso). Conforme Orlandi (1996, p. 21):

[...] o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição. Aí estão ligadas três noções – o político, o histórico e o ideológico – não definidos tal como o fazem as ciências sociais e humanas, mas discursivamente.

A partir dessa perspectiva, o político é significado como *divisão constitutiva* do sentido, à medida em que os processos discursivos são clivados incisivamente pelas forças ideológicas que movimentam a história. Por outro lado, Orlandi também reafirma o caráter litigioso do político e do simbólico, posto que para a estudiosa há um conflito constitutivo entre o simbólico e o político. Esse conflito, como salienta Alves, dá conta de uma dissimetria no processo de interlocução, em que aparece uma confrontação, sobretudo, entre formações discursivas, tenham elas haver com o silêncio, o implícito, o explícito e assim por diante.

Sendo assim, tomaremos a política como principado das relações de força e de dominação que se relacionam com a dominação e a resistência nos AIEs; essas relações interpenetram o político, ponto em que identificamos o conflito e a divisão dos sentidos se materializam nos processos discursivos. Portanto, a dominação política está relacionada com uma dupla questão: de um lado, com os índices de dominância na política, no ideológico e no econômico; de outro, com o modo como os sentidos são divididos nas práticas de interlocução.

Assim sendo, não se pode negar que, como sustenta Poulantzas ([1968] 2019), há índices de *dominâncias* nas estruturas, nas práticas e nas lutas políticas de classe, que são determinadas numa conjuntura concreta

(ALTHUSSER, [1975] 1980). A conjuntura concreta ou momento atual numa dada formação social é o resultado da articulação de diferentes elementos e estruturas no conjunto do todo (ALTHUSSER, [1975] 1980) que permitem observar, por meio de uma unidade complexa, diferentes atravessamentos no presente do real histórico. Por isso, ao dirigir nosso olhar às complexas relações do AIE parlamentar e, especialmente, à organização de pontos regionais no sistema de representação social e de partidos, não estamos nos atendo para *historicidades diferenciadas*, mas a relações de dominância na aparelhagem do Estado e no uso do poder de Estado (ALTHUSSER, [1995] 1999). A questão da dominância política se inscreve nessa problemática, pois atravessa as condições de produção. Para Pêcheux ([1975c] 2014, p. 230, grifos do autor):

[...] não se fica quite com o materialismo histórico pela simples referência às *condições de produção* sócio-históricas do discurso, é preciso ainda, poder explicitar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto de formações ideológicas, tal como a luta ideológica de classes determina.

A citação de Pêcheux nos conduz a pensar que nas condições de produção do discurso, a questão da dominância política consiste num critério necessário para delimitar uma conjuntura concreta na construção do nosso arquivo, bem como no recorte do *corpus* discursivo. A individualidade histórica no interior de uma formação social organiza desigualmente os espaços de interlocução e as próprias condições do dizer (a divisão dos sentidos, de que nos diz Orlandi). Essa organização desigual (e contraditória) se materializa no todo complexo das formações ideológicas e nas formações discursivas. Portanto, a dominação política e os atores políticos no jogo *representantes-representados* das classes ou frações de classe com os partidos políticos (POULANTZAS, [1970] 1976) materializam-se numa conjuntura concreta em que o processo de produção de sentidos se vê afetado.

À vista disso, algumas das indagações que nos foram colocadas frente ao conjunto de vídeos disponíveis no canal VOX Espanha foram: por qual critério recortar, organizar e lidar com a heterogeneidade constitutiva dos vídeos? Como não reproduzir no nível metodológico e analítico os próprios efeitos de automatização do digital? De que modo propor um trajeto de leitura sobre o arquivo digital à disposição? Tais perguntas permitiram que chegássemos ao

consenso de que a dominância política exercida na conjuntura concreta dos governos Mariano Rajoy (PP - Partido Popular) (2011-2018) poderia encaminhar não apenas uma compreensão do processo de produção de sentidos sobre o nome Franco, mas também como as condições de produção nas quais VOX emerge (2013) e se desenvolve (2013-2018), se costumam contraditoriamente aos discursos de seus enunciadores. Não queremos com isso afirmar que Rajoy ou o Partido Popular representam ou encarnam em si mesmos a dominação política. Ao contrário, a dominância política exercida no parlamento na forma da democracia burguesa é contemporânea às forças e às práticas da ideologia dominante, logo, como parte do bloco no poder, Rajoy e o Partido Popular, por meio de alianças políticas e/ou de classe, exercem sobre as instâncias legislativa e executiva, a coesão contraditória de uma ideologia de classe que se realiza nos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado, a partir da dominância do jurídico (PÊCHEUX, [1975c] 2014a). Isso nos autoriza a apresentar as práticas político-partidárias<sup>40</sup> dos governos Rajoy como ancoradas nos eixos econômico, ideológico e político. Não quer dizer que haja uma coesão ou uma estabilidade homogeneizante nessas descrições, posto que os mandatos consecutivos de Rajoy foram marcados por diferentes conjunturas concretas. Entre elas, a repactuação (não sistemática) entre representantes-representados no bloco no poder.

A partir do eixo econômico, poderíamos reportar à reforma trabalhista (2012) que visou, à custa da precarização dos termos jurídicos e das condições de trabalho (incentivo aos contratos temporais, por exemplo) (ZABALZA RIVAS, 2015), consolidar índices e exigências da economia de mercado da União Europeia. Nessa mesma linha, os déficits da dívida pública também foram utilizados como elementos (pautados numa certa legitimação política pelas crises econômicas que os acompanharam, especialmente a crise de 2008) para realizar cortes de orçamento em áreas como educação, segurança social e saúde. Além disso, se destaca também o caso *Bankia* (2012), no qual o Estado

---

<sup>40</sup> Um partido político não se sustenta autonomamente por si mesmo, mas coexiste numa conjuntura concreta de sistema de partido. A obra clássica de Duverger ([1951] 2012) consolida uma análise acurada das formas de organização partidária em diferentes regimes. No regime multipartidário, caso espanhol, seria prudente considerar a relação no caso dos governos Rajoy entre alianças eleitorais, parlamentares e governamentais, os eleitores, os simpatizantes, os militantes, os afiliados, etc. Esses elementos fornecidos por Duverger poderiam asseverar como o bloco no poder se organiza contraditoriamente na conjuntura concreta mencionada.



interveio no capital bancário a fim de salvar uma instituição financeira da falência. Os fatos demonstram uma consonância e afinidade com o projeto europeísta de neoliberalismo sem fronteiras no espaço do *primeiro mundo*. No eixo político, poderíamos destacar a aliança governamental para investidura em seu segundo mandato (2016-2018) com o PSOE (2016) e sua minoria parlamentar; o processo de independência catalão (2017); ataques terroristas yihadistas (2017); a extinção do ETA – *Euskadi Ta Askatasuna* (grupo terrorista vasco) (2017); os casos de corrupção como o *caso Gürtel* (vinculado ao PP); e, a *moción de censura* (impeachment) que acabou com o governo Rajoy em 2018, prosperada pela aliança entre comunistas, socialistas e partidos soberanistas catalães e vascos, que investiram como presidente de governo Pedro Sánchez (PSOE). Por fim, no eixo ideológico se poderia caracterizar a realização material nos governos Rajoy de ideologias políticas (nos AIEs) como a neoliberal, a europeísta, a conservadora, a monárquica e a *neocristã*. São apontamentos superficiais que indicam em alguma medida a luta ideológica e política na conjuntura concreta dos governos Rajoy. Em resumo, no nível ideológico são as práticas e os discursos que posicionam (política e discursivamente) o PP e os governos Rajoy à *direita*<sup>41</sup> ou ao *centrodireita* - isso terá um papel fundamental no modo como os enunciadores do VOX significam Rajoy e o PP.

Sendo assim, ante essas condições do *pacto* do bloco no poder e do exercício da dominância política em certas condições, decidimos constituir o arquivo. Então, optamos pela delimitação dos vídeos no canal do YouTube a partir do primeiro publicado no canal em 16 de janeiro de 2014 até os publicados em 1 de junho de 2018, data em que prospera a *moción de censura* e Rajoy é destituído da função de presidente de governo. Nessa ocasião, há uma reconfiguração do bloco no poder e na dominância política (pelo menos na forma como é exercida em práticas e discursos no AIE parlamentar). Cabe acrescentar que o recorte permite identificar efeitos discursivos individualizados nessa conjuntura concreta, mas que não terminam simbolicamente com a destituição

---

<sup>41</sup> É fato que essas descrições (*esquerda, direita, centro, etc.*) são supersaturadas nos discursos, especialmente na mídia, o que resulta numa corrosão de sua materialidade. A esse respeito, retomaremos mais à frente o estudo de Bobbio (1995) sobre a temática, sobretudo na subseção “VOX *vis à vis*: o discursivização do partido nos dizeres de seus enunciadores”.

do governo Rajoy. Trata-se de uma organização metodológica que não fecha, nem limita, a posterioridade e o movimento da divisão dos sentidos.

Acerca da especificidade dos vídeos que se inscrevem dentro dessa delimitação, podemos destacar de forma geral que são, em sua grande maioria, gravações editadas de participações dos membros do VOX em programas televisivos (difundido via sistema de transmissão televisivo e pela internet) e radiofônicos pertencentes ao *Grupo Intereconomía*. Para citar alguns: *El gato al agua*, *La redacción abierta* e *Noticias Intereconomía* na televisão; *La tertulia capital* e *Buenos días, España* no rádio. Além disso, são recorrentes as gravações de comícios públicos, manifestações políticas como o famoso protesto de VOX em Gibraltar no qual um dos membros do partido foi detido por estender a bandeira da Espanha (EXPÓSITO; MACHADO, 2016) em território britânico, assim como eventos internos promovidos pelo partido tais como plenárias, eleições diretivas, dentre outros. São vídeos gravados em situações de interlocução heterogêneas, nas quais há a presença de pelo menos um membro do VOX que assume a posição de interlocutor oficial do partido. Numericamente, esse material corresponde a aproximadamente 950 vídeos e mais de 80 horas de gravações.

Em suma, buscamos com esse recorte outro espaço para *escutar* o que VOX diz ou não-diz sobre Franco. É um exercício de escuta que se pauta num materialismo do encontro (ALTHUSSER, [1982] 2002), isto é, como no devir de fatores concretos (e, em certa medida, indiretos) se apresentam condições para a presença de Franco no discurso do VOX para além das fortes marcas imaginárias da mídia ou dos discursos declarados sobre Franco. Uma prática de escuta capaz não apenas de mapear domínios de memória, processos de atualização discursiva, relações significantes, mas de mostrar como um nome funciona discursivamente afetado pela ideologia.

### 2.3.1 Do estatístico ao digital: o que os dados numéricos dizem sobre o arquivo?

A advertência de que o aparato estatístico corresponde a um trabalho de interpretação, pela evidência ideológica, não é nova. Robin (1977, p. 21) já nos alertava sobre o efeito de naturalização da quantificação e processamento de dados numéricos: “[...] pode-se fazer o aparelho estatístico dizer qualquer coisa,

segundo, os quadros teóricos nos quais ele entre, segundo o sistema de hipóteses que a ele subjaz, segundo o efeito procurado”. Assim, os dados estatísticos existem à deriva do gesto de interpretação que (re)monta o que os dados *podem* e *devem* representar no dizer. Os números estatísticos quando gerados e nutridos no digital cumprem uma dupla tarefa: a repetição e a quantificação (papel da memória metálica); e, também, uma ilusão de soberania por meio de dispositivos de visibilidade. Ressaltamos esses aspectos porque é preciso, no trabalho de caracterização das condições de produção do arquivo da pesquisa, não duplicar o efeito de automatismo que se liga aos dizeres (inclusive acadêmicos) do VOX: partido de fora da mídia tradicional (TV e rádio); partido que possui estrondoso êxito nas redes sociais; partido que gera engajamento nas redes sociais. Se constitui imaginariamente o efeito da potência digital: quanto mais visto, mais exitoso é o partido. No entanto, qualquer análise que postule esse primado, está fadada ao erro do *sociologismo*, isto é, compreender o fenômeno do digital pela ótica das práticas neoliberais – a maior produtividade é substituída pela maior visibilidade. Essa discussão só será frutífera se considerada a dimensão da ideologia em relação aos algoritmos e aos fenômenos da *viralização* (que perduram tão rápido quanto aparecem).

À vista disso, apresentaremos nessa subseção alguns dados estatísticos, a partir da compilação de dados do canal *VOX Espanha*, que compreende os anos de 2014 a 2018 (quando prospera a moção de censura contra o governo Rajoy)<sup>42</sup>. A esmagadora maioria dos vídeos que tomamos para o recorte analítico não apresentam relevância em termos de visualizações (poucos vídeos passam da faixa de 1,000 – 3,000 visualizações), o que pode apontar para o fato de que as visualizações que o canal VOX Espanha recebe no YouTube está em dependência de vídeos que *viralizam*. Portanto, inscrevemos nossa discussão na qualidade dos fatos de linguagem em preterimento do dispositivo assepsiante da visibilidade, pese a que ele seja constitutivo das condições de produção em que o canal *VOX Espanha* existe.

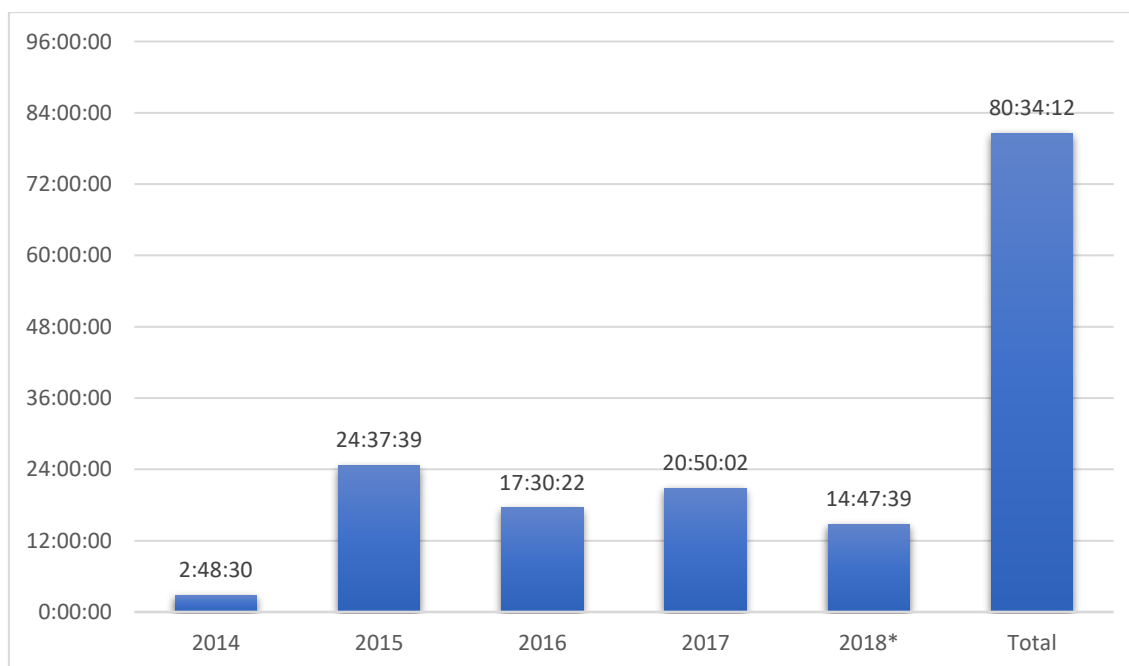
Quanto ao primeiro dado estatístico a ser apresentado, destacamos no Gráfico 1 a quantidade de horas que fizeram parte do nosso exercício de *escuta-*

---

<sup>42</sup> O arquivo pode ser acessado a partir do link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GZLDsKFu5KqUTXs5SJ8Lg2aq7ifZ0xp6/edit?usp=sharing&oid=114791062969071171578&rtpof=true&sd=true>.

*trituração* (retomaremos à frente essa noção). Ao acompanhar a progressão anual do tempo total dos vídeos vinculados ao canal, notamos uma clara crescente desde a criação do canal em 2014 até o momento em que encerramos o recorte do arquivo, junho de 2018.

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DO CONJUNTO DE VÍDEOS DISPONÍVEIS NO CANAL (2014-2018\*)

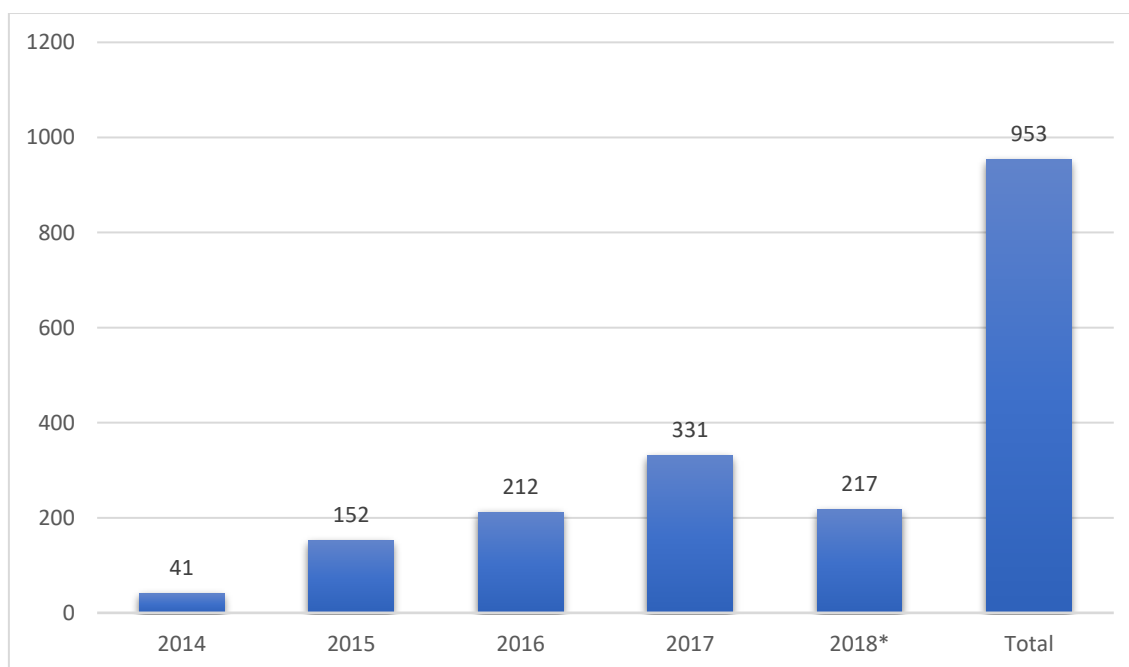


Fonte: elaboração própria

O incremento das horas disponíveis no canal demonstra (para falar do óbvio) um maior investimento do partido em material audiovisual compartilhado no YouTube. Isso também indica, em alguma medida, a maior circulação e presença dos membros do partido em espaços midiáticos (rádio e TV). A grande maioria dos vídeos que fazem parte da circunscrição do arquivo corresponde à edição (*os melhores momentos*) das participações dos membros do VOX em programas de entrevista e de análise política, sobretudo, participações em programas do conglomerado midiático do *Grupo Intereconomía*, sobre os quais voltaremos a discutir mais à frente.

No próximo gráfico há a compilação da quantidade de vídeos enviados ao canal anualmente:

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE VÍDEOS ENVIADOS AO CANAL POR ANO (2014-2018\*)



Fonte: elaboração própria

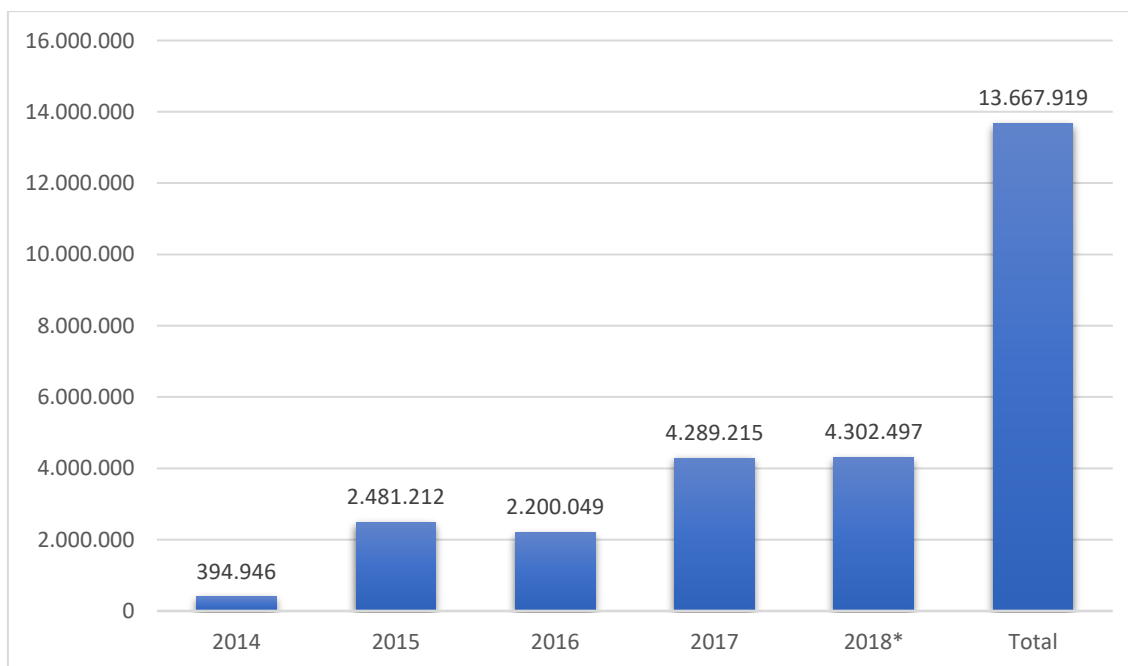
Os números apresentados no gráfico expressam um aumento anual contínuo dos vídeos subidos ao canal VOX España. A ampliação da quantificação amarra sob seu amalgama pelo menos duas causas: um, a instauração de dispositivos de visibilidade cuja função é inflar o número de visualizações, comentários e recomendações, para servir de vitrine no embate parlamentar e projetar um imaginário de sucesso, participação e apoio social do VOX; dois, fazer com que a luta política no AIE parlamentar seja estancada pelo efeito algorítmico e pelo funcionamento da memória metálica, grande marca dos partidos e sujeitos que são *ditos* de extrema-direita. A vitrine do VOX como partido que angaria apoios e projeção digital precisa ser vista e interpretada a partir da sua absorção na ordem da memória metálica, no qual são evidenciados a multiplicação, a reprodução e a homogeneização dos efeitos. Nessa direção, o funcionamento algorítmico joga um papel fundamental na produção dos fenômenos digitais como a viralização. Nessa direção, o total de vídeos do recorte da pesquisa, 953 (de várias durações<sup>43</sup>), poderia impactar e suspender as interpretações comuns de que VOX é um partido dito de extrema-direita que

<sup>43</sup> A partir do arquivo com os dados compilados apresentados na nota anterior é possível explorar estatisticamente uma infinidade de análises. Essa tarefa pode ser realizada por pesquisadores interessados no tema ou em trabalhos posteriores. Nosso objetivo é apenas ilustrar um panorama mais geral do canal, destacando dados que interessam à pesquisa.

faz sucesso absoluto nas redes, absorvendo eleitores, militantes e pautas políticas conservadoras. Mas pesa contra essa generalização prematura a desigualdade na quantidade de visualização dos vídeos do canal.

No gráfico a seguir apresentamos a quantidade de visualizações que os vídeos do VOX receberam, em conjunto, a cada ano do recorte:

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES RECEBIDAS PELO CANAL POR ANO (2014-2018\*)



Fonte: elaboração própria

Antes de mais nada, é preciso realizar uma série de retificações em relação à quantidade de visualizações. A grande quantidade de visualizações recebidas anualmente é reflexo do efeito da viralização de determinados vídeos, isto é, certos vídeos recebem uma grande quantidade de visualizações, enquanto a esmagadora maioria recebe acessos modestos e inexpressivos do ponto de vista do dispositivo de visibilidade. Nas seguintes explicitações mostramos como os números se cruzam no funcionamento da memória metálica no digital:

- 2014. *El misterio del elefante/VOX*, propaganda eleitoral de Alejo Vidal-Quadras<sup>44</sup> para o parlamento europeu daquele ano somou 128.001 visualizações, cerca de um terço (1/3) do total de visualizações que recebeu o canal em 2014;
- 2015. *Santi Abascal con Jordi, follonero, en el bar de Salvador Monedero*, vídeo paródico que vamos retomar na SD17 recebeu 719.390 visualizações, isto é, quase um terço (1/3) do total de visualizações obtidos pelo canal em 2015;
- 2016. *Spot VOX | Un nuevo comienzo*, vídeo propagandístico com forte apelo emocional, recebeu 821.137 mais de um terço (1/3) do total de visualizações em 2016;
- 2017. *Santiago Abascal - Estamos en Barcelona y esto es lo que acabamos de presenciar*, vídeo de um militante do VOX protestando contra o referendun de independência catalã, somou 1.039.102, o que corresponde praticamente um quarto (1/4) do total de visualizações de 2017;
- 2018. *Histórica intervención de Javier Ortega en TV3*, debate na televisão pública catalã entre Javier Ortega Smith e um partidário da independência catalã, obteve 809.685, quase um quarto (1/4) do total de visualizações recebidos no recorte da pesquisa (até 1 julho) em 2018.

Portanto, é preciso colocar algumas reticências na *fábrica infinita* de visibilidade atribuída ao VOX, pois os números de visualizações são puxados por vídeos mais vistos a cada ano. Se tivermos em conta os dez vídeos mais vistos (no conjunto imenso de vídeos disponíveis) esses somarão a esmagadora maioria dos números de visualizações. Não queremos, com isso, relativizar o poder do alcance do dispositivo de produção e manutenção da visibilidade no espaço digital; a viralização e a multiplicação da visibilidade devem ser analisadas sob o prisma da extensão dos efeitos da interpelação ideológica. Os números sozinhos significam a manutenção do esquecimento, por outro lado,

---

<sup>44</sup> Alejo Vidal-Quadras Roca (1945) foi um político ligado ao PP e chegou a desempenhar a função de vice-presidente do Parlamento Europeu de 1999 a 2014, quando rompe com o PP e passa a integrar os quadros do VOX. Vidal-Quadras é o primeiro político alçado pelo VOX numa eleição em 2014, mas coleciona nesse ano um fracasso eleitoral nas eleições europeias. No ano seguinte, 2015, por diferenças internas, acaba se desfilando do VOX.

quando são dobrados na interpelação ideológica, deixam marcas profundas no corpo social. Nesse espaço também é importante salientar o papel da repetição; a repetição possui um papel fundamental nesse espaço para produzir, sobretudo, identificações às formações discursivas ou à formação discursiva dominante do VOX. Ainda que sejam publicados outros vídeos, outras cenas, outras declarações públicas, trata-se da repetição do mesmo no encontro do efeito ideológico e da memória metálica.

Antes de avançarmos para o próximo gráfico, que trata da relação dos membros do VOX com os programas de rádio e TV do *Grupo Intereconomía*, precisamos realizar algumas contextualizações. Para começar, conforme Albajadejo e Bannink (2016), o *Grupo Intereconomía* é apresentado como um grupo midiático com raízes cristãs (sinônimo de *civilização*) e fortemente contra o aborto. Além disso, conforme os autores, ainda que o grupo se apresente como desvinculado a qualquer partido político, já em 2014 o próprio grupo anunciava que era *orguloso de ser de derechas*. Albajadejo e Bannink também arguem que os programas midiáticos produzidos pelo grupo são conservadores e as discussões conduzidas por seus apresentadores e participantes privilegiam o que estes caracterizam como *ideologia liberal de direita*. Também cabe chamar atenção ao nome do canal de televisão do grupo, que de *Intereconomía TV* passou a se chamar *El Toro TV* e a utilizar o ícone de um touro, em alusão às touradas. O uso da simbologia das toradas é controverso, posto que do ponto de vista cultural e ecológico, elas aludem à *hispanidad*, à tradição e à violência animal. Ainda, o emprego desse signo num meio de comunicação significa a relação imaginária de uma Espanha alinhada à sua *essência* ibérica e católica, algo que é transversalizado com frequência nos dizeres dos enunciadores do VOX.

No quadro dos programas de TV do *Grupo Intereconomía* que participaram assiduamente os interlocutores do VOX, destacamos: *El Gato Al Agua*, *La Redacción Abierta* e *Noticias Intereconomía* (esse último com menos expressividade). Dos programas radiofônicos destacamos: *La Tertulia Capital* e *Buenos Días, España*. Grande parte desses programas combinava a difusão por meios tradicionais analógicos e por meio de canais próprios ao *Grupo Intereconomía* na internet.

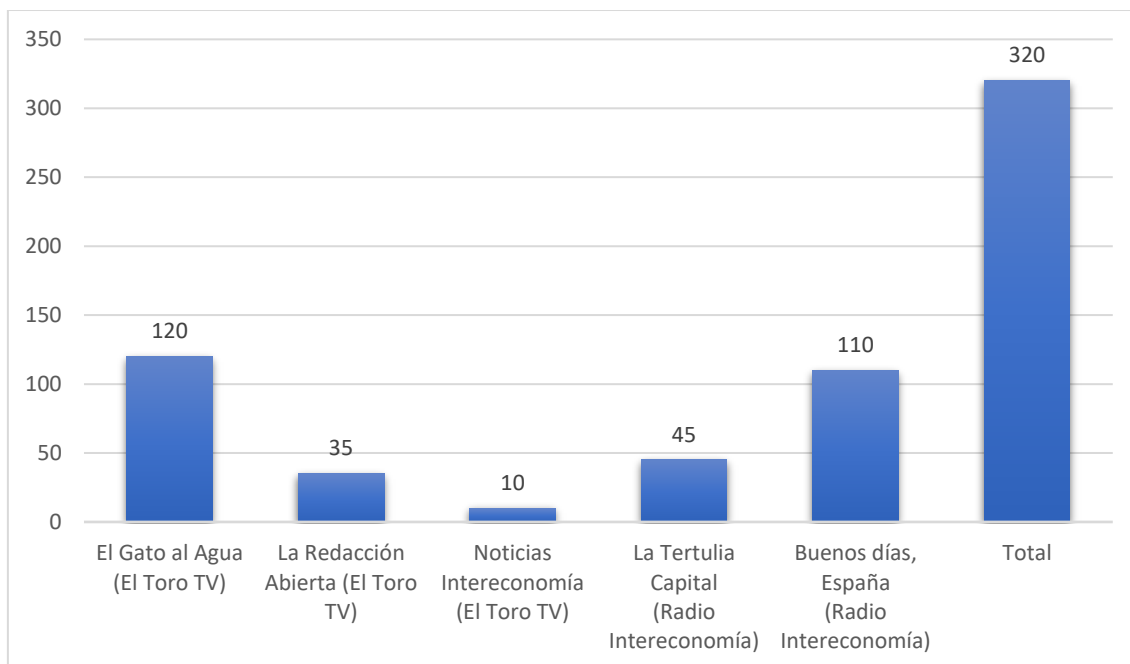


Quanto aos programas televisionados, *El Gato Al Agua* é o que mais se diferencia em termos de gênero jornalístico televisionado. *La Redacción Abierta* e *Noticias Intereconomía* se assemelham a uma discussão focada num mediador (o apresentador) e um comentador (convidado). O programa *El Gato Al Agua*, que deriva da expressão idiomática *llevarse el gato al agua*, entendida como a realização de um feito difícil e visado também por outras pessoas, possui uma estrutura de *tertulia*<sup>45</sup>, isto é, de um debate aberto em que são convidados diferentes debatedores para discutir temas de atualidades. Os participantes são chamados de *contertulios*. Essas expressões são comuns no espanhol peninsular. Por sua vez, os programas de rádio *La Tertulia Capital* e *Buenos Días, España* tem periodicidade diária. O primeiro, que passou a se chamar *Capital Intereconomía*, se dedica a tratar de temas principalmente (mas não apenas) ligados à Comunidade de Madrid; o segundo, tem um alcance – até o ponto em que apuramos – mais amplo, não restrito a temas regionais. O gráfico 4 nos apresenta uma **estimativa** dos vídeos editados e subidos ao canal que contavam com a participação de membros do VOX:

GRÁFICO 4 – ESTIMATIVA DO TOTAL DE VÍDEOS EDITADOS DE PROGRAMAS DE RÁDIO E DE TV DO GRUPO *INTERECONOMÍA* PRESENTES NO CANAL (2014-2018\*)

---

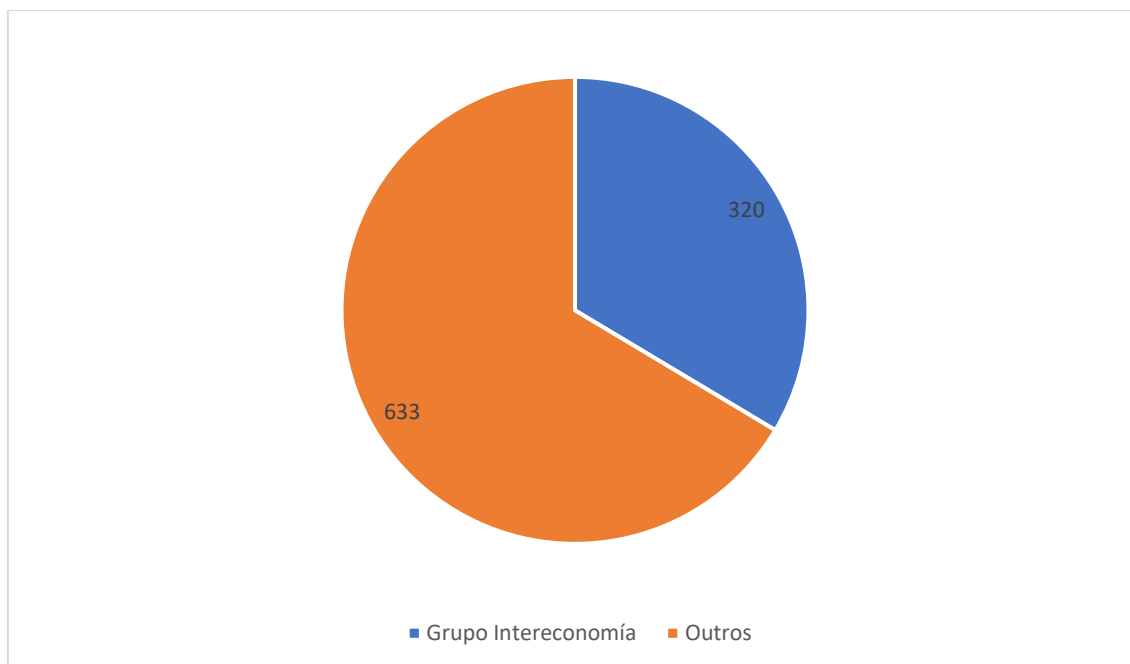
<sup>45</sup> *Tertulia* é uma palavra também comum ao português. No entanto, no português brasileiro ela existe em registros históricos. Seu uso contemporâneo é atrelado a comunidades do Rio Grande do Sul. Nessas comunidades, *tertúlia* pode significar tanto o encontro entre amigos, como também um espaço de conversa sobre leituras, política e assuntos diversos.



Sinalizamos que os números são estimativas, posto que para sua composição lançamos mão do recurso da identificação por repetição textual, isso significa que a pesquisa é sensível a alterações gramaticais. O que podemos depreender desse gráfico é não só o papel fundamental que o *Grupo Intereconomía* teve na constituição de uma identidade midiática do VOX, mas também a importância, em termos quantitativos, da rádio e da TV (165 participações na TV e 155 participações no rádio). Consideradas formas de mídia tradicionais, são elas que com adaptações e integrações digitais (transmissão via internet, por exemplo) deram alento, relevância e projeção ao VOX. Ademais, não podemos perder de vista que o canal do YouTube do VOX funciona como um suporte híbrido no recorte da pesquisa, posto que uma parte significativa dos vídeos disponíveis são edições de participações dos membros do partido em programas midiáticos, protestos políticos, atos institucionais, etc. São poucos os vídeos produzidos nos protótipos do YouTube.

Dito isso, trazemos um último gráfico afim de mostrar a projeção global que contrasta o papel do *Grupo Intereconomía* na quantificação dos vídeos do VOX no YouTube:

GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO VOX EM PROGRAMAS DO GRUPO INTERECONOMÍA EM COMPARAÇÃO AO TOTAL DE VÍDEOS DO CANAL (2014-2018\*)



A partir do gráfico vemos a participação dos membros do VOX no panorama geral do recorte da pesquisa. Quase um terço de todos os vídeos do canal é originado a partir de produções de programas de rádio e TV do *Grupo Intereconomía*. O que podemos depurar é que o *Grupo Intereconomía* é um *locus* de abertura para o VOX impor suas pautas, seja por afinidade ideológica ou interesse político. Uma vez que frequentemente os vídeos originados nos meios midiáticos do *Grupo Intereconomía* figurem na lista dos mais vistos de cada ano, eles certamente assumem um protagonismo no debate político e na quantificação no digital.

#### 2.4 ESCUTA-TRITURAÇÃO: DO ARQUIVO À ESCUTA DO CORPUS

Nas subseções anteriores oferecemos um panorama sobre a entrada no arquivo, detalhando o trajeto de leitura que nos levou às primeiras aproximações com o *corpus*, as possíveis frentes de trabalho, o desenho inicial da pergunta de pesquisa, a questão do digital, dados contextuais e estatísticos sobre a delimitação temporal do canal VOX España. A necessidade de uma seleção (equacionada pelo critério da dominância política e de bloco no poder) face à quantificação numérica e exaustiva dos vídeos disponíveis no canal, não teve por objetivo *imobilizar* a emergência de fatos discursivos que, no exercício de escuta do arquivo, indicassem para um rearranjo das questões e objetivos

iniciais de pesquisa. Se antes defendemos a dialética *teoria-análise* no estabelecimento da pesquisa e na produção do gesto de interpretação do analista de discurso, na escuta do arquivo essa dimensão não foi excluída. Embora o fator da conjuntura concreta tenha nos auxiliado na organização e delimitação do arquivo, ela também foi, num primeiro momento, uma *aposta no escuro*. Um dos grandes desafios do analista de discurso ao levar a sério (e com ética e política) a dialética teoria-análise, é *escutar* os fatos de linguagem que se impõem como significativos na montagem do *corpus*, por mais que o conduzam à reconfiguração da pesquisa. Isto é, na dialética teoria-análise são os fatos significantes que, aliados à teoria, possibilitam o trabalho do analista de discurso<sup>46</sup>. Por isso, para o exercício de escuta nos lançamos (especialmente pelo volume de horas escutadas) a uma *escuta-trituração* que pudesse manter a possibilidade de um “[...] espaço polêmico das leituras de arquivo [...]” (PÊCHEUX, [1982g] 2014b).

Pêcheux ([1981a] 2016, p. 25) nos diz que: “[...] recortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como *leitura-trituração*”. A leitura-trituração é compreendida por Pêcheux como um exercício que confronta os gestos e os sentidos que se colam à leitura por meio da sobredeterminação entre ideologia, memória e sintaxe. Partindo dessas orientações e, especialmente, buscando *desestabilizar as evidências* na tentativa de ver os sentidos movimentando-se ao liberar-se das ataduras da matéria verbal (PÊCHEUX, [1981a] 2016), tentamos *remoer* as falas ouvidas a partir de um exercício de *escuta-trituração*. Um exercício que nada mais é do que dar espaço à fragmentação e dispersão dos sentidos no gesto de escuta, na condição de dar à profusão de vozes presentes um reduto de observação<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Lembremo-nos que para Pêcheux ([1983f] 2015, p. 57) “[...] [a posição de trabalho do analista de discurso] supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados”.

<sup>47</sup> Esclarecemos que não nos lançamos a abordar os comentários presentes nos vídeos do YouTube. Os entendemos como uma das modalidades constituintes da imbricação material contraditória na plataforma e no canal, que permite modos específicos de tomada da palavra. Não negligenciamos a importância desses elementos no funcionamento digital do canal VOX España, mas nos pautamos numa outra forma de escuta que prioriza no recorte os dizeres dos enunciadores do VOX, mais do que a dos seus telespectadores virtuais.

À vista disso, quando começamos o exercício de escuta tínhamos como objetivo mapear a rede parafrástica que é produzida nas falas dos enunciadores do VOX em torno de Franco. Por isso, uma das formas de escutar o arquivo era através da remissão dos enunciadores ao nome *Franco*. No entanto, a referencialidade pertence a uma natureza heterogênea, pautada numa “[...] operação de base linguística que envolve mecanismos de substituição, construção de ‘sinônimos’ e paráfrases determinadas pelo interdiscurso” (MARIANI, 1996, p. 138). Assim sendo, também partimos à escuta do *corpus* considerando encontrar (e tomar nota) de formulações indeterminadas, sinonímicas, indiretas, equívocas, correlacionáveis, derivações lexicais, neologismos, etc. Ao mesmo passo que nos pusemos a escutar as (im)possibilidades de referencialidade ao nome Franco e aos seus correlatos (ou contrários), consideramos dizeres outros que pudessem se demonstrar relevantes à compreensão do VOX. Nessa configuração partimos à escuta, incertos do que encontraríamos no vasto material que tínhamos à disposição.

Assim, ao longo do percurso (pelo celular ou pelo computador) organizamos notas digitais ou escritas do que ouvíamos. Essas notas consistiram em observações sobre os vídeos assistidos, que contavam além de comentários do pesquisador, com o destaque da formulação que parecia apontar para um *fato significativo* relevante à pesquisa. Esse exercício, que foi realizado sobre todo o *corpus*, começou em abril de 2020 e durou até fevereiro de 2021<sup>48</sup>. Apenas as referências diretas a *Franco* foram anotadas todas as vezes, posto que era um dos pontos iniciais da pesquisa. Para além, foram anotadas menções e discussões sobre a lei de memória histórica, o franquismo, golpes de Estado, pessoas e grupos relacionados ao franquismo (Carrero Blanco, Falange, etc.), fatos históricos (Guerra Civil, colonização, transição, dentre outros), definições e contestações para termos como *totalitarismo*, *fascismo*, *racismo*, *extrema-direita*, bem como menções a ditaduras e temas como gênero, ativismo judicial, falas sobre a independência da Catalunha. Prezamos, num primeiro momento, por produzir notas e seleções sobre os materiais que tínhamos à disposição, a

---

<sup>48</sup> A compilação dos dados dos vídeos em termos de data de upload, título, total de visualizações, mobilização ou não na tese e vínculo pode ser consultado em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GZLDsKFu5KqUTXs5SJ8Lg2aq7ifZ0xp6/edit?usp=sharing&oid=114791062969071171578&rtpof=true&sd=true>.

fim de que ao final do processo pudéssemos nos voltar para as anotações e comentários e, então, observar com maior tato teórico-analítico, se havia a presença de alguma regularidade discursiva (fato significativo que indica a repetição/transformação de um processo linguístico-discursivo). Não tínhamos, de antemão, uma resposta às indagações iniciais, nem tão pouco se as referências a Franco desembocariam ou apontariam para uma regularidade linguístico-discursiva.

Somente após o término do exercício de *escuta-trituração* é que pudemos averiguar a existência ou não de regularidade discursiva. E, para nossa surpresa, as formulações em que a referência ao nome Franco aparecia em *in praesentia*, apontavam para uma repetição discursiva: em nenhuma das mais de 25 (vinte e cinco) ocorrências do nome *Franco* o significante *dictadura* estava presente<sup>49</sup>. Além disso, como demarcaremos no capítulo 5, o efeito de *in absentia* dos sentidos de *dictadura* também se apresenta em formulações com *franquismo* e *franquista*. Como demonstraremos, o nome *franquismo* é amplamente mais usado no espanhol peninsular do que *dictadura de Franco*. A predileção por uma estrutura encurtada na sintaxe também é indício da inscrição da língua na história: *dictadura de Franco* coexiste em estado metafórico a *franquismo*. No entanto, a natureza do equívoco faz com que a determinação do nome *franquismo* só seja observada na dependência necessária com outros elementos intra/interdiscursivos, enquanto a formulação *dictadura de Franco* (ou o que a venha substituí-la) pode, de antemão, ser observada com algum grau de *independência* na sintaxe.

Seja do discurso político espanhol até à extensa e exaustiva literatura acadêmica, o período do franquismo foi considerado (por critérios científicos mais do que válidos, legítimos e aceitáveis) como uma ditadura. A partir desse *encontro*, passamos a organizar e a afinar nosso objeto de análise, a pergunta de pesquisa e o dispositivo teórico-analítico.

#### 2.4.1 Arremate: as perguntas de pesquisa e a base material de análise

---

<sup>49</sup> Um quadro-memorial com essas menções pode ser conferido no seguinte link: <https://drive.google.com/file/d/1upbvP1Qn5hbX7dfFVlgtEbSkCCSnvCKi/view?usp=sharing>.

Ao comentar as novas práticas de leitura na França dos anos 1960 (a exemplo da althusseriana sobre Marx), Pêcheux ([1983f] 2015, p. 44) nos diz que essas leituras tiveram como princípio:

[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de 'entender' a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Por meio dessas indicações podemos compreender que o dito e o não-dito, na formulação do discurso, são dimensões constitutivas e interconectadas. O não-dito (discurso-outro ou de *um* outro) consiste numa modalidade específica de significação *in absentia* que representa uma ausência do dizer na cadeia parafrástica. No capítulo final da tese dedicaremos um espaço privilegiado para essa reflexão. De momento, a noção de significação *in absentia* nos indicou um caminho para a instauração (mais desenvolvida) do dispositivo de interpretação, possível graças aos fatos de linguagem com os quais nos deparamos. E a partir dela pudemos indagar: se *dictadura*, *franquismo* e *franquista* no fio do discurso, se produzem aliadas a certo efeito de *in absentia*, que outros elementos/objetos significam *Franco* nos dizeres do VOX? Como são produzidas as famílias parafrásticas nas quais *dictadura*, *franquismo* e *franquista* aparecem *in praesentia*? Como os sentidos de *dictadura*, no processo parafrástico, ditam faltas, exclusões, negações e apagamentos em relação a *Franco*? Qual é a espessura discursiva e ideológica do nome *Franco* nos dizeres dos enunciadores do VOX? Por meio dessas perguntas conseguimos estabelecer os caminhos teóricos e analíticos para o desenvolvimento da pesquisa.

Deste modo, em função desses questionamentos, nossos objetivos consistiram em: (I). mapear a presença de regularidades e/ou repetições que são materializadas na relação língua-discurso nos dizeres dos enunciadores do VOX; (II). apreender o funcionamento discursivo do nome *Franco* no discurso do VOX; (III). determinar se há uma *formação discursiva do VOX* por meio das características e das regularidades linguístico-discursivas que se produzem parafrasticamente; (IV). averiguar a presença de pré-construídos e de discursos transversos no funcionamento do nome *Franco*. Os objetivos e as perguntas nos levaram à base de análise, que se divide no capítulo 4 e no capítulo 5. Na primeira parte (capítulo 4), analisamos, a partir de sequências discursivas

recortadas do *corpus*, formulações em que *dictadura* aparece *in praesentia*; na segunda parte (capítulo 5) as em que o efeito de significação *in absentia* (ausência/falta) do significante *dictadura* se materializam em relação ao nome Franco, assim como os modos que os interlocutores do VOX significam metaforicamente *franquismo* e *franquista*. O nome, categoria que colocamos no cerne da pesquisa, ganha significância quando superamos a dimensão evenemencial da história: não é *sobre* a seriação dos acontecimentos que produzem a figura histórica de Franco que nos debruçamos - essa tarefa é a do historiador! O que julgamos possível é, desde nossa posição de trabalho, entender *Franco* a partir de sua realização material enquanto *nome*. Pêcheux ([1975c] 2014b, p.241) nos diz que “[...] o ‘nome próprio’ não é uma ‘propriedade’ como os outros, e ele designa o sujeito sem representá-lo”. Desta forma, o nome é um mecanismo linguístico-discursivo que possui um funcionamento particular (que é atestado na clivagem analítica no capítulo 5) que se inscreve ideologicamente.

Com isso, consideramos haver apresentado os princípios que nortearam nosso trajeto metodológico e analítico. Destacamos particularmente as razões e as condições que nos permitiram uma aproximação temática, a entrada no *corpus* e, depois, o estabelecimento dos recortes analíticos face aos objetivos e às perguntas de pesquisa. Concluída essa parte, nos dedicamos à entrada específica da pesquisa: as condições de produção.

## 2.5 “LO QUE HA PRETENDIDO [LA LEY DE MEMORIA HISTÓRICA] ES TERMINAR EN ESPAÑA CON LA LIBERTAD HISTORIOGRÁFICA”: DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO VOX

Qual relação teria um personagem político e histórico falecido na metade da década de 1970 e um partido político que adentra a década de 2020 cercado de *popularidade* e *desconfianças*? A resposta poderia cobrir incontáveis frentes: economia, ideologia, Estado, instituições e assim por diante. No entanto, um dos pontos que toca num conjunto complexo de objetos ideológicos, históricos e linguísticos, capaz de relacionar os dois ao mesmo tempo é a memória. Assim sendo, nessa subseção abordaremos as condições de produção privilegiando, num primeiro momento, as condições de memória e de esquecimento no âmbito



das leis de memória histórica, para depois trabalhar (com a ajuda do arquivo) as condições sócio-históricas que atravessam o VOX.

Para começar, Barros (2018), em texto ensaístico, realiza um balanço crítico sobre os avanços e as perspectivas da lei de memória histórica. O autor sinaliza que os movimentos em prol da memória histórica são recentes e que na Espanha datam da década de 2000, a partir de organizações regionais. Esses movimentos, como Barros pontua, buscaram atuar em conjunturas concretas, seja no nível regional, nacional ou internacional. O pesquisador nos esclarece que o *ponto de início*<sup>50</sup> da legitimação das ações em favor da ressignificação das ações violentas e repressivas desde a Guerra Civil (1936) até o fim do franquismo (1978), se deu com a aprovação da Ley 52/2007<sup>51</sup>. Barros sublinha como a lei proporcionou iniciativas como a de escavação de fossas e o começo da extinção dos símbolos franquistas. Do mesmo modo, o autor sublinha como nos governos Rajoy (2011-2018) houve uma paralisação e desmantelamento dessas ações.

Não obstante, elas são retomadas e ampliadas nos governos Sánchez (2018-). Entre as ações tomadas, como destaca Barros, estão a penalização da exaltação ao franquismo, a anulação das decisões judiciais tomadas pelos tribunais franquistas, a responsabilização do Estado pelas exumações das vítimas, criação de uma comissão da verdade, dentre outros. Pela distância temporal (escrita e publicação do texto), não foi possível ao autor incluir em sua discussão a lei de fato aprovada no governo Sánchez, a Ley 10/2018, que “modifica la Ley 52/2007”, em que um dos pontos nodais (e mais polêmicos) foi a exumação de Franco do *Valle de los Caídos*. Barros reconhece que há pontos contraditórios nas legislações e nas ações, sobretudo, em relação a sua execução. Um dos problemas relatados por Barros concerniria à volta do *franquismo sociológico* que teria sobrevivido na tradição familiar fomentada por partidos políticos como o PP. Certamente, essa questão demandaria um

---

<sup>50</sup> Antes da aprovação da lei vigoraram legislações relacionadas à memória e ao esquecimento. A primeira delas foi a *Ley de Amnistía* (1977) que eximia de pena legal quaisquer crimes políticos e militares cometidos da Guerra Civil até a data de aprovação da lei. Em seguida, se aprovaram leis compensatórias e indenizatórias para prisioneiros, combatentes e mutilados (ou seus familiares) durante a Guerra Civil. No entanto, a lei de 2007 foi a primeira ação concreta em termos de colocar a história e a memória em evidência em ações legislativas concretas.

<sup>51</sup> Título-descrição da lei: “se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura”.

reexame que colocasse em evidência os vínculos entre a realização material de uma formação ideológica (ligada ao franquismo) nos domínios do AIE parlamentar e familiar. Escudero (2018), por outro lado, faz uma avaliação mais crítica, pela via do direito, da lei de memória histórica.

O filósofo ilustra os impasses entre a busca pela justiça por parte de vítimas e de associações memorialísticas e as vias judiciais possíveis ao cumprimento de suas demandas. Em seu longo artigo, Escudero procura contrastar pressupostos jurídico-teóricos sobre o direito internacional, a justiça transicional e a memória histórica na formulação da Ley 52/2007, tendo como foco o direito à reparação das vítimas do franquismo e sua (im)possibilidade nos tribunais espanhóis. Nessa direção, destacamos o debate promovido por Escudero em torno das bases político-jurídicas tomadas na Ley 52/2007 sobre o conceito de memória histórica. O pesquisador afirma que a lei de memória histórica incorporou marcos legais à sua formulação, no entanto, esses marcos apontam para uma grave contradição: “[...] la ausencia del concepto de memoria histórica, ya en el propio título de la ley, se extiende al resto de su articulado. En efecto, en ninguno de sus artículos se hace referencia al mismo” (ESCUADERO, 2018, p. 81). Escudero explica a ausência não apenas do conceito de memória histórica, mas da falta de seu substrato teórico-político, porque a noção de memória deriva, no seu entender, no debate político, para uma dimensão subjetiva de transmissão oral e geracional, pessoal e não coletiva, além de ser tomada como emocional e sensorial. Tomada nesses termos - e contra a posição acadêmica - o uso na lei dos pilares acadêmico-políticos da *memória histórica* foi derrocado e preterido em função de uma política do esquecimento, que consistiu na *reconciliação* entre vencedores e vencidos na Guerra Civil. A função coletiva da memória, portanto, como nos explica Escudero, não caberia no imaginário do legislador ao domínio jurídico. Sua coletividade seria *individual*. Há, certamente, outros pontos de interesse sobre a lei que poderiam ser demarcados, mas ficaria pendente um exame sobre a política da memória e do esquecimento que, para além do AIE parlamentar e jurídico, existe nas práticas discursivas cotidianas.

A esse respeito Ricœur (2007), no campo de uma ontologia fenomenológica, dedica algumas páginas ao tema da memória e do esquecimento no caso da anistia. Para o autor, a anistia trata-se, numa das suas

teses, de um esquecimento institucional, que adentrando as relações mais profundas e orientáveis da história, faz com que o passado seja declarado proibido por mecanismos de dissimulação. Longe de *colocar fim* a um passado constituído por violações e transgressões, a anistia *simula*, como pontua Ricœur, o perdão. O movimento de esquecimento e perdão da anistia, então, conduziria, ilusoriamente, à reconciliação (produção da paz cívica) (Ricœur, *idem*). Por isso, uma semelhança entre anistia e amnésia (no domínio semântico). No entanto, a anistia (e o esquecimento) tem naturezas transigíveis, que atendem de modos desiguais os usos que se podem fazer deles. Ricœur (*idem*, p. 462) declara que: “[...] se uma forma de esquecimento puder então ser legitimamente evocada, não será um dever calar o mal, mas dizê-lo num modo apaziguado, sem cólera”. Assim sendo, o esquecimento - no exercício defendido pelo filósofo - concerniria a uma elaboração coletiva e individual (que poderia passar pelo luto, pelo retrabalho da memória, pela simbolização do passado, etc.). Mas não apenas. Como bem lembra Ricœur (*idem*, p. 455), existem estratégias - muitas delas aliadas à história oficial e às forças dominantes - que reconfiguram as narrativas do passado: “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, reconfigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela”. Em resumo, tanto a memória quanto o esquecimento (como matérias que trabalham uma sobre a outra), são, portanto, redutos de sequelas, fraturas, elaborações. Nessa direção, Ricœur não aprofunda a dimensão política do esquecimento - que mais teria que ver com um rastro documental -, nem das políticas de memória histórica. Quem adentra com maior propriedade no tema é Robin (2016), que dedica grande parte de sua obra a compreender a produção da memória em conjunturas concretas. Dentre os fatos examinados pela autora na produção de *políticas da memória*, poderíamos citar os tratamentos dados aos monumentos (físicos e narrativos) dedicados ao Oeste americano, o passado e as paisagens urbanas com suas estátuas de países do Leste Europeu, a *Shoah* e suas formas de representação, dentre outros.

Um dos casos debatidos pela autora é o do Szoborpark, na Hungria. Robin relata que no começo da década de 1990 houve um intenso debate em torno da proposta de reunir todas as estátuas de Lênin, expostas no espaço público de Budapeste, em apenas um lugar, uma espécie de *Jardim de Lênin*. A proposta foi aprovada e coube às comunidades e bairros decidirem pela retirada,

manutenção ou demolição das estátuas. Então, em 1993 é então inaugurado o *Parque das Estátuas* (Szoborpark), numa espécie de política dos *dejetos da história* que reúne pretensamente em torno de si, a história indesejada, recalçada, odiosa. A reconfiguração do passado em outras narrativas e memórias também atribui às estátuas (no parque) outras identidades (algumas delas são modificadas para que se cumpra esse fim). O que vemos nesse exemplo oferecido por Robin é que há um trabalho contraditório de significação do passado, que joga entre a ocultação e o esquecimento, sobretudo, das partes em que o passado não pode ser contornado: os países do Leste europeu foram, em níveis e estruturas específicos, cúmplices dos regimes dos quais hoje se dizem inteiras vítimas. Nessa direção, a formulação de Robin (2016, p. 112) segue válida:

[...] destruímos as estátuas, os monumentos, os símbolos. Maculamos o pedestal dos bustos de inscrições injuriosas e irônicas, organizamos manifestações de desprezo, relegamos, quando não as destruímos, as estátuas aos parques que são verdadeiras 'lixeiros da história ao ar livre'. Em toda parte, os mesmos mecanismos de inversão, de simetria: valorizamos aquilo que tinha sido desvalorizado, reescrevemos a história para nos darmos uma memória aceitável. De deriva em deriva, deslizamos da reabilitação de heróis que queriam reformar o socialismo, e foram vítimas da repressão, a outros heróis mais inquietantes. Monumentos, memoriais, festas, aniversários, nomes de ruas, símbolos, tudo é exumado ou enterrado, tudo é transformado.

A *(re)forma*<sup>52</sup> das significações do passado é resultado de rearranjos ideológicos provocados por conjunturas concretas, nas quais símbolos, estátuas, monumentos e narrativas são alvos de uma intensa ação de *representificação* da história. Se a transformação acompanha o desenho do passado e de suas figuras, ela só será efetiva na medida em que no gesto de saturação da memória que produz o esquecimento, conseguir *equalizar* as contradições que acompanham seus processos. Longe de cair nas tipologias ou nas facilidades da superficialização dos conflitos significantes. A esse respeito, o caso espanhol é um dos exemplos proeminentes dados por Robin (*idem*, p. 205):

Na Espanha, depois do período de silêncio que se seguiu à morte de Franco e ao restabelecimento da democracia, silêncio amnésia-anistia,

---

<sup>52</sup> Ainda sobre o Szoborpark cabe dizer que na memória discursiva húngara há o trabalho antagônico que se apresenta no choque entre a memória estalinista e a memória *nacional-direitista* húngara e típica dos países do Leste.

esses últimos anos viram o revisionismo histórico retomar o vigor. A desmistificação do campo republicano durante a guerra da Espanha se tornou um 'esporte nacional'. A descoberta dos fatos esquecidos ou a releitura de documentos por uma nova perspectiva não estão em questão.

O que Robin sublinha pelo *revisionismo histórico* é a prática de equiparar (no aforismo de que à noite todos os gatos são pardos) todos os atores históricos no mesmo patamar: todos, dos franquistas aos republicanos, dos brigadistas internacionais aos voluntários do exército nacionalista, são iguais em seus papéis. Consideramos que esse é um dos efeitos das evidências dos universos logicamente estabilizados: há o lugar dos vencedores e dos vencidos, logo se não há vencedores, há apenas vencidos. Esse estranho arquétipo recobre outra prática, a do *rearmamento* ideológico em torno do passado, face às novas direções políticas que as classes e frações de classe hegemônicas colocam em marcha na formação social. Assim sendo, diante do axioma: *todos são culpados*, a culpa e o perdão a que alude Ricœur, são desiguais, já que as próprias condições de produção da Guerra Civil e do franquismo não se apagaram. As classes ou frações de classe estiveram presentes, com reconfigurações, da Guerra Civil ao franquismo, continuam a coexistir na democracia. No entanto, acerca desse último ponto é preciso uma ressalva. A classe operária na Europa parece despojar-se do seu passado de luta sindical e trabalhista, em prol de aderir às práticas e valores burgueses. Em outras palavras, a classe operária tem se tornado a *classe média* e, com isso, sucumbindo cada vez mais à alienação do capitalismo selvagem. Distanciando-se do sindicato e de outras formas de lutas em prol do trabalho e dos trabalhadores, o que a *classe média* faz — ao se orgulhar de brandir essa designação — é sustentar, na dominação, ações mais eficazes da ideologia dominante, seja na luta econômica, política ou ideológica. Dito isso, a quem interessaria uma narrativa despojada do passado, personificada e isenta de contradição sob o jugo da *reconciliação*? Robin (*idem*, 205), então, confirma:

Há, no entanto, resistências e, no plano político, avanços. Em 20 de novembro de 2002, 27 depois da morte de Franco, os deputados espanhóis votaram por unanimidade uma resolução condenando a tomada de poder por Franco e concedendo um reconhecimento moral às vítimas da repressão franquista. Até o presente, o partido no poder julgava mais prudente, em nome da reconciliação nacional, não 'reabrir as antigas feridas'. Há alguns anos, associações privadas ou públicas

milítam por essa memória republicana tão desvalorizada nos grandes domínios do discurso social.

Como vemos, a tratativa de colocar a memória em pauta esbarra nas reminiscências do passado: enunciá-lo (tirá-lo do esquecimento) é colocar em discussão aquilo que está acabado, que já possui imaginariamente um ponto final. Nem sempre houve o prevalectimento dessa posição e a lei de memória histórica (2007) e sua modificação (2018) são exemplos disso. Porém, devemos reconhecer que por outra parte, os usos políticos da memória e do esquecimento atendem a conSIGNAÇÕES ideológicas diferentes. E podemos observar isso nos modos dos enunciadores do VOX significarem a lei de memória histórica:

#### 4

2016

#### Programa televisivo

**Santiago Abascal:** [...] Yo creo que estamos padeciendo todos, toda la sociedad en su conjunto, probablemente las sociedades europeas y muy especialmente la española, las causas de la descomposición ideológica de la izquierda. Una vez que la izquierda pierde alguno de sus asideros ideológicos e intelectuales como la lucha de clases, el fin de la Unión Soviética, la caída del muro de Berlín, tiene que plantear otras batallas. En cada país adquiere una forma distinta. Y en España - yo creo que esto lo compartimos con otros países - **la izquierda plantea** la lucha de sexos, que consiste la ideología de género y plantea también **la lucha de la memoria, la memoria histórica para ganar una guerra que perdió** [...]

[...] Lo que ha pretendido [la ley de memoria histórica] es **terminar en España con la libertad historiográfica y entrar en el terreno** de los historiadores y **de la conciencia de muchos españoles que tienen su visión particular sobre la Guerra Civil** [...]

[...] el problema es que el dolor de las víctimas, el dolor de las familias de los desaparecidos, no estaba detrás de lo que impulsó esta ley. Cuando Zapatero<sup>53</sup> le dice a Gabilondo aquello de que “necesitamos tensión”<sup>54</sup>, de alguna manera pone sobre la mesa cuáles son sus intenciones; no era reparar, era enfrentarnos, pero sin ninguna duda. Recuerdo perfectamente cómo precisamente en Teruel, en Singra, una de aquellas asociaciones de memoria histórica, buscando a la corporación republicana fusilada en Calamocha, acabó desenterrando... unos cuerpos de unos soldados muy jóvenes, que resulta que tenían los correajes de ambos bandos, claro, cuando vieron que eran los correajes de ambos bandos, ya no era la corporación republicana, y aquellos restos acabaron en cajas de cartón durante meses. En la escuela de Singra, en Teruel, yo recuerdo que veía que el reportaje en El Mundo, hablé con el alcalde socialista y desde la

<sup>53</sup> José Luis Rodríguez Zapatero (1960-) é um político filiado ao PSOE, que presidiu o governo da Espanha durante dois mandatos consecutivos (2004-2011). É conhecido por ter feito governos progressista, a exemplo de aprovações de leis como a do casamento igualitário e a da memória histórica.

<sup>54</sup> Disponível em:

<https://www.elmundo.es/elmundo/2008/02/13/eleccionsgenerales/1202928653.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Fundación para la Defensa a la Nación Española (DENAES), le dijimos: “Nosotros ofrecemos las cajas para poder enterrar a todos los españoles, sean del bando que sean, pero no es posible que esto continúe de esta manera”. A nosotros no nos importaba, porque lo que queríamos era hablar de la reconciliación, pero... Zapatero nunca estuvo animado por la reconciliación, estuvo animado por la revancha, estuvo animado por que se pudiera terminar con las calles de unos, los monumentos de unos, pero se mantuvieron los de otros [...] Santiago Abascal en El Gato al Agua 29 de Noviembre. 3,198 visualizações  
<https://youtu.be/1Bh5sAkdWjQ> - Acesso em: 11 jan. 2022.

5

2018

#### Programa radiofônico

**Javier Ortega-Smith:** [...] y la última cuestión que nadie va a poner encima la mesa, salvo que estemos **nosotros** allí para decirlo, es todo el ataque que hay que hacer directo a la línea de flotación de las leyes ideológicas; y ahí nos metemos en la ideología de género, nos metemos en las **memorias históricas** - que son **desmemorias de la nación** - y nos metemos a las cuestiones de la defensa de la vida [...] Javier Ortega Smith en Buenos Días España 15 enero 341 visualizações  
<https://youtu.be/Axlq79ZuUMg> - Acesso em: 11 jan. 2022.

6

2018

#### Entrevista para periódico eletrônico

**Javier Ortega-Smith:** [...] a mí me gustaría (hablar más de) la **ley de la amnesia histórica**, porque hay algunos que tienen amnesias, tienen periodos de olvido de nuestra historia, solo se acuerdan de una parte y además lo hacen de una manera histórica y absolutamente sectaria y deformada. No cuentan la verdad; no es que ya no cuenten solo una parte de la verdad, es que ni siquiera esa parte es verdad. Tergiversan porque reescribe la historia por el odio, pero todo termina en un mismo punto: es olvidarte de dónde vienes para que no tengas ese sentimiento que te hace estar unido a tu nación. Entrevista a Javier Ortega en Express-Magazine (abril de 2018) 35,696 visualizações  
[https://youtu.be/AXx9f\\_Np6Tw](https://youtu.be/AXx9f_Np6Tw) - Acesso em: 11 jan. 2022.

Na primeira parte do recorte 4, as partes negritadas destacam que a memória histórica é associada pelo enunciador à *lucha ideológica* da esquerda, a um atentado à *libertad historiográfica* (pelo menos a de um certo tipo) e à iniciativa de interferir na *conciencia de muchos españoles* sobre a Guerra Civil. Na formulação, o modo de significar a esquerda passa pela convexidade e associação de diferentes elementos no nível do histórico e do ideológico, como a luta de classes e os símbolos e a caída de marcos históricos do socialismo no século XX: o muro de Berlim, a instituição da perestroika, a destruição de monumentos soviéticos em países do Leste europeu, etc. A associação entre esses elementos é, para tanto, posta como *fracassada* e nessa medida

começam a trabalhar as condições de legitimidade da posição de sujeito na qual se inscreve Abascal, isto é, para que haja um efeito de validação/verdade das suas afirmações é preciso, ao mesmo tempo, a prevalência da desqualificação total do outro (esquerda) e o funcionamento de um *dizer não-dito* que sustenta a verossimilhança na afirmação. Desse modo, o que está em causa não são as afirmações de Abascal, mas as afirmações em si (o enunciador é tirado da equação para que o efeito de verdade global se sustente). Por isso, o efeito discursivo de fracasso pode se estender para além do passado: nas batalhas presentes da esquerda, como diz o enunciador, também não há sinal de sucesso. Nesse ponto, entra a lei de memória histórica, como uma luta dos *perdedores*. E poderíamos nos perguntar: se a esquerda perdeu a Guerra Civil, então houve um ganhador? O que significa ganhar nessas condições? Deixando de lado as questões, são pontos chave as seguintes afirmações, que generalizam a produção material do objeto paradoxal *liberdade* e o atravessamento do discurso neoliberal (individualidade). Dessa forma, a lei de memória histórica associada aos constituintes *de izquierda, ideológica* (nesse caso, o significante *ideológico* parece sustentar pelo não-dito o discurso do jurídico, como imaginariamente isento de ideologia), *lucha de los perdedores*, que atendam às formas individuais e de liberdade dos *historiadores* e de *muchos españoles* (ênfase ao quantificador indefinido). Especialmente nesta última expressão, se produz o efeito de quantidade pela coletividade, que só se valida como expressão, na formulação, de um conjunto de individualidades. Logo, não há a noção de *coletividade* como grupo ou movimento, apenas como expressão de sujeitos livres e individuais. Mais uma das *evidências naturais* do modo de produção dominante?

Por outra parte, na segunda metade do recorte 4, há a prevalência de um efeito de univocidade que sustenta as primeiras afirmações pela via da evidência empírica (da vivência do enunciador). No conjunto do recorte, há uma especificação que funciona a partir das evidências dos agentes da esquerda como buscadores da destruição da *reconciliación*. É o caso de José Luis Rodríguez Zapatero (PSOE), presidente do governo à época da aprovação da Ley 52/2007, das associações de memória histórica e do então prefeito socialista de Singra. Nenhuma das partes, como aparece no relato-testemunho do enunciador, estariam dispostas a reparar a dor e o sofrimento das vítimas e de



suas famílias; seja Zapatero que ansiava pela *revancha*, seja o movimento memorialista que não aceitou exumar os restos mortais de nacionalistas ou o prefeito socialista que ficou indiferente à situação. A formulação do imaginário da esquerda e de seus agentes e ações é, no final da fala, contraposta às ações do próprio enunciador, de que o seu compromisso é com a *reconciliación*. Tal marca se assenta a partir do recurso ao discurso relatado e à evidência empírica que produz efeito de especificidade e discordância (nos gestos e nas ações). A atitude de Abascal, presidente à época do fato (2008) da fundação DENAES (o próprio Abascal foi um de seus fundadores dessa instituição, que tem um cunho tradicional-nacionalista), passa a assentar-se na univocidade dos fatos que são mobilizados em seu dizer. Isso faz com que funcione no nível discursivo um antagonismo encoberto entre a *izquierda* e Abascal e os concernidos pela *reconciliación*. Assim sendo, a lei de memória histórica não teria lugar, no dizer do enunciador, na busca pelo *passado*, aquele que é esquecido pela supressão da memória. E os que o buscam (Zapatero) escondem, por trás de instrumentos e estratégias insólitas, apenas uma memória (a dos republicanos). Portanto, a prática política de memória aceitável no dizer de Abascal seria aquela que joga sombra igualmente sobre o passado: todos são esquecidos. O que também aponta para um caminho oposto: se a *izquierda* reivindica a memória dos republicanos, quem reivindicaria ou deve/pode propor a curadoria da memória dos nacionalistas e franquistas? O esquecimento torna-se, então, conveniente...

Nos recortes 5 e 6 nos deparamos com formas mais específicas de designar a lei de memória histórica na cadeia de dizeres dos enunciadores do VOX. Em ambos recortes, o enunciador (Javier Ortega-Smith) faz usos hiperbólicos do termo *memoria histórica*, o transformando em *desmemorias de la nación* (recorte 5) e *ley de la amnesia histórica* (recorte 6). Essa repetição parafrástica que se materializa no efeito metafórico de uma palavra por outra, evidencia além de uma regularidade, a circunscrição de um domínio de dizer marcado pelo desprezo indelével do enunciador e provavelmente do partido (*nosotros*, no recorte 5) à lei de memória histórica. E, especialmente no recorte 6, o enunciador pauta os fundamentos da lei de memória histórica como produtos de um movimento (ideológico) propulsado pelo ódio e pela mentira de *algunos* (que poderíamos, pelo recorte 4, atribuí-lo à esquerda). O último estágio da lei (ou seu objetivo encoberto e desnudado pelo enunciador e pelo VOX) é a

*desunión de la nación*, ou seja, a desintegração de um certo sentido de Espanha que parece ter se constituído às sombras dos múltiplos esquecimentos que acompanham a democracia. Em outras palavras, o pacto com o silêncio do passado parece ser a *memoria histórica* com a qual os enunciadores do VOX se identificam imaginariamente. Mais além dos silêncios, passamos na sequência a um exame das condições de emergência do partido no cenário político espanhol, numa tentativa de oferecer derivas interpretativas para um possível entendimento.

### 2.5.1 A descrição materialista do VOX

As tentativas materialistas de descrição do VOX, pelo menos na Espanha, são marcadas pela presença do que alguns pesquisadores convencionaram chamar de *pós-marxismos*. E a influência de Ernesto Laclau, filósofo argentino, é latente. Com isso, se reproduz nas leituras orientadas pelos *pós-marxismos* um rechaço à luta de classes e a determinação em última instância da economia (ALTHUSSER, [1995] 1999). Seja por negligência intelectual ou megalomania acadêmica, as bases materialistas são, paulatinamente, substituídas por peças de um sociologismo dissimulado à esquerda, que nada mais faz do que propiciar a absorção do que seria a ciência materialista pela ciência dominante de base positivista e neoliberal. A evidência da *classe média* como força motriz da política europeia tem deslocado a *luta de classes* para uma centralidade das lutas ideológicas em movimento (gênero, sexualidade, meio ambiente, dentre outros) que não são, *a priori*, lutas de classes como tais, mas “[...] disputas e embate móveis [...]” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 97) também permeados “[...] pelos processos por meio dos quais a exploração-dominância da classe burguesa se reproduz, com adaptações e transformações”. Portanto, o grande perigo de apagar a luta de classes e a determinação em última instância do econômico é correr o risco das reflexões materialistas se tornarem o que julgam combater: adereços da ideologia dominante.

Assim sendo, apresentar uma descrição materialista do VOX, a partir de pesquisas na área, é uma tarefa complexa. Em nossas investigações às bases de pesquisas espanholas (repositórios institucionais, revistas científicas, etc.), foram poucos os trabalhos que colocavam como eixos centrais o econômico, o

trabalho e *luta de classes* na política para analisar os jogos de força que sustentam as práticas históricas e discursivas do VOX. Nessa direção, as obras que passamos descrever contemplam (parcial ou totalmente) os critérios descritos acima; em alguns casos, os textos citados por nós são de deputados ligados ao PODEMOS, que parece ser um dos poucos partidos na Espanha a dar consequências ao materialismo histórico. Os textos que utilizaremos para apresentar o VOX, a partir de elementos materialistas, são: Urbán (2019), Carmona Pascual (2020) e Rubio-Pueyo (2019).

Urbán<sup>55</sup> (2019) faz uma análise das condições ideológicas de emergência do VOX na Espanha. Para isso, ele se vale de uma descrição das condições de representação política da extrema-direita ou ultradireita na democracia até a ascensão do VOX. A análise de Urbán acerta ao apontar traços de semelhança e diferença do VOX no nível global (caso de Trump), no macrorregional (caso das outras direitas radicais na Europa) e no regional<sup>56</sup> (as condições de possibilidade de emergência do VOX na política espanhola).

Acerca do nível global, Urbán destaca o *neoon* e suas pautas (a exemplo do choque de valores *culturais*), o trumpismo e a relação do VOX com personalidades que são consideradas expoentes da extrema-direita global, como Bolsonaro. A respeito do *neoon* ou neoconservadorismo, Urbán sublinha como esse movimento de combate (*guerra cultural*) à esquerda pela via do conservadorismo norte-americano produz efeitos na conjuntura política espanhola. Assim sendo, um dos pontos abordados pelo autor é o *choque de civilizações* encabeçado pelo VOX, que encenaria uma luta contra um suposto ataque aos valores ocidentais (apregoados como cristãos) perpetrado pela imigração de trabalhadores e trabalhadoras de origem islâmica e africana. Essa luta encenada é subsidiada pela influência do *neoon* norte-americano no quadro ideológico do VOX, que não esconde a necessidade da importação do capitalismo americano a Espanha (a exemplo da SD22) ou da manutenção das práticas discursivas em torno ao *choque de civilizações*.

Ainda a respeito das relações globais do VOX, Urbán (2019, p. 87) afirma:

---

<sup>55</sup> Miguel Urbán Crespo é eurodeputado pelo PODEMOS.

<sup>56</sup> A repartição da leitura entre global, macrorregional e regional é de nossa autoria, utilizado como forma de apresentar esquematicamente as proposições defendidas por Urbán.

Desde el punto de vista social, el discurso de VOX es claramente neoliberal, desmarcándose al menos en parte de otras ultraderechas que añaden, aunque sea sobre todo retórica, un discurso proteccionista (Trump) o estatista (Salvini) e incluso de cierto chovinismo del Estado de bienestar (Le Pen). De esta forma, podemos decir que Abascal es mucho más Bolsonaro que Le Pen.

O mapeamento de Urbán nos chama atenção pela profunda instabilidade e heterogeneidade nas formas de atribuir ao VOX um lugar em meio às expressões ultradireitistas contemporâneas. Dessa forma, para Urbán a principal marca do VOX é o neoliberalismo, daí sua associação direta com Bolsonaro – quem costuma repetir constantemente o papel da diminuição do Estado como imprescindível para o êxito econômico.

Partindo ao segundo nível, o macrorregional, Urbán mostra a cisão do VOX entre seus correlegionários europeus. Conforme o autor, VOX está mais alinhado aos partidos de extrema-direita localizados ao Leste Europeu (Polônia, Hungria), do que os mais ao Oeste (França, Itália). Essa distinção é feita por Urbán com base nos movimentos políticos do VOX no terreno europeu: sua associação com forças mais conversadoras e reformistas, que com as próprias posições dos ultradireitistas europeus.

No nível regional é onde localizamos uma maior confluência de elementos oferecidos por Urbán para compreender o VOX. Segundo o autor (*idem*, p. 88):

VOX se ubica a caballo entre el pasado y el presente, con posicionamientos que le homologan a la nueva extrema derecha europea mientras que preserva rasgos propios que lo vincularían con una cierta reactualización de la ultraderecha hispana del tardofranquismo y la transición.

A noção de reatualização aludida por Urbán parece propícia à relação entre VOX e as diferentes fases do franquismo, isto é, o primeiro franquismo (ditadura *cuasi* fascista), o desenvolvimentismo (ditadura nacional-católica) e o tardo-franquismo (ditadura tecnocrática) (DE PUELLES, 2012). Portanto, VOX não é uma reorganização propriamente dita dos quadros franquistas. Essa reorganização aconteceu nos anos 1970-1980 quando os quadros franquistas passaram a ser representados em partidos políticos, caso do *Fuerza Nueva* (1976-1982), considerado o primeiro partido de extrema-direita durante a transição. Também cabe dizer que conforme Urbán, representantes do franquismo foram incorporados ao *Centro Democrático y Social*, que mais tarde

se tornou o Partido Popular. No entanto, Urbán (*idem*, p. 86-87), acerca da relação VOX e tardo-franquismo, também afirma:

En cierta medida, VOX representa ese franquismo sociológico que durante tantos años ha convivido en el seno del PP y que no tenía expresión política propia desde la disolución de Fuerza Nueva, y también a los sectores más neoconservadores agrupados hasta ahora en una especie de Tea Party a la española que ha pasado de hacer lobby al PP a encontrar un espacio político propio con VOX. Entre ellos encontraríamos el universo mediático y de agitación articulado en torno al Grupo Intereconomía y Libertad Digital, el *think tank neocon* Grupo de Estudios Estratégicos (GEES), y webs y/o plataformas de agitación como Hazte Oír.

Compreendemos com a análise de Urbán que VOX possui uma relação com o franquismo sociológico<sup>57</sup>, à medida em que há um atravessamento de práticas conversadoras franquistas (a exemplo de manifestações pátrias, como uso da bandeira, entoação do hino, celebração da hispanidade, orgulho nacional, etc.), que funcionam como uma atualização e reorganização no plano discursivo do que se aglomera sob as insígnias da moral e dos costumes. Além disso, Urbán também aponta a trajetória do VOX e suas conexões (inter)nacionais, isto é, para Urbán o VOX é uma excisão da direita espanhola, como faz prova a debandada de seus fundadores do PP (2013), a saber, Santiago Abascal, Alejo Vidal Cuadras e José Antonio Ortega Lara<sup>58</sup>. Portanto, a fundação do VOX reorganiza o jogo de representantes-representados no que se refere aos representantes da ultradireita espanhola, que passam a ter um partido político próprio, bem como canais midiáticos e de agitação política que os apoiam abertamente. Para concluir, trazemos uma síntese do que representa a proposta do VOX na análise de Urbán (*idem*, p. 92, grifos do autor):

Para maquillar sus propuestas económicas al servicio de multinacionales y multimillonarios, exacerbaban sus particulares *guerras culturales* buscando chivos expiatorios propicios en migrantes, feministas, independentistas, etc.

<sup>57</sup> Conceito mobilizado na literatura especializada para designar um conjunto de marcas e de traços sociais do franquismo que seguem se (re)atualizando nas estruturas sociais espanholas.

<sup>58</sup> José Antonio Ortega Lara (1958) é um político espanhol atualmente vinculado ao VOX. É uma figura conhecida como símbolo da luta antiterrorista, após passar quase um ano e meio (1996-1997) sequestrado pelo ETA. Em 2013 também rompe com o PP para integrar o VOX.

Em resumo, conforme afirma Urbán, o VOX se caracteriza por ser conservador na moral (choque de civilizações, guerra cultural) e ultraliberais na economia (capitalismo da via americana). Essas afirmações também são retrabalhadas por Carmona Pascual<sup>59</sup> (2020), quem atribuiu ao VOX um projeto de Estado excludente e liberal, pautado na extirpação do investimento público e na liquidação de direitos trabalhistas.

Em sua análise sobre o VOX, Carmona Pascual destaca duas questões centrais: primeiro, o simbolismo factual das eleições andaluzas de 2018; depois, as condições de ruptura política entre os neoconservadores e o Partido Popular. Acerca do primeiro ponto, as eleições para o parlamento de Andalucía (sul da Espanha), em dezembro de 2018, marcaram simbolicamente a entrada do VOX na representação parlamentar. Foram eleitos pela sigla do VOX doze deputados andaluzes. Tal fato consagra na visão de Carmona Pascual uma efetivação do movimento neoconservador espanhol em seu processo de representação política, que começa a se desenhar conforme aponta o autor, com os últimos governos de Aznar<sup>60</sup> (PP).

Consoante Carmona Pascual, durante os últimos anos do governo Aznar se promoveram profundas mudanças na política externa espanhola, com aproximações da Espanha às ações dos Estados Unidos naquela época, que se traduziram em ações como o apoio do país ibérico à invasão do Iraque (2003). Carmona Pascual destaca que a aproximação da Espanha aos Estados Unidos de George Bush representou uma tentativa de Aznar de atualizar a direita espanhola, representada majoritariamente pelo PP, sob a influência de *think tanks* anglo-saxões. O autor destaca que essa atualização contou com a participação de fundações, grupos religiosos e mídias escritas e televisionadas, a exemplo da *Fundación FAES*, *HazteOír*, *DENAES*, *COPE*, *Intereconomía*, *Libertad Digital*, *La Gaceta*, *EsRadio*, *Telemadrid*, *Opus Dei* (CARMONA PASCUAL, 2020). Como resultado dessas articulações, passaram a disputar o domínio do PP dois grupos: os neoconservadores e a velha direita responsável.

---

<sup>59</sup> Carmona Pascual foi duramente o período de 2015-2019 vereador (*consejal*) da cidade de Madrid pela frente política *Más Madrid*, que se caracteriza pelo alavancamento de lutas ligadas ao feminismo, ao ecologismo, ao socialismo, entre outros.

<sup>60</sup> José María Aznar (1953) tem uma profícua carreira política: foi de ativista estudantil em sua juventude (nessa época sua militância estudantil era ligada à *Falange*) a presidente de governo pelo PP entre os anos de 1996 a 2004.

Carmona Pascual ainda destaca que a ruptura definitiva dos neoconservadores com o PP acontece em 2013, quando após a precedência de disputas internas, Alejo Vidal-Quadras, Santiago Abascal e José Antonio Ortega Lara decidem incorporar sob a sigla do VOX, os neoconservadores. Por isso, Carmona Pascual (*idem*, p. 161) defende que: “VOX es de hecho algo más parecido a una evolución del PP de los últimos años de Aznar que una versión española del Frente Nacional francés o de la Liga Norte de Salvini”. Com efeito, a representação dos neoconservadores em outra sigla partidária também marca, conforme Carmona Pascual, o acirramento de uma luta ideológica contra a *cultura progressista*, que, aos olhos do VOX, foi incorporada pelo PP durante os governos Rajoy. Desta forma, a *guerra cultural* instada se assemelha a uma cruzada: contra as novas ondas feministas, os movimentos LGBTQIA+, os refugiados, imigrantes norte-africanos, dentre outros. Além disso, segundo Carmona Pascual, sob a bandeira do VOX, se alocaram a partir de 2017 grandes apoios populares, graças às posições midiáticas e populistas do partido contra o referendun de soberania catalã. O ativismo judicial dessa época, com Javier Ortega-Smith dirigindo a acusação popular contra os independentistas catalães, numa ofensiva *patriótica*, também alçou a popularidade do partido. Os casos de corrupção do PP (Gürtel, Púnica, roubo de Cristina Cifuentes) do mesmo são apontados por Carmona Pascual como fatores que propiciaram uma investida do VOX junto aos apoios sociais mais à direita, que tendem a se identificar com as discursos nacionalistas.

Assim sendo, haveria segundo o autor um transfundo colonial e mítico nas ações do VOX:

Para VOX, gracias al multiculturalismo impulsado por la cultura progre dominante se está intentando construir individuos manejables y maleables, carentes de raíces. Estas raíces no serían otras que la cultura española que, en el más puro estilo tradicionalista, tendría que ver con el pasado glorioso español que forjó la Reconquista, la «gran empresa imperial» contra el islam y en favor de la «unidad cristiana peninsular» (*ibidem*, p. 179, grifos do autor)

O encontro do passado mítico espanhol (colonialista e imperialista) com o presente, segundo Carmona Pascual, representa para VOX seu projeto *inovador* de reencontro com a hispanidade e com a essência católica que ditaria o fator de articulação (pelo menos cultural e histórico) da unidade espanhola. Uma

*inovação* que nada mais faz do que dar ao passado outra existência metafórica: agora os inimigos não são os indígenas, nem os hereges, mas os esquerdistas, os *progres*, as feministas e os LGBTQIA+.

Nessa esteira, a visão de Rubio-Pueyo (2019) é uma das mais acertadas sobre a temática. Em seu texto, *VOX: ¿Una nueva extrema derecha en España?*, há uma tomada de posição teórica e política sobre a natureza histórica e ideológica do VOX. O autor, assim como Urbán (2019) e Carmona Pascual (2020), também realiza um itinerário histórico sobre as raízes do VOX, que vão desde a precedência de Aznar na constituição de uma direita neoconservadora na Espanha até o simbolismo das eleições regionais em Andalúcia em 2018 e a primeira eleição geral em 2019. Para mais além dessa historiografia – que flerta muito fortemente com uma corrente sociologista – o texto de Rubio-Pueyo apresenta três pontos mais incisivos: primeiro, proporciona uma relativa inflexão quanto ao uso de termos políticos como *direita populista*, *fascista* ou *radical* para definir o VOX; segundo, a diferença de Urbán (2019) e Carmona Pascual (2020), Rubio-Pueyo oferece uma farta costura teórica, mobilizando diferentes autores (como Poulantzas) para (re)introduzir debates acerca da estruturação e instalação do VOX no AIE parlamentar; por último, insiste fortemente no peso dos protestos feministas e sua significância social para a formação social espanhola, ponto que é amplamente rechaçado e combatido pelo VOX.

Acerca das definições sobre o VOX, o autor destaca:

[...] VOX no encaja exactamente en el mismo marco de la llamada ‘derecha populista’. Como han señalado Stefanie Ehmsen y Albert Scharenberg, no todas las actuales fuerzas de la extrema derecha pueden explicarse mediante la supuesta oposición al neoliberalismo económico (Ehmsen/Scharenberg 2018, 2) [...] (RUBIO-PUEYO, 2019, p. 3)

[...] un término como el de ‘derecha radical’, entendido como la combinación entre políticas económicas neoliberales y nacionalismo político, podría resultar más apropiado [...] (*ibidem*, p. 3)

[...] Tal vez un término útil, a falta de otros más efectivos, pueda ser lo que Enzo Traverso ha denominado ‘post-fascismo’: una serie de adaptaciones de temas e ingredientes históricos del fascismo y del pensamiento ultra-conservador (la Nación, el Pueblo, etc.) al paisaje económico, social, político y cultural de la globalización neoliberal (Traverso 2019). Por otra parte, como han señalado analistas como Bernardo Gutiérrez, existe en la izquierda una tendencia a depender excesivamente del fascismo y de su amenaza – formulada frecuentemente en tonos épicos – a la hora de intentar entender fenómenos recientes que resultan tremendamente maleables. Los casos de Bolsonaro o Trump, por ejemplo, escapan habitualmente referencias ideológicas e históricas claras, mutando constantemente en la fragmentada



esfera pública de las redes sociales contemporáneas (Gutiérrez 2018) [...] (*ibidem*, p. 3)

Realizando um balanço das proposições de Rubio-Pueyo fica patente que se há alguma definição que recaia sobre o VOX, ela deve ser maleável e não taxativa, haja vista que simples associações aos termos *populismo* e *fascismo*, tendem a esvaziar esses conceitos se desprovida de análises mais primorosas. Por isso, Rubio-Pueyo nos oferece duas possibilidades para entender o VOX: uma, entender o partido como integrado a um movimento de radicalização dos interesses neoliberais e, sob esse jugo, tensionando a reaparição do nacionalismo político e religioso (uma nova cruzada imperial e neocolonial); dois, como um efeito do neofascismo, que se apresenta (e às vezes se confunde) com interesses de classe típicos do fascismo: intensa agitação de apoios sociais, exacerbação do culto à nação, dentre outros. Um dos pontos de diferença é que os movimentos *neofascistas* já não ambicionam a conformação de um poder central do Estado como seus predecessores do século XX, mas o sequestro do Estado pelo neoliberalismo numa luta dissimulada contra a globalização. Nessa direção, Rubio-Pueyo parece ter identificado um nó central: a luta da esquerda contra o fascismo e a alimentação da sua narrativa tendem a, em alguma medida ou grau, não identificar a transmutação de partidos como o VOX. Um fato contribuído também pela dissimulação entre objeto de discurso e objeto material, que será aprofundado no capítulo 5.

Adentrando na relação entre VOX, Franco e Franquismo, Rubio-Pueyo afirma:

[...] la supuesta ausencia de una extrema derecha fue siempre una mera apariencia: aquella derecha franquista nunca se fue, sino que ha estado contenida en el PP durante décadas (Faber/Seguín 2019) [...] (*ibidem*, p. 3)

[...] una dictadura de 38 años deja profundas cicatrices en una sociedad. El régimen franquista fue una de las dictaduras más sangrientas en la historia mundial. Además de las víctimas directas de una traumática guerra civil (aproximadamente un millón de personas perdieron la vida contando los dos bandos), más de 140.000 personas fueron desaparecidas, ejecutadas sin juicio, y enterradas en lugares desconocidos por el ejército franquista bien durante la guerra y la inmediata posguerra civil, un número de desaparecidos solo superado por los Jemeres Rojos en Camboya [...] (*ibidem*, p. 4)

[...] nunca hay menciones directas a Franco, pero en los discursos de Abascal, todo el periodo democrático es retratado como un periodo de

decadencia causado por una serie de vagos enemigos y problemas, sea el separatismo de 'los nacionalistas' (siempre los otros), que quiere romper la nación y que desperdicia dinero en administraciones redundantes (las Comunidades Autónomas), o la 'dictadura progre' de la Izquierda, siempre hay alguien a quien culpar. Esta culpa no se dirige sin embargo únicamente a la izquierda, sino también a la corrupción y la debilidad del PP (la 'derechita cobarde'), y a la hipocresía de Ciudadanos ('la veleta naranja') [...] (*ibidem*, p. 14)

As conexões apontadas por Rubio-Pueyo evidenciam que a existência do franquismo (sob a suposta evidência de seu *sociologismo*) todavia persiste no campo político. Embora as cisões franquistas tenham se *domesticado* no jogo de representantes-representados no processo de redemocratização, elas nunca deixaram de reproduzir, em alguma medida, as raízes das quais provêm. Dessa forma, o que Rubio-Pueyo nos diz é que o PP foi (ou é?) um partido fisiológico, acoplando em seus quadros diferentes (e em não raras situações, irreconciliáveis) expressões do que se designa como direita. O passado franquista encontra, portanto, meios e formas de se apresentar, como pela voracidade de uma culpa dirigida ao outro na democracia, isto é, aos esquerdistas, alvos também da perseguição franquista. A ausência generalista apontada por Rubio-Pueyo nos discursos do VOX sobre Franco é, de fato, uma evidência razoável, à medida que apenas por um dispositivo metodológico potente em sua escuta, poderia depurar da imensidão de dizeres do VOX, as referências (quase casuais) do nome Franco.

Dito isso, passamos a um segundo momento nessa subseção, no qual nos dedicamos a observar o processo de autodesignação dos membros do VOX sobre o próprio partido e sobre sentidos de Espanha. As definições que são oferecidas por Urbán (2019), Carmona Pascual (2020) e Rubio-Pueyo (2019) sobre o VOX (*extrema derecha*, *dereita radical*, etc.), são reinscritas como peças de discurso combativo pelos membros do VOX:

7  
2016  
Programa radiofônico

**Javier Ortega-Smith:** [...] antes de criticar a VOX, el que actúe de buena fe, se moleste en leer nuestro manifiesto, se moleste entrar en nuestra página web, se moleste en actuar... en ir a nuestros actos. Nosotros **no somos un partido de extrema derecha, ni somos un partido de extrema izquierda, ni somos un partido radical**, lo que somos, **somos un partido** - lo decimos alto y claro - **de extrema necesidad para España** [...]

Javier Ortega Smith en El Grillo de Gonzalo Castañeda 16 de diciembre.

487 visualizações

<https://youtu.be/PRTkBDA1uuk> - Acesso em: 11 jan. 2022.

8

2017

#### Programa radiofônico

**José Ortega-Smith:** [...] **nos quieren hacer olvidarnos de lo que significa ser españoles** y, por suerte, tenemos ejemplos como Rafa Nadal o Ignacio Echevarría, que vienen rápidamente a recordarnos: **ser españoles es ser valiente, es ser generoso, es ser abnegado y es amar a tu patria.** Algo tan sencillo, pero a la vez tan emotivo y tan importante [...]

Javier Ortega Smith en Buenos Días España 13 de junio.

500 visualizações

<https://youtu.be/iZdTgzVrXds> - Acesso: 11 jan. 2022

9

2017

#### Programa televisivo

**Entrevistador:** ¿Por qué nace VOX?

**Santiago Abascal:** **VOX nace para dar respuesta a un sentimiento de orfandad en una parte de la sociedad española, que no se siente políticamente representada.** Y a VOX llegan personas de muy distinta extracción política, pero que tienen convicciones muy profundas sobre la unidad de España, sobre la necesidad de que la sociedad civil tenga el protagonismo frente al Estado, de que los españoles puedan disfrutar del fruto de su esfuerzo y no sea ese fruto arrebatado a través de unos impuestos absurdamente injustos y confiscatorios, que no afectan a los ricos, afectan a las clases medias, afectan a las clases bajas, a los autónomos. Nosotros lo hemos dicho muchas veces: un mileurista, es un dos mil eurista atracado por el Estado [...]

Entrevista a Santiago Abascal en Claramente Claro de Vegavisión el 7 de diciembre

4,108 visualizações

<https://youtu.be/d-uhpdm2uhw> - Acesso: 11 jan. 2022

As seleções recortadas ecoam as vozes do que, desde a posição de seus interlocutores, não representaria o VOX e a Espanha. A necessária negação (no somos x, ni y) faz trabalhar sobre o encaixe sintático o combate com o discurso-outro, que desponta como a *verdadeira* ameaça e inocenta (imaginariamente) VOX de qualquer excesso político: *somos un partido de extrema necesidad para España* (seleção 7), *VOX nace para dar respuesta a un sentimiento de orfandad [...] sobre la unidad de España [...] la sociedad civil [...] [los] impuestos absurdamente injustos y confiscatorios [...] el [atracado del] Estado* (seleção 9).

Algumas das categorias apontadas por Urbán (2019), Carmona Pascual (2020) e Rubio-Pueyo (2019) e também presentes no discurso militante contra VOX, passam a deslizar metaforicamente no discurso do VOX para fortalecê-lo em sua adversidade; é como se as raízes neofacistas do VOX fossem recobertas pelos temas que produzem (ainda que difusamente) efeitos de preocupação no corpo social (impostos, movimentos soberanistas, etc.). Nessa direção, a pauta econômica e territorial é liquidada por sentidos de Espanha que se colam a uma representação romantizada (recorte 8) de nação, que estimula uma reação servil, domesticada e religiosa. Portanto, ao se autodesignar o que VOX faz trabalhar no nível simbólico é definir o político a fim de que o partido não se torne mais uma parte do AIE parlamentar, mas que este trabalhe na fusão definitiva do Estado com formações ideológicas que sustentem em suas contradições um desenvolvimento sem freios do capitalismo e da sustentação sem fronteiras de valores nacionalistas e reacionários aparentemente esquecidos. A esse respeito, poderíamos considerar que:

Na falta do político como mediador nos confrontos de sentidos - é isto o político, na análise de discurso: o fato de que os sentidos são sempre divididos, não se recobrem -, esses lugares que correspondem gestos de interpretação do político (nação, Estado, governo, etc.) são catalisadores desses sentidos. Ficam sobrecarregados. E produzem catástrofes (guerras nacionalistas, racismo, xenofobia, explosões de minorias, movimentos místicos). Que são, antes de tudo, metáforas (no sentido de transferências) malsucedidas (ORLANDI, 2007, p. 131).

É, portanto, na falência das metáforas, como aponta Orlandi, que os sentidos mobilizados no processo de autodesignação do VOX contornam gestos de interpretação que conduzem à catástrofe: esgotam o político para que, na esperança de tirar vantagem do conflito, possam impor um discurso autoritário (ver capítulo 4) que aniquile o discurso-outro em sua materialidade simbólica e física. Em resumo, uma destruição da metáfora.

### 2.5.2 VOX *vis à vis*: a discursivização do partido nos dizeres de seus enunciadore

No processo de autodesignação do VOX, há um papel fundamental em como, a partir do discurso-outro, o partido é significado. Essa significação está atrelada às definições estanques e, quase sempre, conflituosas entre esquerda e direita. A fim de lançar luz sobre essa questão (se é que é possível) fazemos

referência ao trabalho de Bobbio (1995), que explora a luta política na Europa como base para uma possível distinção.

Ao longo de *Direita e esquerda*, Bobbio recorre à tradição da ciência política italiana para elucidar sua questão central: afinal, o que é direita e o que é esquerda? Logo de entrada, o filósofo busca dissociar evidências que se colam às definições dos dois campos e, ainda que haja um contraste, este funciona (des)alinhando campos opostos. Desta forma, o puritanismo de certas definições é colocado de lado para, no distanciamento de conotações positivas e negativas, ser possível determinar por meio do método filosófico analítico certas razões e sentidos para a direita e para a esquerda.

Seja um significativo ou outro, ambos deixam de se representar nas (des)contínuas fases das transformações históricas, razão pela qual Bobbio defere pelo entendimento de direita e de esquerda como associados intrinsecamente a uma conjuntura histórica concreta, haja vista que a esquerda da Revolução Francesa ou a direita do pós-guerra não se contrapõe e nem configuram redes de comparações efetivamente produtivas (há os momentos de *crises*). Além disso, Bobbio chama atenção para o rompimento da axiomatização (ou idealização) seja da direita ou da esquerda. O autor insiste que se podemos nos encontrar com uma esquerda comunista, anticapitalista, mas também é possível deparar-se com uma esquerda capitalista. Por isso esses campos devem ser vistos a partir de universos políticos complexos, que pode levar à síntese de elementos que ora são atribuídos à esquerda, ora a direita – casos da direita neo-facista italiana apoiada em Gramsci (BOBBIO, 1995, p. 50) e o liberalismo de esquerda (nem toda a esquerda é marxista).

Bobbio interpõe marjoritariamente interrogações sobre as glossas políticas que significam tanto a direita como a esquerda, que passa a considerar como uma díade; a díade esquerda/direita seria encontrada amplamente na existência do real histórico, posto que seria um dos modos de organização da realidade pragmática. Nessa direção, Bobbio explora várias metáforas: espacial (próximo-distante, esquerda-direita), temporal (conversador-progressista), dentre outras. Essas metáforas cumprem uma função de indicar as várias tentativas de reproduzir e fazer valer o peso da díade, que segundo Bobbio é sempre reticente a sua supressão, mesmo em momentos históricos que apontam para seu esgotamento e giram em torno à sua supressão.

Dito isso, Bobbio também se refere à direita e à esquerda como detentoras de espaços intermediários, assim como graus e gradações de comparações díspares. Nessa direção, reduzi-las à simplificação de ideologias (de classe) políticas seria contraproducente, posto que há a possibilidade de sínteses e antíteses bem diversificadas nos espaços, graus e gradações do campo político. À vista disso, a díade se tornaria múltipla com contraposições ao centro, ao extremo, à moderação, etc. O centro, em especial, significaria uma doutrina em busca de uma práxis, conforme nos aponta Bobbio. Ainda que haja um imaginário político de que o centro estaria excluído da díade direita/esquerda, é só a partir dela que é possível ao centro existir. O extremismo, nos diz Bobbio, seria antidemocrático, pois compreenderia a democracia como articulação medíocre (*ibidem*):

[...] o extremismo, seja qual for o fim por ele prefigurado, é catastrófico: interpreta a história como se procedesse por saltos qualitativos, por rupturas, às quais a inteligência e a força da ação humana não são estranhas (neste sentido, é menos determinista do que o moderantismo) [...] (*ibidem*, p. 54).

[...] não é por acaso que tantos extremistas de esquerda quanto os de direita mantêm sob suspeita a democracia, inclusive do ponto de vista das virtudes que ela alimenta e das quais necessita para sobreviver [...] (*ibidem*, p. 57).

Os extremistas na perspectiva de Bobbio tensionariam ao limite a díade, a ponto de destituí-la de qualquer referente político e histórico. Nessa direção, os extremismos agiriam contra a democracia, considerando-a um articulador insuficiente. Também cabe acrescentar que:

[...] a única explicação é a de que o critério com que se distingue uma direita de uma esquerda não coincide com o critério com base no qual se distingue, no âmbito dos alinhamentos de direita e esquerda, a ala extremista da ala moderada [...] (*ibidem*, p. 59)

Assim sendo, Bobbio afirma que a regionalização política da díade não conduz, no mesmo grau, com os critérios que seriam utilizados para determinar os espaços políticos dos moderados e dos extremistas. Recairia, nesses últimos, uma reconfiguração cujo resultado seria fruto de práticas que escapam aos limites da democracia burguesa. Portanto, nem toda direita é conservadora,

tradicionalista<sup>61</sup> ou totalitária, mas uma aliança entre os diferentes tipos de direita não é descartada, depende do contexto histórico. A esse respeito, Bobbio oferece o exemplo do fascismo histórico, que na luta política da direita, forjou forçosamente uma aliança entre fascistas e conservadores, entre direita extrema e direita moderada.

É quase ao final do livro que Bobbio julga apropriado um critério para discernir entre esquerda e direita:

[...] em minha opinião, porém, estes são dois critérios fundamentais [liberdade e igualdade], combinados, servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo; que explica, ainda, por que tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar, em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados [...] (*ibidem*, p. 119)

Portanto, não atribuindo (ou procurando não o fazer) uma valoração negativa à direita e positiva à esquerda, Bobbio julga a igualdade como traço diferencial da esquerda. Igualdade entendida como um referente histórico que excluindo os traços de utopismo igualitário, ressalta a igualdade como uma prática política que favorece políticas que tornam mais iguais os desiguais (*ibidem*). A liberdade, portanto, poderia concernir ao traço distintivo da direita, que consistiria numa autonomia frente à individualidade, à economia, à tradição e assim por diante. A conclusão a que chega Bobbio pode significar o esboço de uma sumarização que se declina de uma larga discussão e não representa, definitivamente, um critério absoluto. As diferenças entre esquerda e direita são mais estanques à medida que se diluem no cotidiano e se realizam sob inúmeras formas: esquerdistas conservadores/contra-revolucionários, direitistas progressistas, etc. À exceção do extremismo, que levaria à destruição da democracia burguesa, as demais formas de expressão dos lugares políticos (esquerda, direita, centro, etc.), se realizam de formas desiguais e são mais

---

<sup>61</sup> Acerca da definição de direita tradicional para Bobbio: “[...] ‘tradição’ como arquétipo, como elevação ideal de uma época axial, ou decisiva, na história da humanidade, como fidelidade à nação, como memória histórica, como comunidade de destino, e enfim, como consciência da complexidade do real [...]” (*ibidem*, p. 80).

caracterizáveis pelas alianças que formam, do que pela sua visão romântica e idealizada.

Relacionando a reflexão de Bobbio ao VOX, julgamos levar em consideração duas frentes principais: 1. VOX e seus votantes não chegam a representar uma volta do fascismo, ainda que como Urbán (2019), Carmona Pascual (2020) e Rubio-Pueyo (2019) destaquem, haja uma reatualização do fascismo; 2. definir VOX como um bloco homogêneo é reproduzir, política e teoricamente, o mesmo erro: dar continuidade ao efeito *nosotros* e *ellos* que analisaremos no capítulo 4; efeito que indica a separação estanque e autoritária entre os inimigos e os aliados de VOX. Se algo podemos depreender com maior certificação de Bobbio, é que VOX pode ser significado como partido de *extrema-direita*, *direita radical*, *fachas* e assim por diante, mas suas bases, estruturas e alianças são heterogêneas e atendem desde interesses do pecuarismo espanhol até o capital anti-independentista. É irracional considerar que um partido nacional, com ampla representação, seja tão coeso a ponto de não expressar disputas e conflitos internos. Ainda que essas rachaduras sejam pouco visíveis, elas certamente cumprem um papel na sustentação política do VOX<sup>62</sup>. Talvez a visão negativa da direita (argumento aludido por Bobbio) seja uma das causas que dificulte sair do domínio de dizeres da militância (no qual Abascal é o novo Hitler e/ou Iglesias é o novo Stálin) para uma análise política mais complexa do campo da direita dita extremista. Se VOX cumpre as condições de um partido de extrema-direita essa é uma questão à ciência política, posto que o que nos incumbe é compreender nessa subseção, a partir de fatos de linguagem, como o próprio partido se projeta a partir de dizeres que o interpelam exocentricamente:

10  
2017  
Programa televisivo

**Santiago Abascal: [...] A nosotros nos han llamado de cosas que no somos, con las que no nos identificamos: ultraderecha, ultraconservadores, ultratodo. Nosotros somos de extrema necesidad (), pero no somos extremistas, no somos personas que**

---

<sup>62</sup> É o que a ex-deputada do VOX, Macarena Olona, chama de maquinaria de triturar carne do VOX: <https://diario16.com/macarena-olona-se-siente-victima-de-la-maquinaria-de-triturar-carne-de-vox/>. Acesso em: 10 out. 2022.



pongan en cuestión el imperio de la ley, la democracia, al contrario, tenemos nuestras ideas muy claras, las defendemos desde la raíz, a pesar de que nos llamen fascistas, homófobos, tráfobos, racistas, de todo. Pero no somos nada de eso y rechazamos esos planteamientos. Pero da igual, porque aquí cuando te sales del carril de la corrección política impuesta por la izquierda te cualifican de todo [...]

Entrevista a Santiago Abascal en Claramente Claro de Vegavisión el 7 de diciembre

4,108 visualizações

<https://youtu.be/d-uhpdm2uhw> - Acesso: 11 jan. 2022

11  
2017

#### Programa televisivo

**Santiago Abascal:** [...] a nosotros nos acaba de pasar alguna cosa por nuestros contactos con el Frente Nacional francés. **Nos han dicho de todo: la ultraderecha, extremistas, peligrosos.** Y nos han dicho desde el PP, que se reúne con el Partido Comunista chino y firma un memorándum, un acuerdo de colaboración. Ya que incluso el PP piensa que hablar con el Frente Nacional es algo que atenta a las libertades públicas, la democracia, cuando no pone en cuestión nada de eso. Y en cambio puede permitirse llegar a un acuerdo con el Partido Comunista chino, es decir, hay una vara de medir que me parece profundamente peligrosa [...]

Santiago Abascal en el Gato al Agua 6 de febrero.

1,847

<https://youtu.be/svVJd9y8VgY> - Acesso em: 11 jan. 2022

12  
2017

#### Programa televisivo

**Santiago Abascal:** **Nosotros somos demócratas, plenamente convencidos... no somos de ultra nada,** en todo caso, somos de extrema necesidad, pero tampoco nos ponemos a defendernos, cuando alguien nos llama de ultraderecha, o de lo que nos quiera llamar. Nosotros no, no nos asustamos de que no se etiqueten/

**Entrevistador:** Pero evidentemente no son un partido ni izquierda y ni de centro, son un ustedes un partido de derecha, incluso ¿más a la derecha que el Partido Popular?

**Santiago Abascal:** Nosotros somos un partido/

**Entrevistador:** O, por lo menos, que ¿defienden postulados conservadores?

**Santiago Abascal:** Bueno, es que sigue siendo etiqueta. **A nosotros nos votan conservadores, nos votan liberales, nos votan personas patriotas, nos votan personas que probablemente se sienten en la izquierda,** pero que creen que es un partido que defiende la unidad de España; nos votan personas que probablemente han votado a la izquierda siempre, que viven en los barrios obreros, pero que están preocupadas por la cuestión de la inmigración; nos votan personas muy distintas. Evidentemente, **no somos de izquierdas, ni somos separatistas, somos todo lo demás [...]**

Santiago Abascal se somete a las preguntas de cinco periodistas críticos  
 568157 visualizações  
<https://youtu.be/AsirF7xxLMA> - Acesso em: 11 jan. 2021.

13  
 2018

### Manifestação interna do partido

**José Ortega-Smith:** Esta mañana, Pablo Echenique, Secretario de Organización de Podemos ha manifestado en el programa 'Espejo Público' de Antena 3, que **“los afiliados y los votantes de VOX son gente violenta que defiende un estado totalitario, fascistas que normalmente llevan una navaja en el bolsillo”**. No vamos a aceptar de quiénes son los amigos de los totalitarios de Irak o de Venezuela este tipo de manifestaciones y, por eso, anunciamos en este momento la interposición de una querrela criminal por delito de odio contra Echenique [...]

VOX se querrela contra Pablo Echenique por delito de odio contra votantes de VOX.  
 101,372 visualizações  
<https://youtu.be/Yi33IWOpqek> - Acesso em: 11 jan. 2022

Ao longo das seleções 10 a 13, que são recortadas de situações de produção relativamente heterogêneas, há o cruzamento de um combate a dizeres que são imaginariamente atribuídos ao outro (*nos han llamado, nos han dicho*), mas também ao partido (*somos de, a nosotros nos*). É possível acompanhar como a destituição do outro é alçada por um lugar de deslegitimação e mentira: *la corrección política impuesta por la izquierda, acuerdo con el Partido Comunista chino, los amigos de los totalitarios de Irak o de Venezuela*. Uma vez deslegitimado, as designações que orbitam ao redor de VOX a partir desses dizeres outros, *ultraderecha, ultraconservadores, ultratodo, fascistas, homófobos, transfobos, racistas, extremistas, peligrosos, gente violenta*, passam a esvaziar-se e a deslocar-se parafrasticamente. De extrema-direita, VOX passa a ser de *extrema necesidad*. Esse deslocamento acontece também sustentado numa tentativa dos enunciadores do VOX de distanciar ou apagar, pelo menos ilusoriamente no campo do discurso, as propostas do partido que efetivamente possuem afinidade com condições fascistas, racistas, LGBTQIA+fóbicas. Nessa dissociação difusa, o papel do partido é sobreposto à nação, isto porque como identificamos na seleção 12, a conjunção de conservadores, liberais, patriotas e, até mesmo, de esquerdistas, faz com que o espaço político do VOX se projete imaginariamente como um espaço *panpolítico*,

no qual o partido seria a voz legítima entre a nação (todos os espanhóis, inclusive os esquerdistas) e a vontade patriótica (vocação dos espanhóis). Desta forma, estabelecer designações sem critérios práticos/teóricos bem assentados com rigor crítico, pode apenas fazer reproduzir o efeito das *etiquetas*: nomear VOX e enfrentá-lo no seu próprio jogo; uma disputa, como vemos, que faz a tríade estremecer e dá vantagem aos membros do próprio partido. Descontinuar as evidências ideológicas desse efeito é, talvez, o único modo de ir além. É essa tarefa que passamos a nos dedicar e que encontra desdobramentos no próximo capítulo: a explicitação teórica.

### 3 ANÁLISE DE DISCURSO E NOÇÕES DE REFERÊNCIA

*Sabe-se, aliás, que os ditadores, de César a Stálin, sempre se preocuparam com a língua, reconhecendo nela a mais fiel imagem de um poder nu, que sequer necessita dizer seu nome – Jean-Claude Milner*

#### 3.1 DAS BASES CONCEITUAIS-ANALÍTICAS: NOÇÕES DE REFERÊNCIA

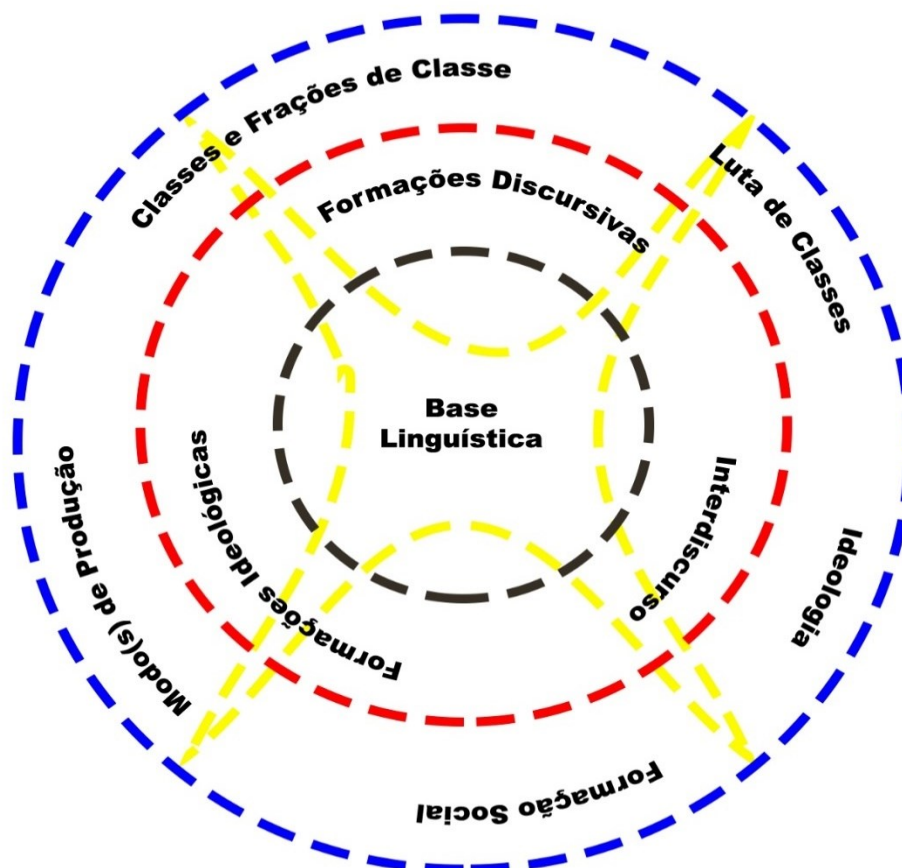
Do cotidiano às escritas acadêmicas, encontramos distintas acepções e compreensões do que venha a ser designado como *discurso*. A circulação profusa e indistinta desse termo/conceito não se faz ao acaso; teorias do campo da comunicação, da retórica, da argumentação, da semiótica, da pragmática, com matrizes ou não nas filosofias analítica ou dialética, colocam em circulação gestos de leitura que circunscrevem modos específicos de conceber o discurso como objeto teórico. Concepções que não se confundem, nem se complementam – pelo menos em *tese*. No cotidiano, o termo discurso encontra usos sinuosos e oblíquos: para significar pronunciamentos políticos; falas públicas; exposições orais; sínteses de posições políticas (discurso moralista, hipócrita, etc.), dentre outros. Por isso, o trabalho teórico passa, necessariamente, pelo entendimento de bases conceituais-analíticas que permitam uma classe de exame do que se convenha a definir como *discurso*. Esse movimento, ademais de imprescindível, permite abrir caminho para uma mobilização coesa e coerente (das bases) dos pressupostos teóricos e dos procedimentos analíticos.

A respeito disso, Althusser ([1975/1978] 1985) afirma que a estrutura (formal) de uma disciplina científica se constitui de: (I) uma prática; (II) uma técnica que fornece os elementos necessários à elaboração teórica, com corte abstrato; e, (III) uma teoria que se dialetiza com a prática e a técnica. É certo que seria necessário balizar, nessa perspectiva, as considerações de Althusser ([1965] 2015) sobre o corte epistemológico, a ruptura, a descontinuidade ideologia/ciência, assim como as relações entre técnica e ideologia exploradas por Herbert/Pêcheux ([1966] 2011; [1968b] 2015). No entanto, tomamos essa explicação, a exemplo de Althusser ([1975/1978] 1985), em sentido esquemático, embora se encontrem nela os elementos para mapear a assunção de uma disciplina científica. O que queremos sinalizar é que para assentar nossa

frente de trabalho, devemos demonstrar de qual prática, de qual técnica/método e de qual teoria consideramos o *discurso*.

Assim sendo, consideramos, ao tratarmos da disciplina que orienta nossa reflexão, isto é, a Análise de Discurso, que ela versa sobre uma: (I) prática consiste na escuta social (HERBERT, [1966] 2011), isto é, no exame do conjunto orgânico prático (ALTHUSSER, [1975/1978] 1985) dos processos de produção de sentidos que se realizam materialmente numa formação social; (II) técnica/método de escuta do social consiste no gesto de leitura (constituído por um dispositivo de interpretação) do processo parafrástico que se assenta sobre deslocamentos, substituições, rupturas, reproduções, repetições de sentido a partir da base linguística; e, por fim, (III) *a teoria materialista* dos processos discursivos que, na dialética teoria/análise, fornece, no domínio disciplinar, os objetos necessários à constituição da interpretação do analista. Dado que o processo de interpretação do analista de discurso leva em consideração o real da língua (equivoco), da história (contradição) e do inconsciente (sujeito), a Análise de Discurso que praticamos afasta de seu interior relações de afinidade tautológicas, complementaridade, de intersecção e de interdisciplinaridade (no sentido mais genérico que se possa atribuir a essas linhas academicistas). Essa exclusão-recusa implica diretamente na concepção de discurso. A fim de especificarmos nossa compreensão de discurso, mais além da alusão disciplinar (formal), passamos às noções de referência que constituem a teoria do discurso, como caracterizamos no quadro abaixo:

QUADRO 1: ANÁLISE DE DISCURSO



Fonte: Elaboração própria

Nesse quadro indicamos como o *discurso*, como objeto teórico, é tomado no encontro arquitetural que coloca em relação a exterioridade (as condições de subordinação, desigualdade, contradição, sobredeterminação do histórico) com a língua (base linguística). Desse modo, passamos a averiguar as (dis)junções contraditórias que subsidiam os conceitos teóricos que assentam a teoria do discurso, tal como os tomamos dos escritos de Pêcheux (textos fundadores) e das pesquisas/textos dos pesquisadores/autores que se dizem orientar-se nesse último. Por fim, vale explicar o critério empregado por nós na seleção dos textos comentados. Enunciamos, no ponto (III), que seguimos uma teoria materialista dos processos discursivos; à vista disso, os textos comentados selecionados (a partir de nosso crivo crítico) dão consequência a essa teoria.

### 3.1.1 Formação social e modo(s) de produção: do jurídico-político-ideológico ao econômico

Com certa frequência aludimos em nossas pesquisas aos conceitos de Formação Social e Modo de Produção para, logo em seguida, caracterizá-los como a Sociedade (noção idealista)/Estado e o Capitalismo. No entanto, sem especificar suas circunferências epistemológicas, acabamos perdendo a precisão de seus usos e sentidos na teoria e na prática. De que sociedade falamos? De qual Estado? De qual Capitalismo? Na generalidade de seus empregos, corre-se o risco de se reproduzir, na *práxis*, equivocadamente, a atual com dominância política e ideológica, isto é, a democracia liberal e as lutas da classe dominante. Por isso, para remediar esses reveses, começamos a especificação do que entendemos pela teoria do discurso, pelas bases elementares e determinantes para a produção dos sujeitos e dos sentidos: a formação social e o(s) modo(s) de produção. Para tanto, recorreremos aos trabalhos de Pêcheux, especialmente, *Semântica e Discurso* ([1975c] 2014), assim como ao tratado político marxista de Poulantzas ([1968] 2019). A mobilização de Poulantzas não acontece ao acaso; em Vedovato e Ragievicz (2021) defendemos que a categoria de *frações de classe* e de *modo(s) de produção* nos possibilita distinguir, no bojo dos processos super/infraestruturais, diferenças políticas, ideológicas e econômicas de classe que se atravessam na materialidade do discurso. Isso nos ajuda a distinguir aquilo que, por exemplo, se produz como aliança política (mas não de classe) no AIE parlamentar, daquilo que produz antagonismos e aproximações no todo orgânico das classes.

À vista disso, se o Materialismo Histórico é o campo, segundo Althusser ([1975/1978] 1985, p. 75), da “[...] teoria das condições, das formas e dos efeitos da luta de classes, obra de Marx [...]”, então o que venha a ser produzido, no campo de uma teoria materialista do discurso, deve, necessariamente, compreender os efeitos materiais dessas complexas concretudes na linguagem. Nesse caminho, a prática teórica e a prática política do Materialismo Histórico são forças motrizes para formação e consolidação de uma cientificidade, como sinaliza Pêcheux ([1975c] 2014, p. 187), que compreende a luta de classes não pelas formações teóricas da ideologia dominante, mas pela existência material das lutas do proletariado e das ideologias dominadas:

[...] a prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une: em suma, trata-se da formação histórica de uma *política científica*, contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes (*ibidem*, p. 187).

A partir disso, a configuração da formação social não representa uma forma descritiva e estanque do real histórico, mas, sim, um objeto de conhecimento dos processos contraditórios de reprodução/transformação que conformam a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, [1975c] 2014) em aparelhos, instituições, instâncias e domínios específicos. Assim, a formação social estrutura-se numa concretude histórica que funciona como um *todo complexo com dominante*, quer dizer, do jurídico-político-ideológico (superestrutura) ao econômico (infraestrutura), as relações de sobredeterminação, antagonismo, contradição, desigualdade se produzem e, ao mesmo passo, se organizam materialmente a partir de um eixo dominante.

Antes de seguirmos, vale destacar que para Pêcheux (*idem*) existe uma dialetização vertical, instável e movente entre o conjunto complexo da formação social que se associa, por meio dos AIEs, às formações ideológicas e discursivas. Por isso, em *Semântica e Discurso* encontramos, com frequência, referências conexas entre o conjunto mencionado. Com efeito, isso implica considerar, nessa edificação teórica, um atravessamento profundamente encarrilhado, que tem como elo incontornável o estado de desenvolvimento da luta de classes. Dito isso, voltamos ao ponto: sendo a formação social aquilo que designa “[...] toda ‘sociedade concreta’ historicamente existente, e que é *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí” (ALTHUSSER, [1995] 1999, p. 42), uma das formas de compreender a organicidade e a contingência é por meio dos AIEs, teoria althusseriana que é mobilizada (com suas devidas especificidades e rearranjos) por Pêcheux na constituição da teoria do discurso.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado e o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), como diria Althusser ([1995] 1999), demonstram o funcionamento material da ideologia de Estado (ideologia da classe dominante) e do modo de produção dominante numa dada formação social. No corpo, nas instituições e



nas práticas que caracterizam esses aparelhos (da escola ao exército), temos o antagonismo de classes como constitutivo das relações de produção e das forças produtivas. Por isso, como um *todo complexo* (heterogêneo) os AIEs contribuem de modo desigual à reprodução/transições das relações de produção (PÊCHEUX, [1975c] 2014), haja vista a diferença, como diz Pêcheux, de objetos, de propriedades e de especialidades que se regionalizam em seu interior, isto é, as *especializações* que tornam *evidente a importância relativa* do Direito, do Conhecimento, da Religião, da Política, etc., no corpo da formação social. No entanto, para que essas afirmações sejam, de fato, aceitáveis, é preciso considerar que para Althusser - e, também, para Pêcheux - a determinação em última instância é a econômica; isso quer dizer que são as relações de produção e as forças produtivas (a infraestrutura) que da base histórica material comutam, refratam e intercambiam seu real contraditório à superestrutura (o jurídico-político-ideológico). Logo, isso nos conduz ao(s) modo(s) de produção.

Antes, dissemos que a formação social possui um modo de produção dominante, o que descompassa com a ideia de que o modo de produção é, estrita e unicamente, o *capitalismo*. Se há um modo dominante, pode-se, então, considerar que há outros modos de produção que sejam *menos* dominantes. A respeito desse conceito, Poulantzas ([1968] 2019, p. 19, grifos do autor), afirma:

O modo de produção constitui um objeto abstrato-formal que não existe, no sentido rigoroso do termo, na realidade. Os modos de produção capitalista, feudal, escravista constituem igualmente objetos abstratos-formais, pois também não possuem essa existência. De fato, existe somente uma *formação social* historicamente determinada, ou seja, um todo social — no sentido mais amplo — num momento de sua existência histórica: a França de Louis Bonaparte, a Inglaterra da revolução industrial. Mas uma formação social, objeto real-concreto, sempre original porque singular, apresenta, como Lenin mostrou no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, uma combinação particular, uma sobreposição específica de vários modos de produção 'puros'. É assim que a Alemanha de Bismarck se caracteriza por uma combinação específica dos modos de produção capitalista, feudal e patriarcal, da qual só a combinação existe no sentido rigoroso do termo; existe só uma formação social historicamente determinada como objeto singular. A formação social constitui, ela própria, uma unidade complexa *com dominância* de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem.

A distinção, logo de entrada, entre modo de produção como *objeto abstrato-formal* e a formação social como *objeto real-concreto* desfaz a ligação

indiscernível que poderiam ter esses dois constructos teóricos. Como *objeto abstrato-formal*, o modo de produção caracteriza um feixe de descrições das relações de produção, como podemos encontrar na leitura de Balibar (1980, p. 170) sobre os escritos de Marx:

Podemos, pois, finalmente traçar o quadro dos elementos de qualquer modo de produção, invariantes da análise das formas:

1. Trabalhador;
2. Meios de produção;
  - 1. Objeto de trabalho;
  - 2. Meio de trabalho;
3. Não-trabalhador;
  - A. - relação de propriedade;
  - B. - relação de apropriação real ou material

Portanto, a partir desses elementos, podemos depreender que a reprodução/transformação (PÊCHEUX, [1975c] 2014) das relações de produção, na descrição do modo de produção, passa pela compreensão do trabalhador, seu lugar na produção, as formas de modificação dos recursos (naturais e não naturais), os instrumentos, as divisões no quadro da produção, a relação dos sujeitos com o trabalho, com a propriedade, dentre outros. Tal ponto serve de indicativo para a descrição formal do modo de produção. Retornando aos exemplos de Poulantzas, nos quais paira uma combinação entre diferentes modos de produção na constituição de formações sociais *singulares e concretas* (Alemanha de Bismarck, França de Louis Bonaparte, a Inglaterra da Revolução Industrial), entendemos que essa combinação não é um mero *encontro*, mas que o desenvolvimento histórico faz com que o modo dominante se aproprie de modos secundários, como no caso alemão de Bismarck (capitalista, feudal e patriarcal). Ainda que assim o seja, a *com dominância* econômica (matriz, organizadora e determinante) é que interconecta ou faz com que certos modos de produção deixem de se reproduzir até a sua extinção. Portanto, se o capitalismo é uma forma de relação de capital-trabalho-propriedade, isso não exclui, que, numa formação social, haja formas escravistas, feudais, dentre outros. Portanto, há modo(s) de produção – no plural<sup>63</sup> -, mas com a dominância de um modo.

---

<sup>63</sup> Reiteradas vezes ouvimos nos debates sobre a *forma-sujeito capitalista*, nos círculos de Análise do Discurso, que esse conceito de Pêcheux não *encaixa, adequa, condiz* com a existência concreta dos povos indígenas. Ora, a base simbólico-material das comunidades

Em resumo, apresentamos os principais elementos que consideramos pertinentes e relevantes ao nosso entendimento dos conceitos apontados; porém, é necessário também destacar como se apresenta (pelo menos em alguns recortes) o modo de produção (capitalista) para Pêcheux. Essa discussão tem como base o Estado. Vale destacar que o Estado (que se constitui em AIEs), é:

[...] fator de coesão da unidade de uma formação, que faz dele o lugar onde se condensam as contradições das instâncias, é, aliás, ainda mais nítida se observarmos que uma formação social historicamente determinada é caracterizada por uma sobreposição de vários modos de produção (POULANTZAS, [1968] 2019, p. 48).

Nessa perspectiva, o Estado é o lugar em que se articulam e se organizam as relações de produção, que nada mais são do que um resultado do estado histórico da super e infraestrutura, com suas respectivas *com dominâncias*. As contradições condensadas por meio de fusões (ALTHUSSER, [1965] 2015), conforme pontua Poulantzas, são a expressão que permitem ao Estado sua unidade estrutural desigual. Dito isso, cabe destacar que para Pêcheux, o modo de produção capitalista, na via americana (em contraponto com a prussiana) “[...] o produtor independente torna-se ele próprio progressivamente comerciante e capitalista” (PÊCHEUX [1979c] 2011, p. 80). Definição que materializa como o modo de produção capitalista encontrou vias específicas para se desenvolver em regiões do *ocidente*, como o Brasil.

Relacionando essa última passagem à obra *Semântica e Discurso*, fica mais clara a importante relação que Pêcheux faz entre o modo de produção capitalista e o jurídico; dirá Pêcheux ([1975c] 2014) que a forma-sujeito do

---

indígenas se faz na relação vida-território, o que supõe outras práticas políticas, ideológicas e econômicas. Portanto, isso não quer dizer, que, para Pêcheux, haja apenas o *modo de produção capitalista*. Ao contrário, fica patente ao longo de *Semântica e Discurso* um esforço teórico e analítico para explorar as controversas e intrincadas relações desse modo de produção no domínio do ideológico e, portanto, do discursivo. Assim, não era objetivo do autor senão pensar os pontos em que a dominância do capitalismo, na linguagem, mais materializa seus efeitos (veja-se, por exemplo, as discussões sobre comunicação/não-comunicação ao início da obra já citada). Logo, a tarefa não é reinventar ou rechaçar a teoria do modo de produção, mas lê-la atentamente, sobretudo, pondo atenção ao fato de que na formação social brasileira houve vários estágios de desenvolvimento do capitalismo; um desses estágios com o emprego secundário de meios de produção como o escravista. Então, compreender o modo de produção capitalista é também entender que no corpo orgânico das comunidades indígenas existem resquícios de *outro meio de produção* - lembremo-nos, são relações complexas, não estanques - e, ao mesmo tempo, esses resquícios são cindidos por diferentes capitalisms (coloniais, oligárquicos, escravagistas, financeiro). Por isso, também poderíamos considerar, nessa mesma direção, a existência de meios de produção nórdicos, comunistas, revolucionários, dentre outros.

discurso – se realiza sob o modo de produção capitalista e sob a dominância geral do jurídico. Acerca da forma-sujeito e sua relação com o MPC, cabem algumas distinções entre Pêcheux e Poulantzas<sup>64</sup>: enquanto para o primeiro a forma-sujeito (oligarca, industrial, etc.) estaria mais ligada à relação do capital com os bens simbólicos, para o segundo haveria um avanço em seu modo de conceber o político nessa relação, fazendo com que ambos se distanciem. Portanto, a forma-sujeito implica em Pêcheux com outras modalidades de identificação do sujeito, tanto com a base econômica, quanto com os bens materiais e simbólicos.

Dito isso, uma das formas de partição do modo de produção dominante, no Estado é pelas suas relações com o Direito. Nesses termos, Pêcheux escreverá que no modo de produção capitalista, os sujeitos vinculados ao Direito se produzem como *livres e iguais*, assentados por *evidências naturais* sobre o real histórico. Dessa maneira, se estabelece o vínculo entre o *sujeito de direito* (sujeito das relações jurídico-contratuais) com o sujeito ideológico (inconsciente de si/ego-imaginário burguês) (PÊCHEUX, [1975c] 2014). Essas relações são apenas possíveis porque combinam (contraditoriamente) formas concretas de frações de classe que existem na formação social. O econômico, como vimos, é responsável pela determinação *em última instância* (ALTHUSSER, [1995] 1999), mas também pode-se pensar em outras dominâncias na luta de classes.

### 3.1.2 Luta de classes, frações de classe: a reprodução/transformação das relações de classes

A luta de classes possui estruturas e níveis (POULANTZAS, [1968] 2019), logo, ela não concerne à divisão exata, estanque e idealista entre *ricos* e *pobres*, mas à forma como as classes (e suas frações) estão inscritas no poder político, ideológico e econômico. Aliás, sobre a noção de *classes* é válida a explicitação de Lênin (1977, p. 150):

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização

---

<sup>64</sup> Agradecemos à profa. Ana Zandwais por essas indicações.

social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social.

As classes possuem uma existência histórica numa determinada formação social. Sua caracterização e descrição passa pela forma material que a elas (grupos de sujeitos), são atribuídas um papel no meio de produção dominante; papel que tem como determinante o trabalho, sua organização, divisão, extorsão, apropriação e exclusão. A possibilidade da apropriação do trabalho de uma classe por outra, como aponta Lênin, se deve justamente ao seu papel. Tal ponto também se relaciona com os interesses de classe - que, para nada, é um critério subjetivo. Conforme Poulantzas ([1968] 2019, p. 110), os interesses de classe “[...] estão situados no campo das práticas, no campo das lutas de classes”; o filósofo ainda esclarece que:

Com efeito, se os interesses não estão localizados nas estruturas como a ‘situação’ de classe nas relações de produção, mas como limites dos níveis do campo das práticas, pode-se muito bem conceber que se possa falar de interesses relativamente autônomos de uma classe no econômico, no político e no ideológico. O poder situa-se no nível das *diversas* práticas de classe, na medida em que existem interesses de classe referentes ao econômico, ao político e ao ideológico. Mais particularmente, numa formação capitalista caracterizada pela autonomia específica dos níveis de estruturas e de práticas, e dos interesses respectivos de classe, pode-se ver nitidamente a distinção do *poder econômico*, do *poder político*, do *poder ideológico* etc., de acordo com a capacidade de uma classe de realizar seus interesses relativamente autônomos em cada nível (*ibidem*, p. 114, grifos do autor)

Com base nesses apontamentos, já conseguimos assinalar uma série de componentes que atravessam as estruturas e os níveis da luta de classes, entre eles, que o econômico, o político e o ideológico se constituem desigualmente nas práticas de classe, tanto nas classes dominantes, quanto nas classes dominadas. A organização das classes, a partir de interesses antagônicos, deriva de seus papéis e de suas práticas. Portanto, vale acrescentar “[...] toda luta de classes é uma luta política” (MARX; ENGELS, [1848] 2005, p. 48) e “[...] toda a História tem sido a história da luta de classes” (ENGELS, [1883] 2005, p. 74); com isso, Marx e Engels sinalizam, seguindo Poulantzas ([1968] 2019, p. 40), que a luta de classes (luta política, força motriz da História) é um processo

que se dá na “[...] estrutura complexa com dominante que especifica o tipo de unidade marxista”. Assim sendo, a luta de classes é a condição contraditória dos efeitos e das formas que os processos de divisão/exploração/expropriação do trabalho assumem (nos níveis econômico, político e ideológico) no desenvolvimento histórico da formação social. Nesse sentido, se a luta de classes é uma luta entre exploradores e explorados, como pensar a repartição desses grupos? Poulantzas nos oferece elementos para uma resposta: as frações de classe. Conforme o autor:

[...] a classe burguesa apresenta-se, no M.P.C. [modo de produção capitalista], constitutivamente dividida em frações de classe. O problema das frações de classe é, de fato, bastante complicado em Marx; importa assinalar que certas frações da classe burguesa, tais como as frações *comerciante*, *industrial* e *financeira*, não se relacionam simplesmente, como é frequentemente o caso das frações de classe de uma formação, com a combinação concreta dos diversos modos de produção, ou com os efeitos particulares unicamente da instância do político. Neste último caso, os efeitos da instância do político – resultando as classes dos efeitos do conjunto das instâncias sobre as relações sociais – podem produzir frações de classe unicamente no campo da prática política de classe [...] as frações comercial, industrial e financeira relacionam-se, no entanto, com a própria constituição do capital, no processo de reprodução ampliada, enquanto relação de produção (*ibidem*, p. 239, grifos do autor).

As frações de classe são divisões/repartições das classes; no exemplo apontado por Poulantzas, as frações comerciante, industrial e financeira não correspondem, ao mesmo nível, aos mesmos grupos. É importante ressaltar que as classes não são um conjunto coeso e homogêneo; ainda que possamos nos valer de oposições como classe dominante/dominada, exploradores/explorados, burgueses/proletários, não podemos lê-las como efeitos de uma mera oposição simples entre contrários. Como sabemos, as classes respondem a um antagonismo constitutivo, que não se confunde com um conflito passível de apaziguamento. Nessa direção, as classes podem repartir-se em frações, com algumas alcançando (dependendo do nível) um papel hegemônico. As frações, como bem demonstra Poulantzas, possuem uma unidade contraditória e relativa em todos os níveis da luta de classe. Então, caberia ao Estado, segundo o autor, por meio da sua aparelhagem, constituir a unidade (política, econômica e ideológica) de manutenção das relações de classe dominantes contra a classe trabalhadora.

Portanto, a reprodução/transformação das relações de classe é resultado das estruturas e dos níveis que a luta de classe (no econômico, no político, no ideológico) alcançam num determinado momento histórico. Esse processo não supõe, como vimos, uma coerência absoluta da classe dominante; o conceito de frações de classe demonstra que é possível compreender os processos de dominação a partir da contradição, da repartição e da divisão da luta de classes em instâncias, campos e níveis. Dito isso, defendemos que ao lançar mão de uma noção como *frações de classe* estamos, na teoria materialista do discurso, apreendendo os processos materiais de produção dos sujeitos e dos sentidos a partir de relações e unidades contraditórias, que interpenetram desigualmente as instâncias econômica, política e ideológica.

### 3.1.3 Ideologia: entre o imaginário, a prática e o evidente

No Quadro 1, que esboçamos no começo desta seção, alocamos num primeiro plano a Formação Social, o(s) Modo(s) de Produção, a Luta de Classes e as Frações de Classe; esse primeiro plano consiste, na teoria materialista do discurso, nos elementos, substratos e circunferências epistemológicas que permitem a inscrição de objetos, de fato, materialistas à compreensão dos fatos de linguagem que se diz inscrita nessa perspectiva. A ideologia, como parte disso, demarca a instância em que a correlação infra/superestrutura radica seus efeitos sob o sujeito e os sentidos. Porém, as acepções de ideologia, inclusive no interior dos marxismos, são divergentes; por isso, a tomada de posição de Pêcheux pela leitura althusseriana é um norte fundante, isto porque a ideologia, para Pêcheux, tem como materialidade específica o discurso. Então, de qual ideologia falamos?

Encontramos pistas nessa formulação:

Enquanto categoria filosófica, a Ideologia — distinta de conceitos científicos do materialismo histórico como os de superestrutura ideológica, de formação ideológica, de aparelho ideológico de Estado e de prática ideológica, de ideologia dominante, de relações ideológicas de classe, etc. - não é, pois, o equivalente 'marxista' do erro, da ilusão ou da ignorância. Essa categoria designa o espaço da luta 'eterna' entre duas tendências:

- a tendência idealista que visa identificar o processo sem sujeito a um sujeito — cf. a saborosa acusação que Hegel dirige, em *La Science de la logique*, a Espinosa: 'falta à Substância o princípio de

Personalidade'! —, tendo como 'fim' a unificação do real sob a forma de unificação do pensamento;  
 - a tendência materialista, que visa desfazer essa identificação, colocando o real (incluindo-se nele o pensamento que, sob uma forma específica, é, por ele, determinado) como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições [...] (PÊCHEUX, [1975c] 2014, p. 275, grifos do autor).

Logo de início, a diferenciação do conceito de ideologia de outros citados por Pêcheux (Formação Ideológica, prática ideológica, ideologia dominante, etc.), se inscreve como elementar. Além disso, a exclusão do erro, da ilusão e da ignorância como ideias teóricas da ideologia é igualmente importante, dado que o eixo definidor desta noção é justamente sua concretude no processo de produção do real. Por conseguinte, a oposição das duas tendências citadas por Pêcheux, a do idealismo, em que há a unificação do real com o plano do pensamento e, de outro, a do materialismo, com a não-unificação dos processos contraditórios-desiguais do real, não deixa margens a dúvidas: a ideologia é uma noção que, na teoria do discurso, só pode supor a via materialista.

A esse respeito, Althusser ([1995] 1999) enuncia um conjunto de teses que concernem à compreensão do que é ideologia. São elas: (I) *a ideologia não tem história*; (II) *a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*; (III) *a ideologia tem uma existência material*; (IV) *a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*. Voltando-nos à primeira, *a ideologia não tem história*, Althusser concebe uma teoria da *ideologia em geral*<sup>65</sup> como uma estrutura e um funcionamento que, como tais, não têm história, pois estão onipresentes em toda a história (que é, lembremo-nos de Engels, a história da luta de classes). A ideologia seria, segundo Althusser, *eterna*, em analogia ao inconsciente. Dessa primeira tese, como vemos em sua obra, são possíveis as demais, na medida que ao ser uma estrutura e um funcionamento, a ideologia passa a ser uma questão imaginária, de prática e de interpelação.

Na sequência, a segunda tese, *a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*, concerne ao “[...] objeto que é ‘representado’ sob a forma imaginária da ideologia

---

<sup>65</sup> A ideologia em geral se diferencia, em termos opositivos, às ideologias particulares. Conforme explica Althusser (*idem*, p. 275), as ideologias particulares (moral, religiosa, jurídica, política, econômica) exprimem, independentemente da forma, *posições de classe*.



[...]” (*ibidem*, p. 277). O que Althusser designa nessa tese é o fato de que a apreensão do real histórico (as relações de produção, os lugares e as práticas na exploração, na repressão, etc.) pelo sujeito não é total (como seria na síntese do real/pensamento no idealismo), mas é fragmentária/deformada. Isso se dá, para Althusser, em função da relação que os sujeitos mantêm com as condições reais em que vivem. Portanto, as relações dos sujeitos com suas reais condições de existência não são absolutas, irrestritas e exatas; antes, a relação dos sujeitos com o real histórico é *imaginária*, por isso, fragmentária/deformada: inscrevendo-se num lugar na produção, o sujeito se aliena e passa a reconhecer-se, a partir de fragmentos (constitutivos) dessas (concretas) relações.

A terceira tese, *a ideologia tem uma existência material*, predica que a ideologia é constitutivamente dependente de um aparelho e de práticas. Portanto, as práticas ideológicas são produtos de rituais (regulados) que se apresentam regionalmente, em frações, em práticas nos aparelhos ideológicos. Um dos exemplos oferecidos por Althusser é bastante elucidativo: um sujeito devoto, de fé, só pode demonstrar sua benevolência a Deus por meio das práticas que demonstram, materialmente, sua devoção, isto é, ir à missa, ajoelhar-se, comungar, confessar-se. Assim sendo, Althusser (*idem*, p. 283) considera que “[...] toda prática existe por meio de e sob uma ideologia [...]” e “[...] toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos [...]”, o que equivale a dizer que se há prática, há ideologia; e, se há ideologia, há sujeitos. A partir dessas suposições Althusser começa a trabalhar sua quarta e central tese sobre a ideologia: *a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*.

Na última tese, há o processo de *reconhecimento ideológico*, isto é, se conforma o processo de constituição das evidências (produtos ideológicos necessários) que produzem os sujeitos enquanto tais. Esse ponto se relaciona diretamente com a afirmação utilizada por Althusser (*idem*, p. 286, grifos do autor): “[...] *toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos* através do funcionamento da categoria de sujeito”. Nesse ponto, Althusser explica que a interpelação faz com que o indivíduo (bio-psico-social) passe a funcionar como sujeito (histórico-político-ideológico), ou seja, sempre-já revestido por práticas que não deixam de interpelá-lo. O sujeito (sempre-já sujeito) não reconhece os mecanismos de assujeitamento ideológico, apenas suas frações evidentes. Por isso, a ideologia é uma estrutura e um

funcionamento eterno: os sujeitos só podem constituir-se como sujeitos, se interpelados pela ideologia. Não se trata de uma historicidade que atravessa cada época ou tempo, mas de um *modus operandi* que é inerente à existência material de sujeitos e grupos de sujeitos.

Assim, pautando-se nesses pressupostos, Pêcheux ([1975c] 2014) busca formular a relação entre língua e ideologia no domínio do discurso. Conforme o autor:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (*ibidem*, p. 146, grifos do autor).

Um dos possíveis pontos de encontro entre a teoria da ideologia e a do discurso consiste, justamente, na constituição dependente dos sentidos, com as evidências que atravessam a materialidade semântica. As evidências – imaginários deformados das relações de produção e de classe – são a concretude que mascara ou impregna a *transparência da linguagem*. Dessa forma, sujeitos e sentidos, que conforme Pêcheux (*idem*) se enodam ao mesmo tempo no processo de produção de sentido, resultam de uma *injunção* pragmática e inequívoca ao dizer (efeito de transparência, literalidade, univocidade). A teoria do discurso, portanto, permite justamente desconstruir esses vãos preenchidos por *evidências naturais* (somos todos livres e iguais em direito), demonstrando como no processo de reformulação-paráfrase a literalidade se desfaz, cabendo ao sentido encontrar sua inscrição no significante a partir de posições (desiguais, conflitantes e contraditórias) de classe.

#### 3.1.4 Da superestrutura à linguagem: formação ideológica, formação discursiva e processo discursivo

Do primeiro ao segundo plano de nosso esquema, Quadro 1, há o desdobramento dos efeitos da conjuntura histórica e de classe sobre as relações materiais que produzem os discursos. Logo de entrada compreendemos, na perspectiva que seguimos, que os efeitos da ideologia sobre os sujeitos e os sentidos não se encontram, *direta e imediatamente*, ligados a formas linguísticas

e argumentativas específicas. Isto porque o sentido é constitutivamente dependente da exterioridade (condições de produção). Se não existe uma relação direta entre ideologia e língua, como analisar, refletir e descrever os efeitos materiais da exterioridade que se ligam, *in praesentia*, sob a materialidade linguística? Pêcheux nos oferece um caminho possível, que passa pelas formações ideológicas e discursivas, assim como pelo processo de reformulação-paráfrase (processo discursivo). No entrecruzamento desses postos de observação dos efeitos da exterioridade sobre a língua, podemos, de fato, entender como funciona o discurso tanto em termos analíticos como teóricos.

Em geral, uma passagem de *Semântica e Discurso* é bastante usada para contemplar as discussões que concernem, sobretudo, às formações discursivas. Essa passagem é a seguinte:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa **formação ideológica** dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 2014 [1975c], p. 147, itálico do autor, negrito nosso)

Ainda que essa citação seja bastante empregada pelos leitores de Pêcheux, as formações ideológicas acabam secundarizadas ou apagadas não apenas no eixo de sustentação teórico, mas principalmente na prática analítica. Nossa posição segue na contramão: as formações discursivas em Pêcheux só são possíveis de serem formuladas, se consideradas as formações ideológicas. A decisão implica algumas consequências: considerar a natureza das formações ideológicas; entender que as formações discursivas, são, efetivamente, a *representação na linguagem* das formações ideológicas (PÊCHEUX, *idem*).

Quanto à natureza das formações ideológicas, em trabalho anterior Vedovato e Ragievicz (2021), propuseram um trajeto de leitura sobre como essa noção é explorada por Pêcheux. Na ocasião, procuramos nos questionar de que modo as formações ideológicas em Pêcheux se aproximam/distanciam das (parcas e concisas) formulações de Althusser ([1995] 1999), sobre o tema. Como demonstramos, Althusser busca esboçar uma teoria das formações ideológicas a partir do intrincamento de dois níveis: o primário e o secundário. No primeiro

nível, da formação ideológica primária, a ideologia de Estado (ideologia da classe dominante) se realiza materialmente em cada AIE; no segundo nível, da formação ideológica secundária, haveria um *efeito de retorno* com a produção de um subproduto interno e específico a cada AIE. O subproduto estaria condicionado às leis da contradição e da desigualdade da luta de classes, as quais se marcariam por encontros e atravessamentos também entre subprodutos. Relacionando essa conceituação a Pêcheux, Vedovato e Ragievicz destacam como esse filósofo parece apontar para o intrincamento desses dois níveis a partir de elementos que são deixados ao longo de *Semântica e Discurso*. A conclusão a que chegam aos pesquisadores é de que as formações ideológicas são modalidades históricas concretas inscritas na força motriz da contradição, que, reencenam na linguagem (pelas formações discursivas), os conflitos de classes, haja vista que as formações ideológicas são entendidas, em Pêcheux, como um *conjunto complexo contraditório-subordinado-sobredeterminado com dominante*. Dito isso, podemos voltar-nos à passagem inicial.

A interface formação ideológica-formação discursiva se dá, como vemos, no encontro entre: (I) uma posição dada; (II) uma conjuntura dada (em relação de *dependência* do elemento (I); (III) determinação da luta de classes (atravessando todos os elementos anteriores). Adotando a definição de ideologia como produtora de evidências (representação de imaginários deformados na relação de produção e de classes), as formações discursivas poderiam, então, encapar os efeitos dessas complexas relações, na medida em que interpelam, determinam e regulam o que *pode* e *deve* ser dito na articulação simbólica e ideológica na produção de diferentes textos (arenga, sermão, panfleto, exposição, programa). Trata-se de um processo que é constitutivamente transparente ao sujeito (efeito dos esquecimentos – veremos adiante). Seguindo, também é certo para Pêcheux (*ibidem*, p. 147-148, grifos do autor) que:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente 'evidentes' – conforme se referirem a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições

mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

A partir disso, as formações discursivas são notadamente um espaço de observação da reprodução, movência, substituição dos sentidos, ou, melhor, da constituição das evidências dos sentidos. Na delimitação das suas porosas e imprecisas fronteiras, torna-se possível radicar a natureza de formulações que se assemelhem, se diferenciem, se distanciem, se contradizem. No entanto, esse trabalho não acontece por uma mera heterogeneidade argumentativa ou enunciativa; antes, as formações discursivas são campos atravessados pelas condições apresentadas antes (posições e conjunturas de classe) que fornecem, contraditoriamente, no assujeitamento, os elementos e objetos necessários à constituição, na materialidade linguística, dos sentidos e dos sujeitos (efeitos das evidências ideológicas). Por isso, o processo discursivo torna-se essencial nessa edificação epistêmica.

Pêcheux (*idem*, p. 148) defende que o processo discursivo designa “[...] o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada”. Quando dissemos que a relação entre ideologia e língua não se dá diretamente, nos referimos justamente à forma como Pêcheux entende o *estado* do processo discursivo, isto é, que a base linguística não inscreve, em si própria, modalidades ideológicas. Exemplo disso é a formulação de Rocío Monasterio: “*Lo que tenemos que entender es que el nacionalismo ha utilizado la lengua como herramienta de exclusión*”. Tal formulação poderia ter sido proferida com a mesma estrutura argumentativa tanto por um sujeito interpelado pelos saberes e dizeres ligados ao independentismo (pelo menos um certo tipo) catalão, vasco ou galego, mas, ao contrário, é mobilizada por uma política que diz considerar o espanhol peninsular como vítima de uma perseguição. É como defende Henry (1992, p. 173): “[...] a repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples repetição do idêntico”. Logo, a ideologia (ou seus efeitos) não se inscrevem, *ipsis litteris*, na estrutura argumentativo-linguística, porque dependem, constitutivamente, das condições de produção (o sujeito que diz, a situação discursiva, as condições político-históricas). Ao demarcar a formação discursiva como o espaço em que os elementos linguísticos encontram a ideologia, Pêcheux nos fornece elementos para observar a regularidade com

que os sentidos se movem, se repetem, se transformam, se invertem, se excluem, etc.

Assim sendo, é no processo de reformulação-paráfrase que o funcionamento metafórico (uma palavra por outra) nos permite mapear e distinguir como os sentidos, em sua materialidade semântico-ideológica, ancoram limites que vão do silêncio à saturação; como sucedem os acontecimentos discursivos (PÊCHEUX, [1983f] 2015), os não-ditos, as negações, as possibilidades outras de dizer, as equivalências. Assim, a matéria dos sentidos não é somente linguística, mas apositiva, sobretudo, ao interdiscurso e à memória discursiva.

### 3.1.5 Interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva: a travessia dos sentidos

Uma vez mais aludimos ao Quadro 1. Entre os elementos sinalizados para esta subseção, a saber, interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva, apenas o primeiro (interdiscurso) figura na esquematização da teoria do discurso. Isso não significa, de modo algum, que os demais elementos sejam extinguidos de importância. Optamos por manter o destaque no intradiscurso e na base linguística (em preterimento do intradiscurso), por julgarmos que ao colocar em relevo a base linguística, estamos dando ênfase à instância em que podemos apreender o discurso, a materialidade linguística. Dito isso, passamos ao exercício de explicitação dessas três categorias: interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva.

Para começar, em *Semântica e Discurso, memória discursiva* está ausente; já em o *Papel da Memória* ([1983e] 1999), o termo aparece com relativa frequência, mas não é suficiente (haja vista a extensão e a natureza incipiente desse texto) para estabelecer rigorosamente os contextos, os parâmetros e as explicitações dessa noção. Esse trabalho, se realizado, coube aos seus leitores. Em contraparte, os elementos acerca do *interdiscurso* aparecem com mais riqueza em *Semântica e Discurso*. Esse fato nos obriga a *tomar partido*, mapeando seus encontros, distanciamentos e atravessamentos. Começemos, pois, pelo interdiscurso.

Uma das formas de compreender o interdiscurso é como o:

[...] 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014 [1975c], p. 147).

A lei a que alude Pêcheux tem relação direta com a luta de classes; assim sendo, a incorporação/absorção/retrabalho dos elementos e dos objetos do interdiscurso, na formação discursiva, passa pelos jogos de força, pela com dominância econômica, política e/ou ideológica que governa a presença (ou comparecimento) desses elementos e objetos. Aliás, a lei de desigualdade-contradição-subordinação e o todo complexo com dominante são noções essenciais na costura da ideologia nos seus efeitos desiguais na linguagem. Tal fato nos conduz à outra formulação em que Pêcheux (*idem*, p. 245, grifos do autor) aprofunda a natureza do interdiscurso:

De fato, o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um 'trabalho' de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam na evidência de um novo sentido em que eles são 'acolhidos' e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um 'retorno do saber ao pensamento': em suma, um 'trabalho' de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinonímica da paráfrase-reformulação.

Para explicitar como compreendemos essa formulação, precisamos, novamente, voltar às relações entre formação ideológica e formação discursiva. Como sinaliza Pêcheux, uma formação ideológica pode conter uma ou várias formações discursivas; a especificação de uma formação ideológica e/ou de uma formação discursiva, não atende a princípios de conexidade lógica ou de afinidades simbólicas, mas de um intenso trabalho (ideológico) da exterioridade com o seu interior. A natureza desse processo se dá nas condições dos efeitos do pré-construído (algo dito antes, em outro lugar e independentemente) e do discurso-transverso (efeito de encaixe), que tem por função, respectivamente, a absorção (primeiro caso) e a associação metonímica de pré-construídos externos (segundo caso) a uma formação discursiva ao seu interior; no *retorno do saber ao pensamento*, como nos diz Pêcheux, essa absorção acaba marcada pelo *apagamento* ao sujeito desse trabalho, de tal modo que na *extensão*

*sinonímica*, restarão apenas as evidências e a realidade de transparência dos sentidos. À vista disso, o interdiscurso corresponde, então, a um intricamento no quadro das formações ideológicas. Essa intricamento, governado pela lei de não-conexidade (o pensamento não unifica/planifica/estatiza o real), reafirma justamente o fato de que as condições de desigualdade-contradição-subordinação assentam uma conexão acidentada, diversa e profundamente discrepante. Dessa forma, o interdiscurso não é o repositório de memórias sociais que comparecem numa formulação, ele é a instância em que a representação dos *imaginários deformados*, passa a constituir uma zona em que dizer, esquecimento e evidência se articulam numa estrutura metafórica e metonímica, desbordando-se no pré-construído e no discurso transversal. Caberia, então, perguntar: como o simbólico se articula ao intradiscurso?

A esse respeito, é válido seguir o exame das seguintes formulações de Pêcheux:

[...] *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito) (*ibidem*, p. 153).

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto 'fio do discurso' do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal do exterior (*ibidem*, p. 154).

[...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o 'sujeito do discurso' se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro 'já-dito' do intradiscurso, no qual ele se articula por 'correferência'. (*ibidem*, p. 154)

A partir dessas formulações entendemos a relação entre interdiscurso e intradiscurso. Para Pêcheux, parece haver no intradiscurso ou no fio do discurso, um *retorno interior* do interdiscurso, no qual o sujeito estabelece uma sequenciação linguística (antes, agora, depois) para o dizer. A alusão aos fenômenos de correferência (ligação anafórica, catafórica, pronominal, nominal) quadra como índice do *retorno sobre si mesmo* do interdiscurso. Assim, ao encontrar-se no jogo (passível de falhas) da sintaxe, o intradiscurso passa a absorver e a produzir o esquecimento do processo de não-conexidade do



intradiscurso, para que reste, como sinaliza Pêcheux, apenas o efeito de *já-dito*; em outras palavras, a determinação da exterioridade é apagada no funcionamento do fio do discurso.

Fazendo um comentário à parte, Orlandi (2001) dá outras nuances ao interdiscurso e ao intradiscurso. A autora, baseando-se no estudo de Courtine ([1981] 2014), nos dirá que o interdiscurso se associa à *constituição* dos sentidos – como da memória do dizer –, o intradiscurso ao campo da *formulação* (sintagmatização enunciativa) e (o inter e o intradiscurso) à *circulação* (trajetória histórico-ideológica dos sentidos). A autora encontra outras formas de compreender o funcionamento teórico-analítico das categorias de inter e intradiscurso. Não temos por objetivo colocar em relação a leitura de Orlandi a Pêcheux. No entanto, demarcamos que ao utilizarmos as noções de constituição, formulação ou de circulação, temos em conta o todo complexo com dominante das formações ideológicas, a lei de desigualdade-subordinação-contradição que as determina e, essencialmente, a luta de classes como efeito constitutivo e irrevogável do processo de produção de sentidos. Essa tomada de posição também implica numa distinção importante, especialmente entre memória discursiva e interdiscurso.

Na comunicação proferida pelo Pêcheux, conforme Orlandi, na mesa-redonda intitulada *Linguagem e Sociedade*, realizada na Escola Normal Superior de Paris, em 1983, há o esboço de elementos para compreender a relação memória e discurso. Pêcheux dirá que a memória se estrutura como uma materialidade discursiva complexa, exposta à repetição e à regularização. Assim sendo, a memória discursiva não é um repositório de dizeres ulteriores, acessíveis por meio de um *gatilho* cognitivo-lógico, mas o resultado de um trabalho de esquecimentos, apagamentos, retomadas que é determinado pelo interdiscurso. Nas palavras do filósofo:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível [...] A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão 'ausentes por sua presença' na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? P. Achard levanta a hipótese de que não encontraremos nunca, em nenhuma parte, explicitamente, esse discurso-vulgata do implícito, sob

uma forma estável e sedimentada: haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos). Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, [1983e] 1999, p. 52).

A memória discursiva, portanto, se distingue da memória histórica, social, institucional, etc. A partir das indicações de Pêcheux, calcadas nas contribuições de Achard, essa categoria corresponde ao conjunto de atravessamentos de *imaginários deformados* que ditam pelos *pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos* as condições necessárias à legibilidade da interpretação (implícitos ou não-ditos). Diante disso, a estruturação da memória discursiva é realizada através de objetos instáveis, remoídos e heteróclitos que fornecem não apenas as condições de repetição, de regularidade do dizer, mas também a inscrição, nas redes ou séries parafrásticas, do que *desmonta* tais cadeias (acontecimento discursivo) e abre a memória à contradição, seja para absorção do acontecimento, seja para seu desmanche. Assim, o que Pêcheux parece chamar atenção é para *um jogo de força* que faz com que haja tanto a *regularização* (manutenção), como a *desregularização* (perturbação/ruptura) da memória dos sentidos.

Partindo da exposição do interdiscurso, do intradiscurso e da memória discursiva, buscamos evidenciar como no plano da teoria do discurso, há o atravessamento desigual, desequilibrado e contraditório de regiões de sentidos que se sedimentam e se dividem materialmente no corpo do processo parafrástico. Sendo assim, no Quadro 1, buscamos dar destaque ao interdiscurso, tomado na perspectiva de Pêcheux. Nossa tentativa foi de demarcar a dinâmica entre formação ideológica-interdiscurso-formação discursiva como marcada pela contradição, afastando a equivalência do

interdiscurso como *memória adicional* de acontecimentos históricos, sociais ou políticos. Conseqüentemente, não há no que chamamos de memória (ou memória discursiva) um repositório, ainda que *heterogêneo* de diferentes vozes; o que há, no que entendemos por *memória discursiva* é um efeito, na sua estruturação, da luta de classes, que funciona como pêndulo desigual na constituição da palavra, da memória e dos processos interdiscursivos (pré-construído, discurso transversal). Nesse pêndulo é que existem as vozes historicamente silenciadas, apagadas, sobrepostas, lembradas e esquecidas pertencentes à formação social e não à sociedade; e, se esse pêndulo assim funciona, é porque ele é recoberto também pelo sujeito do discurso e pelos esquecimentos que o estruturam ideológico-enunciativamente.

### 3.1.6 Forma-sujeito, sujeito e esquecimentos: o simulacro do dizer

A questão do sujeito tem sido essencial à Análise de Discurso, à medida em que essa categoria toca no ponto do *sujeito falante*. Algumas dessas discussões remontam a Saussure e ao corte saussuriano entre língua/fala, ressaltando como Saussure, ao privilegiar a *língua* como objeto da linguística, termina por excluir a fala e o sujeito falante. O objetivo da Análise de Discurso consistiria justamente em voltar-se a esse sujeito excluído, deslocando a dicotomia língua/fala para a de língua/discurso (PÊCHEUX, [1975c] 2014). Assim, para compreender o sujeito falante na teoria do discurso, lançamos mão das formulações teóricas de Pêcheux sobre a forma-sujeito, o sujeito do discurso e os esquecimentos nº 1 e nº 2, indispensáveis à discussão.

Acerca da forma-sujeito, a categoria é mobilizada por Pêcheux com base no texto *Resposta a John Lewis* de Althusser. Conforme Althusser (1978, p. 67, grifos do autor *apud* PÊCHEUX, [1975c] 2014, p. 150), nota de rodapé 14:

Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A 'forma-sujeito', de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.

A forma-sujeito de Althusser corresponde a um efeito concreto na com dominância política, ideológica e econômica que se apresenta na transformação/reprodução das condições de produção e de classe numa

determinada formação social. E, a esse respeito, Pêcheux acrescenta que a forma-sujeito (a do discurso), se realiza, contemporaneamente, no modo de produção capitalista e sob a com dominância do jurídico. Nessa configuração, em Pêcheux a forma-sujeito estaria ligada às formas de apropriação de bens econômicos e simbólicos. Em termos práticos, tal fato nos leva às formas e às *evidências naturais* de autonomia, liberdade, direito e deveres que recobrem essa forma. Adentrando nesse ponto, Pêcheux (*idem*) acrescentará que:

[...] se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos* (p. 154-155).

O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico* (corpo verbal). (p. 165, grifo do autor)

Na forma-sujeito do discurso, o processo de interpelação ideológica e o de produção de sentidos coexistem indissociavelmente, dado que nessa forma, como destaca Pêcheux, se realiza a *incorporação-dissimulação* dos objetos do interdiscurso (pré-construído, discurso transversal). Assim sendo, a forma-sujeito do discurso é marcada pelo processo de *reconhecimento/desconhecimento* ideológico, no qual sua existência é objetivamente obliterada, de tal forma que resta ao sujeito, em sua inscrição imaginária e simbólica, apenas o efeito no corpo verbal das propriedades morfossintáticas da língua, isto é, *reconhecer* as palavras que constituem seu discurso como efeito puramente linguístico. Como bem destaca Pêcheux, isso se deve ao funcionamento dos esquecimentos 1 e 2, que veremos adiante. Em síntese, a forma-sujeito do discurso representa a realização das injunções político-jurídicas no escopo da interpelação ideológica, que constitui ao mesmo tempo sujeito e sentido por meio de apropriações econômicas e simbólicas.

Dito isso, continuamos a esboçar o *sujeito do discurso*. Tomamos de Pêcheux uma passagem a esse respeito:

Nenhum sujeito é, como tal, sua causa: pelo contrário, é nessas representações [de regiões disjuntas do pensamento] que o sujeito se

instalará, sentindo-se 'aprisionado', identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar... Como já sublinhamos, o *não-dito precede e domina a asserção* (*ibidem*, p. 246).

O sujeito do discurso, portanto, não produz por si as evidências que conformam sua existência subjetiva, retrabalhando-as como intersubjetivamente deseja; essa é a função do desdobramento da forma-sujeito e da determinação do todo complexo com dominante da formação social. Vale também destacar que nessa linha encontram-se trabalhos derivados dessa teorização, como a *posição de sujeito*<sup>66</sup> presente em Courtine ([1981] 2014, p. 88):

[...] uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD [formação discursiva]. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD [formação discursiva] e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito.

Se o sujeito se constitui pela sua inscrição a uma formação discursiva, isso se deve à divisão representada no sujeito universal ou do saber (evidência do contexto situacional/aquilo que todo mundo sabe) (PÊCHEUX, [1975c] 2014) e no sujeito da enunciação (evidência intersubjetiva/aquele que é responsável e conhecedor do que fala) (PÊCHEUX, [1975c] 2014), que fazem o sujeito e o sentido se movimentarem (sobredeterminação). Os efeitos dessa movimentação levam à possibilidade de diferentes *tomadas de posição*, na medida em que a posição de sujeito (posição-sujeito) é revestida pela contradição. Por outro lado, é comum encontrarmos discussões que proponham antecipadamente conceber posições de sujeito como *professor, aluno, fascista, neoliberal, etc.*, o que leva a categoria a um estancamento provisório. Como bem sinaliza Courtine ([1981] 2014), as posições de sujeito se interpolam no interior de uma formação discursiva, logo, são possíveis de descrição se relacionadas à forma-sujeito. Assim, se a forma-sujeito não é relacionada às práticas sociais da produção econômica, às com dominâncias políticas e ideológicas, não é possível atingir a especificidade de seu nível material. Portanto, a posição de sujeito não é dada

---

<sup>66</sup> Em Henry (1992, p. 106) entendemos que a *posição de sujeito* é uma reflexão derivada de Foucault, mas retrabalhada na perspectiva materialista na teoria do discurso.

de antemão no gesto analítico, ao contrário, só podemos descrevê-la na relação dialética teoria/análise. É dessa forma que tomamos, ao longo das análises, esse conceito.

Por último, apontamos os esquecimentos 1 e 2, que são a matriz do sujeito do discurso. Pêcheux designa pelo funcionamento desses esquecimentos o *apagamento* da inscrição, ao sujeito, de si e do seu dizer a uma formação discursiva. Conforme o autor:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao 'esquecimento' pelo qual todo sujeito-falante 'seleciona' no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase — *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (ibidem, p. 161, grifos do autor).*

Por outro lado, apelamos para a noção de 'sistema inconsciente' para caracterizar um outro 'esquecimento', o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. (ibidem, p. 162, grifos do autor).

No esquecimento nº 2 (seguindo a ordem de exposição de Pêcheux), a proposição da formação discursiva como aquilo que (não) *pode* e (não) *deve* ser dito encontra um esclarecimento bastante profícuo. Esse esquecimento consiste na necessidade estrutural ideológico-simbólica de o sujeito-falante mobilizar dizeres que, ilusoriamente, parecem inequívocos e incontornáveis (efeito da sua inscrição em dada formação discursiva). Em outras palavras, o sujeito é interpelado a dizer de uma certa forma e não de outra, mas não reconhece esse mecanismo que o *domina*, nem aquilo que é reformulado no campo do possível de sua identificação a uma formação discursiva. Em síntese, nesse esquecimento se produz a *ilusão referencial*, que marca a unificação (ilusória) da relação entre pensamento/exterioridade.

Já o esquecimento nº 1 diz respeito ao fato de que para dizer, o sujeito necessita estar inscrito numa formação discursiva para que o seu dizer possa fazer sentido. Nesse esquecimento, o sujeito-falante possui a ilusão de ser a origem do dizer, isto é, a trajetória dos sentidos é *apagada* no momento da sua constituição, desta forma, o que o sujeito *diz* ou *seleciona* da formação discursiva, ressoará como uma evidência inequívoca de que são suas palavras,

não palavras cindidas pelo interdiscurso no fio do discurso. É certo que o exame desses esquecimentos, em Pêcheux, é seguido pela reflexão sobre a identificação (inscrição numa formação discursiva), a contraidentificação (questionamento à identificação) e a desidentificação (rompimento com uma formação discursiva). Em resumo, o sujeito do discurso é dividido (interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente). Com isso, ao longo da subseção privilegamos a relação do sujeito do discurso com as forças superestruturais (jurídico-político-ideológicas) e infraestruturas (econômicas). Por isso, a forma-sujeito do discurso e a posição de sujeito são categorias essenciais para nossa investigação, uma vez que a partir delas começamos a demonstrar a contradição se inscrevendo nas formulações que analisamos. Dito isso, fica pendente a questão da língua e da base linguística, que examinamos na sequência.

### 3.1.7 Que base linguística à teoria do discurso?

Na última seção de nosso trajeto, que teve como fim apresentar nosso entendimento sobre a teoria materialista do discurso, chegamos ao elemento final da Quadro 1: a base linguística. A base linguística possui uma grande importância em nosso esquema, pois sem ela não existiria o processo discursivo. Vemos em Pêcheux que o sistema da língua não representa uma diferença a quem quer que nele se inscreva (materialista, idealista, revolucionário, reacionário - seguindo os exemplos do autor). O que importa sinalizar, seguindo o filósofo, é que os discursos produzidos por esses sujeitos citados não são os mesmos, apesar de realizarem nominalizações, concordâncias, flexões verbais, etc. Desta forma, a língua é a base comum, como nos diz Pêcheux, na qual os processos discursivos se produzem. Por isso, a base linguística e o processo discursivo são opositivos, isto é, o sistema linguístico possui uma autonomia relativa (ideia de Henry resgatada por Pêcheux), enquanto o processo discurso (sistema de relações de reformulação-paráfrase) se desenvolve sobre as bases linguísticas (fonológicas, morfológicas, sintáticas).

Pêcheux (*ibidem*, p. 82) nos diz que:

[...] a *discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual 'concreta' de habitar a 'abstração' da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em

seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula [...]

Nessa passagem há uma clara exclusão de elementos (da ordem idealista) que não condizem com o processo discurso, mas que têm a ver com a divisão operada no interior da linguística saussureana: abstração, individualidade, fala. A recusa desses termos para colocar a discursividade na língua se faz porque há uma não coincidência entre língua e luta de classes. Conforme Pêcheux (*idem*, p. 82, grifos do autor):

[...] a 'indiferença' da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico* e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam 'indiferentes' à língua se traduz pelo fato, de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*.

A proposição de Pêcheux retoma uma discussão de Balibar, na qual se defende que a língua é indiferente à luta de classes, mas as classes não são indiferentes às línguas. A indiferença da língua à luta de classes, explicada por Pêcheux, constitui a autonomia relativa da base linguística e a não indiferença das classes à língua se apoia dissimetricamente na inscrição de todo processo discursivo na relação ideológica de classes. O resumo dessas afirmações é, em Pêcheux, de que a língua não é uma superestrutura, e as classes não possuem uma gramática ou uma língua própria. Portanto, a base linguística na qual o processo de produção de sentidos se sustenta no que conhecemos por mecanismos morfossintáticos (sujeito, verbo, objetos, predicado, aposto, etc.); porém, a base linguística não os individualiza no sentido da literalidade linguística, em que um significante como *Franco* sempre denotará, no fio do discurso, a presença de um nome próprio da Espanha franquista (católico-nacionalista e/ou fascista). A individualização de um sentido, no sistema linguístico (como no nome próprio), se dá *dissimetricamente* pelos processos discursivos que colam a literalidade como evidência do significante. Logo, o discurso não está nas estruturas argumentativas, sintáticas ou morfológicas, mas no processo de reformulação-paráfrase que é capaz de deslocamentos, inversões, repetições ocasionadas pela contradição na luta de classes. Essa é a base linguística da teoria do discurso.



Ao longo da subseção buscamos delimitar, com base no Quadro 1, nossa compreensão sobre o processo discursivo. Coube destaque especial ao caminho a elementos materialistas da teoria do discurso (como tomamos de Pêcheux): a formação social, o(s) modo(s) de produção, as classes e frações de classe. Nossa escolha por resgatar compreensões basilares (de Lênin a Althusser), nos permite entender a dimensão material da teoria do discurso, isto é, a luta de classes e seus efeitos contraditórios, desiguais e sobredeterminados se inscrevendo no processo discurso. Também procuramos explorar como a relação entre ideologia e língua se constitui na teoria, privilegiando as relações entre formações ideológicas e formações discursivas. Por fim, entendemos que o processo de reformulação-paráfrase é, para Pêcheux, o grande ponto da teoria do discurso, capaz de demonstrar/alinhar questões de ordens diferentes, mas que possuem o mesmo lugar de ancoragem: a contradição.

#### 4. O FUNCIONAMENTO METAFÓRICO DE *DICTADURA* NO DISCURSO DO VOX

*As palavras desconhecem seu(s) fim(ns)...*

As teses pecheutianas sobre a (não) literalidade do significante são amplamente conhecidas entre os analistas de discurso; uma delas concerne ao fato de que “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade” (PÊCHEUX, [1975c] 2014a, p. 239, grifos do autor), isto é, as propriedades referenciais (encaixe entre *palavra* e *coisa* designada) não coincidem com a produção material do significante numa cadeia simbólica. Por conseguinte, a natureza *antiliteral* do significante se inscreve como *locus* irrevogável no processo de produção de sentidos, engendrando no gesto em si do dizer, modos de determinação políticos pelos quais as palavras se movem. Em razão disso, não temos a coincidência entre palavra e literalidade, dado que a(s) trajetória(s) simbólicas possíveis ao significante não são determinadas *stricto sensu* pela estrutura da língua (sistema lógico-linguístico), mas pela relação entre língua, discurso e ideologia.

Do mesmo modo, essa tese evocada encaixa que “[...] o sentido não poderia ser a ‘propriedade’ da literalidade significante” (PÊCHEUX, [1975c] 2014a, p. 239), portanto, não se pode negar, por outra parte, que na própria historicidade da língua se inscrevem e se mantêm resíduos, traços e vestígios de significações históricas que adormecidas ou viventes, assentam comutações parafrásticas, deslizos metafóricos ou restituições metonímicas. Aos significantes, sempre há um processo *desterritorializador* em marcha que lhes impede de se fixarem a um sentido definitivo. Nessa direção, os processos discursivos que analisaremos à sequência, isto é, a significação de *dictadura* em condições de produção específicas do dizer, serve como evidência da natureza antiliteral do significante. E, por isso, também se desdobram questões basilares: se o sentido não é literal, qual é a sua matéria? Como a referência (R) é entendida por nós? De que modo essas implicações atravessam as nossas análises?

Para começar, no célebre artigo *Ler o Arquivo Hoje* ([1982g] 2014b) Pêcheux propõe, a partir de uma problematização da divisão social do trabalho

da leitura, modos do analista *compreender* e *adentrar* o arquivo. Neste texto se encontram definições como a de *discursividade* que coloca em relação *língua* e *história*, no gesto de leitura do arquivo, bem como esboça algumas problematizações sobre a *realização material* do sentido. A esse respeito, Pêcheux chama atenção para o fato de que o sentido surge como uma *questão* no interior da sintaxe, ao passo que “[...] o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua” (PÊCHEUX, [1982g] 2014b, p. 65). Para o autor, ainda que as tentativas de *algoritimização* e de *cálculo* da sintaxe sejam correntes, o sentido lhes escapa, isso porque o equívoco é *ponto* incontornável da língua.

Nessa esteira, Pêcheux cita um artigo de Canguilhem ([1980] 2006) no qual este historiador se propõe a refletir sobre cérebro, pensamento e informatização. Há, entre as formulações de Canguilhem, uma em especial que é apropriada por Pêcheux ([1982g] 2014b): *em relação a*. Essa formulação concerne ao fato de que o sentido não se produz *entre* (divisão tangente), mas *em relação a* (relação divergente), posto que “[...] o homem pode brincar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, criar armadilhas” (CANGUILHEM, [1980] 2006, p. 200). Partindo dessa teorização de Canguilhem, Pêcheux ([1982g] 2014b, p. 66) entende que:

[...] se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse ‘jogo’, quer dizer, o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história.

Como consequência disso, podemos observar que o sentido é uma instância constituída *em relação à* ideologia, *à* história, *à* língua e assim por diante. Desta forma, a *metaforização* (substituição parafrástica) que produz a repetição e o diferente (sentidos outros) encontra-se na base do processo de produção de sentido, uma vez que a discursividade consiste “[...] como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (*ibidem*, p. 66).

Ainda vale ressaltar que em Pêcheux ([1975c] 2014a) compreendemos que o sentido se produz materialmente a partir de *posições de classe*, isto é, as relações de desigualdade-subordinação que alicerçam a *luta ideológica de*

*classe (ibidem)*, afetam diretamente a constituição do sentido<sup>67</sup>. Portanto, o sentido é, para Pêcheux, uma questão em aberto; *evidência* que materializa, na língua, um determinado estado da luta de classes que é, indissociavelmente, também o da luta para significar(-se). Para compreender sua realização material, tanto a “[...] semântica puramente intralinguística [...]” como a “[...] pragmática insensível às particularidades da língua [...]” (PÊCHEUX, [1982g] 2014b, p. 57) mostram-se inefetivas, já que se calcam no controle objetivo do sujeito sobre a significação, como também na liberdade irrestrita do falante sobre seu dizer. Desta forma, as propriedades *referenciais, literais, gramaticais e/ou semânticas* conformam-se como *efeitos* no processo discursivo e são incapazes, *per se*, de determinar, única e exclusivamente, o sentido e o referente.

Acerca desse último, necessitamos um parêntesis. Pêcheux ([1969a] 2019) propõe, a partir de uma leitura crítica do sistema conversacional de Jakobson, o *esquema* do processo discursivo. A representação desse processo, conforme Pêcheux, coloca como exigência a presença das Formações Imaginárias (FIs) que munem os pontos A e B (interlocutores) em Condições de Produção do discurso (CPs) determinadas. Nesse esquema, o Referente (R) se produz indissociavelmente das CPs, logo, “[...] se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, [1969a] 2019, p. 40). Portanto, o R se produz na relação entre as projeções imaginárias dos interlocutores em CPs específicas. Não é um *fato* dado de antemão pelos efeitos semântico-referenciais, mas por uma relação *imaginária* estabelecida entre os sujeitos e as condições discursivas em que se encontram temporal e historicamente situados. Pêcheux ([1973e] 2011, p. 222, itálico do autor), em outro texto, assevera que os referentes são:

[...] os objetos do discurso (não os objetos materiais), mas *aquilo de que se trata no discurso*, isto é, o objeto construído no discurso, de tal modo que, em seguida, possamos reencontrar a natureza desses objetos através das variações de apresentação morfológica e sintática às quais a realização do discurso deu lugar.

---

<sup>67</sup> A respeito dessa questão, Nicolás Ocaranza (2012), historiador chileno, discute os movimentos no seu país de substituir, em textos escolares, o significante *dictadura* por *régimen militar* para qualificar o governo de Augusto Pinochet. Esse embate, que também se estende no Brasil, coincide com a *luta ideológica de classes*, na medida em que a significação de determinado referente histórico (*dictadura x régimen militar*) se encontra em disputa por posições antagônicas.

Pautando-nos nessa teorização, o R é um objeto *produzido* discursivamente, portanto, não está ligado *espontaneamente* às instâncias objetivas e validáveis da existência do real. A causa disso, averiguamos que:

[...] é possível que certos referentes [...] sejam heterogêneos, isto é, que num certo momento alguém designe algo que não seja receptível a partir da posição de outro” (*ibidem*, p. 213).

Se o R pode consistir tanto num objeto discursivo heterogêneo (dissonância entre *coisa designada* e posição-sujeito), como, por outra parte, num objeto *pouco movente*, como dá a entender Pêcheux, isso se relaciona aos efeitos da produção fonológica, morfológica e/ou sintática da natureza de R.

Nota-se que o discurso se produz na materialidade linguística, portanto, por mais que a morfologia e a sintaxe apresentem uma função intrinsecamente gramatical (ligada à base linguística), por meio delas também se *inscrevem* os efeitos discursivos da realização material do R, *objeto imaginário* que (re)encontra sua constituição na língua e na ideologia. Concluimos, dessa forma, que o significante tem seu sentido e seu R constituídos a partir das relações de interlocução, que *imbricam* lugares discursivos imaginários, condições de produção específicas e matrizes parafrásticas; afasta-se, assim, a *literalidade* como *característica intrínseca* ao significante, para alocá-lo a partir da heterogeneidade do simbólico.

Diante do exposto, demarcamos o ponto fundamental que acompanha as análises desse capítulo: o significante *dictadura* e os sentidos que vão se determinando a ele, se produzem em redes parafrásticas que apontam para uma trajetória simbólica no interior do discurso do VOX. Salientamos que o dispositivo teórico-analítico que colocamos à prova busca compreender, nesse primeiro momento, como na cadeia de dizeres do VOX, o significante *dictadura* se inscreve em disputas significantes. Esse é o primeiro movimento de nosso gesto analítico, que consiste em examinar: I. as significações de *dictadura* ao longo do processo parafrástico no qual os enunciadores do VOX são afetados intra e interdiscursivamente por objetos enunciativos, históricos, linguísticos e por determinações ideológicas; II. o não-dizer ou a falta de dizer deste significante (bem como, os sentidos que nele *não* se inscrevem no processo parafrástico) na série de formulações na qual o nome Franco e as expressões franquismo/franquista aparecem *in praesentia* e *dictadura* (e sentidos de

*dictadura) in absentia*. Portanto, nosso dispositivo de interpretação cede à hipótese de que há uma ausência significativa na significação de *Franco* nos dizeres do VOX – traço da regularidade discursiva. O espaço deixado vazio, longe de apresentar uma inconsistência ou um titubeio dos enunciadores, reproduz na ordem do discurso a determinação interdiscursiva que, pelo fio do discurso, rearticula modos de dizer e de significar *Franco* e as ditaduras militares que fizeram parte da história de incontáveis formações sociais durante o século passado. Assim sendo, nos dedicaremos nesse primeiro momento a explicitar a inscrição de *dictadura* nos dizeres do VOX, iniciando por usos e apropriações históricas dessa palavra.

#### 4.1 A NOÇÃO DE *DICTADURA*: UM CONTRAPONTO MATERIALISTA

*Dictadura* é a forma latina derivada de *dictare* (*dictar*)<*dictatūra* (COROMINAS, 1987; RAE, 2014), que manteve (à exceção de determinadas características morfofonêmicos) sua forma original em espanhol. Em relatos antigos, como os de Eutropio ([121 d. c.] 2008, p. 47), a ditadura romana é significada como título nobre e de honra. Peck (1898, p. 509) nos explica, a esse respeito, que ditador é na antiguidade:

The Latin term for a magistrate appointed for special emergencies, after auspices duly taken by the consuls on the commission of the Senate. The dictator was never appointed for more than six months. The first instance of the appointment occurred in u.c. 501. The dictator was usually, though not always, chosen from the number of consules, or men who had held the office of consul [...] He was always nominated for a particular or specified purpose, on the fulfilment of which he laid down his office. He combined the supreme judicial with the supreme military power, and there was, originally, no appeal against his proceedings, even the veto of the tribunes being powerless against him. He was free from responsibility for his acts, and could therefore not be called to account on the expiration of his term of office [...]

A partir da definição de Peck, a prática ditatorial romana se realizava a partir de critérios e de exigências específicas. Há o desenho da figura do ditador como onipotente, centralizada e absoluta, gozando, inclusive, de prestígio social. Esse retrato histórico, embrenhado a Roma, se repete de modo diferente quando relacionado às ditaduras modernas. Isto porque Stoppino (1998), como veremos adiante, realiza uma distinção entre ditadura antiga (romana) e ditaduras

modernas (como as do século XX), o que impacta no modo de apreensão dessa noção. Conforme esse último autor (1998, p. 368):

[...] seu nome [ditadura] [...] voltou a ser empregado e explorado durante as lutas civis do século I, na Ditadura de Sila (82 a.C.) e de César (48 a 46), mas ressurgiu apenas no nome. A velha instituição republicana era uma recordação do passado; e os Governos de Sila e de César aproximam-se, na realidade, do significado que a palavra Ditadura tem adquirido no nosso tempo (STROPPINO, 1998, p. 368).

A discrepância entre o domínio do antigo e do moderno demonstra a comutação de sentidos e de feixes de características históricas que se transmitem à medida em que a *dictadura* encontra outras modalidades de realização jurídica, política e ideológica. No domínio dos sentidos, as transformações e deslocamentos em relação aos sentidos de *dictadura* são ainda mais visíveis. A esse respeito, a análise realizada por Petri e Scherer (2016) acerca do funcionamento discursivo do verbete *ditadura* no interior de diferentes dicionários publicados no final do século XIX e século XX, aponta para um fato significativo particular: em alguns dos dicionários analisados, *ditadura* é significativamente *dignidade*. Como explicam as autoras, alguns dos dicionários como o *Dicionário Aurélio* (que contempla a definição de *ditadura* como *dignidade*) foram produzidos baixo o período do Estado de exceção de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ditadura militar), o que justificaria a orientação do dicionarista em reproduzir no saber linguístico posições hegemônicas e confortáveis à ditadura. A contraparte, as definições contemporâneas do dicionário da RAE – *Real Academia Española*<sup>68</sup> de *dictadura* produzem silêncios sobre sentidos que circulam historicamente sobre esse significante: nem definição, nem exemplos de *dictadura franquista*, de *Primo de Rivera*, *Pinochet*, *Stroessner* e assim por diante.

Dito isso, passamos a examinar a dois domínios de formulações teóricas que contemplam a noção de *dictadura* como fato histórico: de um lado, acudimos a Stroppino (1998) e sua análise sociológica seminal do conceito de *dictadura*; e, de outro, nos pautamos em Poulantzas (1976) que nos apresenta elementos materialistas para compreender não apenas a noção de *dictadura*, mas a ditadura franquista.

<sup>68</sup> Cf. <https://dle.rae.es/dictadura>. Acesso: 01 set. 2022.

A descrição de Stoppino sobre *dictadura* é uma tentativa de historicização desse conceito. O autor tem como ponto de partida as ditaduras de Roma; nesse trajeto, o estudioso explora objetos sociais e históricos que podem se associar a ditadura para convergir na sua definição, como é o caso de despotismo, absolutismo, tirania, autocracia e autoritarismo (STOPPINO, 1998, p. 370) – antes de uma resposta definitiva, trata-se de um trajeto de interpretação. Para além, o autor chama a atenção para vários fatores que influem na definição para as ciências sociais deste conceito: o tipo de estado de desenvolvimento econômico, mobilização social, etc., circunstância que uma sociedade se encontra – esses fatores, conforme o autor, oferecem condições para que um determinado tipo de ditadura possa prosperar. A esse respeito, consoante Stoppino, são muitas as naturezas das ditaduras: revolucionária, conservadora, reacionária, pedagógica, autoritária, totalitária, burocrática, oligárquica, dentre outras. A partir de Stoppino reconhecemos que para determinar se um regime político é ditatorial ou não, dependerá do feixe de critérios utilizados pelos cientistas políticos para chegar a uma resposta. O pesquisador, ao longo das definições, trata de apresentar características mais gerais a fim de, no atravessamento do efeito-leitor, expor o sujeito à pluralidade de segmentações referentes às ditaduras. No entanto, uma oposição é proeminente a todas as definições: uma divisão entre o sentido romano (pertencente à República de Roma, visto mais acima) e o sentido moderno (das diferentes ditaduras pós-romanas, que se findam no final do século XX).

A fim de retomarmos as descrições que Stoppino instaura, selecionamos trechos nos quais o politólogo sintetiza de forma concreta e concisa definições de ditadura para o campo político:

Com a palavra Ditadura, tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos, isto é, dos regimes não-democráticos existentes nos países modernos ou em vias de modernização (com que se podem assemelhar também as tiranias gregas dos séculos VII e VI a.C. e alguns outros Governos surgidos na história do Ocidente). Temos, no entanto, de reconhecer que este significado de Ditadura, embora possua uma indubitável dimensão descritiva, tem sido freqüentemente usado com fins prático-ideológicos, como alvo de valor negativo a contrapor polemicamente à democracia. É também por essa razão que, nos últimos anos, o uso de Ditadura em sentido moderno, corrente nos anos 50 e 60, tende a tornar-se mais raro; e não falta quem queira restringir a palavra ao significado de órgão excepcional e temporário, próprio da sua origem romana (STOPPINO, 1998, p. 372-373)



O Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade (*ibidem*, p. 373)

As Ditaduras tendem sempre a apresentar-se como expressão legítima dos interesses e das necessidades do povo [...] (*ibidem*, p. 174)

Na primeira citação e mais longa, uma série de complementos é lançado sobre ditadura: *regime moderno não-democrático, análoga aos regimes tiranos da Grécia Antiga, oposto de democracia* e assim por diante. Stoppino reconhece que se trata de descrições que circulam em contextos próprios, vindo a ser distribuídas na acepção moderna de ditadura (já sinalizado acima). O movimento de *encaixe* entre ditadura e as diferentes descrições abre espaço para que pelo menos na instância da historicidade, seja exposto (sem ser explícito) uma plurivocidade de posições que disputam esse significante. Contudo, salientamos que Stoppino sinaliza que não se trata de uma questão de palavras – não esqueçamos que essa análise é do campo das ciências sociais. A partir dessas definições, *dictadura* se tensiona como oposto à democracia, considerando a divisão entre ditadura romana/moderna.

As outras duas explicações que trazemos nas citações dizem respeito ao *modus operandi* da ditadura moderna. Uma concerne ao primado da lei e, a outra, a sua legitimidade. No que cabe à esfera jurídica, Stoppino toca num ponto diferencial: a magistratura ditatorial romana, segundo o mesmo, seguia rigidamente uma existência constitucional; as ditaduras modernas, por sua vez, não seguem limites jurídicos estabelecidos, fazendo do AIE jurídico, um véu no qual a lei é condizente com o que mais convenha à ditadura (interpretação voluntariosa). O uso da lei, desse modo, não só é legitimado, mas posto como intrínseco à ordem que emana de um povo. Portanto, a legitimação, conforme aponta Stoppino, não advém de uma imposição de *força hierárquica*, ao contrário, se institui mascarada de soberania, de bem-estar popular. São longos os exemplos de práticas como essas...

Para além da análise de Stoppino, aportamos as contribuições de Poulantzas (1976). O filósofo grego em *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha* explora as contradições que colocaram em marcha a dissolução das ditaduras do oeste europeu durante os anos 1970. O autor explora cinco frentes: o papel do imperialismo norte-americano durante o século XX nesses países; a

relação entre a Europa e o Mercado Comum Europeu e tais ditaduras; o papel das classes dominantes, das classes populares e a aparelhagem de Estado. Essa importante reflexão resgata elementos amplamente ausentes nos debates sobre a ditadura franquista como sua natureza de exceção e de guerra aberta contra as massas populares, bem como o lugar da burguesia interna e da burguesia compradora nessa conjuntura histórica.

Logo de entrada Poulantzas (1976) caracteriza as ditaduras militares (Portugal, Grécia e Espanha) como regimes capitalistas de exceção de guerra aberta contra as massas populares. Nesses tipos de regimes, o aparelho dominante era o exército:

[...] o exército constituía ou constitui o *aparelho dominante nestes regimes* é porque, em definitivo, controla diretamente, por procuração ou pelos estreitos limites que impõe ao próprio funcionamento, os postos de comando *essenciais* e os centros de poder real. Poder real que é necessário distinguir, com cuidado e em particular, nestes regimes de Estado capitalista de exceção, do *poder formal* que figura na fachada da *cena política* (o governo), onde os militares nem sempre estão fisicamente presentes [...] o certo é que este papel dominante do aparelho militar não foi ou não é desempenhado no mesmo grau, nem foi o mesmo para os três regimes, nem para todas as fases de duração deles, e se exprime pela predominância variável de certos aparelhos sobre outros (*ibidem*, p. 81, grifos do autor).

Além disso, conforme aponta Poulantzas, essas ditaduras coexistiram na dependência do capital imperialista estadunidense, o que qualifica esses estados como estados *dependentes* na zona europeia, sobretudo, nos seus respectivos processos de industrialização e de exportação de tecnologia. Desta forma, um dos eixos centrais da noção de ditadura (derivada desses regimes) é a compulsória presença e compromisso da burguesia compradora com o capital imperialista e seu centro estadunidense, assim como a ratificação de compromissos econômicos desses regimes com o capital estrangeiro que financiou, em grande medida, a infraestrutura social desses regimes (atração de capital por meio de isenção fiscal, contratos com benefícios unilaterais, monopólios de crédito, etc.). A presença do capital estrangeiro, como comenta Poulantzas, propiciou um desenvolvimento econômico acelerado, mas que não foi sentido pelas massas populares, dado que estas experimentaram efeitos devastadores de desemprego massivo (do campo à cidade), emigração/imigração da força de trabalho, mutilação das lutas sindicais e

operários, sem mencionar o desenvolvimento sumamente desigual das práticas capitalistas presentes no interior desses regimes.

As forças internas desses países, que compreendiam também a burguesia interna, também tiveram um papel fundamental, segundo Poulantzas, na relação de forças com a burguesia compradora e os próprios regimes. Segundo o filósofo grego, várias contradições coexistiram: capital estrangeiro/capital interno, imperialismo norteamericano/Mercado Comum Europeu, classe dominante/classes populares e assim por diante. Essas tensões não são resolvidas pela repressão militar, posto que eram constitutivas do jogo de representantes no corpo da aparelhagem de Estado ditatorial. Nessa direção, Poulantzas (*ibidem*, p. 41, grifos do autor) aponta que:

É evidente que os regimes de ditadura militar não são blocos monolíticos; os diversos aparelhos e setores destes regimes permitiam perfeitamente a presença, no seio do Estado, dos diversos componentes do bloco no poder e neste repercutiam suas contradições como *contradições internas* do regime, principalmente de seu aparelho dominante, o *exército*. Mas a estrutura específica destes regimes e de seus aparelhos não permitia, naquela conjuntura, o funcionamento regulamentado e sem agitação da representação de classe. A eliminação das várias organizações políticas do próprio bloco no poder (os partidos políticos), a rigidez dos aparelhos e o paralelismo dos respectivos setores, os deslocamentos espasmódicos dos centros de poder real, a supressão das liberdades políticas, a substituição do desempenho dos representantes orgânicos da burguesia pelas “camarilhas” e “clãs” constituídas por pessoas (do exército, administração do Estado) em geral, oriundas do campo e da pequena burguesia - tudo conduzia cada vez mais, entre os que ocupavam o poder, a uma liquidação dos conflitos através de golpes bruscos e ocultos. Enfim, era uma prodigiosa *incoerência* (ver a reprovação de “incompetência” feita pela burguesia a estes regimes), que não apenas excluía a solução política das contradições como, a longo prazo, colocava em causa a própria organização hegemônica da burguesia.

Como vemos, as relações de força que tensionavam os regimes ditatoriais como o franquista marcavam conflitos entre diferentes classes ou frações de classes, que não se apaziguavam sem o uso de instrumentos repressivos e aniquiladores. Nessa esteira, também se inscreve fortemente o papel da burguesia interna, que para efetivação de seu projeto nacional (sobretudo de industrialização) supunha a mobilização das classes populares. É nessa direção que Poulantzas (*ibidem*, p. 54, grifos do autor) pode concluir que:

[...] o que foi provado ou está sendo provado nestes países é que a derrubada da ditadura é *possível mesmo na ausência* de uma

articulação entre o processo de democratização, o processo de transição para o socialismo e o de libertação nacional num primeiro momento, ao menos, sob a hegemonia da burguesia interna [...] Em outras palavras, as formas de regime “democrático” que substituem as ditaduras correm o risco de permanecer muito tempo *hipotecadas* à forma pela qual estes regimes são depostos. Hipoteca que pesa ainda, neste momento, sobre o movimento operário. Se a derrubada destes regimes é *ou for uma conquista considerável, a mais ou menos longo prazo, do movimento operário*, ela é ao mesmo tempo, não convém iludir-se, uma vitória desta burguesia, que também, de certa forma, sai do processo provisoriamente reforçada - situação que contribui para a instabilidade característica do processo de democratização nestes países.

Poulantzas nos sinaliza o duplo papel da burguesia interna na manutenção e dissolução das ditaduras militares de Portugal, Grécia e Espanha; de um lado, a burguesia interna repactua o bloco no poder, chegando a impor suas lutas de classe, mas, sem, no entanto, conseguir consolidar-se como força hegemônica, em especial, pelos conflitos e colisões com a burguesia compradora; de outro, a aliança proposta às classes populares para a redemocratização (passagem do estado de exceção para o de normalidade democrática burguesa), que as *beneficiaria* com volta da representação sindical, obreira e política. O ponto nodal dessas experiências (essa é a síntese de Poulantzas) é que a transição do regime ditatorial sem a ação popular foi possível mesmo com a sua ausência e articulada pela burguesia local. Portanto, o segundo ponto de sustentação da noção de ditadura consistiria na luta da burguesia interna em torno aos seus interesses de classe que instrumentalizam as massas populares e, em especial, os movimentos obreiros. Assim sendo, a ditadura franquista teria se dissolvido não por força popular, mas porque no estado de desenvolvimento das contradições em curso, as lutas da burguesia interna conseguiram, a seu modo, forçar a instauração da república burguesa. Tais feixes de características apresentados se estendem tanto à noção de ditadura, como também a sua existência histórica na formação social espanhola.

Antes de seguirmos às análises, cabe salientar que há um confronto entre o nível teórico (Stroppino e Poulantzas) e o das práticas discursivas que circulam em torno à *dictadura* no domínio dos discursos políticos. Portanto, qualquer confronto entre o nível teórico e da prática discursiva deve considerar essa discrepância: saberes produzidos em instâncias diferentes. Como encontraremos na sequência, o regime de significação de *dictadura* esboçado

nos dizeres do VOX aponta para uma inconformidade teórica: é capaz apenas de reproduzir no seu âmago a *dictadura* como violência e agressividade do outro.

4.1.1 “Lo sabemos y no nos gusta”: efeito de *verdade* política, discurso autoritário e oposição nosotros/ellos

No capítulo que dedicamos à metodologia, investimos reflexivamente nas condições de produção que assentam os diferentes dizeres do VOX. Portanto, na escrita analítica retomaremos esses pontos com vistas a explicitar o funcionamento discursivo de *dictadura*. As SDs objeto de análise são provenientes de diferentes situações discursivas: entrevistas dos integrantes do VOX para programas de rádio/TV (em geral, os da rede de televisão El Toro TV), assembleias organizadas pelo próprio partido, atos de manifestação pública, encontros de campanha eleitoral, dentre outros. Os vídeos, como já explicamos, são produtos de um gesto de leitura do sujeito-editor, que seleciona da situação discursiva os momentos em que os integrantes do VOX tomam a palavra, apagando, na maioria das vezes, elementos contextuais e intervenções de outros participantes. Como veremos mais adiante, esse movimento produz um efeito-espectador particular e constitutivo das práticas discursivas do partido em seu canal no YouTube, VOX España. Organizamos os recortes seguindo uma ordem cronológica, pese a que esse critério seja apenas para fins de organização e não implique, pelo menos diretamente, num fato significativo. Dito isso, prosseguimos às análises.

**SD1**  
**2015**  
**Debate televisivo**

*[...] [Reprodução de um vídeo de uma manifestação de celebração ao franquismo] Pues, a ver, a mí **el tema de Franco** me queda lejos, porque (primero) no había ni nacido, pero, bueno, os veo a todos anclados en **el tema de Franco**, y es verdad que yo creo que hay que condenar [las dictaduras] sí, hay que condenar las **dictaduras**, por eso yo invito a todos que condenemos siempre las **dictaduras**, las que existieron y las que hay hoy, porque yo no veo a nadie condenar **la dictadura castrista**.*

Rocio Monasterio en La Tuerka 20-11-2015 (VOX España/YouTube)  
104,604 visualizações  
<https://youtu.be/xVPXfw8izZ0> - Acesso em: 25 abr. 2021.

A SD1 é um recorte de uma das intervenções de Rocío Monasterio num programa televisivo transmitido via internet, La Tuerka, no qual, na ocasião de sua participação, se discutiam três temas principais: luta antiyahadista na União Europeia e na Espanha, homenagens a Franco e eleições argentinas. O programa contava com participantes de outros partidos políticos, ademais de Monasterio do VOX.

No primeiro momento, as informações contextuais são secundarizadas na edição do vídeo no canal do VOX no YouTube, isto é, vários elementos do vídeo original são apagados (inclusive, enunciados contextualizadores) deixando que as falas nas quais Monasterio está em destaque funcionem como eixo central da interpretação; tal gesto não escapa ao funcionamento discursivo. No dispositivo (ideológico) de interpretação que o sujeito-espectador constitui, os elementos contextuais são postos como suportes às falas de Monasterio, delegando aos dizeres da integrante o fio condutor pelo qual a interpretação *deve e pode* se produzir. Como veremos adiante, esse gesto se reproduz em praticamente todas as participações radiofônicas e televisionadas dos integrantes do VOX. O gesto de edição (subsidiário de um primeiro, o da versão na íntegra) recorta da situação o destaque a certas formulações, que passam a povoar as (não) identificações do sujeito-espectador ao VOX. Por isso, o destaque a *Franco* e ao significante *dictadura* pode, nesse caso, ser interpretado nessa linha: a resposta de Monasterio se dá em razão de uma interpelação explícita ao vídeo que foi assistido no ambiente da *tertúlia*. Imaginariamente, uma resposta é necessária; no entanto, não é qualquer resposta. Seus dizeres se dirigem a um interlocutor imaginário, que é o sujeito-espectador do VOX.

Interpelada a dizer, a enunciadora se inscreve-se numa certa região da memória, que (re)trabalha simbolicamente sentidos para/por Franco e *dictadura*. Para começar, a forma genitiva *de Franco* aparece determinado por *el tema*, designação que não produz, no processo de significação, uma ligação no mesmo nível com *dictadura*. A SD1 recebe outros objetos enunciativos que firmam a não lateralidade discursiva: *me queda lejos, no había ni nacido*. Essas sequências linguísticas condicionam ao presente enunciativo, um clamor ao *esquecimento* do passado do dizer, tentando, nesse movimento, produzir imaginariamente um passado *finalizado* do *el tema de Franco* que não encontra legitimamente espaço no presente do ato de enunciação. O apelo aos outros *os veo muy anclados* para

ceder ao *esquecimento*, tem como objeto final lançar sombra sobre o passado *el tema de Franco* e alçar o presente como espaço de condenação irrevogável das *dictaduras*. As referências universalizantes (*hay que condenar las dictaduras*) se somam ao apelo explícito da locutora para que todos (incluindo o eu, *nosotros*) condenem as *dictaduras*: *condenemos siempre las dictaduras*. O que acontece, no entanto, na *invitación* à condenação das *dictaduras*, é que os referentes de *dictadura* são construídos imaginariamente como objetos indeterminados (menos o da *dictadura castrista*); eles só são determinados quando a locutora depois de repetir simetricamente as mesmas formulações (*hay que condenar las dictaduras/que condenemos siempre las dictaduras*), passa a preencher sintaticamente *dictadura* com o complemento adjetivo *castrista*. Para isso, a indeterminação, dessa vez de sujeito (*nadie*), passa a ecoar na linearização do dizer como provocação, seja para o efeito-espectador, seja aos demais interlocutores da tertúlia. Dessa forma, a relação *Franco/dictadura* se esboça paradoxalmente, só podendo ser estabelecida como *desvio* de interpretação ou não coincidência do dizer, posto que para Franco temos *el tema* e para *castrismo*, *dictadura*. O jogo enunciativo de recorrer à generalidade e à indeterminação (*todas las dictaduras*) recobre, na verdade, uma não identificação do sujeito com a cadeia parafrástica nas quais *dictadura de Franco* possa se produzir. Como contraposto a isso, o sujeito do discurso desloca intradiscursivamente outra série de dizeres-paráfrases que se inscrevem com força ideológica, caso de *dictadura castrista*. Em poucas palavras, na SD1 o significante *dictadura* já assinala uma *ausência* em relação a Franco, que se pode ou não recuperar pelo referente indeterminado; por outro lado, o encaixe de *dictadura* se direciona ao então presente, ao regime cubano, obliterando as relações com passado, que se comparece é para sustentar a posição de sujeito da enunciadora.

A próxima SD, a SD2, conta com intervenções de Javier Ortega-Smith no programa radiofônico *Buenos Días España* em 2016. Os assuntos que são debatidos são variados: a unidade política da Espanha; os pactos de governo entre o PP e agrupações políticas de corte independentista/soberanistas; críticas a ações políticas e eleitorais do PP e do Podemos, dentre outros. Esses temas são os que se podem recuperar pela edição que coloca em destaque as formulações do locutor do VOX. Nos dizeres que antecedem/permitem o

recorte da SD2, o sujeito-enunciador lança luz ao que considera (in)definições de espectro político em relação a partidos como *Ciudadanos* e PP e sua implicação para a produção de pactos políticos. Tal fato, na direção da formulação, gera um desconhecimento no público em geral, mas não nos membros do VOX. O que importa demonstrar é como Javier produz/mobiliza um determinado imaginário político sobre o Podemos e as ditaduras:

**SD2  
2016  
Programa radiofônico**

Nosotros sabemos quién es la gente de Podemos, sabemos que son totalitarios, sabemos que rayan el marxismo más descarado y que les encantan **las dictaduras**, como la de Irán<sup>69</sup> y la de Venezuela, lo sabemos y no nos gusta.

Javier Ortgega-Smith en Buenos Días España 18 Enero (VOX España/YouTube)  
40 visualizações  
<https://youtu.be/BckGa0-bOkc>. Acesso em 26 abr. 2021.

Na SD2, o sujeito ata seu dizer ao *discurso autoritário* que se sustenta/desdobra discursivamente num lugar de saber da *verdade* política e da *verdade* social. Sob esse duplo efeito se produzem os sentidos de *dictadura* que permitem, no âmbito da sintaxe, *Irán* e *Venezuela* ocuparem o mesmo papel – especificadores explicativos. Os objetos que constituem a formulação se formam a partir de uma posição antagônica entre dois coletivos imaginários: *nosotros* do VOX e *ellos* do Podemos.

Orlandi (1996, p. 15-16) na busca por caracterizar o funcionamento do discurso pedagógico, distingue três funcionamentos discursivos que nomeia como discurso lúdico, polissêmico e autoritário. No autoritário, como diz a pesquisadora,

[...] o referente está ‘ausente’, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz ‘isso é uma ordem’, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem.

---

<sup>69</sup> Cf. <https://www.telemadrid.es/noticias/nacional/Podemos-investigado-financiarse-millones-Iran-0-1756324372--20160112025711.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.



Nesse funcionamento discursivo há um papel central exercido pelo locutor, que retira do processo discursivo a própria possibilidade da significação, já que faz com que prevaleça apenas a voz do controle. O discurso autoritário, nas SDs analisadas, aponta para o esfacelamento da materialidade dos referentes, delegando aos enunciadores do VOX o papel de contenção (controle) da significação. Isso leva o enunciador a ter a legitimidade do que é dito dependente da recusa explícita de outros dizeres; o enunciador retrabalha o referente até inscrevê-lo numa ordem *ficcional* em que reste, na significação, apenas a voz do *yo-nosotros* como único elemento confiável, legítimo e aceitável de *verdade* na política. A constituição imaginária dos interlocutores do VOX, portanto, é essencial para a *eficácia* desse funcionamento. Os processos de identificação ficam, portanto, dependentes desse efeito de autoridade como descrito.

Assim sendo, para fazer funcionar o antagonismo, o enunciador do VOX reivindica uma posição de autoridade discursiva (***sabemos quién es la gente de Podemos, sabemos que rayan el marxismo más descarados, lo sabemos***) sempre atrelada a uma coletividade (*nosotros/VOX*). Em síntese, a voz coletiva marcada repetidamente no verbo *saber* e na desinência de pessoa *-emos* joga com o imaginário do Podemos. Nesse jogo de força, o enunciador reivindica para si uma identificação com o VOX que produz a *verdade* política. Os efeitos dessa verdade o permitem elaborar imaginariamente, o lugar político do outro, do Podemos.

O enunciador aloca o desconhecimento como elemento comum aos sujeitos que tecem dizeres, aferem valores e/ou analisam o partido do Podemos. Isso se torna condição para que o sujeito possa reivindicar sua posição de autoridade; o saber *político* do enunciador, então, combate o desconhecimento dos incautos. Para tanto, se produz uma família parafrástica que permite ao *nosotros* do VOX enunciar o Podemos na política:

La gente de Podemos es/está ....	totalitaria... marxista descarada... encantada por las dictaduras... admiradora de las dictaduras iraní y venezolana...
----------------------------------	---

A paráfrase pautada em cópula verbal é efeito da simetria entre o discurso autoritário do enunciador e das designações que vão associando o Podemos a um lugar comum de perigo e/ou inimigo do *nosotros* do VOX e dos que sucumbem ao desconhecimento imaginário desse partido. Logo, o efeito-espectador produzido pela força argumentativa de tais determinações faz com que haja uma oposição implícita e excludente: *somos lo que ellos no lo son*. Nessa direção, se reconfigura pela via do não-dito o lugar imaginário de locução do integrante do VOX:

Nosotros (los de VOX) no somos/estamos...	totalitarios... marxistas descarados... encantados por las dictaduras... admirando las dictaduras iraní y venezolana... como los de Podemos...
---	--

Portanto, no jogo entre *nosotros/ellos*, faz o primeiro coletivo retificar, reprovar e produzir *verdade* política sobre o segundo. O significante *dictadura* se implica nesse meio como objeto de produção de *verdade* social. Quando o locutor mobiliza o enunciado comparativo e especificador *como la de Irán y la de Venezuela* atribui aos regimes iraniano (islamista) e ao venezuelano (bolivariano/chavista) a mesma simetria enunciativa. Por mais que, no social, essa associação seja contraditória, ela produz um imaginário sobre Podemos que o liga a *dictaduras* repressivas, fundamentalistas e autoritárias. O conhecimento factual das relações do Podemos com as *dictaduras*, no entanto, não é amplamente conhecido, posto que há, nos dizeres do enunciador do VOX, uma denúncia que delata que há uma *mentira hegemônica* que se conta sobre/por Podemos, mas que não afeta aos do VOX. O efeito-espectador produzido entre essas posições opositivas, faz com que o sujeito para se identificar a tal família parafrástica, coloque em dúvida as enunciações políticas do Podemos, pois os atributos do enunciador do VOX a Podemos, cola neste último uma máscara determinada a omitir, mentir, manipular.

Para terminar, o significante *dictadura* comparece outra vez num campo oposto ao do VOX: se na SD1 a enunciador reporta ao silêncio da ditadura castrista, *yo no veo a nadie condenar la dictadura castrista*, na SD2 o locutor joga às lentes do efeito-espectador a *verdade* política: *[los de Podemos] les*

*encantan las dictaduras, como la de Irán y la de Venezuela.* Na família parafrástica que vai se produzindo em torno das ditaduras, vai se *delimitando* a cadeia parafrástica dos elementos especificadores do significante: *dictadura castrista, de Irán, de Venezuela...*

Na próxima SD, a SD3, Ortega-Smith volta a fazer referência à *dictadura de Venezuela*. Na SD, o locutor trata da denúncia que realizou (ele é advogado) contra o presidente do Podemos, Pablo Iglesias, por suposta lavagem de dinheiro recebido por este último, segundo Ortega-Smith, da *dictadura* da Venezuela. No recorte, Ortega-Smith responde a questões dos jornalistas do *programa Noticias Intereconomía* da rede *El Toro TV*. Para falar da ação jurídica, o locutor apela ao sentido de *verdade* visado pelo VOX na ação, bem como ao sentido pátrio, isto é, os advogados do VOX suscitam a ação jurídica (trabalhando de graça) porque possuem sentido pátrio: *como españoles*. Na SD3, Ortega-Smith apresenta a demanda:

**SD3**

**2016**

**Programa televisivo**

“[...] Para nosotros lo importante desde VOX, es que se investigue a fondo todas las diligencias de instrucción que hemos solicitado, que se llegue hasta a averiguar toda la posible relación de Podemos con una financiación ilegal de una/de un gobierno/una **dictadura como Venezuela**”

Ortega-Smith Noticias de Intereconomía 10 de Mayo (VOX España/YouTube)

777 visualizações

<https://youtu.be/m1BXsAm5X8g> - Acesso em 27 abr. 2021.

Na SD2 há um efeito de *verdade* política produzida imaginariamente pela posição de sujeito do enunciador. Essa relação com a *verdade* se transforma na SD3 no desejo de *verdade* atestado no jurídico. Como já sinalizamos anteriormente, as relações políticas do VOX são atravessadas por um forte ativismo jurídico. Esse fato comparece aqui como indicativo da busca da *verdade* (*averiguar toda la posible relación de Podemos con una financiación ilegal*). A ideologia jurídica é um dos campos em que os processos de subjetivação do VOX se produzem; a justiça emerge como lugar de produção do dever cívico, pois ela, na SD3, possibilita a produção da *verdade*, que não é política, mas jurídico-patriótica. Portanto, *averiguar* a verdade dos supostos delitos de Pablo

Iglesias, ademais de uma busca pela *verdade* mediada pelo jurídico, consiste para o enunciador, na busca pelo que rompe a *verdade* espanhola, isto é, Espanha não é uma *dictadura como Venezuela*, por isso, não há espaço político para Iglesias e Podemos.

Sobre a formulação da sequência intradiscursiva, *de una/de un gobierno/una dictadura como Venezuela*, há um vacilo do locutor no encadeamento sintático que se realiza na posição do núcleo do sintagma nominal *un gobierno/una dictadura* que recebe um encaixe comparativo *como Venezuela*. O vacilo, na tentativa de encaixar no fio do discurso uma designação da família parafrástica possível de identificação do enunciador, faz coincidir o *saber* do VOX (SD2) e a *verdade* jurídica (SD3) tornando os processos de identificação ao VOX atado ao nó *VOX/justiça/Espanha*. Para além disso, a formulação definitiva (que reproduz a acertada identificação do locutor) *una dictadura como Venezuela* permite outras comparações por meio da comutação de substituíveis (*Venezuela* por *Irán*, *Venezuela* por *Cuba*, etc.), uma vez que a natureza dessa formulação é atributiva. Portanto, na SD3 *dictadura como Venezuela* funciona como um comparativo do que não *pode* nem *deve* se associar (princípio da exclusão) (COURTINE, 2014) à Espanha e aos partidos políticos. A possível condenação a Podemos (ou desejo do enunciador para que isso aconteça), pelo julgamento jurídico, válida, assim, a posição de *saber* do VOX com a verdade que advém de um espaço *espanhol* do AIE jurídico, instância *imaginariamente* projetada pelo enunciador como isenta e neutra ideologicamente e, por isso, capaz de investigar e condenar a Podemos.

Na continuação, a SD4 conta com uma intervenção de Santiago Abascal no programa televisivo *El Gato Al Agua*. O programa funciona no formato de tertúlia. Os temas debatidos são diversos; na ocasião de participação de Santiago Abascal, vários temas foram tratados pelos interlocutores: ações do Podemos, financiamento político, ideologia de gênero, Guerra Civil e Lei de Memória Histórica. A SD4 é um recorte de uma intervenção de Abascal sobre esse último tema, tratando mais especificamente sobre a retirada *seletiva* de estátuas em celebração a personagens históricos do espaço público:

Mira, a muy pocos metros de aquí, a 300, 400 metros, están las estatuas de Indalecio Pietro<sup>70</sup> y de Largo Caballero - por cierto, Largo Caballero que participó de no sólo al Golpe de Estado socialista del 34, sino que participó en la **dictadura de Primo de Rivera** - y nadie está planteando que se eliminen esos vestigios de nuestra historia. Santiago Abascal en El Gato al Agua 29 de Noviembre (VOX España/YouTube) 3186 visualizações <https://youtu.be/1Bh5sAkdwjQ> - Acesso em: 29 abr. 2021.

Na formulação há um trabalho do enunciador em tentar associar Largo Caballero à orbita de dois eixos: o da ilegalidade (*Golpe de Estado socialista*) e o da seletividade histórica (*dictadura de Primo de Rivera*). Embora Indalecio Pietro seja citado, o enunciador do VOX deixa a relação histórica deste último com Caballero suspensa – se Indalecio também se associa à ilegalidade e à seletividade histórica, caberá ao sujeito-espectador se deixar afetar pelo paralelismo argumentativo. O recurso explicativo, atravessado pela suspensão da associação anterior (Indalecio Pietro e Largo Caballero), forja um imaginário linguístico que se choca à *seletividade*, do dizer do interlocutor, da Lei de Memória Histórica. É uma tentativa de colar o nome (Largo Caballero) a um campo parafrástico que exhibe a imaginária contradição *lógica* da lei (falta de seletividade) e expõe as relações históricas por associações lexicais axiomáticas. Portanto, as paráfrases:

<b>Afirmação</b>	
Largo Caballero participó...	de una agremiación socialista... de un Golpe de Estado socialista... de una dictadura militar...
Largo Caballero era...	un socialista... un golpista... un cómplice de dictaduras...
<b>Negação</b>	

<sup>70</sup> Indalecio Pietro foi um dos dirigentes socialistas, membro do PSOE, que participou como ministro em diversas ocasiões durante a Segunda República (1931-1939). Largo Caballero, por sua parte, foi um político do PSOE, que assumiu a presidência do governo da Espanha entre 1936-1937, período do início da Guerra Civil. Por último, Primo de Riveira (pai do José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange) governou a Espanha, por meio de um golpe militar, de 1923 a 1930.

Largo Caballero no era...	un demócrata... un político coherente... diferente a los demás republicanos salvaguardados por la Ley de la Memoria Histórica...
---------------------------	--

Na divisão acima, realizamos paráfrases da SD4 colocando em destaque a relação entre o dito, o não-dito e o que poderia ser dito de outra forma sobre Largo Caballero no dizer do enunciador do VOX. As paráfrases realizadas apontam para um processo de interpelação ideológico em que o enunciador, ao inscrever-se numa formação discursiva determinada, materializa no fio do discurso, as (im)possibilidades da sua tomada de palavra; dito de outro modo, a modalidade de significação de Largo Caballero, com os descritivos linguísticos mobilizados, faz com que haja uma *relativização* e *reexame* da história, a fim de desvincular o par passado/memória da Lei de Memória Histórica, isto é, deixar os vestígios no estado ideológico de indistinção: *todos na historia são igualmente culpados* – supressão da contradição. As oposições que se materializam na paráfrase (afirmação/negação) refletem o esvaziamento da contradição histórica, fornecendo ao enunciador do VOX objetos para tornar a narratividade da memória histórica espanhola uma instância sem margens, nas quais os sujeitos – ainda que opositivamente situados - estão no sendeiro ideológico: Largo Caballero, Indalecio Prieto, Primo de Rivera, os combatentes da Guerra Civil e assim por diante. Essa movimentação funciona como reação à interpelação (imaginária) do sujeito que personifica a Lei de Memória Histórica: Zapatero (PSOE).

Para opor-se e marcar, no fio do discurso, uma posição política contrária a de Zapatero (confira-se o capítulo 2), o enunciador do VOX busca *reproduzir* o imaginário *reformulado* sobre Caballero no seu próprio dizer, para atá-lo (o encaixe sintático *sino que* é o indício disso) à retórica, no *dizer* do locutor, incoerente do PSOE. O recurso intradiscursivo à indeterminação comparece outra vez para justamente realizar o apagamento histórico necessário à subjetivação do enunciador: *nadie está planteando que se eliminen esos vestigios de nuestra historia*. Portanto, o enunciador do VOX apaga as diferenças políticas e históricas; com isso, se simplifica a narratividade histórica, a fim de

que o lugar comum de identificação do sujeito-espectador seja o do relato no qual há somente culpados. O significante *dictadura* se esfacela nesse processo, pois ainda que apareça restrito na coerção da estrutura sintática *dictadura de Primo de Rivera*, as associações que se realizam no processo parafrástico jogam o significante também ao campo do apagamento da contradição: se algo designa, são os *culpados* da história da Espanha, incluídos aqueles que, no imaginário do enunciador, são excluídos *seletivamente* dessa culpa (republicanos, socialistas, etc.).

Na próxima sequência, Javier Ortega-Smith é interrogado no programa televisivo *Redacción Abierta* sobre vários assuntos que, à época, se consideraram recentes e atuais para o dia da intervenção do locutor do VOX; o vídeo, como já demonstramos, assim como os demais do canal VOX España, é resultado de uma edição que privilegia o destaque às formulações do locutor do VOX, por isso, alguns referentes não conseguem ser identificados, caso da SD5. Os temas que foram alvo da intervenção de Ortega-Smith foram diversos: (não) usos da bandeira da Espanha, luta contra o terrorismo na Espanha e, o tema objeto de nosso recorte, protestos na Venezuela.

**SD5**

**2017**

**Programa televisivo**

Muy flojos, muy flojos con una nación hermana de Hispanoamérica, como es Venezuela, que está sufriendo una **dictadura tutelada** y dirigida desde la época de Hugo Chávez, por la **dictadura castrista**, con la que ahora se quiere tener relaciones de amistad y de simpatía olvidándose que tanto en Venezuela como en Cuba, los presos políticos siguen estando en las cárceles, donde las garantías y las libertades democráticas brillan por su ausencia, donde la situación de pobreza y de ruina económica de la nación es un condicionante del día a día.

Javier Ortega Smith en Redacción Abierta 5 de abril. (VOX España/YouTube)  
283 visualizações  
<https://youtu.be/qO603hhDTGg> - Acesso: 30 abr. 2021.

A SD5 faz parte de um movimento responsivo do enunciador do VOX à apresentação de um vídeo no qual aparecem manifestantes venezuelanos aparentemente expressando sua indignação contra a situação política e social da Venezuela. Ao longo da sequência, o locutor coloca lado a lado Venezuela e Cuba, sendo a última como *corruptora* da primeira. Isso propicia elementos para

que, novamente, a partir de um referente indeterminado (...*se quiere tener relaciones.../¿quién(es)?*) se aloque a objeção explícita do enunciador às relações laterais entre outros países (inclusive a Espanha) com os dois primeiros. Essa objeção política do locutor é reiterada pelas formulações que se encaixam em forma de justaposição (a reiteração de *donde* é artifice desse movimento enunciativo); *dictadura*, por sua vez, ronda a SD como significante que define, a partir da inscrição ideológica do enunciador, a natureza da relação Cuba/Venezuela, como também as aproximações desejáveis e requeridas de outros países a esses dois.

Para começar, o locutor mobiliza uma designação para mensurar a relação entre a Espanha e a Venezuela: *nación hermana de Hispanoamérica*. Devido ao efeito de destacável na formulação, o pré-construído passa a ser o vetor capaz de, no efeito-espectador, determinar a natureza de *quem é irmão de quem*, que no caso parece partir da posição de inscrição pelo enunciador: político espanhol, filiado ao VOX. Partindo disso, a designação reaviva sentidos sobre a colonização, visto que o passado em comum dividido entre os dois países é de colonizador/colônia, por isso, *hermana* comparece atravancada (e dissimulada) por sentidos atrelados à fraternidade e a uma certa *responsabilidad* espanhola em relação à Venezuela. Prova disso é a relação dissimétrica entre um e outro, que não supõe um estatuto social de aliança, mas de forte subordinação. Basta se perguntar: *Venezuela podría intervenir da mesma forma na Espanha?* para que uma série de evidências passe a trabalhar. A reivindicação do passado “la mayor gesta de hermanamiento<sup>71</sup>” (biologismo técnico) não representa uma *casualidade*, mas parte dos enunciados que se repetem ao longo da cadeia parafrástica dos integrantes do VOX, como podemos observar no jogo parafrástico:

Venezuela...		tiene una relación de fraternidad con España.... divide un pasado de cooperación con España...
--------------	--	---

<sup>71</sup> “El racismo no es solo profundamente antihumano, sino además profundamente antiespañol. España precisamente se ha caracterizado por no poner la raza por encima de las demás cosas y ha sido capaz de mezclarse, en **la mayor gesta de hermanamiento universal que ha hecho ningún pueblo a lo largo de la historia**” Santiago Abascal en El Gato al Agua 20 de Junio – 2016. Disponível em: <https://youtu.be/M0IWJWFZXtg>. Acesso em: 03 jun. 2021.



	nación que...	hermana	comparte vínculos afectivos con España...
--	------------------	---------	---

O que acabamos de pontuar implica na formulação *dictadura*, porque na associação que o sujeito mobiliza entre *dictadura tutelada* e *dictadura castrista* existem certos acidentes na região do não-dito que sustentam, ideologicamente, o recorte significativo da SD. É possível pensar nas seguintes paráfrases, tendo em conta a categoria do não-dito:

Venezuela...	sufre intervención exterior....	desde la época de Hugo Chávez... desde Cuba... de la dictadura castrista... de dictadores cubanos.... del comunismo... de gentes asociadas a Podemos (SD2)...
--------------	------------------------------------	--

Como notamos, há na constituição do dizer determinados sentidos que se associam a Venezuela, mas que, da posição do enunciador, não pertencem a ela, mas são associados a ela por uma relação de *curadoria*, isto é, uma *tutela*. As consequências dessa apropriação ditatorial são, ao mesmo passo, marcadas por uma exportação das consequências sociais:

Família parafrástica	
La dictadura castrista mantiene...	presos políticos... ausencia de libertad democrática... pobreza... destrucción económica... injusticias diarias...
Extensão parafrástica	
Luego, la dictadura tutelada de Venezuela también mantiene...	presos políticos... ausencia de libertad democrática... pobreza... destrucción económica... injusticias diarias...

Venezuela, deste modo, passa a significar como uma *dictadura* que, não por si mesma, acabou na sua atual situação social e política; há o outro, *la dictadura castrista* que corrompe, por sua natureza, supostos processos democráticos anteriores à chegada de Hugo Chávez. Novamente, para que se reproduza o efeito de *verdade* política, a posição do locutor do VOX passa, pela gestualidade do destaque, a legitimar esses dizeres como autênticos. Assim, o significante *dictadura* volta, outra vez, a associar-se ao *castrismo* e à *Venezuela*, só que dessa vez o enunciador divide, no intradiscorso, o significante a fim de que pese sobre um, o *castrismo*, a semente que corrompe os que a ele se associam e derivam do imaginário que se constitui o enunciador.

Ainda a respeito do *castrismo*, apresentaremos um recorte da SD6 da participação de Javier Ortega-Smith na *Asamblea Ordinaria de VOX* que é realizada, pelo menos, uma vez por ano. Na assembleia do partido são apresentadas ações dos integrantes ao longo do ano, estratégias/planos para as eleições locais, autonômicas e nacionais, prestação de contas, dentre outros. Os discursos que *constituem* a identidade do partido são fortalecidos, seja pela participação dos próprios integrantes ou de convidados que possuam *afinidade* com o projeto político do VOX. Na SD6 há a descrição de Javier Ortega-Smith sobre as ações *Cuba y Venezuela*, na qual o locutor explora as atividades que os integrantes do partido desenvolveram em prol dos dois países acometidos, conforme o locutor, pela *dictadura castrista*.

**SD6**

**2017**

**Produção audiovisual do VOX**

“Cuba y Venezuela” es una acción que desde/que Rocío Monasterio desde la Vicesecretaría de Acción Política, pues, se lleva adelante con mucho hincapié; primero, porque ella es cubana; y, segundo, porque todos los españoles nos sentimos identificados con cualquier nación hermana de Hispanoamérica que ha caído en las garras del marxismo, del totalitarismo a la que nos quieren llevar algunos partidos en España, como Podemos. Rocío ha realizado una gira por Miami, hablando, claro, sobre la **dictadura castrista**. Tuvo uno de los vídeos pues, como sabéis, más vistos, que tuvo mucha repercusión. Hubo apariciones en medios norteamericanos, en la CNN, en el Nuevo Herald etc. Reuniones con el alcalde de Miami, Tomás Pedro Regalado y con el equipo del senador republicano, Marco Rubio. Hubo un récord de visitas como os decía, en ese vídeo, de la **dictadura de Castro**, en HispanTV, con más seis millones de visitas. Vox exigió al Gobierno [de España] y a la Unión Europea, a través de los servicios jurídicos, la aplicación automática del derecho al asilo a todos los cubanos y a todos los venezolanos, que están teniendo que huir, bueno, de Cuba desde hace muchas décadas ya, pero de Venezuela reciente, porque

los están masacrando a nuestros hermanos hispanoamericanos venezolanos en las calles, **la dictadura castrista de Maduro** [...]

Asamblea Ordinaria de VOX 2017 (VOX España/YouTube)

Javier Ortega-Smith

2863 visualizações

<https://youtu.be/DcRIhMatdBs> - Acesso em: 02 maio 2021

Na SD6 há a formação de um imaginário sobre Rocío Monasterio que individualiza sua posição de locutora em relação às dos demais integrantes do VOX: a de cubana<sup>72</sup>. A ação política *Cuba y Venezuela*, como coloca em relevo Ortega-Smith, é realizada por Rocío (e só pode ser realizada por ela) por ser *cubana* (*Rocío ha realizado una gira por Miami, hablando, claro, sobre la dictadura castrista* – efeito de univocidade). Os enunciados enumerativos (*primero... segundo...*) estabelecem essa relação de hierarquia, privilegiando a designação *cubana* como mais saliente. Em seguida, aparece a generalização do conjunto dos espanhóis: *todos los españoles nos sentimos identificados con cualquier nación hermana de Hispanoamérica*. Esse conjunto genérico determina, por meio do pré-construído, a relação dos espanhóis com a Hispanoamérica, *hermana*, com a condição de que essa *familiaridade* seja cultivada em prol das nações que tenham *caído en las garras del marxismo, del totalitarismo*. Assim, se estabelece imaginariamente um sujeito político cubano (Rocío, exilada, flagelada pelo regime cubano e, por isso, legitimada a falar e a reproduzir a *verdade* política de Cuba) e o virtual sujeito espanhol (aquele que sabe apropriar-se da *verdade* política e identificar-se com as vítimas do *marxismo* e do *totalitarismo*). Ao mobilizar esses elementos, o enunciador do VOX instaura uma sequência parafrástica que se entrelaça a outros dizeres, alguns coincidentes com o que observamos em outras SDs:

Todos los españoles....	<b>no</b> nos sentimos identificados con...	el marxismo... el totalitarismo... Podemos... Países hispanoamericanos castristas como Cuba o Venezuela...
-------------------------	---	---

<sup>72</sup> A reivindicação do espaço/lugar político de cubana é apenas simbólica no caso de Monasterio, uma vez que ela descendente de cubanos e nasceu na Espanha.

Ao utilizarmos a paráfrase por negação é possível observar o funcionamento da designação como instauradora de uma identificação imaginária entre o sujeito-espectador (espanhol) e o espanhol de facto (votante espanhol). Esse espanhol imaginário é interpelado pelo enunciador do VOX a inscrever-se numa rede de dizeres que se apoiem no efeito ideológico de antagonismo, ou seja, o espanhol de facto deve optar entre estar a favor do marxismo (um predador - *las garras*), do totalitarismo, do Podemos ou da Espanha, que é o lado da liberdade (neoliberal), da solidariedade hispânica e da justiça contra as *dictaduras* no dizer do enunciador.

Por outro lado, para que esse espanhol possa se instaurar imaginariamente como interpelante do sujeito-espectador, é necessário que as oposições que se instauram na SD (*nosotros/todos los españoles/los de VOX*) e (*ellos/todos los marxistas, totalitários/los castristas/los de Podemos*) sejam estremecidas no âmago da formulação, por isso, *dictadura castrista* é explicitamente designada como:

La dictadura castrista (cubana y venezolana) es...	marxista... totalitaria... simpática a Podemos... verdugo de la masacre de los hermanos hispanoamericanos de España...
--	---

Desta forma, o processo parafrástico vai tipificando arquetipicamente dois polos antagônicos: o do VOX/Espanha e o do Podemos/Dictadura Castrista e Venezuelana/Traidores da España. O extremo é formado em função de imaginários sobre a posição do enunciador, especialmente a de Monasterio que reproduz uma *verdade* cubana (conhecedora da realidade de Cuba) e outra *política* (o discurso autoritário dos enunciadores do VOX, *lo sabemos* – SD2). Além disso, outros elementos se somam a esses, como a *verdade* pelo reconhecimento público: visualizações, reuniões com políticos dos Estados Unidos, etc.

Em resumo, na SD6 *dictadura* parece restringida no sintagma nominal por derivação (castrista) ou por sintagma preposicional (de Castro). No interior da SD, essa é uma relação de paráfrase, que não apresenta algo novo ao dizer do enunciador, apesar de ser uma designação não-coincidente sintaticamente.

Porém, a especificação por sintagma preposicional na última designação de *Maduro* marca, de fato, um contorno discursivo outro: *dictadura castrista* não passa somente a designar as práticas de Estado de Cuba, mas de Maduro (da Venezuela). Essa realização intradiscursiva restringe a circulação de *dictadura* atrelada a um ponto de origem fixável: *Cuba*. Portanto, a *dictadura de Maduro* é, por extensão, a *dictadura de Cuba* ou, melhor, à maneira de Cuba: *totalitaria, marxista, repressiva* e assim por diante. A tomada de posição do enunciador fecha na relação de significação ainda mais os sentidos de *dictadura* para que as relações de oposição possam ser a tônica do sujeito identificado a VOX e a Espanha (a designada por VOX).

Na próxima sequência, na SD7, é possível observar como o sujeito do discurso, Rocío Monasterio, se apropria de certos objetos históricos e ideológicos para, na instância do discurso, fortalecer o modo de funcionamento das oposições já examinadas. Nessa SD, há um recorte da intervenção de Rocío no vídeo que é citado por Ortega-Smith (SD8)<sup>73</sup>. Nesse vídeo Rocío participa de um debate sobre as *consequências políticas* da morte de Fidel Castro; há um forte embate entre a locutora do VOX e outro participante, que nos recortes do vídeo presente no VOX España, parece defender com veemência o legado de Fidel Castro. Recortamos dois momentos desse debate:

**SD7**  
**2016**  
**Programa televisivo**

[...] esa realidad [persecución política, crisis económica, ausencia de procesos democráticos] la provoca Fidel, que **viene prometiendo que va a acabar con la desigualdad, y lo único que le interesaba era el poder, y que decapitó, torturó y exterminó a todo aquel que a él le hablara de democracia**. No tenéis más que ver a Huber Matos o a cualquiera de sus lugartenientes, que estuvieron con él en Sierra Maestra, que tú [dirigiéndose a un contertulio que defendía el Estado cubano] conocerá si tu padre estuvo ahí, y a los que fue eliminando uno a uno, **cualquiera que hablaba de libertad, cualquiera que hablaba a Fidel de que la revolución tenía que dar un giro democrático, le eliminaba, era automáticamente eliminado**. Y esto, y el tema de las torturas, no es un tema del 59, es un tema que está pasando hoy. La represión política en Cuba no sólo ha disminuido, ha aumentado del 2000 al 2016, ha aumentado

[...]

---

<sup>73</sup> É o segundo vídeo mais visualizações do ano de 2016, atrás apenas de *Spot VOX | Un nuevo comienzo*.

¿Batista era un dictador? Claro que era un dictador. Pero lo que no puede ser es cambiar a uno, para que venga a otro, y que engañe al pueblo cubano, y ¿**qué patriota es este que lleva a su pueblo a la miseria absoluta?**

Rocio Monasterio en HispanTV para analizar la muerte del dictador Castro (28/11/2016)  
245,816 visualizações  
<https://youtu.be/dEQax3MzE8U> - Acesso: 02 maio 2021

Na SD7 o sujeito do discurso assenta um conjunto de restrições e inclusões na memória sobre Fidel. O movimento de rememoração se apoia na posição de sujeito, que se forma a partir de dois lugares: o de cubana e o de espanhola. Para dizer sobre Fidel, a enunciadora assenta-se na primeira, pois esta lhe permite constituir um lugar de *patriota cubana* (embora ela não seja cubana) que legitima e contradiz dizeres sobre Fidel que, desde a sua posição, são creditados como hegemônicos e inaceitáveis.

O sujeito do discurso, para ressoar um imaginário sobre Fidel que seja opositivo a sua posição de sujeito, recorre, no plano do intradiscursos, ao léxico relacionado à guerra: *decapitar*, *torturar* e *exterminar*. Na ilusão constitutiva de ser a origem do dizer (esquecimento 1), o sujeito do discurso tenta fazer com que essas designações se apresentem como a *verdade*, de facto, atribuível a Fidel, por isso, se num extremo estão as ações de *guerra* em prol do poder (*lo único que le interesaba era el poder*) de outro estão os objetos paradoxais *democracia* e *libertad*. Atrás desse jogo se erige a *estrutura* sobre a qual se assenta a posição da enunciadora: enquanto Fidel produz efeitos de *mentira* política, de outro o sujeito produz efeito de *verdade* política. Isso funciona na medida em que o sujeito lineariza Fidel no fio do discurso como mentiroso (*viene prometiendo que va a acabar con la desigualdad, y lo único que le interesaba era el poder*), autoritário, sanguinário, tirano, cruel (*cualquiera que... era automáticamente eliminado*). Os exemplos mobilizados pelo sujeito do discurso (*no tenéis más que ver a Huber Matos, sus lugartenientes, Sierra Maestra*) tem a função de tornar o relato mais verossímil, bem como costurar a partir desses referentes a narrativa que subsidia a cisão entre *nosotros* (enunciadora do VOX, os defensores da liberdade, da democracia) e *ellos* (Fidel, os adeptos ao castrismo, os defensores de Cuba, dos ditadores comunistas).

Acerca do funcionamento discursivo de *nosotros/ellos* nos dizeres do VOX cabe uma reflexão mais profunda, pois esse funcionamento discursivo recobre

uma divisão gramatical que marca, na materialidade linguística, posições antagônicas de classe sob o efeito do discurso autoritário. Para tanto, tomamos como referências para a discussão Jespersen (1968) e Guespin (1985). Em Jespersen (1968, p. 225, grifos do autor) encontramos uma definição para o *nosotros* como *plural de aproximação*:

El ejemplo más importante del plural de aproximación es *we* (“nosotros”), que significa “yo + uno o varios que no son yo”. La definición de la primera persona implica que solamente se puede pensar en singular, puesto que se refiere al hablante en este momento concreto. Incluso cuando un grupo de individuos, a la pregunta “¿Quién se unirá a mí?”, responden: “todos nosotros”, en boca de cada hablante no significa otra cosa que *Yo y (supongo) todos los demás*. La palabra *nosotros* es vaga por esencia y no da indicación sobre a quién quiere incluir el hablante además de a sí mismo. Por eso, muchas veces tiene que completarse añadiendo algo: *Nosotros los médicos, nosotros los ciudadanos, nosotros los de Yorkshire, etc.*

Do ponto de vista gramatical, *nosotros* expressa uma problemática que algumas gramáticas têm considerado como de *perspectiva do falante*, isto é, a organização da interlocução centrada a partir do enunciador e dos interlocutores que (não) se apresentam à situação de fala. Nessa direção, como sinaliza Jespersen, o *nosotros* consistiria num plural de aproximação em razão dos vários objetos e indivíduos que são incluídos na sua forma, embora não pertençam a ela (*ibidem*). A natureza gramatical volátil e aberta do *nosotros* contribui para que no nível discursivo esse elemento linguístico seja constantemente (in)determinado no campo do assujeitamento ideológico. Não à toa em vários momentos identificamos formas ambíguas, abertas ou regradas do uso do *nosotros* (SD2, SD3) ou de cisões, no corpo das formulações, em que o efeito de *nosotros* se materializa por outras operações discursivas (SD6, SD7). O campo do discurso político se mostra, como demonstra Guespin (1985), propício para isso.

Conforme o autor, no seu conciso estudo sobre o *nous* no francês dirigido às instâncias estrutural, interativa, conativa e discursiva, a grade de leitura do *nous* revela a renúncia das associações do *je* a outros, assim como traços socioideológicos do falante e, também, marcas do processo de interação. Tratando especificamente do discurso político, Guespin (1985, p. 40) defenderá ao analisar alguns enunciados das eleições legislativas de 1978 em Seine-Maritime, que nesse contexto:

[...] le *nous* de parti est prévu de longue date, canonique en quelque sorte (L. Guespin, Langages, 41); un des efforts du tract électoral est de jouer de l'ambiguïté du pronom pour amener l'interlocuteur vers ce nous partisan [...].

Assim, uma das funções do *nous* nos exemplos analisados por Guespin, foi a de o candidato do partido tentar aproximar (por um recurso de ambiguidade do pronome) o interlocutor (votante) do *nós partidário*. Isso também aconteceu, como demonstra Guespin, numa bipartição entre *nous* e *vous*. Pelas SDs que examinamos até o momento, a bipartição entre *nous* e *vous* está ausente; temos três teses para a produção dessa ausência.

Na primeira, devemos considerar a produção de evidências a partir do/pelo funcionamento do discurso autoritário nos dizeres do VOX. Há uma exclusão explícita e uma refutação efusiva ao outro (*ellos*) que não são o VOX (*Podemos, castristas, marxistas, comunistas*, etc.). A recusa expressa e marcada a esse outro é, paradoxalmente, necessária à constituição do discurso do VOX, já que sem o outro (*ellos*) não haveria um *nosotros* possível. Por isso o discurso autoritário é produto dessa constituição, já que neutraliza, exclui e oblitera o discurso-outro, mas sem nunca o apagar, deixando um largo caminho de evidências que legitimam o efeito de verdade política dos enunciadores do VOX. Portanto, o antagonismo de classe marcado no discurso pelo *nosotros/ellos* funciona como meio de aniquilar não apenas o adversário político, mas ideologias de classe (como a ideologia revolucionária marxista-leninista) que não se inscrevam nos usos e nas práticas neoliberais defendidas pelo VOX.

A segunda, mais ligada às condições de produção do discurso, só pode ser compreendida se tivermos em conta o espaço que os enunciadores do VOX acessam para dizer, isto é, majoritariamente programas do mesmo grupo midiático: *Grupo Intereconomía*. Uma das marcas desses programas é *gerir* os temas e os convidados, a fim de que eles coincidam com a posição de classe do grupo ou que seja assegurado um *espacio libre* para que os convidados defendam suas *posiciones*. Pesa, contra esses programas, a falta de diversidade ou, então, uma concepção estreita de *ideas diferentes*, que acabam por homogeneizar os temas e as pautas discutidas. Assim sendo, geralmente não há um embate marcado entre os participantes do programa, o que pode levar à não necessidade do *vosotros* nos dizeres dos enunciadores do VOX, já que



nesse caso, *vosotros* é ausência (os diferentes de *nosotros*). Deste modo, cabe ao *ellos* (nem *yo*, nem *nosotros*, nem *vosotros*), um plural de distanciamento - metaforizando a formulação de Jespersen-, cumprir o papel ideológico de constituinte antagônico e necessário do discurso do VOX. Por fim, a última tese, que serve de complemento à segunda, parece indicar para o funcionamento do pré-construído, na medida em que os enunciadores ao atribuírem ao VOX o papel de partido dos *espanhóis*, exclui a necessidade do *vosotros*, já que o *vosotros* possível já está incluído no *nosotros*, isto é, os espanhóis que *aman a su patria*, sentem orgulho do seu passado monárquico, católico e colonial (*la mayor gesta de hermanamiento universal*) e que não são nem independentistas e comunistas. Não é preciso, nesse caso, sequer enunciar o *vosotros*, já que sua inclusão discursiva no *nosotros* ressoa como efeito de pré-construído (os espanhóis são católicos, monárquicos, colonialistas e patrióticos, heteronormativos, brancos, monolíngues, castelhano-falantes, etc., assim como os membros do VOX).

Retomando a SD7, em sua segunda parte há a relação extrema do efeito *nosotros/ellos*. Fidel é atrelado à figura ditatorial, não pelas práticas repressivas descritas pelo sujeito do discurso na primeira parte, mas como atrelado à memória discursiva de outro ditador: Batista. Essa contingência necessária faz com que no nó que divide o *nosotros/ellos*, se divida também a designação *patriota* que aparece na pergunta realizada pela enunciativa em referência ao tipo de patriotismo produzido por Fidel. Portanto, o patriotismo de Fidel leva à *miseria absoluta*, por não acatar a *democracia* e a *libertad*, ao contrário da enunciativa do VOX, que se filia imaginariamente nesse outro espaço, no qual se produz um patriotismo democrático e libertador pautado do efeito de *verdade* política. Se toca nas contradições que não são, seguindo a formulação da enunciativa, acunhados como *verdade* no discurso imaginário de defesa a Fidel, que tendem a *mentir* sobre a tortura e a repressão política.

Por mais que o significante *dictadura* seja um elo ausente, é possível remetê-lo aos outros discursos que conformam as SDs já analisadas; na SD7 encontramos funcionando um jogo enunciativo já visto nos demais recortes. A diferença, por sua vez, consiste na forma como Fidel se liga a determinadas designações, cernes da sua prática *revolucionária*. Sejam as designações ligados ao léxico de guerra, sejam os demais atributos divididos pela

enunciadora no fio do discurso a fim de *expor* os efeitos de *mentira* política, todas se relacionam como lugar comum da *dictadura*, cuja ausência da liberdade e da democracia (ambas de um certo tipo) parece ser mais um dos elementos que constitui, no eixo do interdiscurso, os sendeiros da identificação dos enunciadores do VOX a certa formação discursiva.

Na SD que fecha esse primeiro gesto de análise, há a voz do enunciador que assume a posição institucional de *simpatizante* do VOX, Carlos Bustelo<sup>74</sup>. *La España por venir* é uma iniciativa do VOX, que começou em 2018, na qual se realizam encontros em diversas cidades da Espanha. Nessas conferências pessoas da comunidade local, convidados e membros do partido realizavam intervenções públicas, geralmente acercando-se às propostas políticas do VOX. Algumas das conferências foram transmitidas ao vivo pelo YouTube. Na conferência de 10 de março desse mesmo ano (2018), *no Teatro La Latina* (Madrid), uma edição desse ato se levou a cabo e, entre um dos interventores, estava Carlos Bustelo, ex-ministro de Industria e Energia, no período imediato à redemocratização entre (1977-1980). Na intervenção pública de Bustelo podemos encontrar uma raríssima referência à sequência intradiscursiva *dictadura de Franco*, que se apresenta em tom jocoso e humorístico. Na SD8, há o recorte do momento no qual Bustelo, como locutor *simpatizante* do VOX, retoma uma narratividade sobre a transição do regime franquista à democracia.

SD8  
2018

Produção audiovisual do VOX

[...] una de las cosas que la izquierda necesitaba - aparte de atribuirse la transición, donde os puedo asegurar, que su papel fue absolutamente secundario y muchas veces contraproducente - para ellos era fundamental seguir diciendo que la **dictadura de Franco** había sido TERRIBLE y que ellos habían “estado en la montaña con el Kalashnikov, defendiendo...”/claro, si se dieran cuenta, bueno, tienen una/tienen un proyecto de ley de memoria histórica que para diciendo lo que estoy yo diciendo, me pueden venir a detener y llevarme a la cárcel ¿no? [Aplausos]

Carlos Bustelo | La España por venir (VOX España/YouTube)

1170 visualizações

<https://youtu.be/DdHY3uAegA8> – Acesso: 02 maio 2021

<sup>74</sup> Carlos Bustelo y García del Real (1936-) foi um dos políticos que compôs a transição espanhola, desempenhando a função de ministro de Indústria e Energia de 1977 a 1980. Em 2019 tentou eleger-se senador por Madrid. Atualmente forma parte da Fundación Disenso, mais conhecida como o *think-tank* do VOX, fundado em 2020.

Na SD8 há um dos raros momentos em que a sequência intradiscursiva *la dictadura de Franco* se produz. Nesse caso, não é possível atribuí-la a um dos locutores oficiais do partido, mas a um locutor que se inscreve numa posição de simpatizante a ele (pelo menos, à época). A inscrição de Bustelo nessa posição é revestida por um jogo de forças que, no âmbito da formulação, inscreve o funcionamento do discurso autoritário. A inscrição do enunciador nessa dinâmica faz com que, a exemplo dos locutores do partido, haja um atravessamento do efeito de *verdade* acerca dos dizeres sobre a *esquerda*. Encontramos essas marcas quando o enunciador reivindica o eu-enunciador como âncora da sua tomada de palavra: *donde os puedo asegurar*, assim como em marcas no intradiscorso que apontam para a separação entre o eu-enunciador e o *ellos* (*izquierda*), como *para ellos era fundamental, que ellos habían, (ellos) tienen un proyecto*. A cisão do eu (aqui, sujeito que participa da história, cujo relato é testemunho) e o *ellos* (*izquierda*), nada mais é do que uma extensão do efeito identificado nas SDs anteriores. O funcionamento dessa divisão é que possibilita a inscrição do sujeito na sua posição e legitima a *veracidade* do seu dizer, porque, como vemos no processo parafrástico, a *izquierda* é o avesso da *derecha*:

La izquierda...	mintió sobre la transición... distorsionó la dictadura de Franco... se disfrazó de aliada del pueblo (tal y como lo hizo Kalashnikov)... quiere censurar la <i>verdad</i> histórica...
-----------------	---

Ao projetar imaginariamente a *izquierda* como propulsora de ações que comprometem o efeito de *verdade* política (efeito que atravessa o dizer do enunciador), ao mesmo tempo se *esvazia* a formulação *la dictadura de Franco*. Além do humor que reveste epilinguisticamente a formulação, esta parece associar-se mais à *izquierda* que à própria posição de Bustelo. A exaltação em *TERRIBLE* é o primeiro movimento de esvaziamento, na medida em que esse adjetivo não representa uma descrição fiel (*para ellos era fundamental seguir deciendo*) da *verdade* política, mas, sim, a posição (mentirosa, distorcida, disfarçada e autoritária) da *izquierda/ellos*. Além disso, a associação a

Kalashnikov é uma controvérsia necessária; por um lado pode remeter à luta armada pelo povo na Rússia, num gesto de cinismo; por outro, pode supor uma dissimulação de *ellos* em relação à *verdadeira* violência, afinal, Kalashnikov inventou a AK-47. Controversas, cínicas ou indistintas, essas associações no fio do discurso fazem com que haja um vacilo no momento de associar *la dictadura de Franco* a certas memórias sociais. A memória do enunciável é esvaziada, para que no relato histórico prevaleça a *verdade* sobre a *izquierda* que clausura, para o enunciador, inclusive a *memória histórica*.

Na SD8, o enunciador projeta-se como contraponto ao efeito de *mentira*, distorção e censura política produzido pelo outro (*izquierda/ellos*). Essa constituição do dizer exclui da formação discursiva que interpela o enunciador a possibilidade de Franco significar-se a partir da *izquierda*, restando ao interlocutor (de direita, simpático ao VOX) produzir verdade sobre Franco. Nessa primeira aproximação, *la dictadura de Franco* não pode ser significada como *terrible*, nem como formulável pela *izquierda*. Resta, então, a questão: qual o lugar desse nome no conjunto de dizeres que conformam o discurso do VOX? Deixando em suspenso a questão, passamos à próxima seção de análises.

#### 4.1.2 “Estamos en un tema gravísimo, en una imposición gravísima, es una dictadura real”: metaforizações de *dictadura*

Na primeira parte de nosso gesto analítico pudemos averiguar *inclusões* e *exclusões* que atravessam a circunscrição do espaço do dizível dos enunciadores do VOX. Nessa direção, o significante *dictadura* encontra uma via de estabilização e de repetibilidade; quando mobilizado em relação a sujeitos ou países, se cola por uma enunciação *autoritária* e produtora de *verdade* política a designações como *Venezuela*, *Cuba*, *Castro*. Ainda que apareçam outros usos como *dictadura de Primo de Rivera* ou *dictadura de Franco* o que essas formulações designam não coincidem, na relação significante, com as primeiras citadas. Portanto, ainda que se fale do mesmo *objeto*, *dictadura*, o processo de relação entre os termos e o significante é heterogêneo e marcado por diferentes referências discursivas. Essa produtividade não se encerra com as designações mencionadas; ela continua aparecendo e associando-se a outros termos, que nos dedicamos a analisar na sequência. O ponto em comum entre as diferentes

formulações é o fato de fazerem *funcionar* o significante *dictadura* em regimes *supostamente* institucionais que se materializam em diferentes AIEs, como a escola, a mídia, a família. Como veremos, há uma tentativa de *metaforização* de *dictadura* que se fragmenta e se dispersa ao longo de outras cadeias parafrásticas.

Na SD9, há o recorte de uma intervenção de Santiago Abascal num dos primeiros eventos audiovisuais e disponibilizados pelo VOX España no YouTube, *Acto por la vida y los valores* (2014). Nesse ato, os integrantes do VOX à época assinam um compromisso *Por la vida y por los valores*, que se caracteriza como o comprometimento de medidas como *Derecho a la Vida y aborto cero*, *Política de Familia*, *Educación* e *Demografía y natalidad*. As medidas defendidas pelos enunciadores se apresentam como um *contraponto* aos atuais rumos tomados pela política espanhola no que se refere a esses temas, que, no dizer dos enunciadores, são produtores de diferentes crises sociais, éticas, morais, religiosas, econômicas... Reivindicando ao mesmo tempo o espaço *ciudadão* e o espaço *político*, os integrantes do VOX tentam coincidir uma ação política que nasce legitimada a partir dos espanhóis ou de uma parcela significativa deste coletivo imaginário. Na SD abaixo, Santiago Abascal assenta os mecanismos políticos que VOX e os *espanhóis* devem seguir para contornar o destino fatídico tomado pelos representantes políticos e suas políticas imaginariamente destrutivas.

**SD9  
2014**

**Produção audiovisual do VOX**

[...] hoy iniciamos una batalla importantísima porque declaramos la guerra a la **dictadura del relativismo**, que prendió Europa, en mayo de 68, a la ideología de género y a la ingeniería social que ha caracterizado a la sociedad española de los últimos años... y que ha infectado a los partidos políticos, a los viejos y a los nuevos, y lo hacemos porque pensamos que existen principios muy innegociables, como la vida, la libertad, e instituciones que han de ser defendidas como la familia.

Acto Por la Vida y los Valores - 18-11-2014 - Video en Bruto - 2ª Parte  
Santiago Abascal  
263 visualizações  
<https://youtu.be/VjcPXWWdPGk> - Acesso em: 10 maio 2021

Na SD9 vemos como o significante *dictadura* desliza de referentes político-institucionais (Cuba, Castro, Venezuela, Maduro) para outro campo discursivo, em vias de sedimentação no dizer do sujeito: o das *ditaduras imaginárias*, como a *dictadura del relativismo*. A formulação do sujeito o aloca em duas instâncias imaginárias: a de guerreiro e a de sanador. De um lado, o léxico de guerra é novamente convocado - *hoy iniciamos una batalla, declaramos guerra* – mas legitimado, validado e aceitado em prol da *luta do VOX*. Essa presença sinaliza a invasão de um inimigo imaginário (*fantoches ideológico*) que faz com que o enunciador, a partir de sua posição política, enuncie o começo do conflito. A contenda ou a forma como se dará, coincide com a defesa de três frentes demarcadas ao final da SD, designada pelo *principios innegociables* da vida, da liberdade e da família. Novamente, essas categorias não se sustentam sozinhas, se definem significativamente a partir da inscrição discursiva do enunciador; ao sujeito-expectador, não há *estranheza* nesse gesto, ao contrário, essas designações nascem inscritas no já-lá daqueles que por simpatia ou afinidade ideológica, encontram nos dizeres do VOX um lugar de identificação política, ideológica e institucional. Ainda, na formulação da *guerra* há a delimitação de um evento histórico e suas consequências, isto é, o *mayo de 68* e a ascensão da *ideología de género* e a *ingeniería social*. O efeito *pragmático* dessa orientação produz um encaixe irrevocável entre causa/consequência no dizer do locutor. Desta forma, a *dictadura del relativismo* se significa como um fato colado ao efeito de *verdade* política, do guerreiro/soldado (posição do enunciador) que empreende seus esforços, como vemos, em *salvar* a política *infectada* (enferma, adoecida, acometida) pela *dictadura del relativismo*.

A formulação do enunciador, para que possa significar, se materializa nas modalidades de designação como *vida* (ausência do aborto-morte *ingeniería social*/presença do incremento da natalidade), *libertad* (ausência de ditadura do relativismo infecção política da mentira/presença reduzida do Estado e das instituições políticas) e a *familia* (ausência das famílias não-heteronormativas, dizimação pela *ideología de género*/presença da família nuclear burguesa). Na tensão entre o devir necessário da presença e o contraponto incontornável da ausência, o sujeito joga com essas designações, que, no seu dizer, são *principios muy innegociables*. Há uma marca de cinismo que funciona na medida em que se assenta uma *perversão* enunciativa na base significante de *dictadura*

*del relativismo*, isto é, o *mayo de 68*, que pela presença significa, no que as palavras acima designam, nos dizem *da mentira que justifica a morte e a dizimação da família nuclear burguesa*. O princípio do cinismo está presente aí: o sujeito, ao não *determinar* as palavras, na verdade, as *determina* a bel prazer; torna-as fantoches ideológicos moventes, coringas que tudo dizem, ao mesmo tempo que se esvaziam na enunciação política, para justamente legitimarem a batalha e a cura da política espanhola pelas mãos dos agentes patriotas recrutados. Os agentes recrutados, os soldados-médicos, são os que se inscrevem ao VOX, ou melhor, no coletivo dos simpatizantes, afiliados, membros ou partidários do VOX: *hoy iniciamos una batalla*. A separação do *nosotros*, passa, outra vez, a assentar a significação das ditaduras imaginárias, observáveis *pela* posição do VOX.

Na próxima SD, há o recorte de uma intervenção de Santiago Abascal no programa de debates, *El Gato al Agua*, realizado em 23 de maio de 2016. Alguns dos temas da discussão, destacáveis pelo gesto de edição, mostram Santiago Abascal comentando temas como: Golpe de Estado na Catalunha, (necessidade de) respeito aos símbolos da Espanha, como o hino nacional, cumprimento da constituição espanhola, dentre outros. No recorte que realizamos, Abascal realiza uma réplica, que se formula em função de uma posição assumida por outro *contertulio* – ou seja, de outro participante da *tertulia* – que defendia a desvalorização das questões que surgem no plano da subjetividade. A resposta formulada por Abascal passa a equivaler *la superioridad de la raza aria e a dictadura del proletariado*.

**SD10**

**2016**

**Programa televisivo**

[...] un sueño, una ilusión, si no está respaldado por la razón, pues no llega a ningún sitio. Ojalá fuera cierto, pero es que yo creo que no es cierto [...] el sueño y la ilusión de la superioridad de la raza aria no estaban sustentados en la razón y, sin embargo, nos llevó en Europa al drama [...]; el sueño y la ilusión de la dictadura del proletariado no estaba sustentado en la razón y también nos llevó al totalitarismo y al fracaso, pero llegaron al fracaso llevándose la vida de millones de personas.

Santiago Abascal en El Gato al Agua 23 de mayo

12961 visualizações

<https://youtu.be/IIQ3hltZwSk> - Acesso em: 13 maio 2021.

No recorte, o sujeito enunciador cinde a uma relação simétrica dois fatos históricos que encontram as designações *superioridad de la raza aria* e *dictadura del proletariado* como escopo de materialização. O feito de fazê-los coincidirem a partir de um paralelismo, não implica na subtração de silêncios ou que a simetria produzida possa se saturar plenamente. A formulação inicialmente se dirige à reprovação do enunciador em relação à fala de outro *tertuliano*, que defende a ausência de razão como impossibilitadora de qualquer ação política. A articulação semântico-sintática responde tanto a um princípio de deferência enunciativa, quanto à aceitação do lugar do outro na interlocução, isto é, um lugar de condescendência e de reconhecimento de certa igualmente imaginária do lugar do qual o outro fala. Isso se implica necessariamente na formulação, posto que os exemplos *raza aria* e *dictadura del proletariado* comparecem para mostrar que o *irracional* também encontra terreno na existência social, numa *discordância atenuada*.

Ambas as designações são articuladas a fim de encontrarem na sintaxe uma sustentação lógica que transversalize o lugar de autoridade do sujeito-enunciador, por isso, a formulação sobreposta pela negatividade reajusta o dizer do enunciador como fato imaginário que produz, irrevogavelmente, *verdade* política. Na primeira formulação (*el sueño y la ilusión de la superioridad de la raza aria*), que assenta o paralelismo sobre o qual se desdobra a paráfrase, há a designação *superioridad de la raza aria* que, pretensamente, refere-se às práticas violentadoras do nacionalismo hitlerista. Podemos, para essa expressão, (re)conhecer a cadeia significante que a conforma:

el sueño y la ilusión de la...	<b>superioridad de la raza aria...</b> superioridad de la raza ariana... superioridad de la raza germánica... superioridad de los alemanes... superioridad del antisemitismo... superioridad del no mestizaje... superioridad del nazismo... superioridad del [fascismo] <sup>75</sup> ...	no estaban sustentados en la razón...
--------------------------------	---	---------------------------------------

<sup>75</sup> Tomamos como base a formulação de Ortega-Smith: “**Fascismo** es una derivada histórica del socialismo, no son nazis, son nacional-socialistas, una derivada de la izquierda socialista” - Javier Ortega Smith en Los Intocables 8 de junio 18. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/Zw8PjjERKPg>. Acesso em: 04 fev. 2022.



Como podemos examinar, a sequência parafrástica demonstra um impedimento na sua continuidade, uma vez que *fascismo* sinaliza a fronteira que discursivamente estanca a continuidade. Deste modo, o fato do *nazismo* parece conformar-se na formulação como estreitamente identificável a *superioridad de la raza aria*. Como existência *irracional*, o nazismo se (re)memora no dizer do enunciador do VOX a partir de uma questão de raça (o antissemitismo) e tão somente a partir dele, apagando completamente o real histórico que precedeu e sucedeu a Alemanha nazista; a operação discursiva aqui parece caminhar para um campo de esvaziamento da materialidade da designação *direita*, que descolado das práticas históricas associadas a ela (nazismo, fascismo, holocausto) instaura outro sítio de significação no qual *direita* passa a designar relações distintas desse passado. Por outro lado, o paralelismo que recai em *dictadura del proletariado* parece não se estancar facilmente, como vemos nas possíveis paráfrases dessa formulação:

el sueño y la ilusión de la...	<b>dictadura del proletariado...</b> dictadura del marxismo... dictadura del leninismo... dictadura del estalinismo... dictadura del comunismo... dictadura del socialismo... dictadura soviética... dictadura de los rojos... dictadura del gulag... dictadura del <b>[fascismo]</b> ...	no estaba sustentado en la razón.
--------------------------------	--	-----------------------------------

Como notamos, a designação *fascismo* pode ser mobilizada como ponto de continuidade da paráfrase nos limites da cadeia enunciativa. À diferença da *raza aria*, nas possíveis paráfrases de *dictadura del proletariado* se produzem uma equivocidade de designações que relacionadas à teoria marxista e às práticas soviéticas, indefinem o que se consagra ao marxismo teórico e o que se convém definir em relação à União Soviética. A designação *fascismo*, por vias diferentes, se inscreve no irracional da *dictadura del proletariado* porque nela estava o sonho e a ilusão da *izquierda socialista*, pensado *nebulosamente* pelos marxistas (efeito da posição do enunciador do VOX). Portanto, *fascismo* representa uma inscrição (polêmica) nesse paralelismo, já que o político do acontecimento das ditaduras fascistas e do estado de exceção de

desenvolvimento do capitalismo no nazismo (POULANTZAS, [1968] 2019) são completamente *desconfigurados* ou *configurados* com vistas a esvaziar as contradições que eventualmente possam confrontar o VOX.

A expressão aditiva *también* liga o paralelismo da formulação, estendendo tanto a *superioridad de la raza aria* como a *dictadura del proletariado* o totalitarismo, ao fracasso e ao extermínio da vida de milhões de pessoas. Portanto, ainda que na SD10 o significante *dictadura* apareça em relação a um conceito teórico, este não funciona discursivamente desse jeito, uma vez que o enunciador o desloca para uma relação discursiva que o coloca par a par com o *nazismo*. O deslocamento, longe de consistir um feito ilhado nos diversos dizeres do VOX, se costura às ditaduras imaginárias, que não consagradas à teoria social, nem à comprovação de existência política e institucional, passam a produzir sentido pela posição de autoridade (pelo discurso autoritário) na qual os enunciadores do VOX parecem calcar-se frequentemente.

A respeito da SD11, há o recorte de outra formulação de Santiago Abascal no âmbito do programa *El Gato Al Agua*, que se realizou em 14 de novembro de 2016. No programa, houve dois temas principais que ocuparam os *tertulianos*: os encontros realizados e programados de representantes do VOX a políticos de frentes nacionalistas, como a francesa; e, também, a eleição de Donald Trump. Acerca desse último tópico recortamos a formulação que analisamos adiante:

**SD11  
2016  
Programa televisivo**

[...] la gente ha votado a un candidato [Donald Trump] que resultaba auténtico porque se enfrentaba a la **dictadura de lo políticamente correcto**, porque era/porque se le podía entender, porque hablaba el lenguaje de la calle. Yo creo que eso va a triunfar en todo el mundo tarde o temprano.

Santiago Abascal en El Gato al Agua 14 de Noviembre  
7851 visualizações  
<https://youtu.be/QsoXa3WtbRY> - Acesso: 13 maio 2021

Neste recorte, o locutor do VOX volta a retrair “[...] a luta ideológica sob a dominação burguesa [...]” em “[...] um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois [...]” (PÊCHEUX, [1982c] 1990, p. 12), quer dizer, entre dois lados que se tensionam e se repelem mutuamente. A divisão entre um *candidato auténtico*

e o outro *dictadura de lo politicamente correcto*, faz novamente ver que a sequência intradiscursiva *dictadura de lo politicamente correcto* se sintagmatiza produzindo um efeito de abstração que mobiliza um imaginário que se assenta na oposição e não na afirmação. Isto porque, como já sinalizamos, as *ditaduras imaginárias* são objetos ideológicos que colidem *dissimuladamente* com os AIEs, mas não se institucionalizam, por isso, o modo de (se) significarem no fio do discurso é pela via da oposição. Portanto, a divisão se estabiliza com face lógica, entre o um e o outro e suas consequências pressupostas como inequívocas:

Afirmação positiva	
Donald Trump...	candidato autêntico... se le podía entender, porque hablaba el lenguaje de la calle... va a triunfar...
Inversão afirmativa negativa	
Dictadura de lo políticamente correcto...	candidatos falsos... no se les podía entender, porque no hablaban el lenguaje de la calle... va a fracasar...

Por meio dessa comparação, vemos que há um efeito provocado por oposição antonímica que nada mais faz que demonstrar a divisão entre o um e o outro, que perfila toda a formulação do enunciador do VOX. Tal divisão tira partido da marca constante nos dizeres dos locutores do VOX, isto é, a divisão entre o *nosotros/ellos*. Nessa divisão, se fecham os espaços para a deriva, fazendo que a oposição seja o sendeiro discursivo no qual os sentidos e sua projeção de futuro *tarde o temprano*, possam trafegar.

Para seguir, há a participação de Rocío Monasterio num ato promovido pelo VOX no começo de 2017 para apresentar iniciativas, planejamento e direções políticas para os *problemas* que, conforme os diferentes enunciadores, acometiam a Espanha. No recorte que resultou na SD12, Rocío Monasterio como integrante de *VOX Madrid* é convocada a dar sua contribuição ao evento e demonstrar, junto aos presidentes provinciais do VOX, porque estão no VOX. Nessa direção, a locutora faz um apelo à *solução dos problemas reais* da

Espanha, *imobilizados* pelo radicalismo (*los moderaditos*) daqueles que designam os integrantes de VOX, como radicais.

SD12  
2017

Produção audiovisual do VOX

[...] Ahora bien, con lo que sigue tenemos que tener mucho cuidado, es con el populismo que acaba en el caudillismo, muchísimo cuidado. Porque ahí tenemos caudillos como es el señor Rajoy, está en su (bastión en Génova), defenestrando a cualquiera que discrepe de sus ideas. Eso es el caudillismo del que tenemos que tener cuidado. Urge, en España, un proyecto político que decida levantarse contra la **dictadura**, contra **dictadura de género**, contra la **dictadura relativista**, contra la **dictadura [...] del Estado**, o sea, contra **dictaduras** que nos quieren imponer a todos la **visión sólo del Estado**, contra **dictadura de las élites de ciertos colectivos**, de hacer política sólo para ciertos colectivos, contra la **dictadura antifamilia**, contra la **dictadura antivalores cristianos** ¡¿eh?! antivalores cristianos [Aplausos] Contra la **dictadura que extiende la cultura de la muerte** y contra la **dictadura** que pretende y que corrompe a los menores, como es la **ideología de género**, hoy en Madrid, con la señora Cifuentes. Ahí tenemos que estar.

Acto del III Aniversario de VOX (21\_01\_2017)

Rocío Monasterio

1,844 vistas

<https://youtu.be/5ypP7gVklUk> - Acesso em: 14 maio 2021

Nesta sequência, a locutora do VOX coloca em paralelo diferentes *dictaduras* que desafiam a Espanha. Esse movimento é encetado por um nó triplo: um rechaço ao *ellos* (*populismo de caudillismo, señor Rajoy, todos que a semejanza del señor Rajoy no permitan la discrepencia de ideas*), a denúncia às ditaduras que assolam a Espanha (*de género, relativista* e assim por diante) e a territorialização do espaço do VOX na política (*ahí tenemos que estar*). Há um princípio de cooperação entre esses diferentes elementos, que juntos confluem, no dizer da locutora, para tirar proveito (e lado) das *lutas ideológicas de movimiento* (PÊCHEUX, [1981] 2015, p. 97).

Para começar, a figura de Rajoy é atravessada pelo *populismo*, pelo *caudillismo* e pela *censura*. A descrição de Rajoy, presidente de governo à época da intervenção de Monasterio, cola esse sujeito a práticas que remontam, pelas severas afirmações, às práticas comuns das ditaduras hispânicas do século XX, cujas marcas eram o populismo, a censura e, principalmente, o caudilhismo. Significado imaginariamente a partir de um lugar de político-ditador, Rajoy e os que com ele estão, assentam as bases do *ellos* que, novamente, comparecem

como o outro-perigoso que necessita ser denunciado e combatido. Por isso, as formulações que derivam dessa primeira parte do recorte se validam no plano do real; o fazem sob a *condição* de uma partilha hiperbólica, válida e validada como âncora de denúncia e de enfrentamento, uma vez que há uma invisibilidade que joga sombra na *verdade* política.

Como efeito surgem na sequência do recorte a denúncia que engata, às diferentes pautas já contrapostas, o significante *dictadura*. Elas não são formuladas *per se*, apenas como constatações da enunciadora; ao contrário, o efeito da denúncia é a abertura de um *projecto político* que faça frente, desarme e contraponha às diferentes *ditaduras*. Isso, vale dizer, só pode ser feito por aqueles que não fazem parte do *ellos*, uma vez que esses são os políticos-ditadores como o *señor Rajoy*. Acerca das ditaduras, sua natureza é diversa e dispersa; porém, elas significam como o avesso, em grande parte, das *lutas ideológicas móveis*:

dictadura +	∅ o de(el/la) (las/los) +	género relativista Estado = visión sólo de Estado élites de ciertos colectivos antifamilia antivalores cristianos que extiende la cultura de la muerte que corrompe los menores = ideología de género
-------------	---------------------------	--

Vale sinalizar que algumas das *dictaduras imaginarias* ganham explicações, enquanto outras são apenas mencionadas. O que as une, são as filiações opostas às *lutas ideológicas de movimento*, que se dão no terreno da sexualidade, da família, dos movimentos sociais, do direito à morte, da expressão religiosa, entre outros. Essa oposição é uma contingência necessária, pois a oposição que funciona a partir da fixação de *dictadura* a designações que retextualizam as *lutas ideológicas de movimento*. Desta forma, toda essa extensa lista de *dictaduras* encarcera a Espanha e sua política, cuja necessidade de intervenção é emergente. Neste ponto, entra o VOX.

A divisão entre *ellos* e *nosotros* acaba por se explicitar quando a locutora formula: *Ahí tenemos que estar con un proyecto político que decida levantarse contra la dictadura*. O *nosotros* se formula linguisticamente a partir da desinência verbal, que retoma na materialidade da língua essa coletividade, na qual a locutora e seus correligionários *podem* estar, isto é, o VOX. Aí se territorializa o campo de atuação político do VOX: contra os políticos-ditadores, contra as ditaduras imaginárias que são inaceitáveis, tanto em sua existência como em sua extensividade. O *nosotros*, em oposição ao *ellos*, marca a diferença: a liberdade é, imaginariamente, seu lugar de fundação como vemos na SD9 – os médicos-soldados do VOX. Portanto, advertimos que não é a estrutura argumentativa intrínseca, mas as condições de produção que oferecem os objetos que são sintagmatizados no dizer da enunciadora e fazem trabalhar o *nosotros/ellos*.

A próxima SD, a SD13, é um recorte do *Especial Informativo* promovido pela *El Toro TV*, cujo tema era *Dictadura del feminismo radical*. No programa de debate, participaram quatro *tertulianas*, entre elas, duas enunciadoras do VOX: Rocío Monasterio e Alicia Rubio<sup>76</sup>. Entre os temas debatidos pelas participantes estiveram: disjunção entre feministas do começo do século XX e contemporaneamente; ausência concreta de pautas das feministas hoje em dia; movimento feminista como financiado pelo dinheiro de *lobbies* e instituições públicas; perseguições e extremismos do feminismo, como o FEMEN<sup>77</sup> e o boicote e a perseguição a Alicia Rubio, no lançamento de seu livro *Cuando nos prohibieron ser mujeres ...y os persiguieron por ser hombres*, dentre outros. O conjunto das discussões poderia se *condensar* numa formulação de Alicia Rubio: *el engaño del feminismo*. O recorte que operamos se deu num momento em que a apresentadora da edição especial, interpela a Monasterio a discorrer sobre a institucionalização de pautas femininas ditas extremistas, na política espanhola:

**SD13**  
**2017**

---

<sup>76</sup> Alicia Verónica Rubio Calle (1962-) é deputada desde 2019 pela Comunidade Autônoma de Madrid. É conhecido pela sua obra *antifeminista* intitulada: *Cuando nos prohibieron ser mujeres ...y os persiguieron por ser hombres: para entender cómo nos afecta la ideología de género*. Rubio assume, com frequência, que o feminismo e as pautas de gênero são *lobbies* com a intenção de angariar fundos de verbas públicas

<sup>77</sup> Organização feminista que se dedica a combater as desigualdades de gênero por meio de ações de mobilização social, como denúncias e protestos.

### Programa televisivo

Rocío Monasterio: [...] y todos con muchos fondos [casi todos los partidos políticos que defienden la ideología de género] y lo peor es que ahora ya van a por los menores. Desde que son pequeños, a inculcarles toda esta ideología, sin que los padres tengamos nada que decir. Es más, que no nos podemos oponer y que somos sancionados si nos oponemos, o sea, que nuestros niños van a ser educados por la tribu, por una tribu, con esta ideología, y hay leyes que se atreven, a que, si los padres se oponen a determinadas actuaciones con sus hijos, pierden la custodia, por oponerse a toda esta ideología, entonces estamos en un tema gravísimo, en una imposición gravísima, es una **dictadura real**.

Alicia Rubio y Rocío Monasterio debaten en el especial Imposición de Género

43499 visualizações

<https://youtu.be/sdWUJ5dQXgY> - Acesso em: 14 maio 2021

Na SD13 outra designação se soma à lista de ditaduras; à diferença dos demais recortes, *dictadura real* se formula num apelo cínico, assentado por evidências empíricas, que a enunciadora vai formulando ao longo do seu dizer. Há uma relação estridente entre gênero, infância e repressão legal que comparecem como *coisas a saber* na cadeia parafrástica. O eixo pendular no qual *dictadura real* se formula parte da união intradiscursiva de vários segmentos; primeiro, a locutora acode ao financiamento partidário como lugar de *defesa e desenvolvimento da ideologia de gênero*. Fica ausente, sintática e discursivamente, quais partidos seriam esses; novamente, caberá ao sujeito-expectador discernir qual é, ainda que, ao fim e ao cabo, isso não importe, porque o que fica em evidência (efeito *nosotros/ellos*) é que o VOX não é financiado para defender essa ideologia, nem sua realização temerária e doutrinadora (*van a por los menores/desde que son pequeños, a inculcarles toda esta ideologia/nuestros niños van a ser educados por la tribu*). A locutora formula a ideologia de gênero como um ataque que se marca linguisticamente na locução preposicional *a por* e que vai se replicando a *inculcarles* etc. O ataque perpetrado pela *ideología de género* e sua *tribu*, censura legalmente os *padres* que se se opõe a ela, são sancionados.

Todos esses elementos vão se somando em tom de denúncia e ainda que se produzam como *indeterminados*, pois não se explicitam em termos de conteúdo, apenas como estrutura, fomentam a *luta ideológica de movimento* no terreno da sexualidade como imposição (*en una imposición gravísima*), isto é, tudo que não se produza nos termos de família nuclear burguesa é, portanto,

*imposición*. A partir dessa formulação a locutora tenta formular, empiricamente, a existência da *dictadura real*. Esse modo de dizer se conjuga na interpelação do sujeito com traços negativos (*la ideología de género es imposición, peligrosa, sistémica, política*). Para produzir o efeito de *verdade* política pela oposição *nosotros/ellos* a locutora formula as crianças como parte do *nosotros* (*nuestros niños*), portanto, relegando ao *ellos* um papel repressivo, reprovável e terrível: *tribus* que doutrinam crianças, que se aproveitam de sua *inocência*. Deste modo, chegamos a sentidos mais explícitos sobre *dictadura*: o que seja imposição, nos termos da locutora, logicamente (efeito de *verdade* política) é uma *dictadura*. Seu avesso, é a *liberdade* do VOX.

Na SD14 nos deparamos com outra intervenção de Santiago Abascal no programa *El Gato Al Agua*, no começo de 2017. No programa, são abordados e debatidos vários temas, entre eles a visita de Santiago Abascal à Alemanha para um encontro com líderes e representantes da *derecha alternativa*, a fim de avaliar propostas em comum; além disso, houve outros tópicos como as políticas identitárias, econômicas da *derecha alternativa* e do VOX, bem como críticas ao multiculturalismo, dentre outros. No recorte que constitui a SD14, o mediador do programa interpela Abascal, no tópico *Atualidades* a apresentar a opinião do VOX sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, assim como a eleição de Donald Trump. Novamente, à semelhança da SD11, o significante *dictadura* é formulado e associado à explicação de Abascal, sobre a eleição do ex-presidente norte-americano.

**SD14  
2017  
Programa Televisivo**

En relación con la victoria de Donald Trump, más allá de lo que nos parezca la figura de Donald Trump, yo creo que estamos ante una gran reacción frente a la **dictadura de la corrección política** y que muchos norteamericanos han decidido votar una persona que, por primera vez, parecía no ser un preso de los lobbistas y no responder a ningún interés, sino que defendía aquello en lo que creía.

Santiago Abascal en El Gato al Agua 23 de enero  
7955 visualizações  
<https://youtu.be/TC4vzqUB59o> - Acesso em: 16 maio 2021.

Para analisar a SD14, se faz imprescindível remetê-la à SD11. Ambas dividem o mesmo movimento enunciativo: trata-se de formulações sobre a



eleição de Donald Trump e suas proliferações políticas. O enunciador do VOX faz somar à cadeia parafrástica na qual Trump se significa, outros atributos, não antes de relativizar de antemão outros imaginários possíveis sobre Trump (*más allá de lo que nos parezca la figura de Donald Trump*):

Donald Trump	ciudadano común es dueño de su libertad no atiende a intereses externos defiende sus valores
--------------	---

Essas formulações rompem com a *dictadura de la corrección política*, já que ela é a reação a esse regime de *imposición* (SD13). O que vemos, então, é que na SD14, *a dictadura de lo políticamente correcto* parece equivaler-se simetricamente (PÊCHEUX, [1975c] 2014a) a *dictadura de la corrección política*, assim como os atributos de Trump na SD11, se ampliarem e passarem a compor a cadeia parafrástica que constitui, na voz dos enunciadores do VOX, os imaginários (possíveis) do ex-presidente norte-americano. O significante *dictadura* aparece encadeado nesse processo, como designador de uma realidade política que necessita de *una gran reacción*.

Para finalizar a seção, na SD15, a última em análise do presente capítulo, nos deparamos outra vez com a *Asamblea General de VOX*, objeto de um recorte na SD6, na seção anterior. À diferença daquela SD, aqui temos o recorte da intervenção de Santiago Abascal que se produziu ao final da assembleia, após a aprovação das contas do partido (um dos motivos enunciados como elementares para realização da reunião). A intervenção de Abascal é dirigida aos membros e afiliados do VOX, presentes na assembleia. As formulações que recortamos da sua intervenção são precedidas por um apelo à negação e reprovação de discursos-outros sobre VOX, sobre designações como *fascista*, *homóforo*, *machista* empregadas pela *izquierda*, pelos *separatistas* e pelos *flojos*. Há a tentativa do locutor em *contradizer* esses discursos-outros e ao mesmo tempo *deslegitimá-los* de qualquer possível efeito de *verdade* política. Nessa direção, o locutor investe na territorialização político-institucional do VOX, no mapeamento das posições que o partido *deve* e *pode* promover, para tanto,

realiza várias relações de causa/consequência mobilizando o significante *dictadura*, das quais selecionamos algumas formulações:

**SD16  
2017**

**Produção audiovisual do VOX**

[...] VOX es la avanzadilla, es la vanguardia contra la **dictadura de la corrupción política** y contra el establecimiento de discursos prohibidos en España, es la vanguardia, todos los demás están de acuerdo [...]

[...] si uno se opone a la **dictadura progre**, a la **dictadura del relativismo**, según la cual todo es relativo que no sea el propio relativismo, es facha, es populista, es ultraderecha; si uno se opone a la **dictadura de partidos** y cree que la constitución del 78 ha sido convertida en una partidocracia, inmediatamente es descalificado de antisistema e incluso de antidemócrata, por los mismos que a través de los partidos han secuestrado la democracia en España [...]

[...] si uno se opone a la **dictadura de la memoria histórica**, según la cual no se puede pensar en tener interpretaciones distintas sobre nuestra historia, pero ya no es sobre la Guerra Civil, ni sobre la Guerra de la Independencia, ni sobre la Reconquista de España, ni sobre el Descubrimiento de América y el hecho de la hispanidad; si uno se opone a la **dictadura de la memoria histórica**, inmediatamente es calificado franquista, de reaccionario, de lo que sea [...]

Y si uno se opone a la **dictadura globalista**, según la cual el Fondo Monetario Internacional, la ONU, todo este tipo de instituciones tienen que decidirlo también todo, en las naciones, presionando nuestra soberanía, pues inmediatamente es calificado de nacionalista, o de algo similar [...]

Asamblea Ordinaria de VOX 2017

Santiago Abascal

2869 visualizações

<https://youtu.be/DcRlhMatdBs> - Acesso em: 18 maio 2021.

A partir da SD16 a linearização de *dictadura* e sua associação mútua a vários termos e subsequentes explicações, demonstra um investimento por parte do enunciador em dividir os espaços e as iniciativas políticas de acordo com o *establecido* e a *vanguardia, avanzadilla*. De um lado, está o discurso-outro que funciona num tipo de disjunção lógica (causa e consequência) nas formulações do enunciador e cujo comportamento enunciativo é resultado de uma soma de *dictaduras*; de outro, está a *vanguardia, avanzadilla* do VOX, que se coloca em oposição a esse discurso-outro que enreda e aprisiona (para o enunciador) os sujeitos.

Para começar, o discurso-outro ao que o locutor do VOX acode para contrapor-se é constituído por uma heterogeneidade fragmentada: corrupção política, progressismo, relativismo, partidos políticos, memória histórica,

globalização etc. Todos esses elementos, contraditórios em sua própria formulação, vão formando uma rede de paráfrase na qual irrompe a disjunção lógica como elemento de divisão, mapeamento e ocupação. Tal disjunção tem um funcionamento discursivo em nó, ao passo que o discurso-outro se formula como não-discurso-do-VOX. Essa relação é constituída, do começo ao fim, pela disputa do significante *dictadura* que não cessa de não se inscrever materialmente como ponto de *oposição* entre o VOX (*la avanzadilla, la vanguardia* – palavras do léxico bélico, cujo reconhecimento é atestado *todos los demás están de acuerdo*) e contra *lo establecido (las dictaduras)*. À diferença do funcionamento *nosotros/ellos* que examinamos nas SDs anteriores, na SD16 funciona o princípio da disjunção lógica por universalização.

Se colocarmos numa relação de disjunção lógica, as *dictaduras imaginarias* que vão se constituindo ao longo das SDs, poderemos ter a seguinte sequência parafrástica:

Causa enunciativa	Consequência enunciativa
el que se opone a la dictadura progre, a la dictadura del relativismo...	es facha, es populista, es ultraderecha...
el que se opone a la dictadura de partidos y cree que la constitución del 78 ha sido convertida en una partidocracia...	es descalificado de antisistema e incluso de antidemócrata...
el que se opone a la dictadura de la memoria histórica...	es calificado franquista, de reaccionario, de lo que sea...
el que se opone a la dictadura globalista...	es calificado de nacionalista, o de algo similar...

Há um paralelismo de duplo gesto, que joga na/pela materialidade linguística objetos históricos e enunciativos, que deixam ver o que VOX não é (e, por *exclusão*, o que é), assim como o que deve ser combatido, isto é, o discurso-outro das *dictaduras* que são extensivamente descritas e manuseadas verbalmente pelo locutor do VOX. A série de fatos históricos, políticos e sociais mobilizados pelo enunciador, são materializados no fio do discurso a partir de sua inscrição em regiões da memória do dizer que inscritas na repetibilidade

histórica se (in)decidem ao longo do recorte. A *disputa ideológica pela significação* da palavra a acomoda na oposição VOX x discurso-outro; não há espaço de movência, apenas a supressão da suscetibilidade do sentido, porque os objetos convocados para mostrar a *guerra*, por parte da *avanzadilla/vanguardia* são as *amarras argumentativas* que as *dictaduras* utilizam para apresentarem-se como *dictaduras*. Portanto, tudo que venha a ser dito pelo *discurso-outro*, a partir da posição de inscrição do enunciador, se inscreve numa sequência opositiva, que universaliza e interpela os sujeitos a tomarem um lado diante das *dictaduras*. Uma vez mais, “[...] um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois [...]” (PÊCHEUX, [1982c] 1990, p. 12). O ponto de rompimento, na instância discursiva do VOX, é a liberdade que é atingida pelo desmantelamento dessas *dictaduras*, que é vencido tão somente pelas *avanzadillas* do VOX. À semelhança da SD12, as *dictaduras* assustam pela sua ostensividade e onipresença; por isso, a *liberdade burguesa* (do tipo que demonstramos, SD9) oferecida pelo VOX é a arma da batalha que está por se desatar.

Ao longo do exercício de análise pudemos examinar como a multiplicidade de memórias (re)ata o significante *dictadura* a uma série discursiva que se produz pelo efeito de *verdade* política; esse efeito é materialmente remissível pela posição de sujeito que os enunciadores do VOX inscrevem seu dizer a partir/pelo funcionamento do discurso autoritário, isto é, uma posição autoritária, de saber e de (re)conhecimento político. Em relação ao primeiro movimento analítico, vimos como *dictadura* se mobiliza em designações marcadas fortemente pela reprovação à *izquierda*; em seguida, pudemos averiguar como há uma heterogeneidade fragmentada que rompe com os sentidos institucionalizados de *dictadura* e coloca o sujeito-expectador dos vídeos do VOX, com *dictaduras* que por *assimilação estrutural* (repressão, autoritarismo discursivo e legal, oposição à liberdade) se formulam atadas ao campo do *ellos* e do discurso-outro, que por *exclusão* constitui o que, mais à frente, teremos condições de sustentar como formação discursiva do VOX.

## 5 UM TRAJETO POSSÍVEL AO NOME *FRANCO* NA ANÁLISE DE DISCURSO

Colocar o nome como uma questão central à tese implica em considerar as necessidades teóricas e analíticas particulares do recorte discursivo, assim como a natureza dos fatos de linguagem que são interpretados pelo analista. Deste modo, uma série de tomadas de posições (teóricas e políticas) são requeridas. A primeira delas concerne, como a própria temática impõe, ao tratamento que daremos ao conceito de *nome* ou *nome próprio*; a segunda, por consequência, relaciona-se com a explicitação do gesto de interpretação (indissociável do movimento teórico).

Antes de mais nada, o *nome* ou *nome próprio* não é uma categoria teórico-analítica própria à Análise de Discurso, assim como são as categorias de *interdiscurso*, *formação discursiva* ou *formações imaginárias*. Por isso, uma incursão pelo terreno do *nome* nos leva a perguntar: por qual caminho seguir? A que teorias propor um cotejo ou deslocamento teórico-analítico? Ou, então: um deslocamento seria realmente necessário? Para começar, no quadro da Linguística a disciplina consagrada ao estudo do nome é a Onomástica (AMARAL; SEIDE, 2020). Ainda que seja uma área bem delimitada na circunscrição da Linguística, contemporaneamente sua conjuntura epistemológica transcende a perspectiva clássica da etimologia; as investigações onomásticas estabelecem relações trans ou interdisciplinares (AMARAL; SEIDE, 2020) com áreas como a geografia, a história social, a antropologia, a neurolinguística, a pragmática, dentre outras. Seus estudos podem (depende da posição de trabalho do pesquisador) consagrar a relação gramatical com condições externas, como a cognição e as práticas culturais e sociais. Sendo assim, a via por excelência para realizar um estudo em Linguística sobre o nome ou nome próprio seria a Onomástica. No entanto, essa possibilidade também existe e é atestada em outros campos da Linguística ou não. A psicanálise é um exemplo. No âmbito da psicanálise há uma intrincada teoria sobre o significante, que inclui em seu escopo teorias específicas sobre o nome próprio; tais teorias estão relacionadas à ancoragem de uma identidade subjetiva e inconsciente por meio de processos que passam pela castração, o nome do pai, palavra mestre (MILNER, 2012), dentre outros. Porém, em Análise de Discurso para pautar a noção de *nome*, precisamos fazê-lo a partir

do processo discursivo, portanto, as reflexões que especifiquem a categoria de *nome* ou *nome próprio* precisam dar consequência à perspectiva materialista do discurso.

O processo discursivo, como viemos demonstrando, é a relação de substituição, paráfrases, sinonímias, etc. (PÊCHEUX, [1975c] 2014a) que nos permite compreender a materialização da ideologia no discurso; nesse processo, somos levados a colocar em causa o dito (efeito *in praesentia*), o não-dito ou falta/ausência (efeito *in absentia*), o efeito de presença/ausência, o que é dito de um modo e não de outro, as repetições, as indeterminações, os deslizes, as falhas (PÊCHEUX, [1983f] 2015; GADET; PÊCHEUX, [1981c] 2004). Em nosso caso, o dispositivo de interpretação demonstrou, num *corpus* heterogêneo, a ausência (efeito de *in absentia*) do significante *dictadura* e seus sentidos cristalizados no discurso do VOX, como demonstramos no capítulo 4; a ausência do significante *dictadura* e seus sentidos se materializa no processo de designação dos termos *Franco*, *franquismo* ou *franquista*, seja em sua linearização (intradiscurso), seja em sua constituição (interdiscurso). Ao mesmo tempo que nossa interpretação (que instaura esse recorte discursivo) nos coloca sob o efeito de ausência de um significante e de certos sentidos, também é preciso debater sobre o estado de outras formas de significação que se apresentam ou não no *corpus*, a exemplo da indeterminação<sup>78</sup>. Em nosso exercício de *escuta-trituração* foram raríssimos os casos em que identificamos um caso de indeterminação que pudesse retomar interdiscursivamente objetos ligados a *Franco* ou ao *franquismo*.

Acerca desse fenômeno, em 2014, no âmbito do *Acto por la vida y los valores* (Cf. SD9 no capítulo anterior), um simpatizante do VOX à época, Fernando Paz<sup>79</sup>, afirma:

---

<sup>78</sup> Pêcheux ([1975c] 2014a) realiza um estudo acurado sobre o funcionamento da indeterminação no aparelho jurídico, para isso se vale de fatos de linguagem que atravessam a produção discursiva de expressões própria a aparelho como *aquele que*, *qualquer um que*, *quem*, que pela via da indeterminação produzem a generalidade e a universalidade que *capturam o sujeito* no direito burguês.

<sup>79</sup> Fernando Paz articulou uma candidatura pelo VOX ao Congresso dos Deputados em 2019. No entanto, conforme notícia do *El País* (Cf. [https://elpais.com/politica/2019/03/21/actualidad/1553192724\\_570945.html](https://elpais.com/politica/2019/03/21/actualidad/1553192724_570945.html)), as posições relativizantes desse *historiador* sobre o Holocausto produziram a retirada de sua candidatura, posto que havia uma aproximação em marcha entre o VOX e o Partido Republicano dos Estados Unidos. As posições de Paz colocavam, conforme nos indica a notícia, VOX numa situação

La universidad española **no hace tanto tiempo** fue una muy buena universidad; en algunos casos, una excelente universidad. Y esa excelencia, desde luego, hoy ha desaparecido para convertirse sencillamente - hay que decirlo - en un vertedero (lixão)<sup>80</sup>

O uso da locução temporal no *hace mucho tiempo* lança sob a audiência do VOX uma questão subterrânea: que tempo de excelentes universidades foi esse? O dos governos (no plural) da pós-redemocratização (1978-)? Haveria um efeito de proximidade temporal cindindo essa formulação, que poderia acoplar apenas os governos PSOE? Ou, então, *no hace mucho tiempo* poderia consistir num funcionamento metafórico indeterminante que retomaria interdiscursivamente a universidade franquista, como a universidade de excelência? De uma forma ou de outra, esse tipo de indeterminação não foi identificado com qualidade e regularidade em nosso trabalho metodológico.

Sendo assim, a natureza do *corpus* nos levou ao recorte a partir de objetos linguísticos marcados, isto é, o nome *Franco*, assim como outras associações possíveis a esse significante: *caudillo*, *general*, etc. Nessa direção também encontramos nas derivações como *franquismo* e *franquista* (no discurso do VOX) o efeito de *in absentia*, seja do significante, seja de sentidos metaforizados em *dictadura* e mapeados nos dizeres do VOX no capítulo anterior. Essas designações podem, dependendo da natureza da identificação do sujeito a certa formação discursiva, reproduzir/transformar/apagar sentidos sobre tal significante. Alguns exemplos de *franquismo* e *franquista* sendo cindidos por sentidos associados a *dictadura* (em outro domínio discursivo) são os seguintes:

RTVE

(13.08.2021)

### Exposición en memoria de las víctimas de la represión franquista

---

*comprometedora* na aproximação com o Partido Republicano - os republicanos, segundo o apresentado, são contra a relativização e o revisionismo do Holocausto. Essa também pode ter sido uma das razões que levaram os administradores do VOX España a retirar do ar dois vídeos de Paz presentes no canal: *Fernando Paz sobre Educación* e *Fernando Paz sobre Familia*, ambos de 2014 e derivados do *Acto por la vida y los valores*. Em nosso arquivo resta apenas os dados de indexação do vídeo e a fala que tomamos nota.

<sup>80</sup> Os dados da formulação, que tomamos como exemplo, eram os seguintes: **Fernando Paz sobre Educación. Visualizações:** 821. **Data de upload:** 03 de dezembro de 2014. **Duração:** 02:09. **Link:** [https://youtu.be/\\_bY10GuARU8](https://youtu.be/_bY10GuARU8). **Acesso:** vídeo excluído da plataforma.

Disponível em: <https://www.rtve.es/play/videos/noticias-de-extremadura/exposicion-memoria-victimas-represion-franquista/6057278/>

### ABC Toledo

(04.05.2022)

*La sociedad debe reconocimiento. Ello depende mucho de los poderes públicos, que no han tenido la capacidad de dar a conocer la historia de la gente que luchó **contra el franquismo** y **por la democracia en España**. Es especialmente sangrante en el caso de las mujeres, cuya historia no se conoce - Miguel Ángel Martínez del Arco*

Disponível em: [https://www.abc.es/espana/castilla-la-mancha/toledo/abci-miguel-angel-martinez-arco-ninos-fuimos-eslabon-mas-debil-cadena-represion-franquista-202205041237\\_noticia.html](https://www.abc.es/espana/castilla-la-mancha/toledo/abci-miguel-angel-martinez-arco-ninos-fuimos-eslabon-mas-debil-cadena-represion-franquista-202205041237_noticia.html)

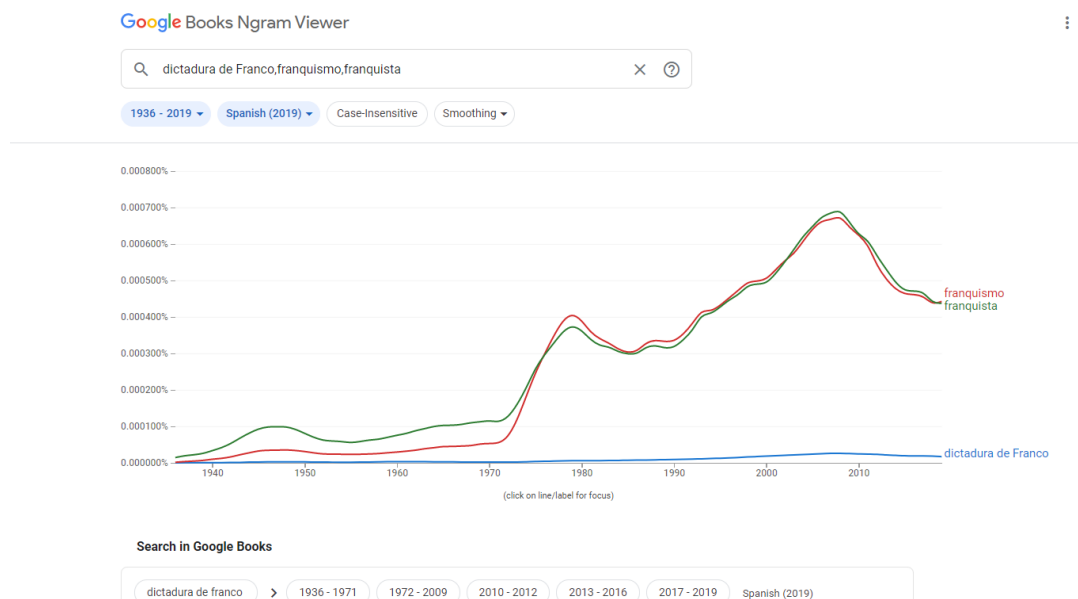
Acerca da primeira formulação, trata-se do título de uma reportagem produzida pela RTVE. O vídeo que segue o título introduz ao espectador o Memorial Badajoz 1936; memorial formado com os nomes de vítimas assassinadas durante o assédio dos nacionalistas à cidade de Badajoz (centro-oeste da Espanha) no começo da Guerra Civil. Conforme o relato dos entrevistados, a tomada da cidade de Badajoz pelas forças que dissolveram a II República foi violenta, extremista e letal. Várias fossas com restos mortais seguem sendo encontradas e muitas informações sobre as vítimas continuam desconhecidas. A formulação destacada, *Exposición en memoria de las víctimas de la represión franquista*, faz convergir sob a equivocidade do significante *franquista* práticas históricas que atam esse adjetivo a núcleos nominais como *represión [franquista]*, que pode ser parafraseado por *violencia, opresión, brutalidad*. São sentidos que flutuam a partir da inscrição do jornalista a uma formação discursiva, mas não apenas. Esse adjetivo, formado gramaticalmente por derivação do nome Franco, marca no processo discursivo os objetos linguísticos e enunciativos que (não) permitem se associar a ele. Um funcionamento, sem dúvidas, da ordem da ideologia. Portanto, *franquista* passa a ser um significante - por sua trajetória política e simbólica - capaz de apagar, retomar, deslocar, inverter, suspender, transformar e/ou reproduzir sentidos sobre a *dictadura de Franco*. São as condições de produção que nos indicarão a conjuntura discursiva em que esse processo se materializa. Algo muito semelhante passa com o significante *franquismo*.



Seja *franquista* ou *franquismo*, ambas palavras derivadas do nome *Franco*, o que averiguamos é a possibilidade desses significantes estabelecerem relações parafrásticas com *dictadura de Franco*. No recorte: *La sociedad debe reconocimiento. Ello depende mucho de los poderes públicos, que no han tenido la capacidad de dar a conocer la historia de la gente que luchó contra el franquismo y por la democracia en España*” (ABC Toledo) temos o relato do escritor Miguel Ángel Martínez del Arco, que por ocasião do lançamento do seu livro *Memoria del frío*, no qual dá protagonismo à história carcerária de sua mãe durante o franquismo, concede uma entrevista à ABC Toledo. Na formulação recortada, Martínez del Arco responde a uma pergunta sobre como quitar a dívida que toda a sociedade espanhola possui com as mulheres encarceradas no franquismo e que lutaram pela democracia. Na direção de defender o reconhecimento como uma possível ação, o escritor opõe franquismo e democracia numa espécie de funcionamento antagônico (e antonímico). Esse funcionamento mostra como *franquismo* está num polo oposto à democracia, de modo que *franquismo* pode ser parafraseado por *tiranía/opresión/dictadura de Franco*. O processo de uma palavra por outra, *dictadura de Franco* por *franquismo*, nos diz não apenas sobre processos discursivos que jogam com a gramática da língua, mas também de como na língua, por meio do discurso, se inscreve a ideologia. Retomando sentidos de *dictadura*, *franquismo* materializa em si uma condensação de contradições, que pela sua natureza cambiante, faz funcionar de sobremaneira a equivocidade da língua.

Em termos estatísticos, uma comparação é interessante. Em consulta ao Google Ngram, ferramenta do Google que mostra a frequência de uso de certos termos na língua pesquisada e tem como base a biblioteca digital Google Books, vemos que as formas marcadas *franquismo/franquista* (nas cores vermelho e verde respectivamente) são amplamente mais comuns em espanhol que *dictadura de Franco* (na cor azul):

IMAGEM 8 – GOOGLE NGRAM (04 DE MAIO DE 2022)



Fonte: Google Ngram.

A comparação entre as três designações (de 1936 a 2019) nos oferece um panorama de como, no espanhol ibérico, os processos históricos seguiram modos específicos de inscrever interdiscursivamente sentidos possíveis a *dictadura* em expressões como *franquismo* ou *franquista*. Uma das possíveis hipóteses para a possibilidade de condensação de sentidos de *dictadura* no significante *franquismo* pode ter a ver com a prática da caudilhagem que permitiu, na relação da ideologia com o discurso, uma *personalização* que se deu a partir do nome *Franco*. Mais adiante veremos que mesmo havendo a possibilidade de inscrição de sentidos de *dictadura* sob os significantes *franquismo/franquista*, ela é rechaçada nos dizeres do VOX, de modo que o processo discursivo passa a se regular pelo efeito de ausência. Em resumo, na formulação [*substantivo*] de *Franco* no discurso do VOX temos uma ausência por um processo metafórico que joga diretamente com a possibilidade de falha da sintaxe e da combinação marcada de outros significantes (*régimen, tiempo, época*); já nas formulações *franquismo* e/ou *franquista* o efeito de ausência se articula com a natureza mais *restrita* da sintaxe, em que o efeito metafórico de deslize/ruptura dos sentidos é contido em formas marcadas que podem se combinar com outros elementos intradiscursivos, mas dependem primordialmente do apoio lexical (*franquismo, franquista*) para materializar no dizer do enunciador uma relação com *Franco*.

Dito isso, voltamos à questão que colocamos no começo: por qual caminho seguir? O que propomos ao longo deste capítulo é um caminho possível para articular o nome ou nome próprio à teoria do discurso; não é, portanto, uma resposta epistemológica que busca deslocamentos teóricos para produzir uma resposta mais completa e complexa à problemática. O que temos por objetivo é abrir, antes de mais nada, um caminho teórico e analítico para essa questão. Para isso temos como norte o modo como Pêcheux ([1975c] 2014a) pauta o nome em *Semântica e Discurso*, tomando o *materialismo* de Frege como eixo central. Partindo desse ponto e tendo em conta que a teoria do discurso é a teoria da “[...] determinação histórica dos processos semânticos [...]” (PÊCHEUX, [1975c] 2014a), tomamos partido pelo eixo estruturador do caminho possível à reflexão do nome em AD: se essa possibilidade existe é materializada no nome enquanto significante com *densidade semântica*, perspectiva perseguida por filósofos da linguagem como Bréal ([1904] 1992) e Jespersen ([1924] 1968).

Assim sendo, dividimos o capítulo em dois momentos: no primeiro buscamos dar conta da frente que nos possibilita o estabelecimento de um caminho para pensar o nome como categoria analítica à teoria do discurso, passando por filósofos como Bréal, Jespersen, Frege e Pêcheux; no segundo momento exploramos o processo discursivo (o efeito de ausência de sentidos e do significante ditadura) junto ao movimento teórico do nome, que nos permite aprofundar, na compreensão do processo discursivo, o próprio do funcionamento do nome no atravessamento efeito de ausência.

## 5.1 BRÉAL E JESPERSEN: A DENSIDADE SEMÂNTICA DO NOME PRÓPRIO<sup>81</sup>

No capítulo 18 de *Ensaio de Semântica*, Bréal ([1904] 1992, p. 126) defende que: “[...] do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência”. A conclusão a que chega Bréal é derivada do modo como, ao longo do capítulo mencionado, se desenvolve a discussão sobre a linguagem, o substantivo e *as coisas*. Para começar, a formulação quiçá mais

---

<sup>81</sup> Agradeço particularmente à prof. Márcia Sipavicius Seide pelas referências e pela indicação desse caminho para pensar o “nome próprio”. A noção de “densidade semântica” é de autoria de Seide.

célebre desse capítulo é: “[...] não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato” (*ibidem*, p. 123). Bréal explicita por incompleto e inexato a natureza *inacabada* da linguagem. Incompleta porque a descrição dos objetos é inesgotável, posto que dizer que o sol é brilhante e que o cavalo corre (exemplos de Bréal), não representa tudo que se pode dizer sobre eles. Inexato porque nem sempre o sol e o cavalo poderão ser descritos pelo estado de intensidade, nem pela ação de correr, isto é, são coisas que mudam de situações e como tal não recebem propriedades rígidas e imutáveis na linguagem.

A defesa pela linguagem como *incompleta e inexata* se estende à definição e à discussão que Bréal empreende sobre os substantivos:

[...] os substantivos são signos ligados às coisas: eles encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto [...] (*ibidem*, p. 123).

A formulação é relevante para que se possa compreender a concepção semântica de nome próprio para Bréal. Nessa passagem o filósofo defende que as coisas (o objeto no mundo) têm uma existência particular: quanto mais abstrato o substantivo (compressibilidade, imortalidade), mais intrinsecamente explicativo ele é (operação do espírito), por estar conectado diretamente ao objeto. Por outro lado, o substantivo próprio, por estar mais ligado à realidade (um ser na natureza), produz (em abundância) *noções* que escapam à integridade do *espírito humano*, por isso, são incapazes de integrar no objeto da linguagem toda a infinitude de noções. Além disso, acerca dos substantivos próprios (ou nomes próprios) vale ressaltar que, como defende Bréal, o sentido etimológico se impõe arbitrariamente num primeiro momento, mas é o primeiro a esvaziar-se e desvencilhar-se do nome (princípio da inexatidão do nome e objeto). Nas palavras de Seide (2006, p. 63), comentando o texto de Bréal:

Assim como os substantivos abstratos, os nomes próprios são diferenciados dos demais nomes. Trata-se de nomes que se caracterizam por manter uma relação unívoca entre nome e coisa pelo fato de designarem seres individuais, característica que os torna os mais significativos de todos os nomes, os substantivos por excelência.

Seguindo nessa direção, os nomes próprios são substantivos por excelência porque materializam, no signo, a relação primordial entre seres

individuais e realidade, portanto, não são uma espécie *fora da linguagem*, mas partes integrantes que apresentam um funcionamento peculiar: particularizam indivíduos e não suspendem inteiramente as noções possíveis à compreensão do *espírito*. Nessa linha, conforme Seide (2006, p. 63):

À época em que o **ES** [Ensaio de Semântica] foi publicado, os lingüistas defendiam que os nomes próprios deveriam ser colocados numa categoria à parte, sob o pretexto de esses nomes não apresentarem valor etimológico e sofrerem transformações fonéticas mais lentas. Entretanto, de acordo com o ponto de vista de Bréal, a propriedade de os nomes próprios não conservarem o significado de seu étimo não constitui uma qualidade distintiva, pois muitos substantivos deixaram de apresentar seu significado original [...] O fato de os nomes próprios, geralmente, não serem traduzidos quando são transportados de uma língua para outra é mais uma característica que os nomes próprios e certos substantivos apresentam em comum, já que também não costumam ser traduzidas as designações de dignidades, de invenções ou de costumes. Bréal acrescenta, ainda, que os nomes próprios, tanto quanto os comuns, são suscetíveis à mudança: um nome próprio pode transformar-se em nome comum e um nome comum pode tornar-se um nome próprio.

Seide sinaliza a colateralidade entre os nomes próprios e os substantivos comuns, posto que tanto um quanto outro são passíveis de mudanças morfofonêmicas, ainda que no nome próprio tais transformações sejam mais lentas e graduais. O principal ponto que interessa a nossa discussão, partindo da citação de Seide, é que o valor etimológico do nome próprio não precede nem transcende um estudo que tenha como foco essa categoria, bem como o nome próprio pode ser objeto de transformações na língua, sejam elas semânticas e/ou morfofonêmicas. Acerca disso, se aplica o que Bréal (*idem*, p. 125) predica:

Quanto mais a palavra se distancia de suas origens, mais está a serviço do pensamento: segundo as experiências que fazemos, ela se restringe ou estende, se especifica ou se generaliza. Acompanha o objeto ao qual serve de etiqueta através dos acontecimentos da história, subindo com dignidade ou descendo na opinião, e passando algumas vezes ao oposto da acepção inicial. Quanto mais apta a esses diferentes papéis, mais se tornou completamente signo.

Como vemos, a palavra, na visão de Bréal, é um objeto semântico ligado às experiências humanas, que em função de seu uso (exercício do *espírito*) é capaz de transformações e mudanças; nessa direção, o objeto que acompanha a palavra (produzido numa conjuntura histórica) não se mantém para sempre num mesmo estandarte, mas é suscetível de desprendimento, afastamento e modificações. As expressões *Franco*, *franquismo* e *franquista* são exemplos

desse processo; ainda que os dois últimos nasçam como derivação lexical do primeiro, todos compartilham um intenso processo de transformação pelas conjunturas históricas e ideológicas que atravessam os usos que são feitos dessas designações. Usos que fazem mostrar aproximações e distanciamento com os acontecimentos da história que, paulatinamente, vão se adaptando e mudando conforme as forças superestruturais forjam novos usos da memória e do esquecimento através de processos discursivos. A esse respeito, Jespersen parece nos apontar (a seu modo) alguns elementos para o debate.

Jespersen ([1924] 1968, p. 62-69) parece encetar, na sua teoria do nome próprio, a natureza da equivocidade. O filósofo começa a discussão do nome próprio defendendo que vários indivíduos dividem o mesmo antropônimo (John, Smith) e várias cidades o idêntico topônimo (Roma). Isso faz Jespersen se perguntar: como distinguir os nomes próprios dos nomes comuns, se usamos o nome próprio para arbitrariamente individualizar sujeitos e lugares? Então, Jespersen reconhece a tese de Stuart Mill, de que os nomes próprios são *denotativos*, isto é, os nomes próprios designam os indivíduos sem atrelar nenhum atributo próprio a eles e, portanto, carecem de significado. Essa é a base que leva Jespersen a formular *o autêntico sentido dos nomes próprios*, em que o filósofo propõe colocar atenção ao uso e à forma que os falantes dão aos nomes próprios, não focando-se no valor léxico do nome (crítica feita a Stuart Mill), mas entendendo que o significado do nome próprio está condicionado ao seu contexto de uso. Segundo o autor:

[...] cada vez que un nombre propio se emplea en el habla, su valor tanto para el hablante como para el oyente es el de denotar un individuo solamente y el de que se aplica a esa persona concreta únicamente (JESPERSEN, [1924] 1968, p. 63).

O que vemos nessa passagem é como o uso do nome próprio possui uma função essencial nas práticas de linguagem para individualizar, tanto para o locutor quanto para o interlocutor, o sujeito que é objeto da fala (a referência, como veremos adiante). No entanto, a designação denotativa não esgota nem encerra as possibilidades de significação do nome próprio. Há um movimento significativo imbricado nessa categoria e que parece ser reconhecida por Jespersen quando este considera que os traços característicos do nome próprio (as noções da experiência do espírito humano para Bréal) são maiores nessa

última categoria do que em um nome comum (manga, banco, etc.) e *denotam*, por sua natureza, mais propriedades. Nessa direção, o papel da repetição do nome possui um papel fundamental na constituição de suas características e propriedades: “[...] la primera vez que oímos el nombre de una persona o que lo leemos en un periódico, no es más que un simple nombre, pero, cuanto más lo oímos y lo vemos, más significa para nosotros [...]” (*ibidem*, p. 64). A repetição do nome próprio em instâncias e espaços de enunciação diferentes contribui para que o nome se integre à vida dos interlocutores, fazendo com que sentidos em circulação se somem a novos e sejam aceitos pelo conjunto da comunidade falante (*idem*, p. 65). Nessa direção coincide o ponto nodal da argumentação de Jespersen: quando se utiliza um nome próprio (no processo de interlocução) ele traz consigo marcas de qualidades ou características distintivas que são construídas pela *experiência social*. Além disso, Jespersen (*ibidem*, p. 67) também defende que:

[...] todo individuo está constantemente cambiando de un momento a otro, y el nombre sirve para comprender y fijar los elementos permanentes de las apariciones fugitivas, o, por decirlo así, las reduce a un común denominador [...].

Portanto, a repetição histórica do nome *Franco* ou a formação e repetição de nomes ou adjetivos por meio desse nome (**franqu-ismo**, **franqu-ista**) está inscrita nessa problemática, ainda que do ponto de vista discursivo essa explicação deva incorporar as relações entre ideologia e materialidade linguística, que nos permitem compreender a movência, a suspensão, o deslize dos sentidos. O denominador comum de que nos fala Jespersen, heterogêneo e contraditório em sua essência, marca também uma questão que nos leva à construção do referente (adiante trataremos essa questão a partir de Frege), posto que os nomes próprios possuem, em algum nível, também traços conotativos que escapam à univocidade do significante. Como afirma Jespersen (*idem*, p. 69):

Un nombre siempre connota la cualidad o cualidades mediante las cuales se conoce al objeto u objetos que lo reciben, es decir, las cualidades que lo distinguen de otros seres o cosas. Cuanto más especial o específica es la cosa denotada, más probable es que el nombre se escoja arbitrariamente, y tanto más se acerca a éste a un nombre propio o se convierte en él. Si un hablante quiere evocar la idea de cierta persona o cosa, dispone en ciertos casos de un nombre que

se aplica especialmente al individuo en cuestión, es decir, un nombre que en esa situación particular todo el mundo entenderá que designa a dicho individuo; si no, tendrá que construir mediante otras palabras una denominación compuesta que sea lo suficientemente precisa para la función que él le asigna.

O que destacamos da discussão de Jespersen é que um nome próprio não serve apenas para *identificar* (denotar), mas também para conotar qualidades e características que a comunidade falante (ou a conjuntura histórica) celebra em relação a um indivíduo. No entanto, como bem destaca Jespersen, o nome próprio não é a única forma de evocar a ideia de um antropônimo, posto que a língua oferece outros recursos (a derivação por sufixação, a descrição definida, etc.). As reflexões de Jespersen levantam justamente as fronteiras em que a semântica e o discurso se cruzam; se de um lado a base linguística oferece elementos aos falantes para referir-se a sujeitos históricos como *Franco*, de outro, os processos discursivos (sustentados na equivocidade da língua) jogam com esses elementos transfigurando a determinação linguística e a possibilidade do equívoco, do sentido outro. Assim sendo, passamos a mais uma camada da nossa discussão, a relação entre o sentido e a referência.

### 5.1.1 Frege: o sentido e a referência do *nome próprio*

Frege ([1892] 2009), em *Sobre o sentido e a referência*, explora os conceitos de sentido e de referência e como eles se integram aos nomes próprios e às sentenças completas (assertivas, subordinadas). O artigo de Frege, uma incursão pelos caminhos que ligam a lógica à semântica, demonstra especialmente o fundamento da imperfeição da linguagem (língua humana, natural), capaz de ambiguidade, erro, equívoco, e que serve como contraponto ao projeto de Frege de uma linguagem logicamente perfeita (ideografia), que deveria ser capaz de despir qualquer expressão de imperfeições. As bases desse projeto consideram essenciais a distinção filosófica dos conceitos de modo de apresentação, representação, sentido e referência - inclusive para demonstrar em que situações lógico-simbólicas a *linguagem humana* falha e em que fundamentos a *linguagem perfeita* deveria corrigir esses defeitos. Tais questões permitem que seja observada uma *função semântica* dos nomes próprios, ponto que interessa a nossa reflexão.



Ainda no começo do seu texto, Frege assume que o nome próprio, para além daquilo que designa, possui uma referência; para nos explicar sobre a referência, o filósofo alemão se vale de diferentes metáforas: a lua e o telescópio, a Estrela da Manhã e a Estrela da Tarde. Nas suas palavras:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto (FREGE, [1892] 2009, p. 65).

O que Frege sinaliza nessa passagem é a distinção entre referência, nome próprio, representação e sentido. Cada qual possui sua própria função na linguagem e, ao mesmo passo, se funda na disjuntiva lógica da verdade/falsidade. Para começar, a referência concerne para Frege a um objeto material que existe no mundo e que é designado por um sinal (nome, letra, etc.) - o filósofo admite que há nomes ou sentenças com sentido, mas sem referência (o caso de Ulisses da *Odisséia*). A ressalva é bastante importante, pois a partir dela e de outros exemplos, Frege investe onde a lógica clássica havia ficado emperrada; em outras palavras, Frege indica que os sinais que constroem os nomes próprios podem não designar um objeto e, tão pouco, assegurar uma referência. Na linguagem perfeita, essa *imperfeição* deveria ser depurada, ponto que justifica o levante de tal aporia.

Por sua vez, Frege ([1892] 2009, p. 66-67) defende sobre o nome próprio que: “[...] um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência”. Nessa direção, compreendemos que para Frege o nome próprio possui valor semântico designativo, isto é, o nome próprio designa, por intermédio do sentido, um objeto que tem uma referência singular - ex. *Madrid* (nome próprio) e a *capital da Espanha* (descrição definida). Vale ressaltar que o sentido de um nome próprio não corresponderia a um pensamento (valor cognitivo objetivo), mas a um modo de apresentação do objeto (a exemplo das descrições definidas). Isso nos conduz à associação da representação ao sentido.

A representação é, para Frege, as imagens sensoriais, intuitivas e temporais associadas subjetivamente ao sentido. A diferença entre as

representações é, como vemos em seu texto, uma diferença de *gradação* que não interfere nem no sentido e, tão pouco, na referência; há, nesse caso, uma disjunção entre representação e sentido, em que a primeira seria subjetiva e o segundo objetivo. Seria o caso de Vênus. As formas de representação dessa estrela poderiam variar em brilho, tamanho, intensidade, contraste, saturação, etc., seja para atribuir-lhe cores mais vivas ou menos intensas, no entanto, ainda assim o sentido e a referência de Vênus seriam os mesmos: a estrela que aparece no céu. Assim, Frege abre espaço para uma referência ao sentido que não seja subjetivista nem psicologista, mas calcada em elementos materiais. É importante lembrar para compreender inteiramente essas distinções que Frege ([1892] 2009, p. 69) afirma:

[...] a busca da verdade, onde quer que seja, [é] o que nos dirige do sentido para a referência. Vimos que a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade. Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência.

O valor de verdade, fundamento do formalismo lógico de Frege, estabelece a relação entre sentido e referência. Sendo assim, o que validaria a verdade de uma sentença seria seu referente e a convergência do sentido. Frege exemplifica essa discussão mostrando como o discurso direto, indireto ou, então, as orações subordinadas substantivas, adjetivas ou adverbiais apresentam dissonâncias na linguagem natural (não têm referências usuais, uma sentença se refere a um pensamento e não a uma referência; a referência de uma sentença nem sempre é seu valor de verdade, dentre outros) (FREGE, *idem*). Ainda que o aparato lógico seja a busca de Frege, o filósofo busca servir-se desses *empecilhos* da linguagem para fundamentar seu trabalho. Nesses fundamentos, encontramos as definições de sentido.

Frege predica que o sentido é modo de apresentação do referente (objeto de mundo), portanto, não é *tão subjetivo* porque se relaciona com as descrições do objeto que é nomeado. A metáfora da lua e do telescópio é válida para simbolizar essas diferenças. Frege, com essa metáfora, nos explica sobre o fato de alguém observar a lua através de um telescópio. A lua, a seu entender, é a *referência* (objeto de observação); a imagem real projetada nas lentes interiores

do telescópio consistiria no *sentido* (serve a vários observadores); e, a imagem retiniana do observador a *representação*. Assim, ainda que vários observadores admirem a lua, a imagem retiniana seria própria a cada um, propiciando que o sentido (imagem projetada) dependa de associações específicas. É o caso da Estrela da Manhã e da Estrela da Tarde, que a partir do ponto de observação geográfico eram dissociadas, mas correspondiam à mesma referência: o planeta Vênus. Em resumo, se como defende Frege a referência de Estrela da Tarde e Estrela da Manhã seria a mesma e o que diferiria seriam seus sentidos - esse caso prova a Frege que a referência de uma sentença nem sempre é seu valor de verdade -, essa comparação apenas seria possível se subsidiada pelas leis lógicas (produção da evidência/valor de verdade). O exemplo demonstra que coexistem dois modos de apresentação do mesmo objeto, cujo valor de igualdade  $A = A$  (Estrela da Tarde = Estrela da Tarde) encerraria um termo com ele mesmo (puro valor semântico), enquanto a associação  $A = B$  (Estrela da Manhã = Estrela da Tarde) comprovaria a tese da existência dos modos (no plural) de apresentação do mesmo objeto (valor real/lógico).

As distinções operadas por Frege abrem caminho para que na teoria do discurso possamos, ao tomar uma posição materialista, nos debruçar sobre elementos acerca do sentido e da referência que estejam pautados no real. Na próxima subseção, voltaremos a esse ponto. Por ora, os fundamentos da teoria de Frege, sobretudo o modo de entender o sentido e a referência, nos permitem algumas proposições acerca da questão principal do capítulo, isto é, a existência simbólica de formulações com *Franco*, *franquista*, *franquismo*. Como bem lembra Frege, o sentido do nome próprio depende de descrições definidas que se associam a ele, por isso, enquanto se mantivesse a mesma referência, se manteriam descrições singulares possíveis ao nome próprio. O que Frege nos oferece, mas que precisa ser posto sob o prisma da teoria do discurso, é que a existência dos vários modos de apresentação do nome *Franco* se relaciona com a referência e o sentido. Ou mais à frente, com o processo discursivo. Os vários modos de apresentação de *Franco*, seja pela sua categoria de nome próprio ou pelo processo metafórico (tomar *dictadura de Franco* por *franquista* ou *franquismo*) seriam possíveis graças à condição da linguagem natural; o referente, como denota Frege, é um objeto no mundo (e que pode possuir uma

natureza instável), por isso, há uma natureza ambígua nessas construções, na medida em que o referente convocado pelo sujeito falante pode (não) remeter a:

I) *Se Franco...* Francisco Franco Bahamonde, aquele que nasceu em Ferrol e durante quarenta anos foi ditador da Espanha.

II) *Se franquismo...* Os quarenta anos que a Espanha esteve dirigida por Franco.

III) *Se franquista...* Aquilo que remete à Espanha da época de Franco.

Essas formulações (de natureza referencial e designativa) levantam os limites do modo de apresentação do objeto, bem como a estabilidade do referente e do sentido. Elas encerram uma possibilidade de comprovação do valor de verdade, na qual tanto sentido e referência se atravessam na reflexão de Frege. No entanto, a natureza do modo de apresentação na construção da referência não se apoia, na teoria do discurso, aos limites da lógica; a reflexão de Frege (sobre o sentido e a referência) é um ponto central para que Pêcheux pudesse estabelecer caminhos para uma semântica materialista. Vale ressaltar, no entanto, que apenas nos apoiando nas práticas históricas é que podemos, ao nos debruçarmos sobre as formulações com *Franco*, *franquismo* e *franquista*, demonstrar o processo de significação que é afetado fortemente pela língua, o político e a ideologia.

#### 5.1.2 De Frege a Pêcheux: os terrenos da apropriação contraditória do *nome próprio*

É na segunda parte de Semântica e Discurso, *Da filosofia da linguagem à teoria do discurso*, que Pêcheux, no caminho de mostrar as rupturas e as solvências necessários ao idealismo para constituição plena de uma posição materialista do discurso, retomará dois textos de Frege, a saber, *Sobre o sentido e Referência* (FREGE, [1892] 2009) e *Função e Conceito* (*idem*, [1891] 2009). Pautando-se no primeiro texto, ele redigiu o subcapítulo *Determinação, formação do nome e encaixe* que tem como objetivo explorar a separação entre *pensamento e objeto de pensamento*, incorporando nessa discussão a noção de

*pré-construído*, e partindo, sobremaneira, do funcionamento (na língua e no discurso) do nome próprio.

Nesse subcapítulo são nodais, para estruturação da reflexão de Pêcheux, o distanciamento das concepções de imperfeição da linguagem e pensamento, advindas de Frege, assim como a apropriação de exemplos extraídos deste último “Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” (*ibidem*, p. 75) (Kleper). Pêcheux, por meio da relativa determinada (construção acima), vai dar a ver o efeito discursivo do encaixe sintático (*pré-construído*) e o trabalho da determinação na formação dos nomes próprios a partir de formas marcadas (antropônimos) ou adjacentes (caso dos demonstrativos). Antes de adentrar à discussão, precisamos aclarar o que Pêcheux toma por pensamento. O filósofo francês nos explica que o pensamento em Frege consiste na apoderação do objeto, isto é, na saturação dos lugares vazios (determinação) que produzem *a composição dos pensamentos* (inexistência de lugares vazios, apreensão lógica); por outro lado, a indeterminação (não-saturação) estaria concatenada à não apreensão do real (ausência de objetos). Essa não é, desde logo, a posição que Pêcheux toma por pensamento - categoria que aparece longamente nessa parte do texto de Semântica e Discurso. Pêcheux compreende o pensamento como uma forma material de apreensão do real, na qual o objeto do pensamento é produzido a partir das “[...] determinações de desigualdade-contradição-subordinação que constituem o real como processo sem sujeito” (*idem*, p. 234). O pensamento, para Pêcheux, portanto, se produz em regiões que estão disjuntas e submetidas às leis de não-conexidade entre a interioridade/exterioridade contraditória.

Dito isso, Pêcheux inicia o subcapítulo retomando uma citação de Frege, na qual esse último nos diz que a oração subordinada não exprime um pensamento completo (referindo-se ao exemplo da relativa determinativa), posto que a *proposição independente* da subordinada é necessária para produzir um sentido completo. É o caso da afirmação *aquela que* na proposição “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” (retomando Kleper), em que *aquela que* é dependente, pois produz uma ligação necessária e indispensável com a subordinada para expressar o sentido. Acerca do exemplo de Kleper na relativa determinada acima, vale ressaltar que o lógico alemão entende que nessa sentença não há um pensamento completo (dependência

dos elementos), nem na referência um valor de verdade, pois Kleper (o nome próprio) tem função mais assertiva que, nesse caso, designativa - princípio da imperfeição da linguagem.

Partindo disso, Pêcheux argue que há um *indício* na reflexão de Frege que aponta para uma relação do funcionamento da língua com a organicidade do *pensamento*; essa relação seria estabelecida à medida em que a proposição independente e a subordinada relativa produziram no pensamento, segundo Pêcheux, uma ilusão. Essa ilusão existiria porque “[...] um objeto de pensamento pressupõe a existência de um objeto real que ele designa [...]” (PÊCHEUX, [1975c] 2014a, p. 88), ou, em outras palavras, a correspondência entre o pensamento e o real estaria sustentada na imperfeição da linguagem natural, que acarretaria no caso dos nomes próprios (simples ou compostos) um valor de denotação ou asserção (no caso da relativa determinativa). O efeito da denotação conduziria sempre à pressuposição de alguém único, individual (valendo-se do exemplo do nome Kleper).

A descrição entre a correspondência do objeto real e do pensamento é, na sequência, questionada por Pêcheux. Vale destacar que em Frege o eixo de sustentação do funcionamento da língua no pensamento é resolvido pela lógica, pelo valor de verdade (ou sua ausência) e por proposições formais; já Pêcheux proporá outra explicação sobre o indício da conexão entre funcionamento da língua e pensamento, que partirá do efeito do pré-construído.

Parafraseando a formulação de Frege e deslocando-a à instância do religioso, “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, Pêcheux problematiza o paradoxo do valor de verdade da sentença para o discurso do ateísmo, posto que a formulação pressuporia (para negar) a existência de Jesus Cristo. Por essa encruzilhada Pêcheux introduz o pré-construído, considerando que no funcionamento da língua em relação ao *pensamento* (ou domínio de pensamento, como Pêcheux elaborará mais adiante no texto), há separação, distância ou discrepância, que contrastam “*o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente*” (pré-construído, construção anterior e independente - efeito discursivo ligado ao encaixe sintático) com “*o que está contido na afirmação global da frase*” (objetos construídos no enunciado, em oposição ao pré-construído) (*ibidem*, p. 89). Essas formulações teóricas são consequência da reflexão de Pêcheux sobre a *ilusão*.

Pêcheux dirá que a ilusão não se reduz à sintaxe por imperfeição da linguagem, tal como sustenta Frege; para Pêcheux o efeito de ilusão da discrepância entre pensamento e objeto de pensamento, no caso da relativa determinativa (aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria), está ligado materialmente a um efeito discursivo causado pela discrepância entre dois domínios de pensamento (o funcionamento da língua no pensamento como efeito do discurso). A discrepância produzida faz com que o elemento de um domínio (exterioridade) irrompa em um elemento do outro (anterioridade) sob o efeito do pré-construído (*ibidem*, p. 99; p. 114), isto é, *a descoberta das órbitas planetárias e a morte na miséria* se fusionam ao encaixe sintático no *aquele que* por meio da relativa determinativa. Uma relação entre objeto de saber, asserção e funcionamento linguístico. Por esse caminho Pêcheux tecerá algumas considerações sobre os nomes próprios, muito em razão do papel central jogado por essa categoria no texto de Frege.

Dito isso, o nome próprio é uma categoria decisiva para Pêcheux, pois esta lhe permite introduzir a problemática do pré-construído. Além disso, o nome próprio (não apenas o substantivo próprio, como Kleper, mas outras formas que funcionam como nome próprio como aquele que, quem, que, etc.), apontam para uma realidade específica do trabalho da determinação/indeterminação. Pêcheux dirá que a determinação não funciona no nome próprio, porque o nome próprio (as diferentes expressões apontadas) é resultado da determinação em seu extremo, isto é, os nomes próprios dependem de redes parafrásticas e de associações específicas para atribuir-lhe sentido, pois, o nome isolado não representa qualquer possibilidade de determinação do real exterior ao sujeito. O caráter denotativo do nome levanta para Pêcheux, portanto, o problema da *existência independente do real como exterior* ao sujeito na qual funcionam (em relação à identificação do objeto de pensamento e o pensamento), a evidência. Nos diz Pêcheux (*ibidem*, p. 100):

[...] se nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem necessariamente existir *termos que não sejam nomes próprios*, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação.

O que depreendemos dessa passagem é que o estatuto dos nomes próprios não carrega, consigo mesmo, a exclusividade de uma função na língua. Suas formas de construção (por meio de formas individuais Kepler ou descrições definidas - *Jesus Cristo dos Cristãos* ou *Jesus Cristo do Renan*) não são capazes de sustentar a determinação, porque outras expressões (perífrases, demonstrativos ou outras) podem, conforme nos indica Pêcheux, produzir as condições de formulação na língua dessas expressões. Em outras palavras, o funcionamento da língua (na relação discurso e ideologia) impõe sobre o pensamento a discrepância entre identificação de objeto, denotação e determinação/indeterminação, que possibilita à constituição do sentido a emulsão de diferentes objetos enunciativos, históricos e ideológicos. Assim sendo, outras expressões parafrásticas anteriores ao nome próprio também são capazes de instituir, na cadeia parafrástica, o funcionamento elementar de nome próprio, pois a “[...] unicidade contraditória do objeto [...]” nos casos que apontamos acima, é “[...] a condição comum de seu bom funcionamento [...]”, desde que considerado que há nessa unicidade outras possibilidades de variações sintáticas e/ou lexicais implicadas (*ibidem*, p. 97). Desta forma, a questão do nome próprio vai se desenhando para Pêcheux como uma questão ligada tanto às possibilidades da base linguística, como aos atravessamentos da ordem da ideologia (evidência, materialidade histórica dos objetos de pensamento) e do discurso (determinação/indeterminação). A seguinte passagem parece ser crucial para o entendimento do nome próprio em Pêcheux (*idem*, p. 100):

[...] essa designação pelo nome próprio [necessidade de designar um nome próprio a cada estado/objeto do real] implica, correlativamente, a possibilidade de designar ‘a mesma coisa’ por uma perífrase, tal como ‘aquele que descobriu [etc.]’, ‘a cidade que é a capital da Alemanha’, ‘o segundo dos planetas que gravitam ao redor do Sol’; o que significa dizer que aos nomes próprios ‘simples’ correspondem *necessariamente* nomes próprios ‘compostos’, não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos, que podem ir de ‘o N que VN’ (onde N representa um ‘nome comum’ como homem, cidade, planeta, etc.) até ‘aquele que VN’ ou ‘o que VN’, em que todo *apoio lexical* inicial desaparece.

É incontornável o fato de que o nome próprio possui uma função atributiva na linguagem; seja no campo da astronomia, da geografia ou da história, todas elas buscam, segundo Pêcheux, *catalogar* os objetos do real a partir de nomes,



organizando a materialidade dos processos históricos e científicos a partir de expressões capazes de sintetizar o estado das coisas. No entanto, o nome próprio não se funde às coisas ou melhor, às evidências, da forma simétrica como pressupõe o movimento das ciências citadas acima por Pêcheux. Nos parece nodal que para Pêcheux o nome próprio pode, em determinadas circunstâncias, constituir o *apoio lexical* (um nome individualizado - Kepler, Berlim, Estrela da Manhã), mas, ao mesmo tempo, essa mesma categoria pode consistir em algo adverso, causado por outros funcionamentos sintáticos que se interligam por relações parafrásticas. Por isso, as descrições definidas atestadas em algumas das possibilidades gramaticais (as construções com os demonstrativos + N e VN) são apenas o indício do processo discursivo possível aos nomes próprios. Por isso, se na língua há modalidades marcadas com apoio lexical, há outras que não são assim. É no processo discursivo que poderemos apreender essas modalidades por meio do funcionamento da indeterminação/determinação do nome por vias lexicalizadas, sintáticas e parafrásticas.

Tendo em conta o apresentado acima, podemos dizer que as designações marcadas como *Franco, franquismo, franquista* são produzidas contraditoriamente em redes parafrásticas; não representam unicamente (e nem por excelência) a possibilidade irrestrita de denotação (como puro valor lexical) de acontecimentos históricos, nem tão pouco são determinadas *ad nihilo*. O que essas designações incorporam em seus usos são as contradições que se ligam materialmente, por meio de redes parafrásticas, às condições de determinação/indeterminação do processo discursivo. A unicidade que produz evidências sobre as designações é fortemente afetada pela base linguística (variações sintáticas e/ou lexicais). Assim sendo, essas expressões se realizam na dupla determinação/indeterminação, que nos permite demonstrar a presença do efeito de ausência/presença de sentidos de *dictadura* nesses nomes. Ainda que não tenhamos nos ocupado das descrições definidas ou de designações indeterminadas (terrenos férteis no discurso para materialização da ideologia), o processo discursivo nos mostra como as expressões marcadas são atravessadas pelo efeito de ausência; um efeito que tem função importante na circunscrição política, ideológica e econômica do VOX na formação social espanhola.

## 5.2 ENTRE A (IN)DETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE E DA EXCLUSÃO DO SENTIDO: O EFEITO DE AUSÊNCIA EM DESCONTINUIDADES, RUPTURAS E DISCREPÂNCIAS NO DISCURSO DO VOX

Nas próximas subseções vamos analisar os contínuos efeitos de ausência que atravessam os dizeres do VOX quanto às modalidades de significação de Franco; no primeiro momento nos debruçaremos sobre a impossibilidade da inscrição de sentidos de *dictadura* nas situações em que *franquismo* e *franquista* aparecem linearizados nas falas dos membros do partido; no segundo momento, demonstraremos como há a dupla ausência (sintática e significante) nas cadeias de dizeres analisadas.

### 5.2.1 Não condenar a história ou resignificá-la? As cadeias parafrásticas de franquismo e franquista no discurso do VOX

A SD17 recorta uma passagem da imaginária (no sentido ficcional) entrevista entre Santiago Abascal e Jordi Évole (*el follonero*/o encenqueiro)<sup>82</sup>. Em 2015, Jordi Évole apresentava um quadro de entrevistas no programa chamado *Salvados*, no qual recebia personalidades políticas e midiáticas para uma bate-papo em um bar. Por ocasião das eleições gerais (para presidência do governo, congresso dos deputados e senado)<sup>83</sup>, Jordi Évole recebeu alguns dos candidatos com maior expressividade nas pesquisas eleitorais, como Pablo Iglesias (Podemos) e Albert Rivera (Ciudadanos). Nas eleições de 2015, o desempenho eleitoral de VOX foi muito discreto. No entanto, isso não impediu o partido de reclamar espaços midiáticos que estavam sendo ocupados por outros agentes políticos. O vídeo do qual recortamos a SD17 pertence a uma ação de protesto específica do VOX; no vídeo produzido pelo VOX, Santiago Abascal

---

<sup>82</sup> Jordi Évole é um humorista crítico catalão que é conhecido por entrevistas e piadas bem-humoradas com políticos e celebridades. Seu apelido (*el follonero*) é oriundo de um personagem que interpretava ao começo da sua carreira humorística. É amplamente conhecido no cenário midiático espanhol.

<sup>83</sup> No ano de 2015 foi realizada uma eleição geral, que resultou na tentativa falida de investidura de Pedro Sánchez como presidente de governo. Face a esse fato, em 2016 foram convocadas novas eleições, que resultaram, depois de muitas tentativas, na investidura de Mariano Rajoy como presidente de governo. Vale ressaltar que essa investidura é considerada polêmica, posto que Rajoy necessitou da abstinência dos votos dos deputados do PSOE para prosperar sua candidatura. Alguns desses eventos se atravessam nas SDs que analisaremos na sequência.

simula uma entrevista com Jordi Évole, reconstituindo na produção cenários e ações específicas do programa *Salvados*. Iván Espinosa de los Monteros interpreta Évole, tendo seu rosto sobreposto a uma figura animada del *follonero*. Além disso, as perguntas dirigidas a Abascal são montagens de questionamentos dirigidos pelo humorista a outros políticos que participaram do programa. Uma das perguntas selecionadas pelo partido, a ser respondida por Santiago, foi sobre o franquismo:

**SD17  
2015  
Produção do VOX**

**Personagem [Jordi Évole]:** ¿Apoyareis en el Congreso, una moción que condene el **franquismo**?

**Santiago Abascal:** **Nosotros queremos gobernar... para los españoles; y queremos apelar a la concordia.** Nosotros no condenaríamos ni la transición, ni **el franquismo**, ni la república que trajo a la Guerra Civil, ni la restauración, ni la reconquista; queremos gobernar para los españoles. **La Guerra Civil pasó hace mucho tiempo; ya basta de hacer política con la guerra civil; ya basta de una ley de memoria histórica que pretende enfrentar a los españoles.** Este debate ya cansa.

Santi Abascal con Jordi, follonero, en el bar de Salvador Monedero (VOX España/YouTube)  
752126 visualizações  
<https://youtu.be/vCzgGglgofk> - Acesso em 03 jun. 2022.

A resposta dada por Abascal à questão ficcionalmente proposta por Évole ancora-se em um profundo efeito antagônico que recobre desde os sentidos de *españoles* até o efeito que imbrica materialmente *franquismo* ao mesmo nível de *transición*, *república*, *restauración*, *reconquista*. Sua afirmação, além de asseverar a latência da (in)determinação que recai sobre a expressão *franquismo*, acende uma posição combativa, na qual os espanhóis (imaginariamente projetados no recorte) surgem como elo que rompe as ataduras da atualidade para aprofundar um projeto político outro, cuja necessidade é atestada pela incongruência do presente e a executabilidade recaída sobre o VOX, dado que são estes quem podem efetivamente governar *para los españoles*. Para começar, é preciso demonstrar como a designação *españoles* é recoberto imaginariamente no dizer de Abascal.

Logo de entrada, há um distanciamento entre a pergunta e a resposta de Abascal, que possibilita a abertura para sentidos que são despojados

inconscientemente (esquecimento nº 1) pelos interlocutores. A pergunta, que enfatiza a reprovação explícita ao franquismo numa eventual moção de condenação, é respondida imediatamente com destaque a uma prática política voltada aos espanhóis. O pré-construído que acompanha esse movimento (*condenar al franquismo no es gobernar para los españoles* - efeito do distanciamento), estrutura uma materialidade complexa, que se exhibe ao longo da cadeia de dizeres do VOX:

<p>Condenar al franquismo no es gobernar para los españoles, es gobernar para...</p>	<p>la izquierda (SD8)          los totalitarios de izquierda, como Podemos (SD2)          la dictadura de las élites de ciertos colectivos (SD12)          la dictadura de la corrección política (SD12)          la dictadura progre (SD16)          la dictadura de la memoria histórica (SD16)</p>
--	---

A partir do jogo parafrástico de confronto entre dizeres materializados em outras SDs, o efeito de pré-construído delimita o campo em que ações relativas a políticas de memória histórica tomam corpo; nesse efeito, se enlaça fortemente o distanciamento entre os espanhóis imaginários e a esquerda com seu suposto totalitarismo e ditaduras. Desta forma, a condenação ao franquismo, seja qual for, é restituída de valor político apenas para a esquerda e seus sequazes. A designação *españoles*, por outro lado, é uma designação à parte, que desliza metaforicamente a partir de outros pontos de ancoragem ideológicos, mas que não possuem afinidade com ações condenatórias ao franquismo:

<p>Nosotros queremos gobernar para...</p>	<p>los españoles (SD17)...          los que aman a España...          los que demuestran pruebas de hispanidad...          los que defienden la unidad de España (SD18)...          los que defienden la cohesión nacional (SD21)...          los que están en contra de los</p>	<p>a fin de que haya concordia.</p>
---	--	-------------------------------------

	independentismos...	
--	---------------------	--

Algumas das possíveis paráfrases a *los españoles* são recortadas de SDs que serão analisadas na sequência. Essas expressões, que são derivadas na sequência parafrástica, se produzem no efeito metafórico que ressalta sua própria historicidade. A condição de deslize, como atestamos na paráfrase anterior, além de caracterizar um efeito característico das línguas naturais (ORLANDI, 2007), também circunscreve pontos de ancoragem para a interpretação. Nessa direção, *los españoles* funciona de modo dividido e tensionado pela historicidade do franquismo, como veremos mais adiante na SD21. A natureza dessa divisão materializa o que *los españoles* (não) pode significar nos dizeres do VOX, ao passo que delimita as suas condições de interpretação. Nessa medida são introduzidas as expressões que fazem deslizar os sentidos de espanhóis, relacionados imaginariamente com condições de promoção de um certo tipo de nacionalismo ou de expressões pátrias que remetem à centralidade do Estado espanhol ou então a possíveis manifestações de hispanidade. De um lado ou de outro, é esse o imaginário de *espanhol* que fundamenta os dizeres de Abascal, muito em função de um funcionamento aversivo e combatente aos pares contrários aos espanhóis: a esquerda, Podemos, os separatistas e assim por diante.

Esse duplo funcionamento discursivo, isto é, o efeito de distanciamento da primeira paráfrase (causado pela pergunta/resposta) e o de divisão na segunda (repartição dos sentidos de espanhóis), propiciam paradoxalmente a circunscrição do domínio de memória no qual o interlocutor assenta seu dizer para rebater o discurso-outro (o dos que não querem governar para os espanhóis), que se atesta em outro processo parafrástico:

La Guerra Civil pasó hace mucho tiempo; ya basta de considerarla como...	franquista... de derechas... tema actual... pauta política...	porque enfrenta a los españoles.
--	--	----------------------------------

A paráfrase acima é uma extensão das anteriores, porque demonstra como a partir de múltiplos efeitos, o interlocutor introduz discretamente no fio do

discurso sentidos nodais à sua estruturação. O que está em causa no projeto antiespanhol visto na primeira paráfrase, acaba ganhando outros desenhos ao final, uma vez que se tal projeto está em marcha, VOX é o partido que então propõe autenticamente um projeto espanhol em termos de memória histórica (imobilização). Nessa direção, há um papel colossal na significação da Guerra Civil, uma vez que nessa paráfrase tanto *franquismo* como *derecha* estão isentas de responsabilidade, ou, dito de outro modo, seus papéis são relativizados na narratividade histórica enquanto outros grupos históricos têm sua relevância acentuada. É o caso da República. Na SD17, o adjunto adnominal *que trajo a la Guerra Civil*, se comporta como uma restritiva em relação a *la República* e serve para apagar as condições materiais reais de existência que condicionaram a Guerra Civil. Nesse ponto, começam a trabalhar equivalências enunciativas em torno a *franquismo*.

Na afirmação de Abascal na SD17, *nosotros no condenaríamos ni la transición, ni el franquismo, ni la república que trajo a la Guerra Civil, ni la restauración, ni la reconquista*, todos os objetos históricos em destaque estão ligados pelo efeito de equivalência e generalidade; isto é, trata-se de objetos que não se distinguem pela sua historicidade, mas se unem pela dureza enunciativa (o efeito de equivalência por meio do recurso de hierarquização<sup>84</sup> por negação da condenação). Essa estrutura enunciativa é o que subordina a resposta direta de Abascal à pergunta do pretense Évole. Ela também abre espaço para outras questões: por que todos esses eventos históricos deveriam ser condenados? Sob qual justificativa? Assim, sob a evidência da equivalência e da generalidade, o significante *franquismo* passa a se inscrever em elementos que o vão (in)determinando, o depurando a tal ponto que reste apenas sob esse significante o puro do efeito da denotação (funcionamento ilusório na língua do puro valor lexical), posto que a conotação (atribuição de uma significação) caberia aos que são antiespanhóis, cuja nomeação é realizada por meio de substantivos mais abstratos (BRÉAL, [1904] 1992).

No exame que segue, da SD18, temos a participação de Santiago Abascal em 7 de março de 2016 no programa *El Gato al Agua*. O vídeo, vinculado ao

---

<sup>84</sup> Na realização da hierarquização dos fatos históricos, o enunciador cede à história evenemencial que traça uma linha temporal regressiva e estanque: dos fatos históricos mais recentes até os mais remotos.

YouTube é dividido em duas partes: na primeira, há o recorte das intervenções de Abascal; na segunda, há a presença de um vídeo de *La Redacción Abierta* do *El Toro TV*, sem a presença de membros do VOX. Na primeira parte, objeto de nossa análise, são costuradas várias discussões: a defesa da não necessidade de repetir eleições, uma das possibilidades ventiladas à época para solucionar a falta de acordos políticos por parte do governo Rajoy; o *golpe de Estado* na Catalunha (lembremo-nos que a tentativa de independência aconteceu em outubro de 2017) e a falta de respostas contundentes por parte dos poderes do Estado à declaração de independência, na visão de Abascal. A formulação da SD18 é um endossamento de Abascal ao comentário de um dos participantes do programa, que havia defendido que os movimentos independentistas na Catalunha eram projetos regionais de poder, que não apresentavam benefícios à Espanha.

**SD18  
2016  
Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** no hay que dar respuesta a unos cuantos diputados separatistas, como hasta ahora; hay que dar respuesta a 90 diputados que se quieren cargar España; que España no les importa; que les molesta su unidad; porque les parece una **antigualla franquista**; que les molesta su himno, porque les parece una **cutre pachanga fascista**<sup>85</sup>; que les molesta las libertades de la gente. Y a eso se oponen, si se puede decir que se oponen, 100 diputados socialistas que quieren responder dando más competencias a las autonomías. O sea, ¿hay 190? ¡Qué son verdaderamente peligrosos! Y luego hay el resto, porque tampoco quieren hacer/no quieren plantear una respuesta firme y contundente, aplicando la legalidad hasta los últimos extremos, porque ahora mismo/mira - y aquí hay que romper una lanza en favor de UPyD - ahora mismo no hay UN solo diputado, en el congreso en España, que quiere aplicar el artículo 155 de la constitución. Ni uno ¿eh? Ni uno. Por lo tanto la situación es verdaderamente dramática.

Santiago Abascal en El Gato al Agua 7 Marzo (VOX España/YouTube)  
560 visualizações  
<https://youtu.be/UhdMZrZExmo> - Acesso em 03 jun. 2022.

---

<sup>85</sup> Em tradução livre: *pachanga fascista de merda*. Pachanga se refere a um ritmo caribenho que mistura merengue e rumba. A fala entre aspas é a presença de um discurso-outro, proveniente de uma declaração de Pablo Iglesias de 2008, em que este defende que o hino da Espanha é uma *cutre pachanga facha* (*pachanga fascistinha de merda*). Apesar de ser uma afirmação antiga de Iglesias, o artigo no qual a afirmação é feita ganha popularidade em 2015, com uma matéria do jornal **ABC**. Disponível em: <https://www.abc.es/espana/20150124/abci-pablo-iglesias-simbolos-espana-201501220654.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Nesse recorte vemos como Abascal apresenta uma cisão espelhada no discurso-outro. Nesse discurso-outro se encontram os deputados separatistas catalães, que são adjetivados como *assassinos de nações (se quieren cargar España/querem matar a Espanha)*, *ressentidos (les molesta su unidad)*, *erróneos (que les parece una antiguala franquista/que parece uma antiguidade franquista)*, além de intimamente ligados à esquerda (citação indireta à fala de Pablo Iglesias) e a historicidades (*franquismo e fascismo*) que não condizem com as condições reais, na visão do interlocutor, do Estado espanhol. O movimento de adjetivação pelo recurso da hierarquização e da repetição sintática do sintagma preposicional *que les... x*, surge como movimento que se opõe, no nível intradiscursivo, finalmente, ao termo *libertades de la gente*, isto é, a liberdade (burguesa e liberal) que ao finalizar o recorte, também introduz um dos nervos principais da estruturação discursiva. Dito de outro modo, se não há liberdade (burguesa e liberal) não há Estado, proposta dos separatistas (extinguir a liberdade e o Estado) no movimento significativo principiado por Abascal. Nessa direção, se constitui o inimigo da unidade, do Estado e da liberdade espanhola: os separatistas. Arquetipicamente estruturados na materialidade enunciativa, os inimigos não se reduzem apenas aos separatistas, aos 90 deputados da *Generalitat de Catalunya*, mas também àqueles que dão competências, que pactuam com os independentistas, como os socialistas do PSC (*Partido de los Socialistas de Cataluña*). A ilusão de referencialidade no dizer de Abascal é promulgada pelo efeito da legalidade, posto que se de um lado há os separatistas e socialistas (antiespanhóis), de outro há a lei do Estado espanhol para sancionar quem quer que seja que transgrida suas premissas. O Estado nacional e a pátria são as vítimas das ações independentistas no dizer de Abascal. A esse respeito, vale ressaltar que:

[...] a hipertrofia romântica da qual parece dar contra o nacionalismo de meados do século XX entra em contradição com a dimensão ilustrada dos Estados nacionais e seu caráter originalmente humanista. Não devemos esquecer que eles foram fundados sobre o princípio de igualdade dos homens e com o horizonte de uma liberdade garantida pelo progresso, pelo qual a ruptura entre ideias universais e nacionais possui um alcance difícil de avaliar, em se considerando que pelo menos conseguiu pôr em dúvida a vigência de todo o projeto moderno (CARRETERO, 2010, p. 42).



A partir das indicações de Carretero é possível balizar que os projetos de Estado nacional e a ideologia nacionalista são redutos imbricados contraditoriamente por práticas e saberes que ora conflituam, ora proporcionam seu continuísmo. Também poderíamos acrescentar que conforme Poulantzas ([1968] 2019), um *Estado nacional-popular* pode apresentar a unidade do povo-nação e ser representado em *indivíduos-pessoas políticas*, que possibilitam ver nos campos da luta política e econômica de classe como é constituída a própria unidade do Estado capitalista nacional. Essas marcas são, nas formulações de Abascal, dotadas de um ceticismo abstrato: se frente a essas categorias (nação, pátria) não incorporam nem o passado (SD17), nem qualquer projeto político de ruptura, o que elas materializam? Possivelmente dessa estruturação discursiva é que deriva a tensão entre os termos que giram em torno de *franquista* e *franquismo*, tensionadas pelas discursividades do franquismo.

Na SD18 a referência a *franquista (antigualla franquista)* e a permeação de sentidos que atravessam o discurso-outro sobre o franquismo (*cutre pachanga fascista*), são endereçadas por designações mais abstratas, a exemplo do que defendemos ao final da análise da SD17. Esse movimento significativo é sustentado pelo discurso-outro, ou, como vimos no capítulo anterior, pela discrepância, cisão e separação entre o *nosotros* e *ellos*. Na marca do *nosotros*, na SD17, a circunferência de *franquismo* é condicionada à generalidade e à equivalência enunciativa; na SD18, se demonstra a presença do *ellos*, marcados explicitamente na construção com pronome de objeto indireto (*les*), com uma presença maior do efeito de conotação, seja pela presença do substantivo *antigualla* ou do adjetivo *cutre* associados especificamente a expressões consolidadas imaginariamente no campo do outro como o par *franquista/fascista*. O significante *franquista*, no entanto, não é clivado sem divisões ao campo do *ellos*, do discurso-outro, pois há uma falha significativa em seu funcionamento: as insígnias nacionalistas (*patria, unidad, cohesión nacional*, etc.) se ligam paradoxalmente ao passado, ao franquismo, como o próprio interlocutor demarca na SD21. Desta forma, se a máxima que subsidia a S18 é ideologicamente eficiente, isto é, *Los diputados verdaderamente españoles quieren a España, defienden su autonomía y se orgullan de su unidad*, ela é possível graças ao efeito de divisão que é atestado na formulação de Abascal e

que este, na sua ilusão de sujeito enunciador, tenta despi-la de qualquer impureza.

A partir do que demonstramos, há sentidos de *franquismo* que são rechaçados nas formulações de Abascal ou, então, atribuídos ao discurso-outro. No entanto, há uma impermeabilidade nas tentativas do interlocutor em estabelecer uma dissociação entre domínios de memória antagônicos, isto é, a dissociação/associação das designações *franquismo*, *franquista* das discursividades históricas que a atravessam. Se há um sentido repressivo ou sustentado a partir de saberes ligados à violência, à política de morte e de perseguição, eles pertencem ao discurso-outro; disso podemos depreender que há uma tentativa de depurar os significantes *franquismo*, *franquista* até a consolidação de seu valor puramente instrumental e lexical (denotação), deixando restar no discurso-outro o efeito de conotação. Pelo menos, em tese, pois como veremos adiante, os dizeres do VOX também sustentam esses significantes a partir de saberes *discretamente* ufanistas, caso da próxima SD.

Na SD19 temos outro recorte da participação de Santiago Abascal no programa *El Gato al Agua* em maio de 2016. A edição do vídeo privilegia quatro pautas principais (que são aprofundadas em subtemas): as pesquisas eleitorais como redutos de fabricação de falsos consensos dos votantes; críticas às posições dúbias do PP e de Mariano Rajoy, que se dizem *liberal-conservadores* mas para o VOX eles não refletem esse posicionamento na prática política; participação de uma protestante (a *Superabuela de VOX*) que enfrenta no vídeo que circulou amplamente à época, membros do movimento Okupas<sup>86</sup> em Barcelona; e, por fim, o tema de política linguística, no qual Santiago Abascal defende a promoção de uma língua nacional comum e não a *restrição* de acesso ao trabalho com exigência de línguas regionais, a exemplo do vasco e do catalão. A formulação é recortada na SD19 se insere nessa última discussão. A edição do vídeo suprime o comentário que antecede a resposta de Abascal presente no recorte. Mas, pelo que podemos resgatar, ela está implicada nesse último tópico de discussão e tem relação com a situação linguística na Catalunha, que é usada como contraste para a *situação vasca*:

---

<sup>86</sup> Movimento social espanhol que defende a ocupação de terras, casas ou edifícios desocupados com o fim de torná-los lugares de moradia, trabalho ou de promoção de ações políticas e culturais.

**SD19**  
**2016**  
**Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** Pero dicho eso, déjame que dé un dato también, para apuntar a lo que decís en Cataluña. Mi abuelo, que el hombre fue alcalde de 1963 al 79, durante la parte final **del régimen**; y diputado foral de agricultura y de promoción del vasco en () es que veo ahí todavía, en su casa, la placa de las/de la federación de ikastolas<sup>87</sup> agradeciendo al diputado foral de promoción del vasco, eso durante el **franquismo**. La promoción... fijaos, si iba ligado a la agricultura curiosamente...

Santiago Abascal en El Gato al Agua 30 mayo. (VOX España/YouTube)  
2308 visualizações  
<https://www.youtube.com/watch?v=VyaivL7Ytw> - Acesso em 03 jun. 2022.

O exemplo apresentado por Abascal, empírico e totalmente baseado na narrativa familiar, também enreda as próprias condições em que o significativo franquismo constitui a repartição de seu referente. Seu avô, como o próprio relato sinaliza, teve incursões pela política espanhola durante o governo de Franco, no entanto, não recai sobre ele qualquer peso político (na SD28 essa questão aparece mais marcada no dizer de Abascal). Desta forma, passa a funcionar no conjunto do recorte da SD19 uma conclusão inequívoca, na qual:

durante el <b>franquismo/el régimen</b> hubo promoción del vasco con la ayuda de...	españoles... ciudadanos... civiles... personas comunes...	que por no ser políticos, eran...	preocupados por España... en contra de los discursos culturales de izquierda... interesados en el bien común de la sociedad española...
---	---	-----------------------------------	---

<sup>87</sup> Escolas cooperativas que utilizavam o vasco (euskera) como língua de ensino durante o século XX, sobretudo no País Vasco (Euskadi). Essas escolas tinham por papel promover a língua vasca, dado que o sistema de ensino em geral (em especial no franquismo), não incluía as línguas regionais no currículo escolar.

No efeito de univocidade calcado no esquecimento enunciativo (nº 2), o enunciador impõe sob a dupla *vasco/español* uma diferença significativa que se confina a uma instância regional, como traço de diferença ou acréscimo histórico, não como uma mudança de terreno político. Desta forma, o par significativo se produz como uma semelhança sustentada numa lógica argumentativa que materializa um pré-construído do tipo: *se todo vasco é espanhol, logo há apenas espanhóis no País Vasco*. Assim sendo, são apartados da cadeia parafrástica qualquer relação com os longos processos, tentativas e reafirmações de independência, nacionalismo e autonomia do País Vasco (Euskadi). Só há espaços para diferenças desiguais no nível de uma historicidade regrada e regulada pela força com dominante (o Estado espanhol e o fato da hispanidade). Na paráfrase acima vemos como o avô de Abascal e todos seus correligionários se inscrevem numa discursividade aparentemente despida do político; são apresentados como cidadãos comuns preocupados pelo bem da Espanha, sendo o vasco (euskera) um objeto regional e espanhol, que força a presença de outro pré-construído: *o euskera é uma língua espanhola*. O apagamento do político, nessa dimensão, se relaciona com a política burguesa que nos comenta Pêcheux ([1975c] 2014a). Ao criticar Frege quando este último diz que palavras como *o povo*, *a vontade do povo*, requerem um tratamento individual, a exemplo de *Ulisses* (um nome sem referente), Pêcheux (*idem*) reafirma que a apreciação individual é um modo de apreensão burguesa da política. A ideologia burguesa, portanto, faria com que a política fosse comparada a um registro de ficção. Sendo assim, a ideologia burguesa se sustentaria a partir de evidências que apagam, no funcionamento discursivo, qualquer indício de que suas ações se assentam também no domínio da luta de classes. Assim, o exemplo introduzido por Abascal na SD19 é também marca desse funcionamento: a historicidade do passado narrado é despida de marcas de contradição, restando apenas em seu movimento significativo a pureza de uma epopeia romântica.

O relato de Abascal é também uma tentativa (falha) de combate ao discurso-outro, posto que se para esse outro domínio imaginário o franquismo é associado ao fascismo e à repressão linguística, as ações louváveis de seu avô estão na contra-mão: *el franquismo también fue, en algún grado, abierto a una política lingüística inclusiva*. A placa dos *ikastolas*, portanto, serve como prova

material que ajuda a estruturar o efeito de mentira que recai sobre o discurso-outro e qualquer um que se proponha a afirmar o contrário. Da mesma forma, a equivocidade da afirmação também a abre a outros sentidos, como *el franquismo no era abierto a la inclusión lingüística, pero, los ciudadanos españoles (ni políticos, ni de izquierdas), sí que lograron con su patriotismo la inclusión de lenguas como el vasco*. Logo, bastava ser patriota para que não houvesse problemas durante *el franquismo/el régimen*. Ficam obliteradas (ou simplesmente não interessam à prática de interlocução) no relato de Abascal, as condições de promoção do vasco naquela época: elas se dirigiam a quem, a quais fins, de que modo, sustentada em que jogos de forças, em quais práticas pedagógicas? Essa redução é bastante importante, pois faz trabalhar no nível do significante *franquismo*, parafraseado em outra expressão que funciona como nome próprio *el régimen*, as barreiras do seu deslize: *el franquismo no era tan represivo como dicen*. Há sempre o trabalho do discurso-outro, um campo antagônico, que sustenta a própria condição de constituição discursiva dos objetos do dizer. À diferença dos termos *franquismo* e *franquista*, que analisamos nas SDs 17 e 18, na SD19 há a irrupção de outra relação de referenciação para *franquismo* e *el régimen*. Diferente do que vemos na SD17 (equivalência semântica no campo do *nosotros*), na SD18 (o efeito conativo do discurso-outro, do *ellos*) e na SD19 o estado de paráfrase (*franquismo/el régimen/franquista*) que vai se encadeando é atravessado por relações semânticas ligadas adversamente ao relato ufanista e romântico, que procura incessantemente se despir (da ilusão) de traços conotativos pertencentes imaginariamente ao discurso-outro, para fixar um fato significante alheio: o efeito de conotação é dissimulado como denotação pura, já que pertence aos *españoles, ciudadanos, civiles, personas comunes* que não são nem de esquerda, nem separatistas, portanto, não *reproduzem mentiras*. Dessa forma, *franquismo/el régimen* celebram na SD19 a não incorporação de quaisquer sentidos de *dictadura* instaurados nos dizeres do VOX analisados nas SDs do capítulo anterior. E ao mesmo tempo predicam uma referência regulada pelo campo do *nosotros*, que confunde em seu relato o efeito da denotação e o da conotação, a fim de fundi-las na ideologia burguesa como um único movimento significante possível: um valor lexical absoluto.

O próximo recorte é de uma participação de Victor González em 2017 no programa de rádio *Madrid al Rojo*. Como se tratava de uma transmissão regional, os assuntos debatidos no programa eram direcionados aos fatos políticos ligados sobretudo às ações da administração da Comunidade Autónoma de Madrid, presidida à época por Cristina Cifuentes do Partido Popular. Uma das questões postas à discussão, além de movimentações específicas de Cifuentes, foi a temática da iniciativa da prefeitura de Madrid em propor um monumento em homenagem às vítimas do franquismo no cemitério da Almudena<sup>88</sup>. O recorte a seguir é a resposta de González ao questionamento do apresentador do programa:

**SD20**  
**2017**  
**Programa radiofônico**

**Apresentador:** ¿y te gusta que... que se plantee/el ayuntamiento planea un monumento a las víctimas franquistas en la Almudena?

**Víctor González:** Bueno, pues eso está fenomenal, si/a mí eso de las **víctimas franquistas** por partes no me gusta y no me gusta en absoluto ¿eh? me parece que es un error, porque volvemos a separar. Yo nací en el 75 y puedo tener mi recuerdo histórico, que es el de mi familia, de uno y otro bando. Pero/como que las víct/habrà que tener a todas las víctimas, tener a uno porque entonces nos tendremos que ir al cementerio de Aravaca, donde los fusilaron; nos podremos ir Alcalá de Henares, donde los... bueno, donde **los rojos y republicanos se mataron unos a otros**. O sea, podríamos estar poniendo monumentos a todas las partes.

Victor Gonzalez en Madrid al Rojo el 9 de mayo - Políticos en escraches y coaccionan a los policías (VOX España/YouTube)  
140 visualizações  
<https://youtu.be/zEC5AzJbpSU> - Acesso em 03 jun. 2022.

Nesse recorte há a permeação de dois movimentos dos sentidos: um, que condiz aos gestos de interpretação possíveis à significação da Guerra Civil, papel que deveria ser cumprido pela família, no dizer do enunciador; e, o segundo, a manutenção de sentidos cristalizados sobre a Guerra Civil (combate entre dois *bandos*, sendo um deles excluído linguisticamente no nível do intradiscurso, *nacionalistas*).

<sup>88</sup> Cf. [https://elpais.com/ccaa/2017/05/08/madrid/1494269140\\_783186.html](https://elpais.com/ccaa/2017/05/08/madrid/1494269140_783186.html). Acesso em: 18 jun. 2022.

Antes de adentrar nos movimentos de sentidos mencionados, cabe apontar alguns fatos significativos que orbitam ao seu redor. O sintagma nominal *las víctimas franquistas* aparece como repetição na réplica de González, no entanto, o complemento do núcleo (*franquista*) desaparece ao longo do recorte, sendo ocupado em seu lugar por um lugar vazio na sintaxe. Esse esvaziamento é necessário para que o dizer do enunciador possa sair da dimensão regional e do discurso-outro (o projeto é de Cifuentes, não do VOX), para incorporar a generalidade e a universalidade em seu lugar (*habrá que tener a todas las víctimas un monumento*). Sob esse efeito (que se compara ao funcionamento visto na SD17), a separação ocasionada pela *revisão do passado* por *ellos*, o discurso-outro, redundante para o enunciador na atualidade de um conflito que foi totalmente superado; além disso, a memória imperativa ao enunciador não é a histórica, mas a familiar (primeiro movimento significativo que indicamos).

Nessa direção, a família impõe-se na formulação como o traço diferencial possível no debate da memória histórica, porque caberia a ela, enquanto instituição, a manutenção de memórias que são individuais, pertencentes a cada família; o efeito de rechaço ao discurso-outro torna imprescindível para o assentamento do domínio de saber do discurso do *nosotros*, a tentativa de incorporar sentidos cristalizados sobre a Guerra Civil. Nessa direção, se impõe sob o primeiro movimento, a presença de dizeres sobre a Guerra Civil que a ligam ao combate entre duas forças (republicanos e nacionalistas) e, por consequência, a cada família espanhola que participou da contenda. No entanto, nos exemplos de González fica nítido que a enumeração dos cemitérios não deixa visível referências *palpáveis* aos nacionalistas, apenas há explicitação intradiscursiva de *rojos y republicanos*. A exclusão por supressão da referência ou sua consumação como domínio indireto, aponta novamente para a função central do efeito de rechaço que atravessa toda a formulação: o adjetivo *franquistas* desaparece e é preterido por outros dizeres, na tentativa do interlocutor em inscrevê-lo no efeito da equivalência e generalidade de objetos históricos (como vimos na SD17). No entanto, em sua ilusão de falante, o interlocutor é encurralado pela natureza da equivocidade, de modo que ao tentar (pelo rechaço) inscrever o significante *franquista* no puro valor denotativo, esbarra na sua impossibilidade. Em outras palavras, ao sobressaltar os matizes significantes para o par *rojos/republicanos*, acentua ainda mais a discrepância

da natureza do apagamento. No entanto, esse efeito é invisível à audiência, que se encontra diante do dilema dos universos logicamente estabilizados: *ou se fazem monumentos para todos ou para ninguém*. Um apagamento forçado pelo próprio da ideologia burguesa.

Em seguida, na SD21, temos a participação de Santiago Abascal em um programa de entrevistas que questiona o projeto político do VOX: surgimento; circunscrição política e ideológica; ações eleitorais; pretensões do partido; posições sobre a prática política de outros partidos na Espanha, dentre outros temas. O recorte da SD21 refere-se à resposta de Abascal à indagação de uma jornalista sobre o que teria originado a atual situação de pactos políticos com independentistas, bem como suas ações no sentido de separar-se do Estado Espanhol.

**SD21  
2017  
Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** Es difícil establecer un culpable, porque yo creo que tiene profundas raíces históricas este problema; y una de ellas es una idea “negrolegendaria<sup>89</sup>” de la nación española, es decir, que España es una nación fallida, España es cárcel de naciones, con lo cual ha llevado fundamentalmente a la izquierda, a tratar de (desintegrar) esa España; y, por otro lado, la existencia del **franquismo y su IDENTIFICACIÓN con la nación**, que también ha llevado a la izquierda a ver con recelos, a la propia idea de España; y por otro lado, el hecho de que ha habido una derecha que actúa de una manera acomplejada, **que ha pensado que defender España era comportarse como un franquista**. Yo creo que eso tiene mucho que ver, con que no haya habido capacidad y valentía para defender la cohesión nacional, y que todo lo que olera a esa misma palabra “cohesión nacional”, “patria”, “España” estaba como contaminado, estaba manchado, eso nos ha llevado... a ir por el camino contrario... es decir, bueno, pues vamos a darle todo a las comunidades [autónomas]

Entrevista a Santiago Abascal en TRIVIUM de Popular Televisión Murcia el 5 de diciembre (VOX España/YouTube)  
18428 visualizações  
<https://youtu.be/BdQrbUNGjFI> - Acesso em 03 jun. 2022.

A resposta de Abascal é fundamentada na ilusão da equivalência opositiva entre campos em conflito; a produção dessa equivalência é condição

---

<sup>89</sup> Abascal alude ao imaginário de uma lenda nefasta antiespanhola, que é alimentada, segundo o enunciador, por um ódio (que é praticado pelos separatistas) frente à Espanha e às manifestações *pátrias* da hispanidade.



de um antagonismo exercido a partir e pela esquerda, dirigido aos espanhóis e à política espanhola. Ao longo do recorte fica visível que o discurso-outro funciona de modo a limpar as *visões enviesadas* no jogo de antecipações mobilizado pelo interlocutor, de tal modo que haja a possibilidade de emergência de outras posições longe da arena de destruição que imaginariamente é vinculada genericamente à esquerda. No primeiro movimento parafrástico que destacamos, há uma nítida incorporação imaginária, por parte da esquerda, do que se designa na formulação por *negrolegendarios*:

<p><i>Los negrolegendarios...</i></p>	<p>no se identifican con la nación...          creen que España es fallida...          denuncian que España encarcela naciones...          desintegran la unidad de España...          han fundamentado la práctica política de izquierda...          han contribuido para que se atribuyeran muchas competencias a las comunidades autónomas...</p>
---------------------------------------	--

Nesse primeiro movimento parafrástico que destacamos se estabelece a família parafrástica que inscreve as regiões do interdiscurso que revestem a designação *negrolegendarios* no dizer de Abascal. As paráfrases, que funcionam em oposição constitutiva à *derecha no acomplejada* e, também, ao relato da esquerda sobre o franquismo, se tornam um campo intercambiável ao discurso-outro, da esquerda, já que um retroalimenta imaginariamente o outro na prática política no dizer de Abascal. Mas, ao mesmo tempo em que os *negrolegendarios*, comutáveis por *separatistas*, *independentistas* ou *de izquierdas*, dissipam a *cohesión nacional*, *patria* e *España*, instauram um problema paradoxal: estabelecido o campo das negações (não é), das separações (não pode ser assim), como o interlocutor equaliza a ligação (rejeitada e dúbia) de seus próprios postulados ao franquismo e seus objetos?

Nessa direção é interessante observar como se materializa o processo parafrástico ao redor do significante *franquista*:

<i>Los franquistas...</i>	se identificaban con la nación... acreditaban que España era exitosa... confiaban en la autonomía de España... fortalecieron la unidad de España...
---------------------------	--

A fim de resolver o impasse da separação e da ligação de objetos políticos e históricos (*patria, España, nación*, etc.), que se relacionam ao franquismo pela equivocidade no processo de constituição do dizer, Abascal recorre a uma via da obliteração dissimulada: seja para negar o discurso-outro, que significa (conota) o franquismo, seja para apagá-lo à medida que não se pode inteiramente denotá-lo (a falha da língua), o interlocutor assume que há outro nacionalismo (não conotado pela esquerda, não atendido pelo franquismo); essa possibilidade do campo outro é materializado por uma divisão do indivisível que permanece atrelada ao espanhol imaginário no dizer do interlocutor:

<i>Ser español es tener capacidad y valentía para...</i>	defender la cohesión nacional... celebrar la patria... amar a España...
--	---

As atitudes pátrias, idealizadas e romantizadas no campo do político, não se dividem nem se separam do franquismo, por isso há uma conflito do indivisível: ainda que o interlocutor busque sempre evidenciar o discurso-outro como função conativa imprescindível, de outro lado os sentidos e as práticas em torno do franquismo não deixam de não se inscreverem num projeto de *cohesión nacional* proposto pelo VOX; por mais que o locutor tente cifrar termos e expressões relacionadas à pátria, nação, etc., estas expressões escapam ao seu controle como sujeito do discurso, fazendo trabalhar a dupla ordem dos esquecimentos: o sujeito não é a origem do dizer, nem se encontra fora de nenhuma formação discursiva. A partir disso podemos depreender que há uma aliança escamada e encoberta entre os dizeres do VOX e a memória discursiva do franquismo. Embora para o interlocutor *defender España no es comportarse como franquista, sino como español*, ainda restam vozes anteriores, passadas e inextinguíveis que Abascal *resuelve* com a generalidade de outra possibilidade (*uma Espanha soberana, mas não tão franquista*), não enunciada ou romântica demais para deixar de ser ficcional.

Em resumo, franquismo termina materializando (independente da tentativa do enunciador em não fazê-lo) traços, dizeres e práticas relacionadas às expressões pátrias. A volatilidade metafórica do referente *franquismo* e *franquista* é materializada pela sua oscilação e disputa entre a conotação (significação) e a denotação (puro valor linguístico), que também é uma disputa que aponta para a luta de classes políticas: de um lado, a esquerda e a *derecha acomplejada*, incapazes de gestionar a Espanha, fazendo acordos com separatistas *negrolegendarios*; mas, de outro, diante de toda a destruição do outro, há a possibilidade de emergência (ou nascimento *milagroso*) do VOX como superação desses problemas. Portanto, o processo de determinação/indeterminação que gira em torno do significante *franquista* aponta para mais dimensões significantes presentes nos recortes: um referente que se encontra dividido entre dois polos que se justapõem e que não conseguem não deixar a memória discursiva do franquismo abrir passo.

Na SD22 temos um recorte da participação de Espinosa de los Monteros em 2017 no programa de rádio *Capital*, no qual há a participação de contertulios para discutir as últimas atualizações de ações de política nacional e internacional. No programa que participou Espinosa de los Monteros, em 5 de janeiro do ano citado, entre os temas discutidos estiveram: o projeto do Ministério do Emprego em fechar os ministérios às 18h; dados de desemprego divulgados à época e pontos que, na opinião dos participantes, deveriam ser aperfeiçoados na reforma trabalhista (de 2012); e, por fim, a ameaça de Donald Trump em acabar com o programa *ObamaCare*. É nesse último ponto do debate que se insere o recorte da SD22, em que Espinosa de los Monteros busca marcar distâncias entre o sistema de saúde estadunidense e o espanhol, contrapondo-se à posição de outro participante do programa.

**SD22**  
**2017**

**Programa radiofônico**

**Iván Espinosa de los Monteros:** Es que es trampa coger el sistema sanitario de manera aislada, es decir, el modelo sanitario español responde a una concepción de lo que es la relación del ciudadano con el Estado. Española, muy española... por cierto, **franquista**. Este modelo tan social, tan progre que tenemos/

**Participante:** [José Antonio] Girón de Velasco

**Iván Espinosa de los Monteros:** es franquista/

**Participante:** [José Antonio] Girón de Velasco/

**Iván Espinosa de los Monteros:** bueno, (Girón de Velasco) **es lo más franquista que** (hubo), bueno, el sistema sanitario americano responde al modelo americano que es INDIVIDUALISTA, es decir, en un modelo, en el de Estados Unidos, cada uno es responsable de sí mismo, de su familia, que a su vez responde a cómo se ganó el oeste en América - esas películas que vemos una familia, un granjero con un winchester defendiendo su territorio, bueno, eso es Estados Unidos; esa es el origen de Estados Unidos. El origen del estado español es ese, el origen del estado español es colectivista y sobre todo en el siglo 20 es absolutamente colectivista. Entonces que el americano le da envidia venir y ver nuestra seguridad social gratuita, claro, solo que sabe perfectamente que no es gratuita; y es mucho más cara que la suya. Lo que pasa es que nosotros a eso lo llamamos cotizaciones, impuestos, IVA, IBI, impuestos infinitos. Cuando el americano hace el cálculo, de lo que nos cuesta a nosotros la sanidad, SABE, que el seguro sanitario privado más caro del mundo, es mucho más barato que nuestra seguridad social [...]

Ivan Espinosa en Capital 5 de Enero (VOX España/YouTube)  
223 visualizações  
<https://youtu.be/BDI8itKCPzY> - Acesso em 03 jun. 2022.

No recorte da SD22 há a materialização de três movimentos significantes: a associação equívoca do franquismo ao discurso-outro; a intromissão como irrupção de um elemento alheio à formulação do dizer do enunciador; e, por último, a cisão entre o passado do sistema de saúde (progressista e social) e o seu presente (caro e excludente).

Logo de início, há uma série de separações operadas pelo enunciador: *não se pode* comparar o sistema de saúde espanhol *per se*; *se deve* comparar o sistema espanhol com uma série de elementos pré-definidos (concepções de Estado); *apenas se* cumpridas essas exigências não haverá perigo nessa discussão. Nessa relação entre a determinação (presença condicional de certos objetos históricos) e o apagamento (aquilo que não pode ser presença por exclusão discursiva), se erige uma série de comutações parafrásticas que rompem ou mostram como há o recobrimento de sentidos de *español* e *franquista*. Desta forma, o operador discursivo *por cierto* cumpre uma função imprescindível, devido ao modo como ele serve de enlace explicativo aos termos *estado Español* e *española*, transgredindo sua mera função digressiva. Desse modo, podemos acompanhar esse recobrimento no processo parafrástico:

el modelo sanitario español responde a una concepción de lo que es la relación del ciudadano con el Estado...	española, muy española...	luego... entonces... por tanto... es decir... o sea... dicho con otras palabras... más bien...	franquista...
---	---------------------------	--	---------------

O uso de operadores discursivos de diferentes naturezas semânticas, consecutivos (*luego, entonces, por tanto*), explicativos (*es decir, o sea*) ou de reformulação (*dicho con otras palabras, más bien*) apontam para a dimensão da ligação unilateral entre *español* e *franquista*, de modo que os dois passam a se confundir, mas com a condição de ser uma atribuição do discurso-outro, na qual o que o outro nega é também um legado indesejado:

La sanidad pública en el franquismo fue un sistema progresista y español...	entonces... luego... por esa razón... por lo tanto... de modo que...	es un legado mantenido por...	la izquierda... los progres... los separatistas... Podemos... PSOE...
---	--	-------------------------------	---

Há uma tentativa pelo recurso da discrepância entre o possível e a equivocidade de (re)apresentar o outro a partir de uma relação de afinidade meramente lexical: *a defesa por um sistema público, igualitário e mantido pelo Estado é a mesma coisa para um franquista e para um progressista*. Essa relação, introduzida na paráfrase pela presença de operadores discursivos de consecutividade, mostra apenas uma afinidade de objetos, que é falsificada no dizer do enunciador como uma evidência assentada num efeito de verdade. Ao mesmo tempo em que esse efeito de evidência se assenta, também há a demarcação do lugar discursivo do enunciador: nem em um campo, nem em outro (que será mantido pela contraposição ao final do recorte).

Assim sendo, a intromissão de outro participante do programa, com a proferição do nome de *Girón de Velasco*, ministro franquista que promoveu

durante sua gestão diversas mudanças tidas como progressistas no campo do trabalho, inscreve esse nome na extensão do efeito da associação equívoca entre franquismo e progressismo. Mas também divide o ponto de validade entre o progressismo inicial e o seu herdeiro:

El sistema de sanidad pública española creado por el franquismo fue...	colectivista... democrático... progresista... inclusivo... vanguardista...
--	--

Se há toda uma série de objetos tidos como progressistas na essência do sistema público espanhol e expressos intradiscursivamente, eles perdem a validade à medida que o transcurso do tempo e outras configurações históricas e econômicas são reforçadas, reintroduzidas ou então instauradas. É nessa lógica da separação (não pode ser assim) que se estabelecem os campos opostos na formulação: os Estados Unidos, com seu capital da individualização de sucesso (o puro mito do colonizador europeu e suas conquistas memoráveis no campo do capital agrário - o *velho oeste*) e a Espanha, com seu contemporâneo capital progressista de atraso e fracasso. As oposições, então, passam a trabalhar fortemente na formulação do dizer de Espinosa de los Monteros:

El sistema de sanidad pública española es <b>actualmente</b> ...	uno de los sistemas más caros del mundo... más caro que el seguro privado de Estados Unidos... costoso a la seguridad social... sostenido por muchos impuestos... insostenible... un sistema que necesita cambiar...
--	---

Como podemos analisar, o contraponto realizado pelo enunciador entre o passado e o presente progressista, a Espanha e os Estados Unidos de hoje, não deixa espaços para que sua posição se assente como *alheia* a todas as derivas e emulsões históricas que atravessaram/ssam o Estado espanhol. Há por parte do interlocutor a tentativa de importar um modelo exterior, face a um modelo

doméstico obsoleto e ineficiente, como assenta a formulação final do recorte: “el seguro sanitario privado más caro del mundo, **es mucho más** barato que nuestra seguridad social”. O peso atribuído à expressão quantitativa *es mucho más* coloca em causa a desproporcionalidade da lógica do custo-benefício, além de um mundo dividido entre dois extremos: um muito vantajoso e justo (Estados Unidos) e outro desproporcional e incapaz (Espanha). Nesse último movimento que fecha o recorte, é a posição assumida por Espinosa de los Monteros que se destaca; livrando-se imaginariamente do passado progressista *franquista* (e atando-o ao campo do discurso-outro), procede à demonstração de uma necessidade irrevogável: não é possível continuar com o atual sistema de saúde. Algo que se relaciona com as tantas afirmações (principalmente de Abascal) de que a competência em saúde deveria voltar a ser *unificada*. No intrincado desses movimentos significantes, o significante *franquista* aparece novamente com seu valor conotativo atrelado ao campo do discurso-outro, mas dessa vez assentado sobre uma afinidade falsificada no campo do progressismo, que se sustenta mais pela semelhança lexical do que pela natureza ideológica. Novamente, a determinação/indeterminação das condições de significação e da linearização dos significantes de *franquismo* e *franquista* aparece como competência do discurso-outro, desviada (apenas ilusoriamente) das marcas de identidade do *nosotros*.

A última SD analisada nessa seção é a SD23, que trata de outra participação de Espinosa de los Monteros a um programa midiático, dessa vez televisivo: *El Gato al Agua*. Nessa participação de 2017, Espinosa de los Monteros e os demais participantes se dedicaram a debater temas contemporâneos de economia: dívida pública, taxa de desemprego, divisão do orçamento do Estado, dentre outros. O recorte que faz a SD23 é a resposta de Espinosa de los Monteros ao tema do endividamento público. Pela edição do vídeo, não é possível retomar mais a fundo a cena discursiva, mas a resposta de Espinosa de los Monteros surge como contestação às afirmações de outro participante.

**Iván Espinosa de los Monteros:** después habla del tiempo del franquismo. En el franquismo/**del franquismo se hereda un estado sin déficit.** SIN DÉFICIT ¿eh? También se hereda un estado unitario, en el que no hay 80 mil millones [bilhões] de los ()<sup>90</sup> vilipendiados... vamos, de una manera absolutamente absurda, y todos esos políticos tan importantes, que estaba diciendo ahora Sergio, y sin los cuales no podríamos vivir - hemos vivido sin ellos todavía magníficamente. Pero ahora resulta que son muy necesarios: en las comunidades autónomas, en todas esas entidades públicas que han creado; o sea, **tenemos más empleados públicos, más empresas públicas, más porcentaje de economía pública que en el franquismo, QUE EN EL FRANQUISMO** ¿eh?

Iván Espinosa en el Gato al Agua el 4 de abril (VOX España/YouTube) 300 visualizações  
<https://youtu.be/gCJedjkMTjM> - Acesso em 03 jun. 2022.

À semelhança da SD22, no recorte da SD23 há novamente uma divisão entre presente e passado; no entanto, dessa vez *franquismo* ganha um *status* conotativo para o enunciador do VOX, configurando uma marca do *nosotros* (que aparecerá sobretudo no domínio das comparações - SD24-26): ainda que seja para apresentar a administração política do orçamento público a partir do *exagero* (*veja, elas são piores que os franquistas, que não eram excelentes na economia*), o interlocutor precisa recortar da formação discursiva que o domina, o que (não) *pode* e (não) *deve* ser dito sobre o domínio econômico no franquismo. Dessa forma, ressoa no seu dizer uma memória que, como sujeito-enunciador, o interlocutor identifica apenas pelo uso do *exagero*, sem, sequer dar conta, que está saindo do domínio da suposta *não reprovação irrestrita da história* (efeito denotativo) para o da sua aprovação com honras e méritos (efeito conativo). Portanto, se materializa no recorte uma cadeia parafrástica que intensifica um imaginário ufanista que dá sobrevida ao significante *franquismo*:

---

<sup>90</sup> Não foi possível identificar a expressão usada por Espinosa de los Monteros, no entanto, dada a sua importância, hipotetizamos que se trata de uma referência a alguma categoria da dívida pública do Estado espanhol, uma vez que funciona uma oposição entre o Estado franquista (com superávit) e o atual (com uma alta dívida pública). Segundo dados oficiais, em 2016 a dívida pública da Espanha girava em torno de quase 2 trilhões de euros: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/economia/1463559100\\_343432.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/economia/1463559100_343432.html). Acesso em: 18 jun. 2022.



En el franquismo...	la economía se manejaba mejor... el estado era unitario (SD34)... los presupuestos públicos no eran vilipendiados... no había interferencia política como actualmente (SD25)... los políticos eran innecesarios... las comunidades autónomas no producían endeudamiento público... las empresas y los empleados públicos existían en menor proporción que actualmente... la economía pública no era problemática como en los días actuales...
---------------------	--

Na cadeia parafrástica, *franquismo* se liga a expressões declarativas que não apenas o especificam, mas também circunscrevem os domínios de memória nos quais o enunciador recorre para constituir seu dizer. Assim sendo, o referente desse significante é (re)introduzido no dizer de Espinosa de los Monteros pelo efeito do exagero, apontando para uma discrepância inaceitável entre passado e presente: a economia franquista (com imperfeições) era superior à atual, porque no *franquismo* não houve divisão, comunidades autônomas, políticos e seus *chiringuitos*<sup>91</sup>. O efeito de verdade que assenta essa declaração é duplo: pela ambiguidade do efeito de exagero (*a economia franquista era superior à economia na democracia*) e da prova cabal do domínio econômico (Estado sem déficit). Uma síntese do processo parafrástico poderia apontar para uma analogia que acentua ainda mais o próprio efeito de exagero, que oscila entre a presença da conotação e a necessidade ideal da denotação: *no somos franquistas, pero si tuviéramos un estado franquista, no tendríamos déficit económico, ni políticos innecesarios*. No entanto, qualquer possibilidade de significação (indesejada ao enunciador) recai no efeito do exagero: deslegitima o presente ou valoriza o passado? De uma forma ou de outra, fica patente que há uma ausência de sentidos de *franquismo* que remetem aos sentidos de *dictadura* como repressão, violência, morte, destruição (como analisamos no capítulo anterior).

<sup>91</sup> Essa expressão é amplamente usada pelos enunciadores do VOX. Em português brasileiro, poderia ser associada à conhecida “mamata do Estado”.

### 5.2.2 As configurações significantes de *franquismo* e *franquista*: efeitos de conclusão

Ao longo da subseção anterior realizamos um exame do modo como são formadas as redes parafrásticas que significam *franquismo* e *franquista*, bem como sua associação significativa a outras expressões com as quais mantêm uma identidade metafórica. No decurso das análises pudemos constatar que os sentidos que se inscrevem no significante *dictadura* presentes da SD1 a SD16, não são replicados, recortados ou mobilizados em nenhuma das formulações da SD17 a SD23. Se, como sinalizamos anteriormente, *franquismo* (e outros significantes que se associam a ele por metaforização ou derivação lexical), tendem a celebrar uma relação metafórica com *dictadura de Franco*, essa possibilidade, pelo menos no domínio do discurso do VOX, no qual o *nosotros* é a principal voz, está ausente. E, como demonstramos, o modo como essa relação significativa de ausência é estabelecido, está fundado na disputa entre a conotação (discurso-outro, *ellos*) e a denotação (*nosotros*, valor lexical). Nessa tênue linha entre a identidade de uma significação (conotação) e a necessidade da exclusão do sentido em favor de seu valor meramente lexical (denotação), é que *franquismo* e *franquista* adquirem uma significação material.

O processo de (in)determinação desses significantes é refletido na instabilidade de seus referentes. Lembremo-nos: o referente é para Pêcheux ([1973e] 2011) *um objeto construído no discurso*, por isso, o efeito de conotação e de denotação assumem um papel fundamental no funcionamento de *franquismo*, *franquista*, no discurso do VOX. São marcas significantes que assentam um efeito reduplicado do imaginário: além dos interlocutores do VOX recorrerem à conotação para atribuírem imaginariamente ao discurso-outro o domínio das significações, também constroem imaginariamente, a partir de um domínio de antecipação, as condições discursivas dos referentes possíveis, no interior do discurso do *nosotros*, ao discurso-outro. A unidade do Estado franquista (objeto material) permanece dividida e disputada neste processo, de modo que no domínio do *nosotros*, *franquismo*, *franquista* se produzem como efeito da denotação (um objeto histórico equivalente, um efeito lexical vazio, um efeito ambíguo entre o exagero e a falsidade).

No entanto, é justamente na tensão entre o efeito da conotação (significação/presença) e o efeito da denotação (atribuição lexical/ausência) que

também surgem significações que escapam ao controle dos enunciadores: designações como *España, nación, patria, estado sin déficit* não são clivados ao campo do *nosotros* sem deixarem de designar algo adverso. Assim sendo, os interlocutores do VOX, em sua ilusão enunciativa, pensam dominar a história, quando na verdade são assujeitados por ela. Desta forma, como há a necessidade de saturação (determinação); os significantes deixados aparentemente vazios (não-saturados, indeterminados) colidem com domínios de memória que pertencem à luta de classes espanhola e não podem, como objetos materiais, desaparecerem como efeito imaginário ou objetos do discurso. Portanto, *franquismo, franquista, nación, patria, etc.*, apresentam pontos de contato com o domínio de memória franquista, desenvolvido nas contradições que sustentaram a Guerra Civil e o próprio projeto franquista. São materialidades recobertos pelo efeito de denotação e pela ausência, além disso apontam para a constante emergência de um processo de resistência, que joga entre o estabilizado e a unidade de contradição que sustenta o rompimento da hegemonia. E, por fim, o nome (como franquismo) passa a ser uma unidade de disputa entre o discurso do VOX e o discurso-outro, entre o *nosotros* e o *ellos*, entre a denotação e a conotação; mas, antes de tudo, um efeito de ausência de sentidos de *dictadura* celebrados no discurso do VOX (SD1-SD16).

Na sequência passaremos ao exame dos recortes em que o nome *Franco* aparece *in praesentia*. As análises seguiram três domínios de significação: o das comparações, em que esse significante adquire uma dimensão mais conotativa nas formulações do *nosotros*; o da memória do político e do econômico, nos quais há a celebração explícita a sentidos ufanistas em torno a *Franco*; e, por fim, o domínio da ausência marcada (sintática), no qual terminamos de demonstrar que da sintaxe aos sentidos, *dictadura* é um elo ausente.

### 5.3 DA LÍNGUA À HISTÓRIA: O DUPLO EFEITO DA AUSÊNCIA NO DISCURSO DO VOX

Authier-Revuz e Romeu (2004) realizam um estudo enunciativo sobre o estatuto do outro em discursos que negam o holocausto; esses discursos também apagam a história da luta política contra os fascismos, a fim de reabilitá-los, como nos sinalizam as autoras, pela via do discurso revisionista. Em um dos textos analisados pelas autoras, do revisionista histórico Faurisson, elas

destacam que o revisionismo do holocausto “não conta nada”, posto que “não aconteceu nada a não ser na ordem do discurso” (AUTHIER-REVUZ; ROMEU, 2004, p. 241). A escrita de Faurisson faz desaparecer um vocabulário específico como: “estrelas amarelas, guetos, prisão em massa, comboios, registros, etc.” (*ibidem*, p. 241), mas também realiza outras associações para referentes como *câmara de gás*, tirando-lhe de sua relação material com o real histórico. Como as autoras demonstram, há no discurso revisionista de Faurisson um excesso de certos temas e expressões que se contrapõem à ausência de outros. E, nessa mesma linha, as autoras destacam que isso leva a um deslocamento que não confronta os documentos históricos, os fatos, mas simplesmente imobiliza o campo de *como a história é produzida*, isto é, para o domínio de um embate entre escolas históricas (com a presença da moral científica clássica sobre a *crítica* do texto), que têm como única ancoragem a encenação de *atos de fala* no discurso revisionista: um enfrentamento entre dois discursos, em que o discurso outro (da história factual) é ressignificado por objetos de fala no discurso revisionista (o revisionista aludindo à perseguição, à repressão contra o *eu* singular, à falta de espaço para o *debate*, o outro ostentado por séries de nomes ou conjuntos abstratos) e por mecanismos enunciativos (como a abundante presença do pronome pessoal *eu* no discurso revisionista).

Uma das marcas fundamentalmente presentes no discurso revisionista, como sinalizam as autoras, é a utilização do enfrentamento. Nesse enfrentamento, Faurisson apresenta-se diante de um combate desigual, combatendo forças poderosas, que buscam destruir sua posição *solitária* e *desarmada*; nessa direção, o discurso do outro ocupa um lugar central nessa estruturação de um jogo de forças desiguais: de um lado, as palavras dos outros, conforme Authier-Revuz e Romeu (*idem*, p. 246) é marcado por um distanciamento (*como diz x, para falar com x*) e, ao mesmo tempo, um distanciamento de outras palavras e sentidos (a busca pela precisão do sentido no discurso revisionista). Nesse duplo distanciamento, um campo de asperezas (e de objetos indesejados) é higienizado, a fim de que reste na materialidade do discurso a ausência de falhas, dúvidas e vacilações. A limpeza de Faurisson é comparada pelas autoras à própria limpeza que visava a Alemanha nazista: um extermínio dos judeus (mas não somente). Seu movimento enunciativo é o de aniquilar o discurso outro tomando objetos de forma sistemática e isolada a fim

de destruí-los: o outro só aparece no próprio movimento da interpretação ou no domínio da fantasia e da ficção. Ou, então: “[...] trata-se aqui não de discutir com o discurso do outro, mas de empurrá-lo em direção à loucura, ao delírio, de provocar sua queda no vazio” (*ibidem*, p. 253).

Além do sinalizado acima, há também as estratégias de impostura apresentadas por Authier-Revuz e Romeu. Conforme as autoras, no discurso revisionista há um radicalismo que contrapõe a *exterminação total* e a *mentira total*, que tende a substituir as marcas do genocídio por um vazio, um nada. Nesse caminho, a impostura (termo cunhado por Authier-Revuz e Romeu) consiste na inversão entre o eu e o outro, na qual, conforme as autoras, o discurso nazista tirou grande proveito: apresentando-se, por exemplo, como vítimas da agressão judaica. Deste modo, há um acirramento da perda de referentes, que é uma marca analisada por Authier-Revuz e Romeu também a partir do uso constante de aspas em expressões como *câmara de gás* no texto de Faurisson. Sua função principal é desestabilizar o referente, para indicar uma imprecisão para, então, no final, desabilitá-lo de qualquer veracidade. Por isso, só há espaço para um discurso. Em resumo, nos diz Authier-Revuz e Romeu (*idem*, p. 256):

A pretensão dos revisionistas em constituir uma outra ‘escola histórica’, que sustente uma outra tese, não passa, apesar da referência ao tifo, à fome, à desinfecção..., pela construção de uma história que oporia o desenrolar coerente de uma outra versão dos fatos em um discurso alternativo à história dita ‘oficial’ dos judeus durante o III Reich. O que visa o texto, não é ‘fazer’ história, mas pelo contrário, destruí-la. Sua estratégia reduz-se finalmente a AFIRMAR que o outro discurso não se baseia em NADA.

A análise que as autoras conduzem nos levam a ver como, dos atos de fala aos mecanismos metaenunciativos, o discurso revisionista expurga desde seu domínio o outro e, também, reduz a história (e seus objetos materiais) a simples objetos de linguagem, que não são capazes de representar senão a onipotência de outro que mente. No lugar do discurso-outro, restaria o discurso do eu, do revisionismo, que se confina num puro vazio, no NADA. A ausência é também um dos pontos nodais da análise. Nesse caso, o revisionismo não convoca para a materialidade do texto certas palavras e expressões que, com razão, têm a capacidade de fulminar a débil e inconformada lógica retórica do revisionismo. Nos valendo da rica análise produzida por Authier-Revuz e Romeu,

podemos sinalizar alguns pontos importantes que se mostrarão na análise da ausência do significante *dictadura* e dos sentidos celebrados a esse significante no discurso do VOX.

O discurso do VOX, antes de mais nada, não aponta para uma prática de negação (tal como o faz Faurisson). Ao longo das várias SDs a Guerra Civil, suas vítimas (SD20) ou até mesmo o próprio holocausto (SD10), não foram negados. No entanto, os efeitos de ausência do significante *dictadura* alinhado sintaticamente a *Franco* implica em certas consequências incontornáveis, que podem indicar para uma *ressignificação*, *revisiónismo* ou então *exaltação* de uma certa história. Além disso, a reduplicação do imaginário sobre o *ellos* e o discurso-outro também parece sustentar aquilo que Authier-Revuz e Romeu analisam sobre o discurso revisionista: empurram o outro para um lugar vazio, para a pura ficção e loucura. A ausência, um efeito desdobrado na sintaxe, tem sua identidade no processo discursivo, que passamos a examinar a seguir.

### 5.3.1 O domínio das comparações

Na SD24, Santiago Abascal explica, numa entrevista ao vivo dada no final de 2014, as motivações que levaram ao VOX denunciar o presidente de governo à época, Mariano Rajoy. Conforme sinaliza Abascal, Rajoy cometeu crimes ao não impor nenhuma medida ou sanção governamental à consulta alternativa de independência da Catalunha promovida pela *Generalitat de Catalunya* em 2014<sup>92</sup>. A formulação recortada na SD24 é uma resposta de Abascal ao apresentador do programa jornalístico, que o havia indagado se a atuação de Rajoy (afastada e distante) não havia sido a melhor solução para não aumentar ainda mais o sentimento independentista:

**SD24**  
**2014**

**Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** Bueno, Rajoy como **Franco**, debe tener dos montones encima de la mesa, la de los problemas que se resuelven

---

<sup>92</sup> As iniciativas da busca de instrumentos, como consultas públicas, para legitimar politicamente a independência da Catalunha tem uma longa trajetória. Em 2014, houve uma tentativa de consulta alternativa (o 9-N, que é mencionado por Abascal) sobre a independência da Catalunha. Acerca das referências históricas presentes no vídeo do qual é recortada a SD24, consultar: [https://elpais.com/politica/2014/11/09/actualidad/1415542400\\_466311.html](https://elpais.com/politica/2014/11/09/actualidad/1415542400_466311.html). Acesso em: 20 jun. 2022.

solos y la de los problemas que no se pueden resolver. Pero, así no funcionan las cosas. Nosotros pensamos que el gobierno tiene el deber de actuar, no el 9-N.

La Sexta Al Rojo Vivo - Entrevista Santiago Abascal/(VOX España/YouTube)

15.169 visualizações

[https://youtu.be/\\_E8xJldf8EI](https://youtu.be/_E8xJldf8EI) - Acesso em 05 jun. 2022.

A análise da SD24 se sustenta numa reticência: o nome Franco, presente no recorte, pode não remeter ao Franco do franquismo, mas a outro sujeito. Os referentes das condições de circulação imediatas do recorte não apresentaram, em nossas pesquisas, a proeminência ou relevância de algum outro sujeito designado por *Franco*, que pudesse ser remetido ao dizer de Abascal. Por isso, assumimos sob o risco da imprecisão, de realizar uma associação questionável. O principal fio do dizer de Abascal é uma equivalência de nomes ( $x$  como  $y$ ), condicionado à denúncia de imobilidade ( $\underline{x}$  como  $\underline{y}$  *debe tener problemas, pero necesitaría actuar para  $\underline{z}$* ). Assim é como o *nosotros*, marcado sintaticamente, interpõe a marca de uma circunscrição política.

A equivalência de nomes *Rajoy como Franco* é ancorada na perífrase verbal formada pelo verbo *deber* (flexionado no presente do indicativo) e o verbo *tener* (no infinitivo). A hierarquia nos nomes, primeiro Rajoy e depois Franco, pode abrir espaço justamente para o encaixe dissimétrico do passado franquista (que comparece como comparação possível). A comparação por equivalência se estende em razão do problema da inércia entre a resolução automática e a necessidade da tomada de ação na política. Assim, tanto um nome quanto outro são atados a essa especificação significativa. No entanto, se *Franco* pode funcionar em relação a *franquismo*, se produz um anacronismo no recorte, que se desdobraria na seguinte cadeia parafrástica:

Franco...	resolvía los problemas que	suprimir los estatutos de autonomía (principio del 155)... derogar la oficialidad del	pero Rajoy no hace lo mismo con sus	y por eso sigue con montones
-----------	----------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------

	tenía que resolver, como...	catalán... suprimir la resistencia catalana antifranquista (los maquis)...	contemporáneos...	de problemas que necesitan resolverse encima de la mesa...
--	-----------------------------	---	-------------------	--

A produção da imobilidade, desta forma, passaria por esse contraste com o passado, mas ao mesmo tempo por um estado contínuo de letargia: se há problemas que se resolvem sozinhos e há outros que não se podem resolver, há/houve uma falta de ação natural tanto de Rajoy como de Franco. Nessa dupla cena, mora um paradoxo: como poderia Franco ter sido tão inerte? Teria Franco também deixado o *problema catalão* sem solução? De um modo ou de outro, é mais pela ambiguidade e pela possibilidade do *poder vir a ser*, que o nome Franco se inscreve no efeito conotativo. E sobre Rajoy recai um claro papel de inércia e imobilidade política. Esse papel assumido no efeito conotativo é o que permite o rompimento e a transgressão do campo da falta de ação ao da tomada de decisões, isto é, o enunciador do VOX por meio do *nosotros* apresenta um contrapeso: as eleições não são a solução, a ação concreta do governo sim. Dessa forma, a equivalência condicionante da denúncia se modifica: *Si VOX fuera gobierno, actuaría para frenar z (el independentismo), a diferencia de Rajoy (y Franco)*. Portanto, a demarcação de uma posição contundente do *nosotros* (frente a inércia do outro) é também um dos movimentos políticos que catapultam o VOX como solução, pelo menos no plano do discurso.

Assim sendo, na SD24 há um domínio mais assentado no efeito da conotação, embora pela falta de elementos materiais não consigamos analisar a fundo sua natureza semântica. De qualquer modo, ainda como possibilidade de significação, o nome *Franco* aparece em relação equivalente (pela comparação) a Rajoy. Deste modo, pela mobilidade semântica da comparação (intercâmbio de objetos) os atributos circunscritos a Rajoy são estendidos a Franco e vice-



versa, ainda que restem dúvidas sobre a natureza do seu movimento semântico no domínio de dizer do enunciador.

Na próxima SD, a SD25, há um recorte da participação em 2015 de Santiago Abascal no programa televisivo *El Cascabel*. Em sua intervenção, Abascal se posiciona em relação às eleições parlamentares de Andalúcia (2015), comenta os vídeos nos quais VOX denuncia a tentativa de Podemos de expropriar dois monumentos religiosos: *la Giralda* e a mesquita de *Córdoba*, além de criticar a atmosfera de *violência* que tem crescido, na opinião dos participantes. A resposta de Abascal se insere no subtema relacionado à tendência de votos e ao poder de Estado:

**SD25  
2015  
Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** Solo una reflexión: cuándo en 1978 nos damos una democracia y articulamos la representación política a través de los partidos, yo creo que nadie imaginaba que los partidos iban a acabar teniendo este poder, o sea, un poder [referência indireta ao Partido Popular - PP] que les/les ha llegado a mandar en las cajas de ahorros, en los bancos públicos, en los bancos privados, en las televisiones y medios de comunicación públicos, a poder condicionar a los medios de comunicación privados a través de la publicidad institucional, de la concesión de licencias, a poder influir en el ámbito del poder judicial. Treinta años después, igual deberíamos preguntarnos una cosa: **¿Franco tenía tanto poder como los actores (de) partidos políticos?**

Santiago Abascal: Con este vídeo estamos señalando a los “tontos útiles”/(VOX España/YouTube)  
15.911 visualizações  
<https://youtu.be/nEdJpFoOV5k> - Acesso em 05 jun. 2022.

Na longa explanação de Abascal, há a materialização de um efeito de hipérbole que recobre o nome Franco; esse efeito é também tensionado por uma ambiguidade constitutiva dessa formulação, que busca contrapor um presente político onipotente (os partidos políticos da democracia) a um passado idílico (a representação política regrada do franquismo). Pela via do exagero, o enunciador sublinha a existência de uma diferença desigual entre os atores políticos do presente político espanhol, com os que no passado assumiram esse papel, isto é, Franco. A ambiguidade no efeito da hipérbole consiste no enfrentamento da conotação e da denotação na constituição do sentido: se Franco é conotado, haveria pelo menos dois caminhos para significá-lo; um, que

apontaria para um discurso ufanista e memorialístico (com Franco não havia democracia, mas sim representação política<sup>93</sup> justa e honesta); outro, que fossilizaria o efeito da hipérbole pelo puro do exagero (Franco e a sua repressão foram superados pelos partidos políticos). Porém, o efeito de denotação aparece margeando as bordas do nome, já que o efeito hiperbólico é materialmente ambíguo, o que abre as portas para que o nome seja apenas um objeto *excêntrico* que compareça como comparação que destaca certos atributos do discurso-outro, mas não o próprio nome Franco.

A fim de confrontar o efeito de exagero que atravessa a formulação, apresentamos um exercício parafrástico que coloca em destaque a relação Franco x partidos políticos:

<p>La representación política en la democracia a través de los partidos políticos, les permitió...</p>	<p>mandar en las cajas de ahorros...  en los bancos públicos...  en los bancos privados...  en las televisiones y medios de comunicación públicos...  condicionar a los medios de comunicación privados a través de la publicidad institucional, de la concesión de licencias...  a poder influir en el ámbito del poder judicial</p>	<p>a diferencia del poder político de Franco, que no era tan contundente.</p>
--	---	---

No primeiro exercício parafrástico, a polaridade imaginariamente antagônica entre Franco e os partidos políticos é contraposta. E, como resultado, há o alinhamento de uma memória ufanista e memorialística, que consome, apaga e anula objetos e documentos históricos. Uma estratégia parecida com a de Faurisson, demonstrada por Authier-Revuz e Romeu (2004). Na paráfrase, os exemplos do poder onipotente dos partidos políticos aparecem como provas

<sup>93</sup> No recorte o enunciador distancia Franco de democracia e partidos políticos, mas não de representação política: “nos damos una democracia y articulamos la representación política **a través** de los partidos”. A expressão em negrito, uma locução preposicional, indica uma mudança de meio, não supressão ou rompimento, por isso podemos interpretar que os partidos são uma modalidade da democracia, o que não exclui outras formas de representação política legitimadas pelo interlocutor durante o franquismo (como o partido único).

incontestáveis da sua culpa: de entidades públicas a empresas privadas e até mesmo no poder judiciário, os agentes dos partidos políticos conseguem influenciar e sujeitar quem quer que seja aos seus interesses. Há, no uso desses exemplos, o atravessamento do efeito de autoridade e de verdade que já estudamos no capítulo anterior; esse efeito (de autoridade) é o que atribui confiança e veracidade aos dizeres de Abascal. E ainda que o efeito de hipérbole se tensione pela ambiguidade, as declarações em relação aos atores políticos seguirão imutáveis: há um poder político maior do que qualquer outro. Nesse caso, Franco aparece como a contraparte, que pode pender tanto à indignação (os atores dos partidos políticos *são muitos piores* do que Franco, que era um tirano no seu tempo) ou então à indulgência do passado (Franco não era tão ruim como os atuais agentes dos partidos políticos). Acerca dos agentes dos partidos políticos, podemos colocá-los em confronto no processo parafrástico:

¿Franco tenía tanto poder como los...	de Podemos? del PSOE? del PP? de la dictadura de género? de la dictadura relativista? de la dictadura pogre? de la ideología de género de la dictadura de los partidos? de la corrección política? de la dictadura de la memoria histórica?
---------------------------------------	---

Elencados na função de complemento nominal, temos uma série de *actores de partidos políticos* que se metaforizam na extensão do efeito do exagero. Entre esses agentes, para mostrar a desigualdade que se inscreve no recorte, incluímos os precursores das ditaduras na Espanha narrados por VOX: desde os *lobistas* da ideologia de gênero até os *ativistas* da memória histórica. A discrepância entre a memória com dominante do franquismo e a que é atualizada no presente do recorte pelos atores dos partidos políticos, nos leva a perguntar: trata-se de um efeito de exagero para a denúncia ou de uma exaltação para deslegitimar o outro? Se Franco se interpola em relação a partidos políticos, os dois efeitos de sentido (exagero x exaltação) os acompanham materialmente no recorte. De uma forma ou de outra, todas as expressões (*Podemos, PSOE,*

*PP, dictadura de género, etc.*) apontam para uma discrepância de domínios de memória, restando sobre os *agentes políticos* a eficácia de um poder absoluto sobre o público e o privado.

Desta forma, o nome *Franco* aparece circunscrito por uma ambiguidade que faz o efeito de hipérbole destacar a divisão entre o exagero e a exaltação. É um dos momentos em que o efeito de conotação se materializa com maior força e propriedade no discurso do VOX. No entanto, ela não representa a assunção de uma posição imperativa sobre o nome Franco, pois o confina à tensão com outros domínios discursivos para o estabelecimento da comparação e da hipérbole. Não deixa de existir, ainda que como um atravessamento, o efeito da denotação, que funcionaria para esvaziar o nome *Franco* e induzir seus sentidos ao outro, aos atores dos partidos políticos. Isso já nos indica que poderia ser próprio do discurso do VOX (uma de suas regularidades discursivas) que o efeito de conotação em relação ao nome Franco não é *plenamente saturado*, na medida em que se desdobra algo (equivoco, ambiguidade, etc.), que faz com que a posição do VOX sempre oscile entre campos instáveis.

Na SD26, o recorte é de um ato partidário aberto no *Ateneo de Madrid*, com o nome de *Una visión de España desde la derecha silenciada*, no qual Santiago Abascal, Javier Ortega Smith e Iván Espinosa de los Monteros buscam apresentar, desde a sua posição enunciada como *direita silenciada*, como devem ser tratados temas econômicos, sociais, políticos e culturais, ao mesmo tempo em que apontam para necessidade da autoafirmação de uma direita sem complexos, que se apresente e se enuncie enquanto tal. A formulação recortada na SD26 é uma resposta de Espinosa de los Monteros ao comentário de indignação de uma das mediadoras do ato, que aponta para uma diferença injusta entre o sistema de aposentadoria social (do qual faz parte os cidadãos) e de outro a aposentadoria política (da qual gozam os representantes parlamentares). A raiz dessa indignação da mediadora é, conforme seu relato, o fato de que políticos garantem aposentadoria integral, enquanto os cidadãos comuns precisam de mais de 35 anos para conseguir uma aposentadoria mais justa.

**Produção audiovisual do VOX  
(debate público)**

**Iván Espinosa de los Monteros:** Segundo ejemplo, Corea del Sur. Corea del Sur era un país paupérrimo en los años 70. **Quando Franco muere en el año 75**, España es un país terriblemente más avanzado de lo que era Corea del Sur en su momento...

Parte 3 y turno de preguntas: “Una visión de España desde la derecha silenciada”/(VOX España/YouTube)

570 visualizações

<https://youtu.be/fPmMFkN32DM> - Acesso em 05 jun. 2022.

No recorte acima há uma comparação (ou equivalência dissimétrica) entre dois fatos históricos que são colocados em concorrência no fio do discurso: a Coreia do Sul e a Espanha da década de 1970. É por meio dessa comparação que vemos, diferente das SDs anteriores (24 e 25), que o efeito de conotação se assenta despido de arbitrariedades; ele materializa não apenas o destaque da Espanha dos anos 1970, mas também a forma como o sujeito referencia esse período. O fato de evocar o nome *Franco* e não outro nome ou expressão, aponta para uma relação significativa complexa, que faz (esse é um raro caso) o nome sair da zona do efeito de denotação (implicado no *nosotros*) e assumir uma significação que é plenamente determinada no seu campo.

Desta forma, poderíamos realizar o seguinte exercício parafrástico:

Quando...	termina el franquismo en los 70... se extingue el régimen de Franco en los 70... <b>se disuelve la dictadura de Franco en los 70...</b> todavía la economía de Franco era contundente...	Espanña es un país terriblemente más avanzado de lo que era Corea del Sur en su momento.
-----------	---	--

No exercício parafrástico as duas primeiras paráfrases (substituição de *Franco muere en el 75*), até poderiam ser metaforizadas, pois não apresentam *a priori* um estranhamento ao recorte, uma vez que já são usadas com certa frequência pelos enunciadores do VOX; a terceira paráfrase (em vermelho) que envolve *dictadura de Franco* não apresenta, no entanto, possibilidades de metaforização. São outras formações discursivas que comparecem aqui para

materializar os sentidos possíveis a *dictadura de Franco*, bastante distantes da referência (o ano da morte de Franco) mobilizada por Espinosa de los Monteros. Nessa direção, a ênfase no recorte é na morte de Franco e no acontecimento histórico que ela significou, uma referência que aparece como um modo de celebração do passado (dessa vez sem cinismo). A última substituição parafrástica ratifica esse movimento significativo: a economia franquista era digna de elogios e comparações. Não à toa há a presença do exagero na comparação, marcado pelo uso do advérbio *terriblemente*, justamente para contrapor duas realidades apartadas no passado. E de todas as possibilidades sintático-enunciativas que o enunciador dispunha, ele seleciona da formação discursiva que o domina, a que mais destaca o próprio papel do Franco (na economia). A comparação que mostra a dissimetria entre a Espanha e a Coréia do Sul do passado, serve justamente para ressaltar que no próprio franquismo houve uma *idade de ouro* (capitalista) econômica.

Na parte suprimida, que não faz parte da SD26, Espinosa de los Monteros faz o recorte se voltar contra ele mesmo: no presente, a *idade de ouro* (capitalista) pertence à Coréia do Sul. Assim sendo, isso serve apenas para ratificar a presença da referência a Franco, que funciona conotativamente como um nome que significa um passado abonado e exitoso no domínio da economia. Na próxima seção veremos como esse efeito conotativo se assenta fortemente quando o nome *Franco* é utilizado pelos interlocutores do partido. No recorte analisado há a presença de um elogio ao passado (um ufanismo mal resolvido) que não oscila mais entre dois polos (conotação x denotação), porque encontra no primeiro uma abertura na formação discursiva dominante no dizer do enunciador para se materializar no fio do discurso.

Realizando um balanço desta subseção, a comparação é o domínio significativo em que o efeito de conotação aparece (mais explicitamente) em disputa com o efeito de denotação. Não há, nas marcas discursivas, a atribuição da conotação ao discurso-outro, ao *ellos*, ainda que eles apareçam como os antagonistas em todos os recortes. No domínio da comparação, os enunciadores do VOX saem dos seus lugares habituais e desenham (num jogo menos rígido com as formações imaginárias) a circunscrição (discreta) de um domínio de significação do nome *Franco*; seja como ambiguidade, exagero ou ufanismo, o nome significa para os interlocutores e para a sua audiência.

### 5.3.2 O domínio da memória do político e do econômico...

O vídeo do qual recortamos a formulação da SD27 é um programa de debate público que foi emitido em agosto de 2015, pelo *Canal 13* (hoje, *13 TV*). Somente na primeira parte do vídeo há a presença de um membro à época do VOX, Inmaculada Sequi. Nessa parte, Sequi é entrevistada em razão da agressão física da qual foi vítima. Conforme relato, Sequi foi espancada, quando saía de casa, aos gritos de *fascista de los cojones*. Além da entrevista à Sequi, a qual sustenta o recorte da SD27, há outras discussões que são perfiladas no vídeo, tais como as inconsistências entre falas públicas e atos de violência de pessoas supostamente ligadas a Pablo Iglesias e a Podemos, bem como uma discussão sobre os usos da memória do nazismo e do comunismo.

**SD27**

**2015**

**Programa televisivo**

**Inmaculada Sequi** (Ex-membro do VOX/Cuenca): Si quieren seguir (despertando) y sacando a pase el fantasma de **Franco**, o seguir preocupados por aquellos españoles que dicen *estar* en las cunetas, (que) están en las cunetas, bien, pero esa no es mi forma de hacer política...

2 4 al Dia 26 08 2015 Inmaculada Sequi Agredida con saña por representar VOX en Cuenca/(VOX España/YouTube)

269 visualizações

<https://youtu.be/9QIXPYbW20o> - Acesso em 05 jun. 2022.

No recorte o nome *Franco* é apresentado como um registro ficcional, posto que na expressão metafórica *fantasma* recai a fronteira que afasta sua presença concreta e inegável da materialidade dos objetos históricos. O mesmo acontece com o que deriva (no dizer de Sequi) do discurso-outro (materializado no verbo *decir* no presente do indicativo), no entanto, nesse caso o objeto do discurso-outro as *cunetas* (as valas) é alvo de uma suposição, de uma falácia que coloca em xeque sua legitimidade, já que a perífrase verbal (*dicen estar*) atribui ao discurso-outro a função de articular um efeito de mentira/verdade sobre as vítimas da Guerra Civil e do franquismo. E nessa articulação a enunciadora lança sombra sobre o objeto real (cadáveres, restos mortais, armas e/ou uniformes militares em decomposição) e o objeto do discurso (o discurso-outro, *ellos*), substituindo o primeiro em prol do segundo. Há uma simulação entre o que *poderia* ser o objeto real e o que realmente é. Nessa incógnita (*poderia* e

deve ser) é que a enunciadora escala a sua própria projeção imaginária como política. Nessa direção, há um duplo movimento parafrástico que primeiro aniquila o outro (legitimado pela agressão sofrida, prova material), para depois projetar a enunciadora como uma política concernida apenas com a *Espanha*:

Ellos... (los rojos, los de Podemos, los guerracivilistas...)	quieren seguir despertando y sacando a pase el fantasma de Franco <b>para...</b>	legitimar agresiones como la que sufrió Sequi... hacerse pasar por víctimas... seguir mintiendo sobre el pasado... poder agredir a quien defiende lo diferente... pasarse por demócratas...
---	--	---

No primeiro exercício parafrástico, há a não-saturação do *ellos* que abre espaço para que vários grupos, coletivos ou sujeitos possam assumir a marca do *ellos*; entre eles, pode-se destacar (pelo processo de reformulação-paráfrase que vimos demonstrando a respeito) *los rojos*, *Podemos*, *los guerracivilistas* que, no discurso do *nosotros*, tem por função impedir a superação do passado com demandas superficiais (na SD30 isso aparece bem demarcado). O funcionamento do *ellos*, como vemos no exercício parafrástico, é apresentar um domínio imaginário do nome *Franco* como uma justificativa desnecessária e vazia (simulação entre objeto real e objeto de discurso) para permitir a formação de um campo de arbitrariedades, mentiras e violências, que, inclusive, atravessam a própria enunciadora e seu relato vivo. Portanto, o campo do *ellos* é constituído por mentiras, violências, agressões e simulações, o que coloca a interlocutora num posto antagônico, como vemos no próximo exercício parafrástico:

Mi forma de hacer política es...	no sacar el fantasma de Franco... no mentir sobre Franco... dejar el pasado atrás... no dejar que <i>ellos</i> mientan... soportar la violencia en nombre de España...
----------------------------------	--



A enunciadora se projeta como o que está além do alcance do *ellos* e que por representar no discurso uma ligação com o real, se impõe como aquela que professa a verdade, persegue a mentira do *discurso-outro* e está disposta a aceitar a qualquer custo o preço de representar a Espanha. Sua representação é, também, uma marca daquilo que está disposta a deixar atrás: *Franco*, o *franquismo*, etc. No entanto, há uma resistência que funciona nesse tipo de dizer, isto é, há uma resistência do sujeito em relação ao objeto real (que é dissimulado no discurso pela falácia), a fim de que não haja por parte do *ellos* e do *discurso-outro* nada capaz de romper suas convicções (que são a própria materialização da vontade da Espanha), nem seu relato (a agressão permite projetar o outro como o violento, o abominável e o mentiroso, ao passo que a enunciadora se apresenta como aquela que possui boa-fé, boa vontade, respeito, etc.).

Outra vez há a presença do efeito de conotação para atribuir ao outro uma significação (no caso do recorte, o *ellos* produzindo um efeito de mentira) sobre o passado e sobre Franco. Nesse movimento, há o objeto real que passa a ser dissimulado por um objeto de discurso (*eles mentem sobre o passado*), a fim de que a resistência se firme como *contra-aposta* do outro: o real é aquilo que não é designado pelo *outro*, mas afiançado à fala da interlocutora. Assim sendo, o nome Franco é significado como uma distância permanente, que *não pode e nem deve* se contrapor ao presente, nem ao futuro. É uma memória que é soterrada, sem muita explicação, para condenar o *ellos* como função (desnecessária) de articulação do passado (mentiroso, agressivo e embusteiro). Outra vez, nenhum sinal material dos sentidos de *dictadura* analisados no capítulo anterior.

A próxima SD, a SD28, é o recorte do programa especial *El Gato al Agua*, com uma entrevista exclusiva realizada com Santiago Abascal. Nessa entrevista, além do mediador, participou o próprio presidente do grupo *Intereconomía*, Julio Ariza, ao qual pertence a El Toro TV, que emite *El Gato al Agua*. À época, 2016, acontecia a campanha eleitoral para o parlamento nacional. Os candidatos com maior visibilidade, Mariano Rajoy (Partido Popular), Pedro Sánchez (PSOE), Pablo Iglesias (Podemos) e Albert Rivera (Ciudadanos), participavam de debates eleitorais, dos quais candidatos como Santiago Abascal não estavam autorizados a estarem presentes. A iniciativa da entrevista foi uma tentativa de

encontrar *outro espaço midiático* para que Abascal pudesse ficar em evidência para os eleitores espanhóis (ou, pelo menos, para uma parte). São abordados os mais diversos assuntos na entrevista: de questões pessoais e da trajetória de Abascal até posições do VOX sobre independentismo, esquerda, políticas econômicas, dentre outros. O recorte que faz parte de SD28 é uma resposta de Abascal ao que considera como *direita apolítica*, numa tentativa de dizer que o governo Rajoy havia se rendido *ideologicamente* à esquerda, especialmente às propostas como a lei de memória histórica, de Zapatero. Portanto, daí a necessidade, na visão de Abascal, de forjar uma nova direita, proposta do VOX.

**SD28**  
**2016**  
**Programa Televisivo**

**Santiago Abascal:** Mi abuelo, y yo creo que eso también explica el sentimiento de muchas personas en España, fue alcalde con **Franco** durante... catorce o quince años, del 63 al 79. Y cuando dejó de ser alcalde, juntó a sus hijos - 8 - y les dijo, una vez que llegó la democracia: 'No os metáis en política, ahora les toca a ellos'. Era un hombre que no sentía ninguna culpa por lo que había hecho, porque él decía que no se había metido en política/a mí me hacía mucha gracia, porque [yo] decía: Abuelo, esta frase es la de **Franco**: "haces como yo, no se metan ustedes en política"

Santiago Abascal, líder de VOX: "El PP tiene miedo a dar la batalla política a la izquierda"/(VOX España/YouTube)  
16,037 visualizações  
<https://youtu.be/lec4kYUxuqw> - Acesso em 05 jun. 2022.

O adendo na fala de Abascal para apresentar o relato pessoal faz imbricar a instância da família e da política como indissociáveis; esse modo de dizer é regido por um balanço entre o domínio do afeto (memória familiar, relação idealizada entre avô e neto) e o que a política pode cindir sobre a história. A romantização da relação intrafamiliar funciona como um obstáculo que impede a movência dos sentidos: eles devem permanecer estancados, posto que sua movência implicaria na dissolução do pacto entre passado e família. Um duplo ataque: à memória histórica (a política no franquismo que participou o avô) e à memória familiar (romantizada no relato de Abascal). A política é apresentada, novamente, como registro da ficção e do discurso-outro: não tem dimensão significativa, nem função aparente; mas, mesmo assim, é aceita na democracia pelo avô de Abascal (esse, por boa vontade) e por Franco (esse, por falecimento). Se a política e a democracia não representam mais que avarias e

atrasos, por que permiti-la? Na SD19 Santiago Abascal também lança mão do relato familiar para ilustrar o passado do franquismo; uma memória romântica, que ressalta a importância do avô ao País Vasco, descaracterizando a materialidade dos processos históricos que atravessaram aquela conjuntura concreta.

À diferença da SD19, o recorte da SD28 é mais incisivo. Nele a narratividade dos fatos suplanta o real histórico, em prol das marcas da memória familiar. Algo que também se relaciona com o recorte da SD20, na qual Víctor González defende a instituição familiar como responsável por repassar a seus descendentes uma memória histórica. Desta forma, nem o Estado, nem qualquer governo deveriam ter interferência nesse assunto. Nessa direção, o relato familiar de Abascal não é apenas legitimado, é também despedido de qualquer responsabilidade. Desta forma, não há como haver culpa (pelo menos na concepção religiosa que atravessa o relato de Abascal). Ainda assim, a ausência de culpa do avô é também uma delimitação necessária, já que há um pré-construído atrelado ao discurso-outro que o faz tomar essa posição: *todos devem sentir-se culpados pelo que se passou no franquismo*. Único lugar possível para que haja a interferência do discurso-outro, que desaparece quando o avô é colocado em destaque no recorte:

Mi abuelo...	fue alcalde...	en el franquismo... en el régimen de Franco... en la época de Franco... cuando la política no hundía España... cuando los españoles atendían a los desafíos de la patria...
--------------	----------------	---

No exercício parafrástico há uma série de referências que se equivalem simetricamente (*franquismo, régimen de Franco, época de Franco*), uma vez que não apresentam diferenças significantes entre si: referenciam o passado (romântico) cristalizado entre o avô e Franco. Nessa direção, as expressões política e dever patriótico são tomadas como opostas: se o avô servia a Espanha, não era pela política. Logo, poderíamos nos perguntar: sem política há paz? A fabricação do político como ficção cumpre as prenúncias da ideologia burguesa,

que atribui à política um domínio da fantasia. É por essa via que Abascal faz convergir o apagamento das condições históricas do passado e destaca o relato familiar como elemento pertinente, verídico e legítimo. Nesse apagamento, há um forte funcionamento da evidência sobre o *dever patriótico*, já que se esse dever não se devia às funções inerentes ao *político* mas a algo mais, que é tão evidente que sequer pode ser apreendido: *todos sabem o que é um dever patriótico*. Nessa mistura entre o evidente e o interpretável, o nome *Franco* orbita entre o efeito do ufanismo familiar (conotação aparente) e a impossibilidade da significação (efeito de denotação regrada). Na tensão entre um e outro é que o nome encontra a instância que o representa para o interlocutor: uma referência antiquada, que não faz menos que projetar a boa-fé (romântica e idealista) do avô de Abascal.

O recorte da SD29 é de outra participação de Santiago Abascal ao *El Gato al Agua* em 2016. Na suas intervenções, Santiago Abascal comentou sobre o caso *Gürtel* (caso de corrupção do Partido Popular, que começou a ser investigado em 2007); a investidura de Rajoy como presidente de governo, assim como críticas ao mesmo por sua falta de vontade, conforme Abascal, por lutar pela unidade nacional; a possibilidade de superação do PSOE, por Podemos, como partido hegemônico de esquerda; e, por fim, a luta contra o terrorismo na Espanha, especificamente o ETA, do qual recortamos a formulação da SD29:

**SD29**  
**2016**  
**Programa Televisivo**

**Santiago Abascal:** [...] esta sigla [ETA] es la que nos ha hecho daño, pero el proyecto político que esta sigla, proyecto terrorista, pero proyecto político de destrucción de España, que esta sigla representa, permanece vivo, está vigente. Y el odio, que es el caldo de cultivo, necesario y un odio mucho mayor que el que había hace cuatro décadas, cuando murió **Franco**, un odio mucho mayor/la sociedad vasca estaba mucho más tranquila, no existía ese odio que hay ahora, no era tan grande.

Santiago Abascal en El Gato al Agua 24 de octubre/(VOX España/YouTube)  
1,006 visualizações  
<https://youtu.be/YEXocQruNwQ> - Acesso em 05 jun. 2022.

No recorte a morte de Franco é novamente usada como um referente simbólico, que marca o campo de disjunções pragmáticas: antes, a quatro décadas atrás com Franco, menos ódio, mais defesa/união da Espanha; agora,

quarenta anos sem Franco, mais ódio, mais destruição/aniquilação da Espanha. O campo das disjunções (constituídos por antonímia) assenta o que os nomes e as siglas separam. Nesse movimento, os papéis discursivos assumidos por ETA e Franco são fundamentais:

ETA ha producido un odio que...	cuando murió Franco no existía, porque en la sociedad vasca...	no había políticos... no había representación por medio de partidos... no había impunidad de los etarras... no había una comunidad autónoma... quien se oponía a la sociedad española era detenido... los vascos eran más unidos... España era una sola nación...
---------------------------------	--	---

No recorte, Abascal associa ao ETA a manutenção política do ódio. Após o seu cessar de atividades formalmente em 2011, o ETA é projetado pelo enunciador como um projeto político (terrorista, destrutivo), que é encarnado e subsiste na democracia através do que ela oferece: partidos políticos, representação civil, parlamentos, voto direto. Desta forma, não há uma dissolução absoluta do ETA para o interlocutor, posto que partidos políticos como PNV (Partido Nacionalista Vasco) e EH Bildu (Euskal Herria Bildu) atualizaram práticas e saberes do ETA no dizer de Abascal. Portanto, levando em consideração a invenção do político como ficção (abordado na SD28), a presença de Franco como oposto à democracia, política, representação política através de partidos, não permitia paradoxalmente os pontos débeis e frágeis dos instrumentos mencionados; nessa fragilidade é que o ódio é, para o interlocutor, o *caldo de cultivo* que dizima a Espanha, posto que não há controle ou repressão. No exercício parafrástico acima fica patente que o ETA é associado a uma série de propostas do Estado espanhol, mas em especial à desintegração do campo discursivo de nação e identidade espanhola, no qual a identidade vasco subsiste como adereço sociológico da diversidade (burguesa) espanhola.

Desta forma, há uma contraproposta suspensa no recorte, na qual o sujeito enunciador apresenta (por um ufanismo discreto ou indignado) a

referência da morte de Franco como o divisor de águas para a história da Espanha; mas, ao mesmo tempo que aponta o passado como reduto idílico, oblitera no discurso os processos materiais que mantiveram *o ódio sob controle* há quarenta anos atrás: autoritarismo, forte presença policial, controles rígidos de circulação de pessoas, perseguições políticas, exercícios paramilitares, assassinatos, etc. É como se essas ações do franquismo (datadas, registradas, provadas, testemunhadas) não importassem ou fossem apenas um efeito discursivo (e conotativo) do discurso-outro, que é também aquele que arbitrariamente forja alianças com o projeto político terrorista de ETA, uma vez que os permite entrar (por meio da representação partidária) em comunidades autônomas, parlamentos, etc. Porém, há ainda outro funcionamento da contradição nessa tomada de posição de Abascal: a morte de Carrero Blanco, ex-presidente do governo da Espanha, vítima de um atentado terrorista de autoria do ETA em 1973, enquanto Franco ainda não havia falecido, também alumbra a (im)possibilidade de concretude no dizer de Abascal. Nessa direção, o relato de Abascal parece sucumbir ao efeito da indignação (ETA continua destruindo Espanha, mas agora pela política, pelos partidos, pelo parlamento) e traz como efeito de cisão (Franco nos livrou a todos desse mal).

Nesse recorte vimos que a morte de Franco é uma passagem simbólica (também relatada na SD26), que atrela a si uma série de divisões (inclinadas a um discurso ufanista, seja pela via do não dito ou pelo apagamento das condições de produção). A partir da nossa análise, o nome aparece como articulação simbólica do passado, mas também como necessidade presente para ilustrar, aos olhos do enunciador, uma herança que não é suportada pelo presente; um presente tomado de ódio (e sustentado na política, por meio de instituições e partidos políticos). Desta forma, o nome *Franco* passa a também incorporar (na formação discursiva que domina o interlocutor) uma memória discursiva capaz de conotação, mas que emerge apenas quando cumpre certas condições específicas de dizer. Uma conotação regulada.

Na próxima SD, a SD30, Víctor González participa em 2017 do programa *El Gato al Agua*. Na sua participação, González comenta temas como a diminuição do Estado como medida para ajudar à luta contra a pobreza, a realidade dos aposentados e do sistema de pensões, dentre outros temas. A

formulação da SD30 é um comentário de González ao tema da privatização e da formação de um monopólio da indústria da energia elétrica na Espanha:

**SD30  
2017  
Programa televisivo**

**Víctor González:** [...] yo creo que el oligopolio del que mencionáis, es verdad. O sea, antes ha mencionado **en la época de Franco; a la época de Franco** había muchísimos más operadores eléctricos de los que tenemos ahora, que ahora son muy poquitos y concentrados. Oye, pero esto ha sido así. Todas las grandes presas de este país, **las hizo Franco;** (esas) quitan los nombres a las calles, pero no nos quitan las grandes presas que **inauguró Francisco Franco en su momento** [...]

Víctor González en la tertulia de El Gato al Agua el 24 de febrero/(VOX España/YouTube)  
222 visualizações  
<https://youtu.be/5zjQQhchlt0> - Acesso em 05 jun. 2022.

À diferença da enunciação das referências anteriores (*cuando murió Franco*), aqui há uma referência que transcende o evento fúnebre (e seu simbolismo) e adentra no tempo dos feitos de Franco (*en la época de Franco*) e suas implicações e efeitos no presente. A retomada do discurso ufanista presente no recorte é sustentado no embate crítico e direto com o *ellos* (que destroem para o enunciador as partes *boas* do passado, isto é, as grandes obras de infraestrutura que beneficiam a economia). Nesse embate, *en la época de Franco* é o delimitador que não pode (no dizer do enunciador) representar outra coisa senão o contraste evidente do desenvolvimento capitalista do Estado Espanhol (comprometido atualmente):

en la época de Franco...	se hicieron grandes presas, que permiten...	la producción industrial... el abastecimiento eléctrico en los hogares... el desarrollo económico... el éxito económico de España
--------------------------	---	--

No exercício parafrástico as implicações dos monumentos *históricos* de Franco (em prol da Espanha/economia) e não de partidos (em prol de *memórias fabricadas/projetos* excludentes), mostram pelo movimento enunciativo a discrepância entre passado (desenvolvimento da Espanha) e presente

(destruição da Espanha). Acerca do passado são herdadas excelentes infraestruturas no tema energético conforme o enunciador; nesse sentido, há uma quantificação marcada no fio do discurso pelo uso da locução adverbial de quantidade: *había muchísimos más operadores*. Essa marcação da quantidade é indicada pelo contraste, isto é, no passado (muitos) e no presente (muito menos). Isso aponta para o destaque discrepante da situação atual espanhola, que regrediu na quantidade de centrais elétricas, quando deveria ter sido incrementada; aqui funciona uma série de não-ditos, que contribuem ao funcionamento das evidências (aumento populacional, agrícola e industrial) que atribuem à conjuntura atual espanhola, um fracasso no tema energético. Dessa forma é possível encontrar o caminho do processo parafrástico (sinalizado acima) em que as grandes represas para uso hidrelétrico permitiram um avanço da economia pela via da produção industrial, no consumo diário das famílias espanholas, etc. No entanto, na discrepância (na qual funciona a evidência que sinalizamos acima), o enunciador também faz os instrumentos neoliberais (privatização) se voltarem contra eles mesmos: o oligopólio da indústria elétrica foi a resposta inadequada da burguesia interna espanhola. E é nessa direção que funciona um pré-construído em relação à democracia (a antítese de Franco): *a democracia aniquilou o sistema eléctrico Espanhol, que se encontra pior do que já foi*. Nessa direção, o ataque ao oligopólio elétrico é um ataque de um certo capital (representado pelo VOX) contra a uma fração de classe burguesa que, no tema energético, domina o cenário espanhol. Portanto, há uma demonstração de insuficiência da política do presente que se transforma na formulação no embate entre o locutor e o *ellos*.

A insinuação de González ao final do recorte, isto é, a necessidade das obras de infraestrutura de Franco, mas a dispensa de uma política de memória histórica sobre ele (articulada por *ellos*) reventa as gretas entre o passado e o presente. Na tensão há um desbalanço representado pela importância atribuída ao setor energético (necessidade física, econômica e real) conta uma necessidade política supérflua e irrelevante (mudar nomes de monumentos). Nessa direção há uma tentativa (ilusória) do sujeito em promover o esvaziamento do tema da memória histórica, apelando à inutilidade dessa memória, contra a necessidade (imediata, material e contínua) da energia elétrica. A memória histórica (a imaginária política de mudança do nome do Franco de monumentos)



é, dessa forma, desmantelada e reduzida a um mero capricho político do *ellos*, que jamais chega a representar para o interlocutor um problema real como é, para este, o abastecimento de energia elétrica. Há nessa tensão o funcionamento da resistência, que breca qualquer possibilidade da desestabilização e do vir a ser, em prol da manutenção de um efeito de conotação combativo: o nome Franco continua existindo, mas impresso em suas obras. Que é, para o locutor, a parte mais relevante e importante para o que julga como projeto de *Espanha*.

Na SD31 há o recorte de uma intervenção de Javier Ortega Smith em 2017 no programa *El Gato al Agua*. Nesta edição, alguns dos temas que foram comentados por Ortega Smith foram: a universidade espanhola e seu processo de *esquerdização* que leva a sua péssima qualidade; o sistema de aposentadoria, os perigos de Podemos no poder, dentre outros. É no tema do sistema de aposentadorias que Ortega Smith evoca Franco e que realizamos o recorte da SD31:

**SD31  
2017**

**Programa televisivo**

**Javier Ortega Smith:** [...] fue revolucionario en su momento [sistema de pensiones], **en la época, en el régimen de Franco**, cuando se establece este sistema, pues era revolucionario, porque otros países no lo tenían. Pero evidentemente, han cambiado las circunstancias de una manera radical. Ha habido una inversión en la pirámide poblacional, antes cada 2,3 trabajadores, que cotizaban elevadamente, tenían que mantener a un pensionista. Se ha dado la vuelta a la pirámide. Ahora nos encontramos con que hay dos o tres jubilados que ya están dependiendo de un trabajador, que además tiene una baja cotización [...]

Javier Ortega Smith en el Gato al Agua 9 de marzo./(VOX España/YouTube)  
360 visualizações  
<https://youtu.be/BciHebU30A8> - Acesso em 05 jun. 2022.

Neste recorte, o referente histórico *en la época/en el régimen de Franco* é mobilizado outra vez como um articulador simbólico, que divide na língua os sentidos e a história. As expressões, paráfrases equivalentes, apresentam novamente o efeito de discrepância entre passado e presente vistos na SD29 e SD30. A diferença é que nesse recorte o tema da divisão não é o *ódio vasco*,

nem a infraestrutura energética, mas a situação do sistema previdenciário e da geração de arrecadação e receita para o Estado. Novamente, o efeito do passado (o feito de Franco no sistema de pensões/revolucionário) discrepa com o presente (sistema de pensões arruinado/retrógrado). Nessa forma, há uma série de não-ditos que sustentam o processo parafrástico em relação ao feito de Franco:

<p>los logros de la época/del régimen de Franco...</p>	<p>no se adaptaron a la democracia, pues...</p>	<p>los partidos políticos no saben administrar la economía...          los partidos políticos no tienen interés en resolver los problemas de España...          los partidos políticos no quieren que los españoles vivan mejor...          los partidos políticos solo saben aumentar los impuestos...</p>
--	---	---

Colocando a democracia como o efeito do *depois* do franquismo, podemos observar como no campo das explicações (encadeadas pelo operador explicativo *pues*) vários saberes emergem como justificativas à discrepância entre revolução e atraso, sucesso e fracasso, passado e presente. Nelas, vemos (sustentados na longa rede de paráfrases que vimos analisando) como a representação política através de partidos (SD25) se assentada na série de negações que são, por antítese, atributos de Franco (saber administrar a economia, os problemas da Espanha, ajudar os espanhóis a viver melhor, etc.). Assim sendo, os governos da democracia (formados pelos interesses *partidários*) não responderam à altura aos novos desafios do sistema previdenciário conforme marca no recorte o enunciador. Desta forma, não é apenas a pirâmide aludida pelo enunciador que se inverte, são também os objetos históricos que sustentam a discrepância da inversão: a democracia, as comunidades autônomas, a existência de políticas de governo, etc. É dado a ver que os instrumentos do *régimen de Franco* (sejam quais forem eles) destacavam pela novidade, pela inovação, pela revolução. Algo que não se manteve.

Cabe salientar que as contemporâneas reformas da previdência ao redor do mundo, mais especialmente na Ibero-América, são projetos que dão um novo suspiro à ideologia neoliberal, fazendo extinguir os processos mais *equitativos* nos quais os sistemas previdenciários do século XX se formaram. No entanto, o fato de haver um processo mais *equitativo* durante o franquismo implica, para o enunciador, na suposição de uma verdade inegociável e imbatível: um feito histórico que produzia orgulho pátrio e que agora, numa conjuntura social diferente, não encontrou quem respondesse à altura e realizasse outra *revolução*. Como vemos, o nome *Franco* (e os elementos que o acompanham) articulam uma passagem simbólica que faz o passado (novamente) discrepar em relação ao presente. O uso adjetivo de *revolucionário* estabelece a materialidade do efeito de conotação e, em especial, sua função do recorte: apresentar imaginariamente o presente político da Espanha como um espaço-tempo ingovernável e sem direção. Assim sendo, o nome *Franco* articula simbolicamente no recorte o que se normaliza, o que se discrepa e o que é memorável.

A última SD a ser examinada nesta subseção é a SD32. O recorte é oriundo da gravação do projeto de divulgação inaugurado pelo VOX, o *La España por Venir*, no qual os membros do partido comparecem a conferências regionais a fim de apresentar as suas propostas políticas ao público presente ao passo que consolidam seu espaço político e partidário. O recorte da SD32 é uma intervenção de Santiago Abascal na citada conferência, realizada em janeiro de 2018 na cidade de Huelva (Andalucía). No recorte específico, Abascal tenta combater o que considera como injustiça na lei de memória histórica:

**SD32  
2018**

**Produção audiovisual do VOX**

**Santiago Abascal:** [...] lo que no admitimos es que se nos diga a los españoles lo que tenemos que pensar sobre el pasado y sobre una Guerra Civil infausta que enfrentó a compatriotas... y es lo único que queremos decir de eso. Es que no tenemos que ir nada más y por lo tanto no aceptamos que a los españoles se les robe la memoria, o que la memoria sea hemipléjica y por lo tanto nos parece bien que la estatua de Indalecio Pietto, la estatua de Largo Caballero, que dieron un golpe de estado a la propia república, pueda seguir en nuevo ministerio, igual que podría seguir la estatua **del general Franco**, porque forma parte de nuestra historia. Igual que/tiene lógica que la estatua de Lenin pueda seguir en la Unión Soviética o en Rusia, porque forma parte de su historia. Yo creo que tenemos que aprender a vivir

con nuestra historia y no a entrometernos en la libertad de cátedra, en la libertad de expresión, y la libertad de conciencia de los historiadores, de los profesores, y en general de todos los españoles [...]

Conferencia 'La España por venir' en Huelva, con Santiago Abascal/(VOX España/YouTube)

11,849 visualizações

[https://youtu.be/0qf\\_pMGOq-4](https://youtu.be/0qf_pMGOq-4) - Acesso em 05 jun. 2022.

O recorte é marcado por um duplo nó: de um lado, o funcionamento da inclusão do locutor no registro do *nosotros*, de modo a que funcione uma indissociação entre a voz do partido e a dos espanhóis imaginários; e, ao mesmo tempo, o recobrimento do processo de referenciação do nome *Franco* pela memória bélica (*general*), que tenta equivaler no discurso certos objetos históricos cujas trajetórias remetem a condições de produção (a)diversas às de *Franco*.

Na SD32 vemos um dos raros momentos (dentro do raio do nosso recorte) a presença marcada do locutor incluindo-se no grupo dos *espanhóis*. Essa marca que se desdobra na sintaxe a partir da desinência verbal que remete ao presente do indicativo do *nosotros* nos verbos *admitir* e *tener*, em *lo que no admitimos es que se no nos diga a los españoles lo que tenemos que pensar sobre el pasado*, no qual funciona a essência do discurso-outro, que se coloca como anti-espanhol e, portanto, em polo oposto à Espanha e ao VOX; nesse caso, tanto VOX como *espanhóis* se equivalem e passam a se confundir. Do outro lado, no discurso-outro, estão associados uma série de proposições: *robar la memoria*, *memoria hemipléjica* (paraplégica), que servem como guia (e fronteira simbólica) entre o *que pode* e o *que deve* ser dito acerca da memória histórica e da Guerra Civil. Que, por sua vez, no recorte aparece adjetivada como uma guerra *infausta* (funesta) e entre *compatriotas*. Desta forma, o que o discurso-outro faz (aos olhos do VOX) é restringir os espanhóis (e o VOX), posto que imaginariamente no recorte a liberdade é aludida como primado absoluto, isto é, o discurso-outro é o que faz a mentira (memória histórica) se tornar inaceitável (uma memória do discurso-outro, não dos espanhóis/VOX). Essa tomada de posição é importante, pois atribui exclusivamente ao outro o efeito de conotação (*ellos* significam) e ao *nosotros* o efeito de denotação (*como mera equivalência de objetos no discurso*).

No entanto, ainda que esse funcionamento atravessasse todo o recorte, a modalidade de referência ao nome *Franco* faz inscrever no interior do discurso do interlocutor a necessidade (incontornável) de conotação. Nesse ponto, é

possível ver o *desnivelamento*, isto é, a diferença de referenciação entre Franco e outros nomes históricos, como Indalecio Pietro e de Largo Caballero; enquanto estes últimos são atrelados a um movimento golpista (traíram a própria república que *defendiam*), sobre Franco recai a memória bélica, isto é, sua apresentação pela designação *general*. O uso dessa expressão arrola sobre o recorte a possibilidade de significação de Franco por um recurso pelo honorífico (demonstração de respeito) e, também, pela memória ufanista da Guerra Civil (o general da vitória). Esse movimento é imperceptível ao enunciador (pelo efeito dos esquecimentos) que continua a limpar o campo de asperezas (significações do discurso-outro) do seu terreno, para equivaler simetricamente, *como objeto de discurso*, nomes da história: Franco, Indalecio Pietro, Largo Caballero, Lenin - sendo esse último, o mais apelativo no recorte. Desconsiderando a materialidade da história, Abascal faz funcionar em nome da história evenemencial (liberdade irrestrita) apagamentos de objetos históricas e suas condições de produção; se suplanta a contradição e resta no discurso apenas a denotação: a memória é *igual*, independente do seu espaço. No entanto, longe de conseguir fazer desaparecer o efeito de conotação, é a referência a Franco que mostra, na materialidade linguística, uma abertura dos dizeres do VOX a outras modalidades de referenciação, que não deixam de intercruzar memórias e discursos. Dessa forma, a história significa para VOX a *submissão e silêncio* sobre o passado; descaracterizando nomes e eventos históricos, os locutores do VOX não deixam de ser traídos na própria rede que almejam edificar: o traço da significação presente no nome *Franco*, mesmo que sob a modalidade da tensão entre conotação/denotação. Independente do movimento discursivo e dos recursos de significação, o nome *Franco* (com cuidados e zelos) significa para o VOX uma divisão simbólica, que implica história e discurso na passagem do passado (completo e vitorioso) frente ao presente (desencorajado e fracassado). Nesse caminho, não há espaço para articulação de sentidos de *dictadura* ou a linearização no intradiscurso desse próprio significante, pois ele pertence (como vimos no capítulo anterior) à ordem do discurso-outro (e aos feitos atrelados a essa instância pelos membros do VOX).

### 5.3.3 O domínio da ausência marcada no discurso do VOX...

Na SD33 temos a participação em 2018 de Javier Ortega Smith no programa radiofônico *Buenos Días España*, da rede de telecomunicações *Intereconomía*. Na sua participação, Ortega Smith debateu sobre as atualidades da época, como: vazamento à imprensa de conversas de políticos independentistas, que estavam sendo julgados pela tentativa de independência da Catalunha; discussão sobre a interpretação jurídica do conceito de *sedición* (revolta/motim), *golpe de estado* (não há menção no exemplo de Ortega Smith ao caso franquista), para definir (ou não) as ações independentistas na Catalunha; ações jurídicas do VOX contra os independentistas catalães; dentre outros. O recorte da SD33 é uma resposta à pergunta formulada por outra participante do programa, Ana Ruiz, que indaga Ortega Smith sobre a situação real de acesso à educação profissional, média e universitária há sessenta anos. Ortega Smith a responde dando o exemplo de Federico Jiménez Losantos (jornalista e escritor neoliberal espanhol, que havia sido segundo Ortega Smith militante do partido comunista espanhol), como uma história de superação, posto que partindo de um contexto de pobreza, graças a bolsas de estudos, consegue prosperar. Smith acrescenta que as bolsas de estudos concedidas durante o franquismo eram conquistadas por mérito, sem seleção ideológica, independentemente do *lado* da guerra civil a que pertenciam os familiares do estudante.

**SD33**  
**2018**  
**Programa radiofônico**

**Javier Ortega Smith:** [...] hombre, lo tienes en que casi todos los ministros que fueron del partido socialista se educaron en magníficos colegios **en la época de Franco** y todos sacaron sus carreras, que no estuvieron en el exilio [...]

Javier Ortega en Buenos Días España 8 de febrero/(VOX España/YouTube)  
497 visualizações  
<https://youtu.be/4yn8da96scl> - Acesso em 05 jun. 2022.

À semelhança de outros recortes analisados, as declarações do enunciador do VOX são marcadas pela tentativa de atribuir à memória do franquismo um lugar despido de arbitrariedades e de excessos, como se destaca na afirmação de que os ministros socialistas durante o franquismo foram beneficiados pela educação oferecida na época de Franco (nas escolas

adjetivadas como *magníficas*); esse tipo de afirmação levanta dúvidas sobre o relato do exílio durante o franquismo, assim como desponta um sentido de hipocrisia sobre os socialistas (aproveitaram-se do franquismo, diferente do que dizem hoje). Nesse jogo entre *aparência* e *fato*, se assenta o efeito de verdade como marca a posição de sujeito que se inscreve Ortega Smith; nesse efeito, se dissimula um objeto material (exílio durante o franquismo) como objeto discursivo (peça de linguagem), de modo a que impere no presente do dizer a controversa afirmação de Ortega Smith como possibilidade unívoca de significação. Mas é também por essa dissimulação, que o enunciador implica materialmente a impossibilidade de linearização do significante *dictadura* e de seus sentidos, no recorte. O significante *dictadura* e os sentidos regionalizados na formação discursiva do VOX, atribuem a Castro, Chávez, Maduro (Pablo Iglesias, Podemos, PSOE, Zapatero...) a competência de uma ditadura, constituída por ações autoritárias, repressivas e violentas. Desta forma, a seleção no eixo do intradiscurso de *época de Franco* materializa, de fato, um saber discursivo próprio ao VOX. A impossibilidade de significar e de mobilizar no fio do discurso *dictadura* alicerça o efeito (imprevisto e indesejado) da tensão entre efeito conotativo e denotativo: ao atribuir ao outro (aos ministros socialistas) o espaço da hipocrisia, o sujeito se vê obrigado a referenciar o nome *Franco* e, para isso, são operos recortes na memória discursiva. É assim que *época de*, longe de representar uma expressão mais genérica, inscreve materialmente os efeitos da identificação do sujeito à formação discursiva que o domina, isto é, faz o efeito entre passado e presente (analisado nas SDs anteriores) atravessar a evidência desse tipo de referenciação ao nome *Franco*; o nome representa algo ao enunciador à medida que fulmina seus adversários políticos e exime o presente das *mentiras* do discurso-outro.

Na SD34 temos um recorte da participação de Abascal em um dos encontros do projeto do *La España por venir* (explicado na SD32). O recorte a seguir trata de outra fala de Abascal sobre a lei de memória histórica e o posicionamento do VOX a seu respeito:

**Santiago Abascal:** [...] nosotros no queremos quitar ninguna estatua, ni la de Largo Caballero, ni la de Indalecio Pietro, ni la **del general Franco**, creemos que todo representa nuestra historia [...]

La España por venir/Alcalá de Henares/VOX/(VOX España/YouTube)  
41,371 visualizações  
<https://www.youtube.com/watch?v=KgiTQwG4hsY> - Acesso em 05 jun. 2022.

Nesse recorte, temos uma repetição intradiscursiva praticamente idêntica (em ordem e sequência) dos nomes históricos que aparecem na SD32. Novamente, o modo de referência de Franco e dos demais (Largo Caballero, Indalecio Pietro) adquirem um funcionamento significativo relevante. No conciso recorte, Abascal volta a equivaler (como se fossem objetos de discurso e não objetos materiais) as diferentes estátuas em tributo a Largo Caballero, Pietro e Franco. Já tivemos a oportunidade (SD32) de discutir a natureza da *equivalência* e do *apagamento* das condições históricas materiais nessa modalidade de formulação, que faz tentar prevalecer o efeito da denotação em suplantação ao efeito da conotação. Nessa direção, há um desnível (que dá a ver o contrário) entre a referência de Caballero, Pietro e Franco; enquanto os primeiros possuem uma posição vazia na estrutura sintagmática: *ni la de(l) + Ø* [designação], na formulação em que aparece Franco, há a presença de *general* que serve como seu qualificativo. No primeiro plano, a presença desse substantivo que funciona discursivamente como *adjetivo* se atravessa com o que sinalizamos na SD32, isto é, há presença de um uso honorífico e/ou ufanista, que faz convergir a memória bélica (da Guerra Civil e do franquismo) sobre *Franco*. Nessa direção, ainda que seja uma possibilidade de referência a Franco, ela é atingida pela materialidade histórica.

Assim sendo, a presença da designação *general* inscreve no dizer do VOX a possibilidade do jogo metafórico em que de um lado Franco é o articulador simbólico entre passado e presente, no qual podem aparecer expressões como *general, revolucionario, innovador, patriota* e assim por diante; e, do outro lado, Caballero e Pietro se metaforizam em *golpistas, corruptos, deshonestos, dañinos, antipatriotas* entre outros. É nesse processo de reformulação-paráfrase que também se assenta a impossibilidade (por exclusão da formação discursiva na qual se inscrevem desigualmente os membros do VOX) da substituição entre *general* e *dictador*; sintaticamente essa permuta é plenamente possível, posto que os dois podem se equivaler gramaticalmente e também desempenham o



mesmo papel na estruturação sintática. No entanto, no discurso do VOX há a previsibilidade da presença da expressão *dictador* atrelada a Castro, Maduro, Chavez, mas não a Franco. Portanto, o lugar na sintaxe consagrado a Franco não permite a presença do significante *dictadura* como atributo, pois os sentidos atribuídos a ele pelos interlocutores do VOX pertencem a outra instância ou, então, se possível *dictadura de Franco*, é um dizer que pertence ao discurso-outro. Dessa forma funciona a dupla ausência sobre o nome Franco: da sintaxe aos sentidos não há marca, indício ou sinal da relação entre Franco e *dictadura*. Ela é, materialmente, apagada e consagrada como ausência (ou silêncio).

Na próxima SD, a SD35, realizamos um recorte na entrevista concedida por Santiago Abascal no final de 2017 ao programa *La Lupa* do *Canal 10*. Nessa entrevista, Abascal responde às questões postas pelo entrevistador, que corresponderam a temáticas como: a situação catalã (independentismo) e a não participação do VOX nas eleições convocadas após a manifestação de independência na Catalunha (2017); a centralização das competências de educação e saúde ao estado central ou *unitário*, segundo Abascal; dentre outros temas. O recorte da SD35 se refere a uma pergunta realizada pelo entrevistador sobre esse último tema, face à proposta do VOX, à reorganização dos pactos de Estado, especialmente ao papel das comunidades autônomas. Nesse caso, *Estado de Franco* aparece como um exemplo contundente:

**SD35**

**2018**

**Programa televisivo**

**Entrevistador:** Acaba de decir un estado descentralizado, () y lo digo no por ironía, sino por relación directa, ese estado descentralizado era exactamente **el estado de Franco**. Había las diputaciones, también los ayuntamientos, había una clase política regional, que no iba muy allá, porque el que mandaba era el gobernador civil, etcétera etcétera. Pero bueno, ese era el estado que había entonces ¿no?

**Santiago Abascal:** El estado de Franco, el de la República y el anterior, es decir/

**Entrevistador:** Sí sí/

**Santiago Abascal:** el estado que venía funcionando en España desde/

**Presentador:** por la república ya aprobó estatutos de autonomía, los aprobó ¿no? [...]

Entrevista a Santiago Abascal en La Lupa de Canal 10 de Asturias el 14 de diciembre/(VOX España/YouTube)

6,383 visualizações

<https://youtu.be/QhsTM46yhw0> - Acesso em 05 jun. 2022.

O recorte é marcado por uma tentativa de circunscrição significativa no sintagma nominal *el Estado de Franco*. No recorte, o entrevistador coloca Abascal numa posição incômoda: se realiza uma associação entre a proposta do VOX (Estado central, sem comunidades autônomas) e o que foi o Estado de Franco (centralista, governos civis). Essa associação, que marca a necessidade do efeito de conotação, coloca Abascal numa emboscada: sem poder equivaler objetos na instância do discurso (prevalecer o apagamento e a equivalência), o enunciador se vê obrigado a reorganizar no fio do discurso uma modalidade de não deixar (no nível da evidência) soar uma possível relação entre Franco e VOX (pelo menos uma relação *preponderantemente* explícita e aberta). Diferentes dos outros recortes, em que o espaço de dizer do membro do VOX é a instância partidária (produção própria) ou a coligação midiática (programas áudio-televisivos do *Grupo Intereconomía*), nessa SD há a presença de um meio alheio a essas relações de interlocução cristalizadas, isto é, outro espaço midiático mantido, até então, por um grupo editorial sem relação direta com o VOX. Dessa forma, Abascal responde à interpelação do entrevistador equivalendo formas de Estado, de modo a que o efeito de denotação tente imperar ante o efeito da conotação.

Assim sendo, em termos de Estado há uma equivalência histórica: Estado do Franco, Estado da República, Estado do Primo de Rivera, Estado dos governos constitucionais de Alfonso XIII e assim por diante. Ressoa no fio do discurso uma indiferença absoluta e contrária ao próprio movimento da contradição; é como se toda a paráfrase possível (de estados anteriores) fosse um compêndio equivalente dos mesmos objetos históricos, que apenas mudam a natureza do seu nome e de seus governantes, mas não sua essência. Essa é uma marca que aponta no discurso para a resistência do sujeito à contradição e ao próprio movimento da desestabilização dos sentidos, fazendo com que haja a manutenção do *status quo* que, ao fim e ao cabo, representa imaginariamente ao enunciador a fidedigna materialidade do que é a Espanha: um sentido suspenso entre estados. Nessa direção, o nome Franco também representa a identidade da suspensão e a manutenção de uma memória discursiva.

A ressalva por parte do entrevistador ao início do recorte (*y lo digo no por ironía*) indica a presença do discurso-outro, na medida em que há dizeres que celebram (efeito do pré-construído) a relação entre Estado unitário-VOX-

franquismo de modo irônico; o livramento desse embaraço no movimento significativo volta a implicar o nome *Franco* como uma referência equivalente (denotação), mas também como objeto de disputa que aponta para uma discrepância entre comunidades autônomas e Estado unitário. Nesse entremeio, a possibilidade de materialização por metáfora de *Estado de Franco* para *dictadura de Franco* é barrada. Ainda que o enunciador tente aferrar-se ao efeito da denotação (na ilusão de que a referencialidade é obra da literalidade e da equivalência irrestrita entre *peças* de discurso), a exclusão do significante *dictadura* e de sentidos que orbitam em torno a ele, desdobram-se como fatos significativos que rompem (pela tensão entre denotação e conotação) a equivalência (que existe apenas no nível discursivo, não no nível do real da história).

Na seguinte SD, a SD36, há um recorte da participação de Javier Ortega Smith no evento de celebração do terceiro aniversário do VOX, em 2017. Há comunicações de membros do partido, vídeos comemorativos, dentre outros. Nesse ato, se demarcam ações do VOX até aquele momento, especialmente nos campos ideológico, político e econômico. No recorte da SD36, Ortega Smith defende a fundação do VOX como uma das frentes na luta contra o terrorismo, especialmente em defesa das vítimas do ETA. Nessa direção, surge em sua fala uma alusão a Franco:

**SD36**  
**2017**

**Produção audiovisual do VOX**

**Javier Ortega Smith** [...] cuando se nos dice que España ha tenido una transición modélica, que en España no tuvimos una Guerra Civil para pasar del **régimen de Franco** a la democracia, mienten. Se pagó con la sangre, con la sangre de todos aquellos policías, militares, políticos, jueces y fiscales que defendían España y la libertad, que nos defendían a todos y que (en) VOX no vamos a olvidar jamás [...]

Acto del III Aniversario de VOX (21/01/2017)/(VOX España/YouTube)  
1,856 visualizações  
<https://youtu.be/5ypP7gVklUk> - Acesso em 05 jun. 2022.

No penúltimo recorte a ser analisado, há a marca de dois movimentos significantes: no primeiro, o combate ao discurso-outro e à mentira histórica contada por esse *outro*; e, no segundo momento, um antagonismo claro entre o *nosotros* (os do VOX) e o discurso-outro, no qual há a exaltação da *verdadeira* transição, que tem curadoria do VOX.

Para começar, Ortega Smith realiza uma negação que coloca imaginariamente o campo do discurso-outro (marcado sintaticamente em *se nos dice*) atado a uma mentira; supostamente o discurso-outro repetiria, imaginariamente segundo o enunciador, que a transição foi um processo sem mortes, sem violência e sem arbitrariedades. Essa atribuição ao outro coloca os fatos históricos em discrepância absoluta com as afirmações; é como se no discurso houvesse um complô de mentiras que são repetidas impunemente (o efeito colateral – a contramedida - seria, como vemos, a lembrança do VOX da *verdade*). É também graças a essa arbitrariedade que a Guerra Civil e o *régimen de Franco*, no recorte, abrem passo para a democracia. No entanto, cabe sinalizar que se reconhecem as vítimas dessa época, mas como vítimas da Guerra Civil, não do regime franquista; a transição, desse modo, não compreenderia a passagem simbólica do franquismo (1978) ao Estado democrático burguês espanhol, mas à derrota (simbólica) de algo que fica elidido na formulação e, do qual, o sujeito luta para fazer justiça.

Nessa direção, há o segundo movimento significativo da divisão entre o *nosotros*, marcada pela presença do papel do VOX no papel de curador da memória, em antagonismo ao *ellos*, ao discurso-outro, do lado da mentira histórica; nesse segundo momento, o locutor coloca-se (assim como VOX) como defensor de certa memória (uma memória de morte, de sangue), que se restringe ao corpo do AIE jurídico e ao ARE (policiais, militares, juízes, fiscais - e caberia indagar: que políticos?). Essa memória se representa no dizer do enunciador como subordinada ao apagamento, à mentira do discurso-outro e encontra um terreno de rememoração no interior do próprio VOX. O eixo de sustentação dessa prática de memória é a *España* e a *libertad*. Nessa direção, ao excluir o *régimen de Franco* do campo do discurso-outro, o enunciador pode dar a ver, no campo poroso da mobilidade da interpretação, que o *régimen de Franco* também lutou pela *España* e pela *libertad*. Algo que não produz nenhum estranhamento, já que na longa cadeia parafrástica em que o nome *Franco* se inscreve, há marcas mais do que suficientes que o inscrevem num papel de defensor exemplar dos *interesses pátrios*. Logo, não há possibilidade de inscrição do significante *dictadura* nem dos sentidos celebrados pelo VOX a esse significante no sintagma nominal *régimen de Franco*, que poderia ser parafraseado por *momento, tiempo, época... de Franco* sem jamais (a menos por um processo de

contra-identificação ou desidentificação) permitir que o nome seja relacionado a sentidos repressivos, violentos ou mortíferos. O nome *Franco* é uma das fronteiras que divide até onde segue a identificação dos enunciadores do VOX e onde começa (a imaginária mentira do) discurso-outro, do *ellos*.

A última SD que analisaremos, a SD37, é um recorte da participação em 2016 de Santiago Abascal no programa *El Gato al Agua*. Na sua participação, Abascal comenta, entre outros temas, sobre a investidura da presidência de governo (2016) e, principalmente, sobre o papel de Arnaldo Otegi<sup>94</sup> na promoção do terrorismo vasco. Nesse ponto, o qual sustenta o recorte, Abascal comenta a entrevista que Otegi, um dos ex-membros do ETA que foi julgado, condenado e preso, concedeu a Jordi Évole (el follonero) no programa *Salvados* (ver a SD17).

**SD37  
2016**

**Programa televisivo**

**Santiago Abascal:** [...] en la manifestación en la que participó Otegi, unas horas antes de la emisión de esa entrevista [a Jordi Évole], en Bilbao, junto a terribles asesinos, como Kantauri, como el 'Carnicero de Mondragón'<sup>95</sup>, **que estuvo en prisión durante el régimen de Franco**, en prisión durante la democracia; este que atentaba contra España atacando la vida de muchísimas personas, **no contra la dictadura como quieren decir algunos**, cosa que tampoco yo veo legítima; pero, en definitiva, yo creo que hay un acto de enaltecimiento al terrorismo y de hecho, nosotros mañana vamos a acudir a la audiencia nacional, a interponer una querrela contra Otegi por humillación a las víctimas y por enaltecimiento del terrorismo [...]

Santiago Abascal en El Gato al Agua 19 de Abril. Fuera las Autonomías y Otegi a prisión./(VOX España/YouTube)  
1870 visualizações  
<https://youtu.be/5VNncOgfkqU> - Acesso em 05 jun. 2022.

No último recorte em análise, observamos independente da formulação, como o significante *dictadura* e os sentidos associados a ela são rechaçados do dizer do enunciador do VOX; esse rechaço é, deste modo, contornado para que pela via do imaginário, *dictadura* exista atrelada ao discurso-outro. Nessa direção, não importa a repetição intradiscursiva: *régimen de, tiempo de, época de, cuando murió, cuando gobernaba*, dentre outros, o nome *Franco* não é

<sup>94</sup> Ex-integrante do ETA, condenado várias vezes à prisão; também se considera um agente histórico decisivo para os acordos de paz no País Vasco e o desmantelamento total do ETA.

<sup>95</sup> Tanto José Javier Arizkuren Ruiz (Kantauri) como Jesus Mari Zabarte (*El Carnicero de Mondragón*) foram assassinos que exerceram atividades terroristas no ETA. O primeiro, foi condenado por mais de vinte assassinatos; o segundo, por dezessete.

conotado no discurso do *nosotros* como detentor de objetos e práticas históricas que justificaram e legitimaram inúmeros crimes de Estado: assassinatos, perseguições políticas, censura, exílio e assim por diante. Esse léxico, inclusive, desaparece no discurso do VOX ou é atribuído ao discurso-outro, ao *ellos* como uma fábrica de mentiras e manipulações. Na SD37, Abascal realiza um *combate* ao terrorismo vasco e suas reminiscências contemporâneas; nesse movimento, há uma rememoração do passado (um retrabalho do enunciador sobre a materialidade histórica) e, ao final, há um efeito de discrepância entre o domínio de memória relatado ao discurso-outro e à prática política do VOX. O nome *Franco* aparece, novamente, como uma língua divisória.

No primeiro momento da formulação, há uma reprovação explícita de Abascal contra uma manifestação política que participava Arnaldo Otegi; a reprovação de Abascal se assenta na associação de dois nomes históricos a Otegi: *Kantauri*, *El Carnicero de Mondragón*. Os três são apresentados como *terribles asesinos* que se encontram (na democracia) em meio a um protesto político (permitido pela democracia). Em seguida, Abascal segue a apresentação de Otegi pelo recurso qualificativo ligado ao AIE jurídico, isto é, *estuvo en prisión* no qual vemos outra vez a linha divisória entre régimen de Franco e democracia sendo estabelecido; nessa linha, tanto numa conjuntura histórica como em outra, Otegi estava condenada por atos ilegais (assumidamente os assassinatos que Abascal imputa a Otegi na formulação, corroborado pela presença de dois outros nomes - *Kantauri*, *El carnicero de Mondragón*). A associação entre Otegi e as designações *asesino*, *asesinato*, *muerte*, *prisión* dentre outros, faz funcionar na formulação uma desabilitação do discurso-outro, à medida em que o foco de Otegi era simplesmente o assassinato desmensurado (que é o que significa ETA para o enunciador). Nesse ponto, Abascal diz que a justificativa de Otegi não era uma luta contra a *dictadura*: *contra la dictadura como quieran decir algunos*, deste modo, se há alguém que diz *quieran decir algunos*, não são os do VOX, porque essa é uma função de fora do dizer de Abascal, isto é, do discurso-outro. Assim sendo, *no decimos eso* é a afirmação aceitável ao *nosotros* no nível da formulação, que se livra de qualquer vinculação a Otegi, fazendo funcionar (novamente) um antagonismo que funciona entre *nosotros* e *ellos*, entre o discurso do enunciador e o discurso-outro.

O antagonismo é contraído especialmente quando Abascal rebate um dizer outro, isto é, de que Otegi lutava contra a *dictadura*; aqui fica implícito o complemento nominal, que lança sombra sobre o possível sintagma *de Franco*. Assim, ainda se o fosse (*cosa que tampoco yo veo legítima*) o enunciador refuta qualquer legitimidade a esse ato, seja porque em torno a *dictadura* se aglutinam sentidos outros (e não convenientes ao VOX), ou, então, porque ETA significa no dizer de Abascal uma violência incomparável (e incompatível) à *dictadura*. Nessa direção, o enunciador abre espaço para sintetizar (ETA, Otegi, Kantauri, *El Carnicero de Mondragón*) como um único movimento pendular: todas as suas ações são enaltecimento ao terrorismo. E, dessa maneira, o próprio locutor apresenta o outro lado do antagonismo: uma proposta de queixa contra Otegi por humilhação às vítimas do ETA e enaltecimento ao terrorismo. Há, como já sinalizamos, uma grande preponderância do aparato jurídico nas movimentações políticas do VOX, o que faz imperar na disjunção pragmática o polo da legalidade (do VOX) e da ilegalidade (do *ellos*). Dito isso, o nome Franco (mesmo elidido) ainda assim funciona de modo a contrapor a história; nesse terreno, não é o significante *dictadura* amplamente celebrado em relação ao franquismo que significa para VOX esse nome: é a sua absoluta, irrevogável e constante ausência.

#### 5.3.4 As configurações discursivas da ausência do significante e dos sentidos de *dictadura* no discurso do VOX: efeitos de conclusão

No último gesto de análise destacamos três domínios significantes em que o nome *Franco* comparece *in praesentia* (linearizado no intradiscurso, na função de substantivo na estruturação sintática). No primeiro domínio, da comparação, que compreende da SD24 a SD26, analisamos como o nome *Franco* aparece relacionado (e às vezes comutado) com outros nomes ou conjunturas histórico-políticas. A partir das análises dessas SDs compreendemos que há, por vezes, uma divisão incerta dos atributos significantes do nome *Franco* por meio da comutação semântica que deixa arestas abertas nas formulações; em outras, o nome *Franco* aparece como efeito hiperbólico que se tensiona (ambiguamente) entre a dupla possibilidade do exagero (hipérbole) e da exaltação (ufanismo); e, por fim, a marca mais recorrente na maioria dos recortes: o nome *Franco*

mobilizado como hiato que serve de articulador simbólico entre o passado e o presente, uma linha divisória que às vezes pende ao efeito da conotação (compreendido por nós como a atribuição imaginária - especialmente ao discurso-outro - de palavras e sentidos possíveis em torno ao nome *Franco* e a sua memória) e ao efeito da denotação (entendido ao longo das análises como a tentativa - ilusória - do sujeito do discurso em impor o puro valor lexical do nome, apagando a materialidade dos processos históricos e discursivos).

No seguinte domínio significativo analisado, o da memória do político e do econômico, que compreende da SD27 a SD32, averiguamos movimentos significantes que se repetem. Entre eles, há a presença do discurso-outro e do *ellos* representados como produtores de mentira sobre o passado e sobre o nome *Franco*; com essa exclusão, os membros do VOX se impõem (pela exclusão do *ellos*) como os únicos autorizados a falar do passado e de Franco. Além disso, há uma constante dissimulação de peças de linguagem (objetos apenas de discurso) como objetos reais e concretos: nas equivalências, nas associações, nas referências, nos contra-argumentos imperam apagamentos e supressões da contradição histórica, que recusam aceitar fatos e provas materiais sobre o passado. Nessa direção, as peças de linguagem passam a servir de prova (sustentadas no efeito de verdade e de autoridade dos enunciadores do VOX) de deslegitimidade e falta de fiabilidade do discurso-outro e do *ellos*. O nome *Franco* aparece nessa tensão, dividido entre a conotação e a denotação, entre o *nosotros* e o *ellos*, entre o passado e o presente. Nos recortes da memória operados pelos interlocutores do VOX, há uma extensa presença de pré-construídos que funcionam para caracterizar as condições significantes do nome *Franco* no interior do que se configura como discurso do VOX; trata-se de uma caracterização entre um antes (*tiempo de, época de, régimen de, cuando murió, cuando gobernaba... Franco*) marcado pelo desenvolvimento econômico, pela estabilidade política, pelo combate ao terrorismo, aos problemas *políticos* (marcas do discurso ufanista) e um depois que conforma o presente e a democracia (esta, em declínio e em oposição a Franco), como marcados pela falta de um Estado forte na economia (*políticas ineficientes*), no combate aos movimentos independentistas/soberanistas, à condenação mais explícita do terrorismo e assim por diante. Nessa conjuntura significativa os dizeres e as práticas do VOX aparecem reforçadas e legitimadas



por um projeto nacionalista abstrato e imaginário de pátria, de Estado e de Espanha. O nome *Franco* se divide e articula simbolicamente a diferença entre passado e presente, não restando espaço para o significante nem para os sentidos de *dictadura* (essa é uma marca sempre associada do discurso-outro, quando referida a *Franco*).

No último domínio significativo analisado, o domínio da ausência marcada do VOX, colocamos em destaque a impossibilidade (rechaço da formação discursiva na qual se inscrevem os membros do VOX) da presença intra e interdiscursiva do significante *dictadura* e de seus sentidos (aqueles que os membros do VOX consagram em relação a Fidel Castro, a Hugo Chávez a Nicolás Maduro e às ditaduras imaginárias - ideologia de gênero, politicamente correto e assim por diante). As análises deste último domínio compreendem a SD33 a SD37. O nome *Franco*, como demonstramos, representa algo ao enunciador quando este é capaz de desmontar, desarmar e enfrentar o discurso-outro e os adversários políticos, atribuindo a eles um lugar imaginário de mentira e falsificação da história. No entanto, se o nome *Franco* é o que desestabiliza o campo do *ellos*, ele também assenta um corpo significativo ao discurso do VOX: esse lugar é o da ausência sintática e significativa de *dictadura* como atributo às construções sintáticas em que esse significante poderia se linearizar como núcleo nominal (*dictadura de Franco*), mas que tão somente existe como *mentira* no plano imaginário do discurso-outro e do *ellos*. E, como vimos, ainda que o enunciador tente subordinar-se ao efeito da denotação (numa tentativa de fazer prevalecer a ilusão de que a referência é obra da literalidade e que os objetos materiais são peças de discurso), a ausência, não-presença, rechaço do significante *dictadura* e de sentidos que orbitam em torno a ele não exime o nome *Franco* (mesmo quando elidido) de apontar para o real histórico que produziu as práticas franquistas; trata-se, ao final das contas, de um processo de resistência às *avessas*, no qual os sujeitos identificados à formação discursiva dominante do VOX, se contrapõem a uma hegemonia inexistente. Ainda assim, sua eficácia material segue vigorante e penetrando cada vez mais nos AIEs do Estado espanhol: o nome e a memória de Franco resistem.

## 6 EQUÍVOCO, AUSÊNCIA E SILÊNCIO NO DISCURSO DO VOX: EFEITOS DE CONCLUSÃO

No percurso realizado, buscamos dar profusão à ausência do significante *dictadura* e dos sentidos de *dictadura* nas mais diferentes formulações em que o nome *Franco* (ou suas derivações morfológicas, *franquismo* e *franquista*) apareciam *in praesentia*. De um lado, mapeamos e analisamos o domínio significante de *dictadura* na longa cadeia de dizeres dos interlocutores do VOX. Era imprescindível que o domínio analisado fosse endógeno, porque ele nos permitia:

[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito [...] (PÊCHEUX [1983f] 2015, p. 44).

Logo de entrada, lançamos mão de três noções: discurso autoritário, combate/destruição do discurso-outro (esquerda, Podemos, PSOE, comunistas, independentistas/soberanistas, etc.) e antagonismo *nosotros/ellos*. Ao longo de todos os recortes esses princípios se mostraram regulares, de modo que podem ser considerados (pelo menos dentro do recorte temporal 2014-2018) marcas de regularidade discursiva que conforma a formação discursiva do VOX. Entrelaçado a elas, está o ponto de exclusão (que produz ausência) do significante e dos sentidos de *dictadura* que aparecem atreladas a Cuba, Venezuela, Castro, Maduro, mas são silenciados e apagados quando objetos enunciativos do campo de *Franco* se sintagmatizam no discurso.

E o funcionamento dessa ausência tem relação nodal com o equívoco. Lembremo-nos que o equívoco é todo o enunciado “[...] intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (PÊCHEUX [1983f] 2015, p. 53). As múltiplas modalidades de tensionamento de sentidos nos dizeres do VOX, atestados na materialidade linguística sob rubricas gramaticais (desinência de pessoa, pronomes, orações subordinadas adjetivas restritivas, operadores discursivos) e semânticas (hipérbole, denotação, conotação), também apontam para a tensão constitutiva com o discurso-outro e o equívoco. Se de um lado há a luta política para que o discurso no domínio do *nosotros* seja desprovido de marcas do outro, por outro isso indica que o discurso-outro/*ellos*

funciona tensionando constantemente o domínio do VOX: o equívoco faz as formulações se tensionarem a ponto de estarem em constante combate entre si. Desse modo, a luta política do VOX contra o discurso-outro é também uma luta contra o equívoco, uma tentativa de rebocar qualquer traço ou efeito do real da língua. As palavras proibidas, ausentes, rechaçadas, silenciadas fazem prova, assim como o confronto ideológico antagônico entre os efeitos de conotação (atribuição imaginária de significação ao outro) e de denotação (tentativa ilusória de imposição do puro valor lexical do significante, esquecimento 2), que nada mais fazem ver que o nome *Franco*, apesar das múltiplas tentativas dos membros do partido em silenciar o político, funcione, de fato, como articulador simbólico que divide, organiza, regra, regulamenta e disciplina o regime do presente (apoteose irrestrita do descalabro) e o passado (apogeu idílico). A ausência do significante e dos sentidos de *dictadura* é, portanto, fato significativo que sustenta a resistência no discurso do VOX.

O efeito de *in absentia* que se erige como regularidade discursiva e que afeta de sobremaneira os modos de significação do nome *Franco*, sustenta paradoxalmente a resistência no campo do VOX: insistência na manutenção do mesmo quando a tensão pelo irrompimento do *acontecimento* é brecada antes de que este possa ser absorvido ou instaurar a diferença. Logo, o modo de significar Franco (e a operação argumentativa de isentar-lhe do peso do significante *dictadura*) é, nada mais, do que o retorno a glossas de sentidos que estavam em vias de dessedimentação pelo discurso-outro (dizeres e práticas sobre a Espanha, a família, o exército, a sexualidade e assim por diante). E essa luta pela significação está longe de acabar, porque o discurso-outro é constitutivo do VOX, sem ele, VOX perece. Novamente, o equívoco em funcionamento....

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. 2015. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DEODSO>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ALBALADEJO, Julián; BANNINK, Anne. Negociando ideologías heterogéneas en el discurso político: discurso antiabortista contemporáneo en España. **Discurso & Sociedad**, Espanha, v. 10, n. 3, p. 348-375, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5734942>. Acesso em: 03 out. 2022.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes Próprios de Pessoa: Introdução à Antroponímia Brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9786555500011/completo.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

ALTHUSSER, Louis *et al.* **Ler o Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1975] 1980, v. 2.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan**. Marx e Freud: introdução crítica-histórica. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1975/1978] 1985.

ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo: os fatos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, [1995] 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Para un materialismo aleatorio**. Madrid, España: Arena Libros, [1982] 2002.

ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1965] 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; ROMEU, Lydia. O lugar do outro em um discurso de falsificação da história: a respeito de um texto que nega o genocídio dos judeus no III Reich. *In*: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 239-257.

ALVES, Mariana Garcia de Castro. **Oso de borboleta: leitura discursiva do Fundo Michel Pécheux pela textometria**. 2020. 219 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1158140>. Acesso em: 10 out. 2022.

BALIBAR, Etienne. Os conceitos fundamentais do materialismo histórico. *In*: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne; ESTABLET, Roger. **Para ler o capital**. V. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 153-274.

BARROS, C. El futuro de la memoria en España. **Cambios y Permanencias**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 75–79, 2018. Disponível em: <https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/9172>. Acesso em: 13 ene. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior no Brasil**. 1975. Disponível em: [https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_7\\_out\\_nov\\_dec\\_1975.pdf](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_7_out_nov_dec_1975.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: EDUC/PONTES, [1904] 1992.

CANGUILHEM, Georges. O cérebro e o pensamento. **Natureza Humana**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 183-210. jan-jun. [1980] 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302006000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000100006). Acesso em: 04 jun. 2021.

CARMONA PASCUAL, Pablo. VOX y el dilema de las derechas. *In*: Fundación de los Comunes (Ed.). **Familia, raza y nación en tiempos de posfascismo**. Madrid, Espanha: Traficantes de Sueños, 2020. p. 161-186. Disponível em: [https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TS-UTIL24\\_Fascismos\\_web.pdf](https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TS-UTIL24_Fascismos_web.pdf). Acesso em: 02 dez. 2022.

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CERCAS, Javier. **Soldados de Salamina**. 24.ed. Barcelona: Tusquets, 2002.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA. **Boletín Oficial del Estado**, 29 de diciembre de 1978, núm. 311, p. 29313 a 29424. (Art. 3). Disponível em: [https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/\(1\)/con](https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/(1)/con). Acesso em: 21 set. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. 1.ed., 1ª reimpressão, São Carlos, SP: EdUFSCar, [1981] 2014.

DEL MORAL SALMORAL, Mirian. Memoria y monumentalidad. El Valle de los Caídos, un contramonumento. **Cuadiernu La Ponte**: Revista Internacional de Patrimonio, Museología Social, Memoria y Territorio, Asturias, v. 8, p. 11-34,

2020. Anual. Disponível em: <https://laponte.org/wp-content/uploads/2020/12/Cuadiernu8.pdf#page=12>. Acesso em: 18 dez. 2021.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. **O sentido da automatização na análise de discurso**: sobre a maquinaria dos sentidos. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, n. 44, p. 198–221, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i44.8657800. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657800>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DELUY, Henri; PÊCHEUX, Michel. Entrevista com Michel Pêcheux [1974b]. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise do Discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 77-94.

DE PUELLES, Manuel Benítez. Evolución de la educación en España durante el franquismo. In: TIANA, Alejandro Tiana; OSSENBACH, Gabriela Sauter; SANZ, Florentino Fernández. (Orgs.) **Historia de la educación**: edad contemporánea. Madrid, España: UNED, 2012. p. 315-335. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=323119>. Acesso em: 07 dez. 2022.

DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. 22a. reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, [1951] 2012.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição alemã de 1883. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) **Manifesto comunista** - Karl Marx e Friedich Engels. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005 [1883]. p. 74.

ESCUADERO, Rafael Alday. Memoria histórica e imperio de la ley: el poder judicial ante el derecho a la reparación de las víctimas del franquismo. **Derechos y Libertades**: Revista de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos, Madrid, n. 38, p. 73-105, jan. 2018. Semestral. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/27999?show=full>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ESPAÑA. Jefatura del estado. **Ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura**. 2007. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2007/12/26/52/con>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ESPAÑA. Jefatura del Estado. **Real Decreto-ley 10/2018, de 24 de agosto, por el que se modifica la Ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura**. 2018. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2018/08/24/10>. Acesso em: 20 jan. 2022.

EUTROPIO. **Libro de los Césares**. Trad. Emma Falque. 1ª reimpressão. Madrid: Editorial Gredos, [121 d. c.] 2008.

FERRAÇA, Mirielly. **(R)esistir no Jardim Itatinga**: laços entre o sujeito e o espaço urbano. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1096854>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa, Estampa, [1969d] 1971. (Coleção Teoria, Nº 9).

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1892] 2009.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975b]. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. p. 159-250.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Pêcheux. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas, SP: Pontes Editores, [1981c] 2004. p. 159-250.

GRAFTON, Anthony. Future reading: digitization and its discontents. **The New Yorker**. New York, 29 out. 2007. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2007/11/05/future-reading>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUESPIN, Louis. *Nous*, la langue et l'interaction. **Mots**: Les langages du politique, v. 10, p. 45-63, mar. 1985. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/mots\\_0243-6450\\_1985\\_num\\_10\\_1\\_1184](https://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1985_num_10_1_1184). Acesso em: 03 fev. 2022.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b. p. 169-192.

JESPERSEN, Otto. **La filosofía de la gramática**. 10.ed. Barcelona, Espanha: Editorial Anagrama, 1968.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso [1971f]. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39. Disponível em: [encurtador.com.br/CFJKW](http://encurtador.com.br/CFJKW). Acesso em: 07 dez. 2022.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 43–64, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636825. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636825>. Acesso em: 4 jun. 2021.

HERNÁNDEZ BURGOS, Claudio. **Las bases sociales de la dictadura y las actitudes ciudadanas durante el régimen de Franco**: Granada (1936-1976). 2012. 493 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) - Departamento de Historia Contemporânea, Granada, 2012. Disponível em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/24506>. Acesso em: 07 maio 2020.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, [1966] 2011. p. 21-54.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 63–89, [1968b] 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638926>. Acesso em: 7 dez. 2022.

JESPERSEN, Otto. **La filosofía de la gramática**. 10.ed. Barcelona, Espanha: Editorial Anagrama, 1968.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. In: **XXIII ENANPOLL** - Grupo de Trabalho em Análise do Discurso (2008), Departamento de Letras Modernas, do Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://dmlm.fflch.usp.br/sites/dmlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LAGAZZI, Suzy. “Um lugar à margem, quase invisível”. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 34, p. 133-156, jul./dez, 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo8.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LENIN, V. I. **Uma grande iniciativa**. Obras escolhidas em três volumes, v.3. Lisboa, Portugal: Avante!, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>. Acesso em: 30 out. 2021.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, [1982h] 2011. p. 163-174.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. *In*: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). **Manifesto comunista** - Karl Marx e Friedrich Engels. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005. p. 37-69

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/115379>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MAZIÈRE, Francine. **A análise de discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MILNER, Jean-Claude. **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 17 dez. 2021.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewArticle/1981>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele**: Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7–24, [1982c] 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636823>. Acesso em: 4 jun. 2021.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni

Puccinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, [1979c] 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas de Análise de Conteúdo. In: ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, [1973e] 2011. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia - aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, [1983a]. 2011. p. 107-120.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso [1981d]. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. 1.ed., 1ª reimpressão, São Carlos, SP: EdUFSCar, [1981] 2014. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975c] 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Anexo III - *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* [1978b]. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975c] 2014a. p. 269-282.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982g] 2014b. p. 57-68.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983f] 2015.

PÊCHEUX, Michel. Questões iniciais. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques.; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1979?] 2016. p. 17-19.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques.; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1981a] 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel *et al.* Mesa-redonda: discurso história-língua. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques.; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1981?] 2016. p. 283-320.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, [1969a] 2019.

PECK, Harry Thurston. **Harper's dictionary of classical literature and antiquities**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1898.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura. In: Evandra Grigoletto; Fabiele S. De Nardi. (Org.). **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, v. 1, p. 359-373.

PIERSSENS, Michel. **La tour de babil: la fiction du signe**. França: Les Editions de Minuit, 1976. (Collection Critique).

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, número 3. Rio de Janeiro, 1989. p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 16 out. 2021.

PONS, Anaclet. **El desorden digital: guía para historiadores y humanistas**. Madrid, Espanha: Siglo XXI, 2013.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura: la tercera internacional frente al fascismo**. Madrid, Espanha: Siglo XXI Editores, 1976.

POUTANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019 [1968].

RAGIEVICZ, Matheus França. “La nación española es un trozo de tierra”: sentidos de Espanha na educação primária franquista. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.40, n 01. 2021. p. 234-255. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1402/876>. Acesso em: 08 set. 2022.

REAL ACADEMIA ESPAÑOL. **Diccionario de la lengua española**, 23.<sup>a</sup> ed., [versión 23.4 en línea]. 2014. Disponível em: <<https://dle.rae.es>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ROMERO LLORCA, María del Mar. **La exhumación de Franco en la prensa española**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Máster En Comunicación Institucional y Política, Facultad de Comunicación, Universidade de Sevilla, Sevilla, 2020. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/102648>. Acesso em: 18 dez. 2021.

RUBIO-PUEYO, Vicente. **VOX: ¿una nueva extrema derecha en España?**

New York: Rosa Luxemburgo Stiftung, 2019. Disponível em: <http://www.rosalux-nyc.org/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SEIDE, Marcia Sipavicius. **A semântica de Michel Bréal**: recontextualização, fortuna crítica e aplicação. 2006. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2006.tde-22082007-160018. Acesso em: 16 maio 2022.

SILVA, Kelly Fernanda Guasso da. **Discursos que ressonam sentidos**: por uma história das ideias discursivas a partir do autor michel pêcheux. 2021. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22825>. Acesso em: 07 dez. 2022.

SOLE, Queralt; LÓPEZ SOLER, Xavi. El Valle de los Caídos como estrategia pétrea para la pervivencia del franquismo. **Kamchatka**: Revista de Análisis Cultural, València, v. 13, p. 299-317, jun. 2019. Semetral. Disponível em: <https://ojs3.uv.es/index.php/kamchatka/article/view/13494/13668>. Acesso em: 17 dez. 2021.

STOPPINO, Mario. *Ditadura*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 168-179.

URBÁN, Miguel. Las nuevas derechas radicales: la emergencia de vox. **Vientosur**, Madrid, n. 166, p. 84-94, out. 2019. Disponível em: [https://cdn.vientosur.info/Vscompletos/vs\\_0166.pdf#page=86](https://cdn.vientosur.info/Vscompletos/vs_0166.pdf#page=86). Acesso em: 07 out. 2022.

VEDOVATO, Luciana; RAGIEVICZ, Matheus França. “Ranger as engrenagens”: uma tese de leitura sobre as Formações Ideológicas. In: SEAD, 10., 2021, Recife - PE. **Anais eletrônicos...** Disponível em: [https://youtu.be/AUI-49UJoes?list=PLfFhM9y-l\\_Kq-ZpOnhtwGECZ\\_NWI-eyqs](https://youtu.be/AUI-49UJoes?list=PLfFhM9y-l_Kq-ZpOnhtwGECZ_NWI-eyqs). Acesso em: 27 out. 2021.

ZABALZA RIVAS, Peio. **La reforma laboral (im)popular**: ¿una ley necesaria?. 2015. 11 f. Trabalho final (Graduação) - Disciplina de Sistemas de Protección Social, Universidad Pública de Navarra, Espanha, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/16793870/La\\_Reforma\\_Laboral\\_imPopular%202015](https://www.academia.edu/16793870/La_Reforma_Laboral_imPopular%202015). Acesso em: 20 jan. 2022.

## REFERÊNCIAS FÍLMICAS E JORNALÍSTICAS

ACTUALL. Podemos ataca a Alicia Rubio y a HazteOir.org y pide que no le cedan espacios públicos. **Actuall**. Espanha. 07 dez. 2016. Disponível em: <https://www.actuall.com/democracia/podemos-ataca-a-alicia-rubio-y-a-hazteoir-org-y-pide-que-no-le-cedan-espacios-publicos/>. Acesso em: 21 set. 2021.

**AMANECE, que no es poco.** Dirección de José Luis Cuerda. Roteiro: José Luis Cuerda. Albacete: Compañía de Aventuras Comerciales, TVE, Paraíso, 1988. (110 min.), VHS, son., color.

ARCHIVO ABC. (Ed.). **Portadas de los Diarios Madrileños con la noticia del fallecimiento.** 1975. Disponível em: <https://www.abc.es/archivo/fotos/portadas-de-los-diarios-madrilenos-con-la-noticia-del-8545820.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

EFE. Feministas revientan debate sobre política de género en Universidad Sevilla. **La Razón.** Sevilla, Espanha, p. 0-0. 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www.larazon.es/sociedad/feministas-revientan-debate-sobre-politica-de-genero-en-universidad-sevilla-ED14534770/>. Acesso em: 21 set. 2021.

FERNÁNDEZ, Victoria. La lista de medios vetados por Vox: “Son activistas que hablan mal de nosotros, no periodistas”. **El Español.** Madrid, p. 0-0. 21 out. 2019. Disponível em: [https://www.elespanol.com/espana/politica/20191021/medios-vetados-vox-activistas-hablan-no-periodistas/438456924\\_0.html](https://www.elespanol.com/espana/politica/20191021/medios-vetados-vox-activistas-hablan-no-periodistas/438456924_0.html). Acesso em: 20 jan. 2022.

**LA ESCOPETA nacional.** Dirección de Luis García Berlanga. Roteiro: Luis García Berlanga e Rafael Azcona. Madrid: Impala, 1978. (95 min.), VHS, son., color. Série La trilogía de la familia Leguineche.

MACHADO, Andrés; EXPÓSITO, Javier. Detenido en Gibraltar un dirigente de Vox tras desplegar una bandera española de 18 metros. **El Mundo.** Madrid, 20 jun. 2016. Disponível em: <https://www.elmundo.es/espana/2016/06/20/57682674e2704ef64f8b457d.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MUÑOZ, Ramón. Vuelta al Gulag, camarada Solzhenitsin. **El País.** Espanha. 11 mar. 2010. Disponível em: [https://elpais.com/diario/2010/03/11/sociedad/1268262002\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/03/11/sociedad/1268262002_850215.html). Acesso em: 31 maio 2021.

OCARANZA, Nicolás. Dictadura: sentido y contexto de un concepto político. **Ciper: Centro de Investigación Periodística.** Santiago de Chile. 12 jan. 2012. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2012/01/12/dictadura-sentido-y-contexto-de-un-concepto-politico/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

REDACCIÓN. Feministas revientan debate sobre política de género en Universidad Sevilla. **La Vanguardia - Andalucía.** Andalucía, Espanha, p. 0-0. 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/local/sevilla/20170216/4281714867/feministas-revientan-debate-sobre-politica-de-genero-en-universidad-sevilla.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

RODRÍGUEZ, Miguel Ángel. Abascal asegura que el Gobierno de Sánchez es “peor” que la dictadura de Franco. **El Periodico.** Madrid. 09 set. 2020. Disponível

em: <https://www.elperiodico.com/es/politica/20200909/vox-abascal-sanchez-gobierno-peor-dictadura-franco-8105186>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RTVE EFE. El Gobierno comenzará a exhumar a las víctimas del Valle de los Caídos tras obtener la licencia de obras. **RTVE**. Comunidad de Madrid. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.rtve.es/noticias/20210624/exhumaciones-victimas-valle-caidos-comenzaran-breve/2110300.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RUBIO, Ricardo. Ortega Smith rechaza condenar el franquismo: “En todo hecho hay luces y sombras”. **Europa Press**. Madrid. 25 out. 2020. Disponível em: <https://www.europapress.es/nacional/noticia-ortega-smith-rechaza-condenar-franquismo-todo-hecho-hay-luces-sombras-20201025100039.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIANA, Israel. El día que la ONU guardó un minuto de silencio por la muerte de Franco. **ABC**. Madrid, 30 set. 2019. Historia. Disponível em: [https://www.abc.es/historia/abci-guardo-minuto-silencio-muerte-franco-201909261351\\_noticia.html](https://www.abc.es/historia/abci-guardo-minuto-silencio-muerte-franco-201909261351_noticia.html). Acesso em: 20 jan. 2022.

## ANEXOS 1 – MENÇÕES A FRANCO

Link de acesso ao arquivo:

<https://drive.google.com/file/d/1upbvP1Qn5hbX7dfFVlgtEbSkCCSnvCKi/view?usp=sharing>

## **ANEXO 2 – COMPILAÇÃO DOS DADOS DO CANAL VOX ESPAÑA**

Link de acesso ao arquivo:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GZLDsKFu5KqUTXs5SJ8Lg2aq7ifZ0xp6/edit?usp=sharing&oid=114791062969071171578&rtpof=true&sd=true>.